

JANEIRO DE 2014

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>1</b>
1.1 As perspectivas económicas e sociais de Angola para 2014	1
1.2 Tanta pobreza no meio de tão poucos milionários	2
1.3 Jovens poderão ter melhor qualidade de vida	3
1.4 Vencer o combate à pobreza	4
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>6</b>
2.1 Nova lei para as cooperativas	6
2.2 Parte da população angolana recorre à serviços bancários	7
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>8</b>
3.1 Comércio de rua na Terra Nova tem os dias contados	8
3.2 Proibida a partir de hoje a venda na via pública	8
3.3 Vender no meio da rua	9
3.4 Mercado da Chapada tem novas instalações	10
3.5 Comércio Informal. Ambulantes com os dias contados	10
3.6 Compradores e vendedores serão multados	11
3.7 Tributação. Imposto de Consumo será substituído por tipo IVA	12
3.8 Manuais escolares de volta às ruas e mercados paralelos	14
3.9 Histórias à sombra do candongueiro	15
3.10 Comércio nacionais facilitam estrangeiros	17
3.11 Comércio sem fronteira	17
3.12 Mercado	19
3.13 Comércio grossista sai da zona urbana	19
3.14 Coisas da zunga e do tráfico	19
3.15 Polícia descarrega ódio sobre zungueiras	20
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>21</b>
4.1 Orçamento do Andul prioriza o sector social	21
4.2 Breves.Viana com mais de mil milhões Kz para projectos	21
4.3 OGE. Observatório Político Social Angolano exhibe cartão vermelho ao Executivo	21
4.4 Combate à pobreza «comeu» três biliões de kwanzas	23
4.5 Tribunal de contas pede ao Governo para esclarecer gastos sociais	24
4.6 Os «alertas vermelhos»	25
4.7 Governo afina mecanismos de execução do OGE	27
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>29</b>
5.1 "O MPLA é o mais interessado nas autarquias"	29
5.2 Autarquias e qualidade de vida	29
5.3 Eleições autárquicas sem previsão à vista	30
5.4 CASA-CE prepara autarquias	30
5.5 Governadores preparados para eleições autárquicas	31
5.6 Propostas para a governação	31
5.7 AS AUTARQUIAS EM ANGOLA: como evitar os erros dos outros (I)	32

5.8	Bloco Democrático não acredita na realização das autarquias em 2015	33
5.9	AS AUTARQUIAS EM ANGOLA: como evitar os erros aos outros (II)	34
5.10	Famílias de Luanda revelam pouca informação	36
5.11	Autarquias: lei sobre o poder local em banho-maria	38

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 40

6.1	Sobas e técnicos têm casas sociais	40
6.2	Kilamba duplica população estudantil	40
6.3	Mais habitações em construção no Cuanza Norte	41
6.4	Luanda regista crescimento urbano	41
6.5	Andulo com novas casas	42
6.6	Menongue e Uíge ganham infra-estruturas integradas	42
6.7	Propostas para a governação	44
6.8	Casas para jovens entregues no primeiro semestre	44
6.9	Concluída construção das primeiras casas	45
6.10	Moradores do Cacuaco preocupados com fissuras	46
6.11	Obras de Santa Ebgrecia em Luanda	46
6.12	Construção de casas decorre a bom ritmo	48
6.13	Casas concluídas em Julho	48
6.14	Rua 12 de Julho de mal a pior	48
6.15	Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo	49
6.16	Luanda sem memória, nem património	50
6.17	MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV	54
6.18	Os nossos problemas residem nos municípios	55
6.19	Plano Director Municipal	58
6.20	Jornalistas e Polícias invadem casas da juventude na Sapú II	59

## 7. TERRA 61

7.1	Terrenos do Estado estão livres de minas	61
7.2	Reservas fundiárias desminadas este ano	61
7.3	ESTADO	62
7.4	Imperio Chinês nos inertes	62
7.5	Silêncio	63
7.6	Demolições. Militares ameaçam desalojar 40 famílias	64
7.7	Camponeses são indemnizados por cedência de terra	64
7.8	Esse problema não é nosso, é do Minars	66
7.9	Ministério da Justiça facilita cidadãos	66
7.10	Que mal fizemos ao governo?	66
7.11	Benguela disciplina uso de terra no Vale do Cuvaco	68
7.12	Rua do Bairro Patriota está a ser "encarcerada"	69
7.13	Moradores transferidos hoje	70
7.14	Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo	70
7.15	Demolições. Moradores da Chicala contestam realojamento	71
7.16	Estamos melhor no Zango	72
7.17	MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV	75
7.18	Cem famílias combatem martelo demolidor	75
7.19	Kizango no Zango II	76
7.20	O camartelo voltou a funcionar	77
7.21	Todos para o Zango	78
7.22	Bento Bento: O Governo não tem casa para todos... é politiquice	79
7.23	Chaves são vendidas à 1 hora da manhã	79
7.24	Comissão de moradores perdeu autoridade	80
7.25	Ex-moradores do kilombo dizem que foram atirados no mato	80
7.26	Famíliares clamam por apoio do Governo para soba do Buraco	81

7.27	Morador da Chicala aflito	82
7.28	Demolições provocam ira do povo em Cabinda	82

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 84

8.1	Aumenta a qualidade de vida no Cunene	84
8.2	Cólera causa mortes na Huíla	84
8.3	Recolha de lixo melhora no Mussulo	84
8.4	Privados no abastecimento da água	85
8.5	Sector das águas regista melhorias	86
8.6	Abastecimento de água está a registar melhorias	86
8.7	Água canalizada chega à comuna	87
8.8	A liberalização das Águas	87
8.9	EPAL promete combater contra o garimpo de água	88
8.10	População empenhada em erradicar a cólera	89
8.11	“80%da água produzida perde-se e vai para o esgoto”	89
8.12	Entre monte de lixo e o silêncio das autoridades	92
8.13	Uma abordagem de cooperação pela água	93
8.14	ERSOL sem capacidade para recolher lixo no Kífica	94
8.15	A privatização da água em Luanda	94
8.16	Surto de cólera está controlado	95
8.17	As estradas mais críticas	95
8.18	Limpados enquanto limpam a cidade	96
8.19	Mesmo com a perna partida não desistiu de varrer	97
8.20	Muitos se furtam de usar roupas reflectoras	98
8.21	Novo modelo de recolha de lixo Bento	99
8.22	Trabalhadores da EPAL regressam ao serviços	99
8.23	Programa do Executivo garante água potável	100
8.24	Empresas de recolha de lixo investem pouco no homem	100
8.25	Bento Bento aperta empresas de recolha de lixo	101
8.26	EPAL corta água a Nando	102
8.27	Luanda. Programa de Estabilização assegurará recuperação de 150.000 m <sup>3</sup>	102
8.28	Água e luz: os mesmos problema de sempre	104
8.29	Abastecimento de água potável está a melhorar	104
8.30	Mais água tratada na aldeia de Sumpi	105
8.31	Rua dos Kwanzas vive dias difíceis, e conturbados	105
8.32	Cólera provocou 221 monos em 2013	106

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 107

9.1	Criminalidade violenta inferniza vida dos moradores do Kífica	107
9.2	O reino do crime	107
9.3	Trinta quilómetros de criminalidade	109
9.4	Crimes violentos diminuíram em Luanda	110
9.5	Juiz preocupado com criminalidade	111
9.6	Debate parlamentar sobre criminalidade novamente engavetado	112

## 10. AMBIENTE 114

10.1	ESTADO	114
10.2	Imperio Chines nos inertes	114
10.3	Silêncio	115
10.4	Obras de Santa Ebgrecia em Luanda	116
10.5	Alternativa à estiagem	117
10.6	Esse problema não é nosso, é do Minars	117



10.7	Ministério da Justiça facilita cidadãos	117
10.8	Que mal fizemos ao governo?	118
10.9	Governo apoia as vítimas	119
10.10	Chuvas torrenciais afectam município	120
10.11	Chuvas com vento forte destroem centenas de casas	120
10.12	Chuva desaloja famílias	121
10.13	Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes (I)	121
10.14	Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes	121
10.15	Valdemiro Russo” Só através de consulta poderemos minimizar os problemas de Luanda	122

## II. IMIGRAÇÃO

127

11.1	África e imigração	127
11.2	Detidos imigrantes sem documentação	128
11.3	Preparados para eleições autárquicas	128
11.4	Comandante avalia operação de combate à imigração ilegal	129
11.5	Seitas religiosas facilitam imigração ilegal	129
11.6	Angolanos começam regresso a casa	129
11.7	Migrações nas políticas da população	130
11.8	Milhares de angolanos regressam à terra natal	130
11.9	Detidos suspeitos de apoio a ilegais	131
11.10	Repatriamento voluntário	131
11.11	Embaixadora garante registo civil para ex-refugiados	132
11.12	Fronteiras. Barcos de pesca no esquema de imigração ilegal	134

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 As perspectivas económicas e sociais de Angola para 2014

*Jornal Expansão*

*10 De Janeiro de 2014*

As expectativas para 2014 estão centradas no Orçamento do Estado para o corrente ano, com um montante global de despesas (funcionamento, investimento e compromissos com a dívida pública interna e externa) de 53,8 mil milhões USD, um significativo incremento de quase 20% relativamente a 2013. O consumo público tem sido uma das 'molas' impulsionadoras do crescimento do PIB ao longo dos anos, não apenas pela via de criação de capacidade produtiva pelos investimentos públicos, mas igualmente pela procura final da economia (componente remuneratória dos funcionários civis e militares, e dos gastos de funcionamento da pesada máquina do Estado).

Mas tem sido verdadeiramente investimento público, no cômputo do conjunto de factores dinamizadores do crescimento do PIB, uma das 'molas' essenciais e determinantes da recuperação do sector produtivo não petrolífero, depois de acabada a guerra civil. Depois de algumas quebras, em alguns momentos significativas, entre 2004 e 2011 ajustamentos e poupanças determinadas pela crise financeira e económica mundial de 2008/2009, o investimento público em Angola recupera alguma da sua dinâmica anterior. O incremento de 2013 para 2014 é impressionante, rondando quase 50% em valores nominais. Daí a previsão (provavelmente muito optimista da parte do Governo) de um crescimento da economia de 8,8% em 2014. Caso alguns dos pressupostos macroeconómicos se não observem na dimensão prevista no OGE - preço do barril de petróleo e a quantidade da sua produção, condições climáticas favoráveis à agricultura, qualidade das infra-estruturas (eficácia e eficiência dos investimentos públicos) e capacidade de execução orçamental, dificilmente a taxa de 8,8% vai ocorrer. Daí que algumas instituições internacionais (FMI, The Economist, OCDE) e outras estrangeiras tenham estimativas mais condizentes com o conjunto de dificuldades que ainda entram o funcionamento normal da economia nacional, apontando para valores médios entre 5% e 6% de crescimento médio

anual até 2017. É igualmente neste intervalo de variação que as previsões do CEIC/Universidade Católica de Angola colocam o crescimento percentual do PIB em 2014. É que o 'custo-Angola' continua elevado, reduzindo, em consequência, as expectativas dos agentes económicos privados. Deste 'custo-país' fazem parte indicadores como a dificuldade de se fazerem negócios, o rating das agências de risco, a qualidade das infra-estruturas e a burocracia.

Algumas razões ajudam a explicar e compreender o maior conservadorismo destas previsões. Desde logo, o estado da agricultura familiar, a sua baixa produtividade económica e a sua total dependência de condições climáticas favoráveis. Aquando da estiagem de 2011/2012, o PIB da agricultura regrediu, em 2012, 22,5%, o que é significativo. As condições de vida dessa importante faixa da população pioraram, e os índices de pobreza aumentaram. De acordo com estimativas oficiais - sempre objecto de muita contestação quanto à sua consistência -, a taxa de variação real de agricultura em 2013 poderá ter sido de 8,6%, em certo sentido até compreensível dada a regressão na sua base produtiva ocorrida em 2012. Nenhum documento oficial disponível e acessível ao público OGE, Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 apresenta previsões sectoriais sobre o crescimento do PIB dos diferentes sectores da economia angolana para 2014.

Ainda que se admita a mesma variação de 2013 em 2014, a contribuição da agricultura para o crescimento do PIB não deverá ir além de 0,86 pontos percentuais, admitindo um peso relativo do VAB agrícola no PIB de 8% a 10%.

O sector da construção tem funcionado como um factor relevante de crescimento da economia, mas nos últimos anos tem perdido força. Longe vão os anos em que as taxas anuais reais de variação ultrapassaram os 30% (quase inacreditável e só aceitável porque não se dispõem de bases de informação credíveis e alternativas às oficiais). Actualmente, é neste sector que ocorrem os maiores índices de corrupção.

Não se conhecem as previsões oficiais de crescimento desta actividade para 2014, mas, apesar da redução da sua intensidade de crescimento nos últimos anos, a sua contribuição para o PIB pode atingir quase meio ponto percentual.

A indústria transformadora ainda não ocupou o espaço que já teve no sistema económico e produtivo colonial, nem, por enquanto, se reconhece o seu papel crucial para a diversificação e a criação de emprego e rendimento. Apesar de vários Planos de (Re) industrialização, a sua contribuição para a

actividade económica geral não vai além de 6%. A sua linha tendencial de crescimento tem-se situado, desde 1989, entre 9% e 10%. Assim sendo, a sua contribuição para o crescimento do PIB não vai além de 0,48 pontos percentuais.

O sector terciário (vulgo serviços mercantis) tem tido altos e baixos, e a sua taxa real de crescimento passou de 10% em 2012 para 5,4% em 2013, uma redução de quase 50%. A sua contribuição para o crescimento do PIB pode rondar 2,7 pontos percentuais.

Estas são algumas razões para a cautela nas previsões para 2014 que as instituições antes nomeadas assumem.

Quanto à situação social da maioria dos angolanos, temo por uma degradação das suas condições básicas de vida, ainda que o controlo da inflação abaixo dos 10% possa permitir, pelo menos, a preservação do poder de compra dos rendimentos dos mais pobres e remediados. No OGE para 2014, o Governo reduziu as prestações sociais directas de 172,4 milhões USO para 101,7 milhões USO, e no cômputo geral as despesas sociais passaram de 33,5% para 29,2% das despesas orçamentais totais.

Pela primeira vez depois de 2009, as despesas sociais não chegam a 30% do total das despesas do Estado. Evidentemente que conclusões mais específicas sobre os reais efeitos destas reduções sobre a vida dos nossos concidadãos dependem de análises mais finas, pois o OGE pode contemplar situações de discriminação positiva relativamente a determinadas franjas da sociedade.

## 1.2 Tanta pobreza no meio de tão poucos milionários

*Jornal Folha 8*

*11 De Janeiro de 2013*

José Eduardo dos Santos, Presidente da República não eleito nominalmente, líder do Governo e do MPLA, fez o balanço de mais um ano, partilhando-o - segundo disse - "com todas as famílias angolanas". Famílias que, assim, ficaram a saber que em 2013 se registaram acontecimentos de "natureza dramática que causaram enormes prejuízos e retiraram do nosso convívio cidadãos que muito ainda tinham para dar à Nação".

"Que as suas almas descansem em paz e que os seus bons exemplos sejam seguidos pelas novas gerações", disse o Presidente referindo-se, dizem os mais ingénuos, a Alves Kamulingue, Isaiás Cassule e Manuel de Carvalho Hilbert Ganga

Mas, é claro, o Presidente também encontrou "acontecimentos que tiveram feição positiva e ocorreram no domínio económico, social e cultural, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da nossa sociedade".

"Com o início da aplicação do Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governo começou a implementar políticas públicas para garantir a estabilidade, o crescimento e o emprego", disse José Eduardo dos Santos, acrescentando que "este processo visa a valorização e a melhoria das condições de vida da família, a promoção da igualdade do género, a protecção social do idoso, a protecção integral dos direitos da criança e a integração social completa dos desmobilizados".

O Presidente goza, nesta matéria, do benefício da dúvida. Se esse programa começou apenas em 2013 ainda não teve, de facto, tempo para mostrar resultados.

Veremos o que nos reserva o futuro. Do presente e do passado todos sabemos que apenas funcionou, e bem, o Plano Nacional de Desenvolvimento dos membros do clã presidencial.

"A intenção é fortalecer a estrutura familiar, enquanto núcleo básico da sociedade, e pugnar pela inclusão social e económica de todos os cidadãos, sem qualquer distinção", diz o Presidente. Ao especificar que a inclusão social e económica "sem qualquer distinção", José Eduardo dos Santos reconhece, presume-se que involuntariamente, que apesar de 38 anos de independência o país continua a ter essa enorme chaga, essa enormíssima gangrena, de ter angolanos de primeira e desegunda.

É, aliás, caso para perguntar:

De quem é a culpa? Até 2002 o regime diria sem qualquer hesitação que o responsável era Jonas Savimbi. Onze anos depois, se calhar a culpa é dos que querem instituir no nosso país uma democracia.

Diz o Presidente que "um segmento da nossa sociedade que mereceu toda a nossa atenção foi o da juventude, com a qual o Governo encetou um diálogo franco, construtivo e abrangente, sobre os seus principais anseios e aspirações", acrescentando que o "Fórum Nacional da Juventude foi a expressão do dinamismo e da criatividade dos jovens angolanos e os temas nele debatidos integram agora o Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude".

Tem razão. Tirando os cerca de 300 jovens frustrados (assim os definiu o Presidente), é verdade que, como se vê todos os dias,



seja nas manifestações ou nos caixotes do lixo, mais de 90.6 da nossa juventude está de acordo. E os que não estão deixam de contar porque, acidentalmente é óbvio, levam uns tiros ou são presos, torturados e reeducados nos rios onde predominam jacarés famintos.

Diz o Presidente que "as prioridades desse Plano são: aumentar a oferta de emprego; cuidar do primeiro emprego; ajustar as qualificações dos jovens às necessidades do mercado de trabalho e garantir o seu acesso a uma habitação condigna". Para isso, acrescenta, "vão ser destinados mais recursos à formação técnico-profissional dos trabalhadores e quadros médios, aumentando ou ampliando os centros e escolas de formação em todos os municípios".

Tudo porque "é de facto urgente inverter a actual pirâmide do sistema de formação, em que se regista um número dez vezes maior no ensino superior do que no escalão de formação profissional de base".

A teoria está bem vista. Ou seja, o diagnóstico presidencial corresponde à realidade do país. Falta, contudo, a medicação. E esta continua à espera de melhores dias, talvez aguardando que um dia destes I sejamos uma democracia e um Estado de Direito. Até lá, jovens ou não, todos vamos continuar a saber: que a fome se mata com comida, mantendo contudo a dura realidade de sobreviver com a barriga vazia. "O Governo continuará também a desenvolver as infra-estruturas, para que os jovens tenham um maior acesso à prática desportiva, às artes e aos benefícios da cultura sem qualquer tipo de discriminação, pois isto poderá contribuir para o fortalecimento livre e harmonioso da sua personalidade e para a consolidação da identidade nacional", diz José Eduardo dos Santos. Mais coisa menos coisa, é o mesmo que tem dito todos os anos. E o mesmo que há mais de 50 anos prometia o MPLA e que corresponde, em síntese, à tese de Agostinho Neto quando dizia que o importante era resolver os problemas do Povo.

O Presidente também não se esqueceu a "mulher angolana, e com grande evidência a mulher rural" que "teve sempre de enfrentar múltiplas dificuldades e adversidades".

"Muitas foram mortas e muitas viram morrer os seus maridos, filhos e outros familiares. Muitas tiveram de assumir a chefia.

### I.3 Jovens poderão ter melhor qualidade de vida

*Semanário Angolense*

*18 De Janeiro de 2014*

Políticas de integração da juventude para a melhoria da sua qualidade de vida dominam o Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) na vertente juvenil, cuja execução vai decorrer até 2017, visando facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, implementando programas de formação profissional, ajustados às necessidades do país, com destaque para as tecnologias de informação e comunicação.

O Executivo prevê igualmente implementar um programa de promoção de emprego e do empreendedorismo para jovens e assegurar o seu acesso ao crédito bonificado para a criação de pequenos negócios.

Promover a criação de incubadoras de negócios, conceber e implementar um programa de estágios profissionais para jovens, quer nas empresas, quer nos programas de construção e relançamento da economia nacional e apoiar a reinserção socioprofissional de jovens desmobilizados e outros com necessidades especiais, fazem parte dessas políticas.

Do PND constam ainda outros objectivos como melhorar o nível da sua condição de saúde e do acesso à habitação, desenvolver projectos de saúde reprodutiva visando a prevenção das infecções de transmissão sexual (incluindo o VIH/SIDA), a gravidez precoce e a influência de hábitos e costumes com efeitos nefastos sobre a condição de saúde dos jovens e facilitar o acesso de jovens infectados ao tratamento.

O Instituto da Juventude deverá ser dotado de competências para cumprir a sua função como instância de operacionalização de políticas juvenis públicas. Também o Observatório Nacional da Juventude será dotado com meios técnicos e humanos para a realização de estudos regulares sobre o perfil, atitudes, comportamentos e necessidades dos jovens, para subsidiar o processo de tomada de decisões.

O PND para 2013-2017 inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. É o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento.

O Executivo pretende que ele seja o veículo principal que, à luz da Estratégia Angola 2025, oriente e

intensifique o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em direcção ao rumo fixado.

Aumentar a qualidade de vida do povo angolano de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos, é um dos objectivos principais.

«Estabilidade, Crescimento e Emprego» constitui a ideia-força do PND 2013-2017.

O PND 2013-2017 será igualmente o instrumento essencial para que o crescimento da economia angolana seja essencialmente suportado na diversificação da estrutura económica nacional.

## 1.4 Vencer o combate à pobreza

*Jornal de Angola*

*23 De Janeiro de 2014*

o combate à pobreza constitui um meio importante para melhorar a vida das populações. Em condições normais, Angola erradicou a pobreza extrema e a fome em poucos anos, a julgar pelos resultados que têm sido obtidos com as políticas públicas empregues pelo Executivo.

A maioria das iniciativas do Executivo visam proporcionar aos angolanos, individualmente ou agrupados em cooperativas, mecanismos apropriados para reduzir substancialmente alguns dos indicadores sociais.

A erradicação da pobreza é uma questão imediata que requer a atenção de todos quantos se dizem preocupados com as populações e com as famílias. A aposta do Executivo neste domínio é visível, razão pela qual o representante permanente de Angola junto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) reafirmou os progressos alcançados nos últimos anos. O embaixador Florêncio de Almeida, que falava durante a assinatura do Acordo Tripartido de Cooperação Sul-Sul (CSS) entre Angola, Brasil e a FAO, lembrou que Angola logrou alcançar a meta

número um, baseada na redução em 57 por cento das pessoas mal-nutridas no período de 1991 a 2012.

Não há dúvidas de que a bandeira destas conquistas é o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e Redução da Pobreza (PMIDRCP), um instrumento valioso na inversão do estado de coisas que prevaleceu durante muitos tempos em consequência da guerra. O Governo angolano continua a

implementar um conjunto de programas nos domínios social e económico-productivo, especialmente nos sectores da agricultura, pescas, indústria, emprego, construção de infra-estruturas, transportes, comércio, desminagem, saúde, assistência social,

educação e ensino, formação profissional, assim como uma boa governação, que se traduz na gestão cuidada dos recursos públicos.

As parcerias que as instituições do Estado estabelecem, dentro e fora do país, asseguram a execução plena das políticas que estão a contribuir para eliminar a pobreza e a fome, visando fomentar as bases para o incremento do comércio rural. Concebido como ferramenta para retirar milhões de angolanos da pobreza, o programa está a ser um sucesso a ponto de servir como referência na sub-região em que Angola se encontra. A criação de condições para incentivar a prática da agricultura e promover o comércio nas áreas rurais deve ser amplamente encorajada. Precisamos de maximizar a oferta de bens agrícolas em todo o país, enquanto pressuposto para

termos populações mais saudáveis.

Temos um país eminentemente agrícola, cujas potencialidades e recursos hídricos estão ainda aquém do esperado em termos de exploração.

Vivemos uma conjuntura caracterizada pelo anúncio de organismos internacionais sobre o limiar de uma nova crise. Há informações sobre a escassez de alimentos e o aumento dos preços de bens de primeira necessidade em todo o mundo. Os organismos internacionais não cessam de incentivar os países em vias de desenvolvimento a dar primazia ao trabalho agrícola. Afinal, está em causa a garantia da segurança alimentar, enquanto a razão de ser da estabilidade e tranquilidade das nossas sociedades.

Acreditamos que existem problemas prementes e urgentes para solucionar. Garantir a segurança alimentar das populações, com o incentivo da prática agrícola e de outros investimentos é um acto que deve congregara esforço de todos.

Auguramos que o acordo tripartido entre o nosso país, o Brasil e a FAO permita a modernização das instituições de investigação científica agropecuária no país e garanta a formação de quadros angolanos. Disse o embaixador Florêncio de Almeida que "as acções constantes do acordo inserem-se nas políticas e prioridades definidas pelo Governo angolano, que considera o desenvolvimento sustentado da agricultura vital para a diversificação da economia, da

auto-suficiência alimentar e para a melhoria das condições de vida da população, em particular a população rural, que enfrenta maiores dificuldades".

Auguramos que o acordo assinado se venha a transformar num verdadeiro meio para a troca de experiências e contribua para Angola reforçar as suas capacidades nas áreas de pesquisa agrícola e veterinária. Estes passos vão trazer um significativo impacto sobre a sociedade em geral e a rural em particular. O programa municipal integrado de desenvolvimento e de combate à pobreza que está a ser relançado em todo o país é um facto, sobretudo com o nascimento de pólos agrícolas um pouco por todo o país.

Os Governos Provinciais têm procurado potenciar a materialização dos programas superiormente aprovados.

Acreditamos na organização e desenvolvimento do comércio rural para ser um elemento catalisador da produção agrícola para transformar a vida de milhares de famílias nas zonas rurais. Os nossos pequenos agricultores estão a saber promover as suas vantagens comparativas na facilitação do comércio.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Nova lei para as cooperativas

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2014*

NO ÚLTIMO MÊS de 2013 o Ministério da Economia promoveu uma reunião de consulta com a sociedade civil sobre a lei das cooperativas, facto que considero extremamente positivo porque contraria a velha prática segundo a qual as leis são feitas por uns poucos, normalmente juristas e padecidas por todos aqueles que estão obrigados a cumpri-la!

Há muito que já se sabe que a realidade económica e social de Angola tem vindo a criar desafios, problemas e oportunidades para as quais a lei das cooperativas em vigor não tem condições de responder. Dai que o melhor que se pode fazer é adequar a lei das cooperativas e criar medidas de promoção do cooperativismo que podem contribuir positivamente para transformação da realidade económica e social do país.

Quando funcionam bem, as cooperativas podem contribuir para o desenvolvendo de vários sectores da nossa economia e para redistribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico, já que propiciam a criação de emprego, a mobilização de recursos, facilitam o surgimento de investimentos produtivos para além de melhorarem as condições de vida dos seus associados.

Pessoas que de forma autónoma se unem voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações económicas, por meio de iniciativas comuns, é uma prática que remonta há muitos anos. Princípios como o da auto-ajuda, a co-responsabilidade, a equidade, a solidariedade, interesse pelo bem comum, não são alheios ao modo de vida das nossas comunidades.

Casos de pessoas que com pouco capital financeiro, força de vontade e espírito de trabalho colectivo atingiram os seus objectivos pessoais graças às mais variadas dinâmicas de entre ajuda e cooperação são

bem conhecidos entre nós.

Portanto, o espírito, o potencial e a demanda para surgimento de cooperativas há muito que já existe em várias regiões país. Só faltava mesmo o suporte legal adequado e os instrumentos de política pública eficazes para fomentar o surgimento de cooperativas

nos mais diversos sectores da economia nacional.

Porém, as sombras do passado e presente que se abatem sobre as cooperativas precisam de ser ultrapassadas sob pena de comprometermos a aplicação da lei e o desenvolvimento das cooperativas. Por exemplo: um dos princípios universais do cooperativismo previstos na actual proposta de lei é o do

controlo democrático das cooperativas pelos seus associados, para além da sua participação económica.

Estou com muitíssima curiosidade em perceber como algumas das cooperativas actualmente existentes vão adoptar na prática tal princípio e, caso não o façam, como as autoridades vão lidar com este incumprimento muito comum nas nossas instituições em virtude do défice democrático que a sociedade apresenta e dos oportunistas do costume?

São por demais conhecidos os casos de instituições da sociedade civil, partidos políticos e até sector privado nos quais os seus constituintes não detêm o mais mínimo controlo das suas instituições, ficando estas reféns das suas lideranças que actuam à margem do previsto nos estatutos e da vontade da maior parte dos seus membros. Quem garante que será diferente com as cooperativas ao abrigo da nova lei?

Como se vai garantir que as lideranças de algumas das actuais e futuras cooperativas, se lembrem a todo momento que faz parte da essência do cooperativismo a cooperação entre os seus membros, o interesse colectivo como um todo, e não o aproveitamento

individual que muitos tentam fazer, utilizando as cooperativas apenas para aceder a recursos públicos e outros benefícios?

Existem cooperativas que ao invés de promover a mais plena participação dos seus membros no desenvolvimento económico e social da comunidade, acabam por ser vistas apenas como uma maneira de aceder a bens e serviços financiados com recursos e

facilidades do Estado.

Por melhor que seja a lei a ser aprovada, ela corre o risco de ter muito pouca utilidade lá onde os potenciais membros de uma cooperativa não têm acesso à educação, formação e informação acerca do que é uma cooperativa, como ela deve funcionar, quais os seus valores e princípios, bem como do conteúdo da lei.

Como não só de lei vivem as cooperativas, é importante também que se adoptem medidas concretas e adequadas para se ultrapassarem os problemas decorrentes da fraca capacidade de gestão

de negócios com dimensão empresarial, das dificuldades de acesso a mercados e a instituições financeiras em condições favoráveis, bem como da habitual burocracia, para se constituir uma cooperativa.

## 2.2 Parte da população angolana recorre à serviços bancários

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2014*

O programa "Bankita" contribuiu, nos últimos dois anos, para o crescimento da taxa de população de Angola com acesso a serviços bancários, actualmente na ordem de 50 por cento, de acordo com o comunicado do Banco Nacional de Angola (BNA).

Em comunicado, o Banco Nacional de Angola recorda que em Dezembro passado subscreveram o acordo de adesão ao Programa de Educação Financeira quatro bancos comerciais, Privado Atlântico (BPA), Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), Millennium Angola (BMA) e o Angolano de Negócios e Comércio (BANC).

Estas novas instituições juntaram-se aos nove bancos comerciais que em 2011 aderiram ao Programa de Poupança e Crédito (BPC), de Comércio e Indústria (BCI), Comercial Angolano (BCA), de Fomento Angola (BFA), BIC, Regional do Keve (BKEVE), de Negócios Internacional (BNI), SOL e BAI Micro finanças (BMF).

De acordo com o banco central, o desenvolvimento e execução do Programa de Educação Financeira em Angola representa um esforço das autoridades do sector financeiro para promover o acesso esclarecido da população ao sistema financeiro, de modo a contribuir para eficiência e estabilidade dos mercados financeiros.

O depósito "Bankita" é uma conta de depósito à ordem, constituída com um valor mínimo de abertura de 1 00,00 kwanzas, um documento de identificação válido e uma fotografia do depositante.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Comércio de rua na Terra Nova tem os dias contados

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2014

A famosa praça das pedrinhas, na Rua Gago da Graça, no bairro da Terra Nova, tem os dias contados. A Administração do Rangel pretende acabar com as vendas, que criam grande transtorno à circulação de viaturas e ao movimento dos transeuntes.

A Rua Gago da Graça caracteriza-se por ter grandes armazéns grossistas, lojas, cantinas, pequenas pracinhas e venda ambulante, o que dificulta a circulação. Há muito tempo que a rua deixou de ser uma área residencial decente e se transformou numa zona comercial.

A Rua Lino Amezaga parece um formigueiro. Diariamente, a Polícia corre com os vendedores ambulantes, mas sem sucesso. Basta virarem as costas, para a multidão reaparecer e invadir novamente o local.

Os moradores da Terra Nova louvam a iniciativa e esperam que com o fim dos armazéns grossistas, lojas, cantinas e venda ambulante, as ruas voltem a ter a imagem do passado: asfaltadas, limpas e de boa circulação para pessoas e viaturas.

Hoje, andar pela Gago da Graça, Lino Amezaga e outras ruas invadidas pela venda informal é uma odisséia, dada a quantidade de pessoas que se deslocam de um lado para o outro.

As bancadas e barracas instaladas à porta das casas completam o cenário. Como se não bastasse, há ainda os buracos, as águas estagnadas e os montes de lixo que resultam das vendas a atrapalhar a tranquilidade e a sanidade públicas. A partir das 6h00, Tito Bangão, morador na Rua Gago da Graça há mais de três décadas anos, vê a porta da sua residência ser invadida por barracas de venda.

Depois dessa hora, é muito difícil sair ou entrar em casa. Tito está indignado porque, além de tudo mais, a maioria dos vendedores não

vive sequer na Terra Nova. Também presidente da comissão de moradores da mesma rua e cansado de

tanto pedir a colaboração dos vendedores, explicou que o pandemónio começa muito cedo.

À noite, a recolha do lixo é feita pela Empresa de Saneamento e Limpeza e Saneamento de Luanda e o local fica limpo, mas logo pela manhã surgem os vendedores e com eles o lixo reaparece. A Polícia faz o que pode. Perante as centenas de vendedores, limita-se a manter o mínimo de ordem no local. Correr e acabar com a venda ambulante e pracinhas é uma missão praticamente impossível. "A solução é acabar com os armazéns grossistas naquela rua", considera.

### 3.2 Proibida a partir de hoje a venda na via pública

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2014

A venda ambulante na cidade do Namibe está proibida a partir de hoje nas ruas ou em locais não autorizados e os prevaricadores vão ser responsabilizados criminalmente, advertiu o administrador municipal.

Armando Valente afirmou que o Governo Provincial do Namibe não é contra a venda ambulante, mas que "é preciso que os comerciantes se organizem para poderem exercer a actividade".

O administrador do Namibe salientou a importância dos jovens adquirirem formação para com mais facilidade conseguirem emprego e integração social.

O Governo Provincial do Namibe, referiu, continua a incentivar os jovens vendedores a aderirem a associações juvenis e grupos devidamente organizados a quem se atribui uma determinada actividade que deve ser praticada em locais previamente concebidos para isso. A venda ambulante, afirmou o responsável, é para as zungueiras que percorrem a cidade a vender produtos agrícolas e não para os que criam pracinhas não autorizadas com produtos industriais em qualquer rua ou esquina.

O administrador do Namibe criticou a concentração de vendedores ambulantes defronte a bancos, hospitais, bombas de combustível e outros locais de aglomeração de pessoas com produtos que devem comercializados em lojas devidamente licenciadas.

As autoridades municipais vão pedir aos vendedores ambulantes que abandonem as ruas e procurem criar estabelecimentos comerciais legais, pagando impostos e com garantia de protecção.

Armando Valente anunciou para breve a ampliação do mercado informal 5 de Abril, onde vão ser criadas condições para os vendedores de rua terem espaços para exercerem a actividade comercial.

A medida, segundo o responsável, não abrange as mulheres vendedoras de hortaliças e frutas.

### 3.3 Vender no meio da rua

*Jornal de Angola*

*12 De Janeiro de 2014*

A minha palavra vai hoje para os vendedores ambulantes da capital do país. A Comissão Administrativa de Luanda anunciou que vai começar a punir os indivíduos que vendem e compram artigos nas ruas da cidade. A medida é bem-vinda e foi anunciada por José Tavares Ferreira, presidente da Comissão Administrativa, durante a reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social de Luanda.

A medida vale pela forma como é anunciada, mas também pelo seu significado. Ser divulgada no embrião de um futuro órgão autárquico é revelador da linha de actuação a que o Governo nos tem habituado. A gestão da cidade é feita em diálogo com todos, moradores, comerciantes, empresários, partidos políticos, organizações comunitárias e não governamentais.

Toda a sociedade civil está incluída nos encontros de auscultação e concertação instituídos. Ninguém está excluído.

Mas há que falar também com os vendedores ambulantes. E a eles dirijo a minha palavra. Para já, faço um pedido aos nossos vendedores: parem de vender no meio das ruas e das estradas! A venda nas ruas é responsável pela perda de vidas humanas e pelo caos no trânsito. Este é um problema grave que atravessa a cidade. Para a circulação nas cidades estão reservados espaços próprios para as pessoas que andam a pé, os passeios, e outros para as viaturas e as motorizadas transitarem. Andar no meio do trânsito a fazer comércio é crime e ninguém pode aceitar isso. Todos os cidadãos devem acatar o Edital que vai ser publicado pela Comissão Administrativa de Luanda e as regras são para ser cumpridas escrupulosamente. Vender mobílias, estojos de ferramentas, jornais, tapetes e até animais nas ruas da capital, pode até dar um ar de que o nosso país tem uma economia liberal, mas é inaceitável em qualquer parte do mundo. O comércio pode ser feito em qualquer lugar, até nos passeios, mas é inaceitável que se desenrole no meio do trânsito automóvel, como sucede actualmente, à vista de todos.

É compreensível a maneira como as nossas autoridades têm lidado com este problema. A opção por soluções integradas, estruturantes e concertadas na solução dos problemas da população é característica do Governo. A gestão administrativa é posta de parte. O melhor é criar o quadro jurídico e a infra-estrutura necessária, depois explicar e só então ir inserindo toda a gente nas estruturas do sistema concebido e montado.

Assim tem agido o Governo.

Mesmo no período de guerra, foram privilegiadas as soluções concertadas. Os pilares da paz foram construídos em diálogo e por consenso. A reposição da autoridade do Estado foi feita na presença da UNITA e de entidades internacionais, para que não restassem dúvidas. Mas algumas necessidades são tão urgentes e óbvias que dispensam discussões alargadas. A aceleração que houve na reabilitação da infra-estrutura rodoviária nacional decorreu do anseio nacional em se circular livremente. No nosso país, até as leis são precedidas de consulta popular.

Há um tempo para tudo. Para o diálogo e para a concertação, mas também para passar à acção, quando sabemos que o caminho a percorrer é o correcto. Já toda a população de Luanda percebe que a venda de produtos em lugares impróprios ou não autorizados não pode continuar. Agrava os problemas da cidade, que já sofre com a falta de saneamento básico - e este só fica definitivamente resolvido quando estiver concluída toda a rede de valas de drenagem e esgotos.

Muito do comércio feito por vendedores ambulantes é, na realidade, um tráfico.

Se não for combatido, prejudica tanto a economia como o garimpo de diamantes praticado por imigrantes ilegais que invadem as fronteiras. Se não são tomadas medidas para o licenciamento e o cumprimento das obrigações contributivas impostas pela lei à comercialização, o volume desse negócio informal ganha proporções e passa de crime económico a elemento desestruturador do mercado.

O argumento populista em defesa do florescente mercado informal é que essa actividade tem um elevado peso no sustento de muitas famílias. Mas todos sabemos que qualquer comerciante, formal ou informal, tem melhor protecção se trabalhar legalizado. Sabemos, ainda, que as contribuições são sempre determinadas em função do rendimento obtido. O cidadão que trabalha com uma licença e paga as suas contribuições fiscais tem mais garantias de segurança.

No estado em que as coisas estão é que ninguém beneficia. Os artigos de contrabando importado, relógios e carregadores de telemóveis, estão espalhados e só duram até à primeira utilização. Luanda merece melhor imagem e todos os seus habitantes esperam por isso. A Comissão Administrativa de Luanda deu o primeiro passo, mas não tem um caminho fácil pela frente. O meu primeiro conselho é para os vendedores ambulantes deixarem de vender, pelo menos, no meio da rua.

### 3.4 Mercado da Chapada tem novas instalações

*Jornal de Angola*

*15 De Janeiro de 2014*

O bairro do Marçal, no Distrito Urbano do Rangel, na cidade de Luanda, tem um novo mercado. Erguido na Rua da Chapa da, o mercado com o mesmo nome abre em breve as portas aos vendedores do bairro. As obras já terminaram e está em curso o registo dos vendedores que comercializavam os seus produtos na antiga praça.

Um mercado construído de raiz estava em falta no Rangel e por isso os moradores, em especial os vendedores, congratulam-se com a iniciativa da administração local.

Um senão preocupa os vendedores, o mercado foi construído sem bancadas de venda, cabendo a cada vendedor fazer a sua bancada, de madeira, o que parece ser impróprio para um mercado.

Imaculada Jerónimo, moradora e vendedora na rua da Chapada desde

o tempo da antiga praça, disse que "custa caro mandar fazer uma bancada" para vender no novo mercado.

A Administração do Rangel recomendou um modelo aos vendedores, tendo uma vendedora cadastrada dito ao Jornal de Angola que pagou mais de dez mil kwanzas pelo trabalho, "quando seria responsabilidade da Administração construir o mercado já com bancadas".

Algumas vendedoras já conhecedoras das condições exigidas pela Administração do Rangel para a venda no novo mercado, esperam apenas pela inauguração para deixarem de vender na rua. Com o novo mercado a funcionar, acabam-se as vendas nos passeios e à porta das casas, as tendas, barracas e roulettes que invadem os passeios de algumas ruas do Marçal.

A Rua da Chapada é um exemplo real de venda informal, estando os passeios completamente ocupados e obstruídos pelas vendedoras. Jota da Conceição vende à porta de casa e mora no Marçal há mais de 20 anos, depois de a antiga praça ter acabado, a opção foi vender junto à porta de casa como muitas outras moradoras.

O novo mercado foi concluído há quase um ano mas até agora ainda está por inaugurar. Apesar da venda, a rua da Chapada mantém-se sempre limpa. São as próprias vendedoras que fazem questão, antes e depois da venda diária, de deixar a rua e os passeios limpos, com a ajuda da Elisal (Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda).

### 3.5 Comércio Informal. Ambulantes com os dias contados

*Jornal Agora*

*17 De Janeiro de 2014*

A ideia de acabar com a venda ambulante nas ruas da cidade foi recentemente avançada pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) por altura do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social realizado na capital.

Na ocasião, José Tavares admitiu a possibilidade de nos próximos dias entrarem em vigor normas que punam os vendedores ambulantes e os munícipes que comprem os artigos na via pública.

O responsável, que respondia a várias inquietações dos munícipes, indicou ainda que as multas serão altas, no sentido de inibir a venda ambulante.

Em seu entender, a existência de compradores é um dos motivos que incentiva para a venda desordenada nas ruas, principalmente em áreas urbanas da maior cidade do país.

José Tavares advertiu que "aquele que for apanhado a comprar qualquer produto na rua também será penalizado de acordo com um decreto que será divulgado brevemente, pois o combate a venda ambulante é uma missão colectiva e a melhor forma é não comprar".

Além desta acção Tavares referiu que a CACL tem outros programas concretos para o combate a este fenómeno, como acabar com as chamadas 'casas de processo' (residências que guardam os produtos dos vendedores ambulantes) penalizando os proprietários dos bens e das habitações.

Segundo ele, mais de 90 por cento dos vendedores não são habitantes da circunscrição onde exercem

actividade comercial, são oriundos de outros municípios e guardam os produtos nas proximidades dos locais de venda.

#### DESTINO DOS PRODUTOS APREENDIDOS.

Os municípios questionaram como esta medida será posta em prática e sobretudo o destino dos produtos apreendidos. Aliás, os agentes da fiscalização jamais devolveram aos proprietários as mercadorias apreendidas na via pública.

Sobre o alegado desvio de produtos ou actos de corrupção por parte de membros da fiscalização ou da Polícia Nacional, José Tavares esclareceu que os produtos apreendidos são doados aos centros infantis, lar de terceira idade e para as populações afectadas pela seca na região sul do país, com destaque para a província do Cunene.

O presidente da CACL chamou atenção para a denúncia de eventuais casos de corrupção ou maus tratos na actuação dos fiscais ou agentes da Polícia Nacional.

#### RESISTÊNCIA DOS VENDEDORES DA MABUNDA.

Diante da medida da CACL, os vendedores do antigo mercado do peixe, a beira-mar, dizem que nada mau se a ideia fosse secundada com a construção de mercados capazes de acolher todos os vendedores.

Além disso, justificam que no novo mercado erguido pelas autoridades não há clientela e por isso voltaram a comercializar os produtos a céu aberto na praia.

"Pela bancada na Mabunda paga-se entre 200 a 800 kwanzas por dia. No novo mercado além das boas condições de higiene, a taxa diária varia entre 50 a 100 kwanzas. Portanto é mais barato, porém, temos sido ameaçados pelos proprietários dos espaços na praia que temem perder o negócio. Está mal", acusa uma senhora vendedora de roupa usada.

### 3.6 Compradores e vendedores serão multados

*Novo Jornal*

*17 De Janeiro de 2014*

A comissão Administrativa de Luanda vai punir as pessoas que compram e as que vendem produtos na via pública. A medida tem, entre outros, o objectivo de manter a cidade organizada e mais fluida.

Esta decisão faz parte de um conjunto de normas destinadas a punir os vendedores ambulantes e as

pessoas que compram artigos nas artérias do município de Luanda. A norma poderá entrar em vigor nos próximos dias.

Para José Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda, a ideia é desincentivar a venda ambulante, já que a existência de compradores é um dos motivos que estimula a venda desordenada nas ruas, principalmente em áreas urbanas.

O governante, que anunciou estas medidas durante o primeiro encontro do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, fez saber que as mercadorias que forem apreendidas vão ser devolvidas aos donos. Mas, antes, estes vão ter de pagar uma multa equivalente a 50 por cento do valor dos produtos apreendidos.

"Como responsáveis, vamos continuar a fazer um trabalho de sensibilização, porque já existem locais próprios para a venda. É preciso que os cidadãos respeitem as leis administrativas", frisou.

Ainda de acordo com José Tavares, a instituição que dirige tem outras medidas para o combate cerrado ao fenómeno da venda ambulante. Entre elas, constam o fim das casas de processo, (residências que guardam os produtos dos vendedores ambulantes), com penalizações para os proprietários dos bens e das habitações.

Segundo o responsável, mais de 90 por cento dos vendedores de rua não são habitantes da circunscrição onde exercem a actividade comercial e guardam os produtos nas proximidades dos locais de venda.

#### "CHOVERNO MOLHADO"

A medida caiu como um balde de "água fria" em cima dos que encaram os vendedores ambulantes como referência na compra de produtos. É o caso de Kijila Soares, funcionário público, que todos os dias, no regresso a casa, aproveita para parar a sua viatura, uns segundos, de modo a fazer compras em plena via pública.

Fruta, calçado, perfumes e até pão são alguns dos bens que compra com maior regularidade.

"Já que me levanto cedo, não tenho tempo para ir aos mercados.

Então, aproveito estes miúdos que circulam por aqui para comprar as coisas que me faltam em casa", atesta o jovem trabalhador.

Por sua vez, o vendedor ambulante Narciloy diz que não há novidade na medida agora anunciada, uma



vez que, diariamente, é penalizado pelos fiscais do governo provincial por vender na rua. "Eles apreendem as nossas coisas. Para soltá-las somos obrigados a pagar dinheiro. Não temos medo desta notícia porque já estamos habituados às corridas"

A medida da Comissão Administrativa de Luanda também não surpreendeu o sociólogo Raul Mariano. O especialista considera que há muitas medidas de combate ao fenómeno mas que pecam por falta de consistência.

De acordo com o académico, esta é mais uma das muitas que andam engavetadas e que não se efectivam por falta de seriedade e de um plano inclusivo de combate à venda ambulante.

"O problema do nosso Estado é criar muitas leis e não efectivá-las.

Dá impressão que estamos permanentemente a chover no molhado.

Assim fica difícil acreditar se esta medida vai ou não funcionar", conclui.

### 3.7 Tributação. Imposto de Consumo será substituído por tipo IVA

*Jornal Agora*

*17 De Janeiro 2014*

Não se trata propriamente, e de novo, de mais um desaguado entre o empresariado e o Executivo, ou mais propriamente, com o Ministério das Finanças, em torno de medidas que influenciam o funcionamento da estrutura económica e social do país, ao abrigo das reforças para protecção da produção nacional, transparência dos actos administrativos, fuga de capitais, regulação do comércio e redução (para eliminação) da informalidade da economia. Desta vez, o 'pomo da discórdia' gira em torno da Nova Pauta Aduaneira e da Lei de Facturação, ambas já em estado de implementação.

O sector empresarial refere que estas decisões não estão de acordo com a nossa realidade concreta. Ainda de acordo com a intervenção de Lopo do Nascimento, os objectivos definidos pelo Governo foram a simplificação dos processos, a dinamização e o favorecimento da produção interna em desfavor da importação, mas, como disse, "quando lemos os documentos vemos que quem vem de fora tem mais facilidades do que quem está aqui nesta luta do dia-a-dia".

Todos concordam com a necessidade de introdução de reformas mas, como clarificou "quem produz paga os mesmos impostos em tudo: quando começa a produção, quando acaba, quando vai para distribuição e não vemos esses problemas atacados".

NÃO É CÓPIA DO IVA. Nas suas reclamações, alguns empresários consideram que a lei de Facturação é uma cópia da legislação portuguesa sobre o IVA, e que não se teve em conta a realidade do nosso mercado que na globalidade, não está preparado para a emissão de facturas. Em face disso, acusam o Ministério das Finanças de ter feito um certo recuo, decidindo pela sua implementação apenas em Luanda a empresas do grupo A, o que supostamente não é legal.

Para esclarecer esta e outras questões e contactado pelo Agora, fonte afecta ao Ministério das Finanças que preferiu falar em off deu-nos conta que, na verdade, a obrigatoriedade de emissão de facturas não é nova, uma vez que a mesma consta do Regulamento do Imposto de Consumo em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 41/99, de 10 de Dezembro, embora se limite a factos tributados em sede do imposto de consumo. Entretanto, prosseguiu a nossa fonte, face ao actual contexto económico nacional e em consonância com as Linhas Gerais para a Reforma Tributária, fez-se aprovar o Decreto Presidencial n.º 49/13, de 1 de Outubro, que estabelece novas regras de modo a garantir a correcta aplicação dos impostos de Consumo, Industrial e de Selo, na medida em que obriga a emissão a todos os contribuintes (pessoas singulares ou colectivas) que exerçam alguma actividade industrial ou comercial.

Quanto a observância da nossa realidade, a nossa fonte considera que foi justamente tendo isso em consideração, que surge a necessidade de implementação de medidas que visam garantir que todas as transacções comerciais de bens e serviços estejam devidamente documentadas, por via de uma factura ou documento equivalente, de modo a que, por um lado, todos os entes que pratiquem tais actos obedeçam a um mínimo de organização e formalização e, por outro lado, permita a Administração Tributária fortalecer os meios de fiscalização e tributar de forma justa todos os contribuintes.

Por outro lado, considerou que o nosso Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes não pode ser equiparado ao IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) da legislação portuguesa, porque o código do IVA português contém o regime jurídico da tributação do consumo e da despesa. Podemos, sim, afirmar que os requisitos para emissão das facturas, nos termos do diploma em análise, são, em



alguns aspectos, semelhantes aos requisitos que devem obedecer à emissão de facturas em Portugal o Trata-se de um requisito bastante comum, porque o objectivo é documentar as transacções comerciais, de modo que seja possível identificar, pelo menos, o fornecedor do bem ou prestador de serviço.

A nossa fonte garantiu entretanto, que a lei está em vigor e deve ser aplicada em todo país. "Não há nenhuma orientação ou medida administrava que restrinja a aplicação da lei apenas à província de Luanda".

AMARRADOS AOS ASCAJS. Para o sector empresarial, com essa lei colocaram-se as empresas literalmente nas mãos dos inspectores, já que "hoje em Angola não há nenhuma empresa que fica com 100% dos documentos de acordo com a lei".

Para a nossa fonte afecta ao Ministério das Finanças, "o que se pretende é o controlo efectivo e mais rigoroso das entidades que forneçam ou comercializam bens e serviços e dos documentos apresentados por estes a título de custos, quando ambos são comerciantes ou industriais".

A lei, alerta a nossa fonte, prevê medidas coercivas para o seu incumprimento mas prevê, todavia, situações de dispensa de cumprimento dos seus requisitos, mediante prévia autorização do Director Nacional dos Impostos. Isto permitirá aos comerciantes que tenham condições técnicas para emissão de facturas de acordo com a lei que continuem a exercer a sua actividade normal, mas permitirá, sobretudo, que a Administração Fiscal tenha conhecimento e controlo desses contribuintes. E acrescentou que o Regime Jurídico das Facturas é uma matéria de âmbito fiscal e, conseqüentemente, a aplicação das penalidades fixadas, assim como quaisquer outras relativas a matérias fiscais, são da exclusiva competência da Administração Tributária.

SUGESTÕES E PARECERES. Contrariando uma vez mais o sector empresarial, a nossa fonte assegurou que não faltou concertação com os tradicionais parceiros. Disse que a reforma tributária em Angola está assente em diversos princípios, sendo um destes o da participação pública. E referiu que o processo de reforma está a ser acompanhado por debates públicos e durante os trabalhos preparatórios, o Regime Jurídico das Facturas foi discutido com diversos segmentos da sociedade civil. Foi, igualmente, enviada a proposta aos membros do Conselho Tributário Consultivo, constituído por membros de instituições públicas e privadas. Garantiu que as sugestões e pareceres decorrentes do processo de consulta pública, foram tidos em consideração na elaboração do diploma em vigor.

Tal procedimento tem sido adoptado também ao nível de outras propostas de diplomas elaboradas no âmbito da Reforma Tributária. A iniciativa permite não apenas tornar o projecto integrativo, como também recolher os contributos e impressões de diversas franjas da nossa sociedade.

CONSULTORIA ESTRANGEIRA. Todo esse processo tem contado com a intervenção de uma empresa de consultoria, denominada Mckinsey, acusada de, depois de falhar a proposta de introdução do IVA aparecer com nova roupagem para dar a volta e fazer ressuscitar esse seu desejo. Para a nossa fonte, a Mckinsey

Internacional, Inc. é apenas uma organização de consultoria, assessoria e gestão, internacionalmente reconhecida, que coadjuva o Executivo na melhoria do seu desempenho em matéria de estratégia, operações, organização e tecnologia na implementação da Reforma Tributária. Em suma, o papel da Mckinsey no processo da reforma é de auxiliar a estrutura do Executivo criada para a reforma.

Relativamente a simplificação dos processos, a nossa fonte considera que é fundamental sublinhar que no sistema tributário, não significa a não observância de pressupostos fundamentais do exercício da actividade económica, que deve estar assente em regras que atribuam não só direitos, mas também obrigações aos agentes económicos, visando garantir a segurança e confiança aos intervenientes nas transacções comerciais (agentes económicos e consumidores). Considera que a simplificação que se almeja deve resultar, entre outros aspectos, na simplificação do número de impostos o que acontecerá com a eventual eliminação, ou racionalização, ou especialização do Imposto de Selo a operações financeiras; simplificação dos procedimentos relativos ao pagamento de impostos e cumprimentos de outras obrigações o que já ocorre nos termos da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Lei nº 30/11, de 13 de Setembro, onde se adoptou um regime simplificado de pagamento de imposto para as micros empresas. Por outro lado, projecta-se, por exemplo, no que toca ao Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, a adopção de um regime de tributação com referência a uma tabela de lucros mínimos, para comerciantes individuais que não queiram estar organizados numa estrutura societária.

A complexidade dos temas, a sua abrangência e os seus efeitos socioeconómicos obrigam a realização de estudos, de modo a considerar as opções, em termos de boas práticas, a realidade do país, assim como as diversas iniciativas que concorrem para o desenvolvimento social e económico de Angola.

No que toca a dinamização da produção interna em desfavor da importação (em resposta à opinião de que quem vem de fora tem mais facilidades do que quem está em Angola na luta) e ao favorecimento da produção interna em detrimento das importações, a nossa fonte junto ao Ministério das Finanças assegura que será exactamente o contrário. "Não se vê em que medida a exigência de facturas poderá ser um constrangimento à dinamização da produção interna. O regime de facturação sempre foi exigida em sede do Imposto de Consumo na produção. O facto de as transacções comerciais de transmissão de bens e serviços estarem devidamente documentadas, beneficia o produtor que estará em condições de determinar e demonstrar à Administração Fiscal, o custo que efectivamente teve com a produção de determinado bem para que esta possa determinar a matéria colectável em sede do imposto de consumo. Ou seja, a facturação constitui um elemento fundamental da mecânica do Imposto de Consumo, já que é através dela que cada sujeito passivo (produtor) tem o exacto conhecimento do valor total do imposto de que é devedor perante o Estado, em resultado das transmissões de bens produzidos que efectuou".

Vistas as questões nessa óptica, não está relacionada com o regime jurídico das facturas, mas sim com o Imposto de Consumo, que como nos disse, é uma situação que há-de ser resolvida a médio e longo prazo, com a implementação de várias medidas não apenas de cariz fiscal, mas também de carácter económico e

social. E sublinhou que em sede do Imposto de Consumo, estabeleceu-se o Princípio da Equiparação, por força do Decreto Legislativo Presidencial 7/11, de 30 de Dezembro, que passou a dar o mesmo tratamento fiscal à produção nacional sempre que produtos da mesma natureza beneficiem ou tenha alguma vantagem fiscal nas operações de importação.

#### IMPOSTOS EM CASCATA E IVA.

Sobre essa matéria, a fonte a que vimos fazendo referência deu-nos conta que o Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes não tem implicações no pagamento de impostos em cascata. "A tributação em cascata é um constrangimento próprio do nosso Imposto de Consumo por este ter uma característica monofásica". Embora esteja dentro do escopo da Reforma Tributária; disse, essa matéria tem de ser estudada na perspectiva da alteração estrutural da tributação do consumo em Angola.

Consequentemente, as Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária apontam para a introdução de um imposto do tipo NA, em substituição do

actual Imposto de Consumo. Decorrem estudos conducentes à substituição do Imposto de Consumo por um imposto do tipo NA, adequados à estrutura socioeconómico angolano, em conjugação com o aprofundamento da harmonização comunitária no quadro da SADC.

Para a nossa fonte, ao contrário do que se tem referido, essas medidas não afectarão o exercício do comércio informal. Assegurou-nos que pretende-se exactamente o inverso.

"Estas medidas não podem ser vistas de forma isolada. Ao lado do Regime Jurídico das Facturas, como meio de promoção da formalização da actividade comercial, há em para lei acções como a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, aprovadas pela Lei 30/11, de 13 de Setembro, e o seu programa de implementação, o Balcão Único do Empreendedor, aprovado pelo Decreto Presidencial 40/12, de 13 de Março, o Programa de Apoio ao Pequeno Empreendedor, entre outras medidas". E deixou claro que o modelo de promoção da formalização da actividade económica não "visa excluir os agentes económicos do sector informal, mas sim, a sua integração na actividade económica formal, contribuindo, assim, para o aumento das receitas fiscais, redução da precariedade do emprego, ampliando o número de futuros beneficiados de uma reforma segura e condigna, mediante descontos para a Segurança Social".

### 3.8 Manuais escolares de volta às ruas e mercados paralelos

*Jornal Manchete*

*18 De Janeiro de 2014*

Uma das motivações desta prática tem sido à procura que se faz sentir nessa altura, inclusive vendedores ambulantes decidem trocar os seus negócios habituais, para comercializarem manuais escolares da reforma. E como se não bastasse, estes, na ânsia de obterem lucro fácil, praticam preços especulativos, fazendo com que alguns pais e encarregados de educação adquiram estes meios, com dificuldades, por insuficiência de recursos financeiros.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento e Investigação (INIDE) e a Polícia Económica, há muito cooperam no sentido de combater a venda ilegal dos materiais escolares, mas ao que parece, não têm encontrado resultados positivos.

Este facto já suscitou várias análises nos mais variados círculos da nossa sociedade. Em muitos casos, chegou-se a conclusão de que o problema

reside nos grandes fornecedores. Sendo que esses abastecem aos armazéns grossistas, e por sua vez os armazéns ao mercado informal.

Mas o que nós temos estado a assistir, é, senão, um abrandamento por parte das acções das autoridades diante dessa embrulhada.

Ao invés de tomar medidas contra os seus mentores, correm atrás dos vendedores nas ruas, daí a razão porque esta prática continua activa, tal como revelou uma fonte do Manchete.

Normalmente, nos mercados dos Congolenses, São Paulo e Kikolo são alguns exemplos onde podem ser 'constatado o grosso dos materiais escolares. Os livros estão a ser vendidos a diversos preços, de acordo com à procura, sendo os de Língua Portuguesa da 5ª e 6ª Classe os mais caros, custando cada um 1.500 kwanzas. Quanto aos livros da 2ª Classe, os quatro (Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática e Educação Manual e Plástica) são vendidos de forma conjunta ao preço único de dois mil kwanzas.

"Os pais e encarregados de educação sabem que todos os anos as escolas distribuem de forma gratuito os manuais aos alunos. Mas, muitos preferem comprar antecipadamente no mercado paralelo, porque não confiam, até agora nas escolas, por ser uma constante os atrasos na distribuição, o que preocupa os pais", referiu um encarregado de educação interpelado por este jornal.

### 3.9 Histórias à sombra do candongueiro

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2014*

5 DE JANEIRO de 2014. O relógio marca 11 horas quando parte de Saurimo, capital da Lunda Sul, com destino a Luanda, o candongueiro de marca Toyota. Antes de tocar o asfalto da Estrada Nacional número 220, Man Sebas, o motorista, acerta todos os detalhes de uma longa viagem. Afinal, são cerca de 1.040 quilómetros de estrada. É muito asfalto para quem carrega consigo uma quantidade elevada de vidas humanas.

Entusiasmados, alguns passageiros arrumam as suas malas de forma a não serem danificadas. Outros aproveitam os últimos minutos para comprar mantimentos:

fruta, magogas (pão com frango frito) e carne assada para consumir ao longo do trajecto que se perspectiva muito cansativo. O carro ainda não

arrancou mas já algumas pessoas falam da saudade da terra dos diamantes - que tem uma área

de 77.636 quilómetros quadrados e uma população de aproximadamente 130 mil habitantes.

Depois de alguns minutos Man Sebas buzina. É o sinal de que a viatura já está de partida. Entre empurrões e murmúrios, os passageiros entram para o veículo de

forma atrapalhada para se sentarem nos lugares de frente. "Então, já que não ficou ninguém por entrar, vou arrancar a viatura. Desejo a todos uma boa viagem. Que Deus esteja connosco", atira Man Sebas.

As portas estão fechadas, os retrovisores posicionados, o combustível e o óleo estão no nível adequado. A viatura arranca numa marcha de aproximadamente 40 quilómetros por hora. Lá dentro, a maior parte das pessoas não se conhecem. Os olhares são estranhos e por isso a conversa fluía de forma tímida.

#### MESMO DESTINO, DIFERENTES OBJECTIVOS

Alguns passageiros vão a Luanda fazer compras para posteriormente revenderem em Saurimo, enquanto outros viajam de férias. No meio destas banalidades conhecemos a

jovem Mingota. Um caso singular no seio daquele grupo de passageiros.

Mingota desloca-se propositadamente à capital do país para procurar um homem com quem manteve uma relação amorosa. "Nós namorávamos enquanto ele trabalhava

aqui nas Lundas. Acabei por me descuidar e engravidei. O problema é que em Luanda não conheço a casa dele, nem o nome completo. Mas já fiz uns contactos com algumas amigas que me disseram que ele mora no Rangel. Vou procurá-lo porque isso não pode ficar assim. Não sou mulher de brincar", desafia a jovem de 23 anos de idade.

Já Paulina, que viaja para Luanda em férias, com os filhos, zanga--se com as lamentações da jovem Mingota. "Mas você mesmo moça desta idade namora com pessoa que não conhece até ao ponto de engravidar? Já imaginaste se ele tivesse alguma doença?", questiona.

Por sua vez, Zefa, natural da Lunda Sul, diz que os moços de Luanda são "muito mulherengos". São por estas e outras situações que disse ter regressado à terra natal para comprar "me gosta".

Segundo a jovem, trata-se de um medicamento tradicional que se põe na comida ou bebida com vista a prender as atenções do marido. "Estou aqui há quinze dias. Vim propositadamente para comprar o 'me gosta' para prender o meu marido. Toda a hora a sair de casa e a gastar dinheiro com as bandidas. Desta vez ele não se safa. Já aturei muito. Chega", avisa Zefa.

Enquanto a conversa ganha corpo e as pessoas aconchegam-se cada vez mais uma nas outras a viatura segue o seu trajecto, agora numa velocidade acima dos 180 quilómetros por hora. Para quem já está habituado a essa celeridade, como é o caso de Man Sebas, não há nada a temer. Já lá vão mais de dez anos desde que trabalha como taxista.

"Aprendi a conduzir na vida militar. Depois fiquei motorista de uma empresa privada. Como o salário não compensava, passei a ser motorista de táxi em Luanda. Juntei dinheiro, comprei um carro e comecei a fazer viagens de longo curso. Ser motorista é a única coisa que sei fazer na vida. Por isso é que essas velocidades não me intimidam. Eu ando com Deus", atesta Man Sebas, sem recordar as regras que o Código de Estrada impõe.

Já o passageiro Alfredo, desabitado a tais velocidades, teme o que pode acontecer em consequência da aceleração que o motorista imprimia. Ao longo da via, o jovem contemplava os rastros da imprudência no trânsito. São dezenas de carcaças de viaturas acidentadas expostas em cada curva. Por volta das 15 horas, depois de deixar as povoações de Cacolo e Chamo quelengue, ainda dentro da Lunda Sul, a viatura avariou.

Às pressas, Man Sebas desce e vê que se passa. "Afinal é o pneu que furou. Mas como é que não dei conta? Todos descem porque vamos utilizar o macaco para trocar o pneu e pode não aguentar o peso das pessoas", disse o condutor. Depois de alguns minutos já tudo estava superado. Com os passageiros de volta aos lugares, Man Sebas acelera a viatura e retoma o asfalto.

Paulina volta a ralar Mingota pela sua ingenuidade. Em resposta, a jovem afirma que "Luanda não é terra do pai de ninguém". "É de todos nós. É meu problema se vou ou não encontrar o moço.

Aliás, aqui é no táxi, estamos bem e não vamos só nos complicar", frisa a jovem e futura mãe.

"Paz". É o que Man Sebas pede às passageiras. Porque as vozes estavam a subir e os nervos eram cada vez mais visíveis. "Daqui para Luanda ainda falta muito. Minhas senhoras, comportem-se ou serei

obrigado a tirar-vos fora. Esse é um carro de paz". De seguida, o motorista abre o som ao ritmo do kuduro. Lá vai a viagem tranquila mas animada.

Por volta das 18 horas, já o sol se despede, quando a viatura cruza o Cuango, depois de ter deixado a região de Xá-Muteba, na Lunda Norte. O município tem cerca de 64 mil habitantes. É limitado a Norte pela República Democrática do Congo, a Este pelos municípios de Caungula e Lubalo, a Sul pelo município de Capenda-Camulemba, e a Oeste pelos municípios de Xá-Muteba, Cunda-Dia-Baze e Marimba. Por esta municipalidade foi feita uma paragem obrigatória para as pessoas encherem a barriga. A correria é grande porque são apenas cinco minutos de paragem.

As vendedoras que comercializam os seus produtos à margem da estrada recebem a comitiva com muito entusiasmo. Para os ilustres passageiros, as senhoras vendem banana fervida, jinguba, carne de caça, mandioca, kissangua, entre outros produtos. "Só podemos estar aqui esses minutinhos por ser uma zona de circulação de muitos animais. Eles circulam de um lado para o outro e têm a tendência de atrapalhar o percurso", disse o motorista.

De volta ao asfalto, a viatura segue a uma velocidade assustadora ao encontro da próxima paragem, Malanje. Mas antes, uma impressionante passagem no rio Kacuilo. O verde da fauna que ladeia esta corrente de água doce desperta a atenção dos passageiros.

Já por volta das 21 horas, Malanje dá as boas-vindas à comitiva que aproveitou a terra da Palanca Negra para um pequeno jantar e descanso de aproximadamente uma hora. Para comer não há muitas alternativas. Nos pequenos restaurantes e barracas ao lado, os passageiros compram alimentos e bebidas. Para o motorista, esse descanso é essencial para revitalizar as energias. "Apesar de fazer sempre esta via devo reconhecer que é bastante cansativa. E este repouso acaba por ser revitalizante", conta Man Sebas.

Passados os trinta minutos para jantar, Man Sebas dá o sinal do tempo esgotado. Começa uma nova jornada. Ainda faltam cerca de quatro horas de estrada até Luanda. Tino, um dos passageiros, aproveitou o tempo do jantar para tomar algumas bebidas a mais. O cheiro e o efeito inquietante do álcool criam algum embaraço dentro da viatura. Quase todos os passageiros manifestam o seu desagrado em relação ao estado "chato" do jovem, que aparentava ter 25 anos de idade.



## A POLÍCIA NA VIA

Enquanto as conversas rolam alguns passageiros acabam por adormecer. Mas o sobe e desce da viatura despertava quem estivesse a dormir. Volta e meia os passageiros

acordam a perguntar se ainda falta muito para Luanda. Já a noite caminha a passos largos. Na via, contam-se o número de viaturas a circular.

Por parte do condutor e dos passageiros o sentimento é unânime: viajar pelas estradas nacionais no período nocturno é melindroso devido à falta de sinalização e aos animais, que constantemente atravessam a estrada.

Depois de 175 quilómetros de andamento, a comitiva cruza a província do Kwanza-Norte. Nesta província, a viagem leva-nos às municipalidades de Lucala, Ndalatando e Dondo. Nesta última localidade um agente regulador de trânsito interpela a viatura que, minutos depois, volta a pisar 9 asfalto. O motorista está munido de toda a documentação.

"Meu irmão, eu nunca aceito andar sem documentos. Esses agentes não perdoam. Pior ainda nesta altura do ano. Eles apertam o cerco", afirma Man Sebas, visivelmente satisfeito.

Por volta da 1 hora da manhã, a localidade de Maria Teresa, na província do Bengo, recebe a comitiva que foi novamente interceptada pelos agentes de trânsito. O sonho de chegar a Luanda está cada vez mais próximo. Dentro da viatura, o cansaço no rosto dos passageiros é visível.

Quando o relógio marca 2 horas e 45 minutos, o veículo rasga a estrada de Catete em direcção à paragem do Rocha Pinto. Finalmente em Luanda. Algumas pessoas ligam para os familiares, dando conta da chegada, enquanto outros procuram lugares próximos para se hospedar. A alegria era visível no seio dos passageiros.

Para muitos era o fim de uma longa viagem. Mas para Mingota era tão-somente o começo de uma exaustiva jornada à procura do jovem que a engravidou. Já Man Sebas teve poucas horas para descansar. No dia seguinte regressa ao asfalto com uma nova rota.

## 3.10 Comércio nacionais facilitam estrangeiros

*Jornal A capital*

*25 De Janeiro de 2014*

A transmissão dos alvarás de angolanos para estrangeiros com o fim

destes exercerem a actividade comercial, apesar de transgredir a lei, tema num de bate organizado, na passa quinta-feira, 23, pelo programa Vector da rádio IAC que contou com um naipe de convidados ligados à vida económica nacional.

No programa, de que participou o director nacional do comércio e serviços mercantis do Ministério do Comércio, Henrique Barbosa, foi abordada a questão de haver, ainda, estrangeiros em situação de imigração ilegal que exercem a actividade comercial, ao contrário do disposto na legislação em vigor na república de Angola

Em causa está, pois, a violação do diploma que regula o exercício do comércio e prestação de serviço, assim como aprova a emissão, atribuição e uso do alvará comercial, que desde 2013 conhece novas modalidades de emissão.

Henrique Barbosa explicou que o acesso aos alvarás comerciais, por parte dos estrangeiros ilegais aconteceu quando, por volta de 2000, se verificou uma paralisação no processo de actualização desta ferramenta que habilita o exercício da actividade comercial

O director nacional das actividades comerciais referiu que, por esta razão, actualmente não se alarga o período de validade do alvará para mais de cinco anos, contrariamente ao que muitos agentes comerciais sugerem ao Ministério do Comércio.

## 3.11 Comércio sem fronteira

*Jornal A capital*

*25 De Janeiro de 2014*

Por que será? Se os supermercados reclamam, para si, uma vasta clientela, os mercados informais, desregulados e com os riscos que acarretam, não ficam muito atrás.

E são, na verdade, múltiplas as razões que fazem com que muita gente ainda continua a optar preferencialmente por estas estruturas precárias, na hora de fazer as compras para abastecer as despensas. Cristina Andrade, moradora no município de Viana, não tem muitas dúvidas. Ela prefere o mercado do



30, uma superfície não muito recente, mas entretanto ampliada e povoada por vendedoras oriundas de outros mercados entretanto encerrados.

"É mais perto de casa", disse a cidadã, justificando a razão pela qual insiste em fazer compras no informal.

Esta é, na verdade, a primeira razão. A outra, segundo disse, tem a ver com os

preços praticados que são manifestamente inferiores no sector informal, afinal quem ali vende não tem o mesmo caderno de encargos que têm os supermercados.

Mas ela mantém essa preferência há mais de cinco anos, dizendo-se fundamentalmente influenciada pela exiguidade dos seus rendimentos como professora.

Ela exemplifica que, hoje no supermercado, a compra de produtos,

como hortícolas, é baseada no preço. Algo completamente diferente dos métodos praticados no mercado informal. No mercado do 30, o valor pago por um balde de 5 quilos de tomate, por exemplo, daria apenas para comprar um quilo num qualquer supermercado. A mesma diferença sente-se em relação a outros bens, que fazem parte da dieta alimentar dos angolanos, como são a batata e o repolho.

Obviamente, no mercado as exigências, do ponto de vista de higiene e de acondicionamento dos produtos, são bem inferiores que as dos supermercados. E é, justamente, nisso que se agarra Engrácia Sebastião, uma funcionária pública para justificar a sua opção pelos supermercados. "É sempre melhor assim", disse. E quanto aos preços, "pagamos pelas condições", disse.

Outros tantos consumidores como Etelevina Domingos mantêm a opção pelos mercados informais. Esta, de igual modo, queixa-se da disparidade de preços, salientando que "às vezes a mesma quantidade de determinado produto nacional pode custar até 10 vezes mais nos supermercados". E isso, tal como disse, tem uma pesada quota de influência na hora de se decidir sobre onde efectuar as compras.

E tal disparidade não diz apenas respeito a alguns produtos, "É sempre assim: aqui temos de tudo desde os legumes, congelados e carne fresca".

Nos supermercados que vão surgindo cada vez em maior número, estão talhados para fornecer produtos de maior qualidade e com melhores condições de higiene e segurança para os consumidores.

Quem por eles opta, mostra-se satisfeito com o serviço prestado e consideram que os produtos ali comercializados são bons. Quem confirma é Eulália António que se considera cliente assídua. E explica a razão: "aqui é mais cómodo e seguro", garante, quando compara com as condições nos mercados.

Uma segurança algo relativa, dado o facto de surgirem imensas queixas de irregularidades' nos supermercados, como a comercialização de produtos fora do prazo de validade, assim como a rotulagem em línguas estrangeiras.

São infracções preocupantes, mas bem menores a aquelas que se vêm todos os dias nos mercados.

É por isso, hoje por hoje, os produtos "voam" das prateleiras dos supermercados. Quem para lá acorre, tal como Eulália, não olha muito para o preço, procurando, apenas, por segurança.

Mas há que ter cautelas. "Olho bem para os rótulos e as datas de validade, assim, não levo para casa algo que não venha a usar e que não saiba o que é", disse.

Diz-me quão exigente és e dir-te-ei onde fazer compras. Maria Nascimento, vendedora, diz que não sente que o seu negócio tenha diminuído com a abertura das grandes superfícies comerciais. Todos os dias, segundo disse, tem clientes na sua bancada, e as vendas tomam-se ainda melhores a partir de sexta-feira com o final de semana em perspectiva.

Pois é, longe do abandono aparente, certo é que os mercados têm muita aderência de clientes. .

"Temos a fidelidade da clientela, sobretudo a mais antiga", disse, Fernanda Salombe. E a facilidade de vender no "30", segundo a vendedora, é que também se pode comprar mercadoria para revenda. Ou seja, o mercado funciona um pouco como grossista e retalhista, uma vez que existem os que vendem em grande quantidade e repassam aos revendedores.

"Mesmo assim tenho muito lucro, não tenho do que reclamar", disse. Outros vendedores estão satisfeitos com as vendas e por não perderem clientela mesmo com as inaugurações de supermercados. Clementina José disse que não se arrepende de ter escolhido o mercado para exercer a sua actividade comercial, apesar das vicissitudes que já passou impostas pelas acções de meliantes.

### 3.12 Mercado

*Jornal Acapital*  
25 De Janeiro de 2014

Sobre a luta desenfreada que as autoridades desprendem contra os mercados de esquina, o administrador do mercado do 30 garantiu que ali ainda existem mil lugares para acolher os vendedores ambulantes, assim como outros cinco mercados novos que estão às moscas por falta de vendedores, que continuam a preferir a rua para realizar as suas actividades.

António Domingos, disse que apesar dos espaços por ocupar existem ainda as bancadas abandonados, para os sectores de comida, construção, retalho, grosso, fardo, frescos e diversos.

O mercado do 30 acolhe vendedores de vários mercados, assim como o extinto Roque Santeiro.

### 3.13 Comércio grossista sai da zona urbana

*Jornal de Angola*  
26 De Janeiro de 2014

O comércio por grosso na zona urbana da província de Benguela e toda a actividade comercial em estabelecimentos precários está em vias de extinção, como resultado da implementação do novo alvará comercial.

A directora do Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela, Alice Cabral, disse que o novo alvará comercial procura organizar toda a actividade a nível nacional, desde as pequenas, médias e grandes empresas e promover uma articulação ajustada entre o Governo e o comerciante, garantindo ao sector uma maior eficácia e estabilidade de crescimento.

Alice Cabral, que balanceava a actividade do sector em 2013, advertiu que os que insistirem nessa prática vão ser alvo de multas pesadas, porque se colocam em contradição com a lei. "Não vão ter acesso ao novo alvará comercial", advertiu a responsável.

Alice Cabral acrescentou que o sector que dirige está a licenciar toda a actividade de comércio precário e ambulante a nível da província, em coordenação com as administrações municipais e comunais.

"Os trabalhos de facilitação na organização, licenciamento, vistoria, fiscalização, inspecção correcta que se tem realizado em todos os estabelecimentos comerciais da província estão na

base do crescimento exponencial da rede comercial local", acrescentou.

A província de Benguela conta com 7.279 estabelecimentos comerciais licenciados nas categorias de comércio a grosso, a retalho, comércio geral, prestação de serviços mercantis e de representação comercial.

A actividade reflecte um aumento de 13 por cento em relação ao ano de 2012, ou seja, mais 844 novos estabelecimentos comerciais. Hoje, 88 por cento dos estabelecimentos comerciais existentes na província estão localizados nos municípios de Benguela e Lobito e o comércio precário conta com 438 estabelecimentos.

Alice Cabral disse que o Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza que está a ser desenvolvido pelo Governo Provincial, em parceria com o Ministério do Comércio, vai permitir a constituição e licenciamento de pequenas e médias empresas no quadro da concessão de créditos de forma desburocratizada. A nível de Benguela, apenas 26 empresas beneficiaram já do novo alvará comercial em vigor, na base do Sistema Integrado de Licenciamento das Actividades Comerciais (SILAC), numa altura em que a actividade de sensibilização e outras acções pedagógicas estão a ser desenvolvidas pelo ministério da tutela, no sentido do cumprimento escrupuloso da Lei do Comércio.

### 3.14 Coisas da zunga e do tráfico

*Jornal de Angola*  
28 De Janeiro de 2014

Zungar ou traficar nas ruas não é a mesma coisa, embora se tenda a confundir ambas como comércio ambulante. Porém, tudo lhes distingue no que respeita às finalidades. O tráfico está mal visto desde a escravatura, só proibido nos finais do Séc. XIX, porque a escravização de pessoas continuou em caxexe. Estão lembrados do caso das quitatas brasileiras? Foi um episódio que passou na TV Globo e chamou a atenção até das Igrejas Universais. Já ninguém fala nisso. Quanta miséria!

A zunga não envergonha ninguém. E muito menos as mães que andam com seus filhos nas costas, a berrar de fome. Talvez incomode um ou outro supermercado. As zungueiras habituar-se a descansar nesses sítios, acomodam-se a fazer quitandinhas nos pequenos espaços. As quindas de banana, manga, abacate, ananás, enfim as frutas de ocasião, essas quindas, pesam na cabeça das mulheres. Ainda mais se lhes acrescentar a jinguba e mandioca já cozida.

Essa zunga só peca por não pagar licença. É um tráfico de pobres para pobres que se alimentam na rua. Desculpem esses pormenores ordinários, isto é, demasiado comuns. Na época colonial as zungueiras pagavam Imposto Industrial. Eu mesmo também lhes colectei nas Contribuições e Impostos da antiga Fazenda, pagavam uma ninharia, era mais uma maneira do Estado pelo fisco lhes reconhecer a actividade que o Presidente da Câmara de Luanda lhes negava, tal como hoje também o faz o Presidente da Cidade de Luanda. Não lhes passavam cartão, quer dizer, licença e os cipaios não lhes perdoavam.

Hoje as zungueiras ao se metamorfosearem em quitandeiras, mesmo por pouco tempo e em lugares ocasionais, colocam outros problemas.

Mas dessas makas o escritor Manuel Rui, que também é das leis, já lhes tratou em livro e lhes apresentou de balaios na cabeça na cerimónia do lançamento na União dos Escritores Angolanos, a vender sem ambages nem rodeios. Hoje, todos os que ali estivemos e lhes compramos, seríamos multados.

Mas as zungueiras, cansadas da vida, tendem a aquietar-se, cada vez pode ser que algumas regressem na labuta das tongas e lavras, enquanto o tráfico de mercadorias contrabandeadas ganha dimensão, aumenta de forma descarada. Ele ficou mesmo atrevido, reviença no meio das ruas entre os carros e caté entram pelos para brisas, o que é isso (?) já houve quem reagiu como convinha.

É um exagero e confesso que eu mesmo me caí nessa rede e comprei um telefone fixo. Vermelho. A cor não interessava muito, qualquer

serviria, pois, com a venda de portáteis, os telefones tinham-se tornado uma raridade. Algum tempo depois deixou de funcionar. Hoje, seria

multado pela minha própria imprudência, o que seria muito justo.

O tráfico na rua encobre outros crimes. Alguns são muito conhecidos como o das drogas e entorpecentes, a exportação ilegal de capitais, combustíveis, enfim um sem número de muitos outros. Eles corrompem tanto mais a Nação quanto muitos deles de realizam à pala da protecção que se obtém pelo tráfico de influências. Esse é um dos mais poderosos mas não opera nas ruas, mas em caxexe, em ambientes reservados, livre da ameaça de multas e onde as zungueiras não entram.

### 3.15 Polícia descarrega ódio sobre zungueiras

*Semanário Terra Angolana*  
*Janeiro de 2014*

Um agente da Polícia Nacional não identificado dispersou na tarde de 19 de Dezembro de 2013, vendedeiras ambulantes ao longo da via de Catete, no antigo mercado da Estalagem, em Luanda, com acrobacias da viatura Toyota Land Cruiser, caixa aberta de matrícula LD-64-67-CZ.

O agente ao volante da viatura da corporação desenvolveu uma série de manobras perigosas, em alta velocidade no meio das vendedeiras, derrubando as suas mesas e haveres aí expostos, quebrando utensílios e ameaçando atropelá-las.

O pior só não aconteceu porque as vendedeiras meteram-se em fuga, mas muitas viram o seu ganha-pão destruído pela viatura conduzida pelo agente visivelmente enraivecido.

Em paralelo, viu-se uma outra viatura Toyota Hilux, pertencente aos serviços de fiscalização da Administração Municipal de Viana, com um megafone anunciando o fim das vendas ao longo das vias, pelo que convidava as vendedeiras a se dirigem ao novo espaço em Kalumbo.

A população murmurava, questionando os motivos de tanta raiva exibida pelo agente da Polícia Nacional que dispersava com a sua viatura os cidadãos e seus bens.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Orçamento do Andulo prioriza o sector social

*Jornal de Angola*  
06 De Janeiro de 2014

O administrador municipal do Andulo, Moisés Américo Capapelo Cachipaco, anunciou na vila do Andulo, 130 quilómetros a norte da cidade do Cuito, que foram disponibilizados para o exercício económico do ano que começou 425 milhões de kwanzas, destinados essencialmente a execução de vários projectos sociais.

O governante prestou esta informação aos membros do conselho municipal, durante um encontro que decorreu na sede municipal. Moisés Américo Cachipaco disse que a maior parte do dinheiro será canalizado para a construção de infra-estruturas para os sectores da educação, saúde, área social, energia e águas, bem como para a recuperação de algumas vias de acesso e para o melhoramento de espaços verdes. A outra fatia será empregue em programas ligados à juventude.

O administrador solicitou uma "maior responsabilidade dos empreiteiros que ganharem os concursos públicos", no sentido destes cumprirem com os prazos contratuais. Moisés Américo Cachipaco precisou que constam entre as prioridades do seu pelouro, para o presente ano económico (2014), a construção de oito escolas com quatro salas de aulas e de cinco postos de saúde nas localidades de Ulimba, Ndulo-Epalanga, Cacuva,

Administração tem dinheiro para projectos entre outras localidades que até então continuam a carecer de infra-estruturas sociais. Durante o encontro, o responsável pediu aos seus colaboradores mais empenho nas tarefas, de modo a dignificar o trabalho do governo. Moisés Américo Cachipaco considerou positivo o ano de 2013, porque, afirmou, "foi possível dar mais assistência às populações, sobretudo nos serviços municipalizados, com a construção de quatro postos de saúde nas localidades mais longínquas do município, permitindo reduzir as longas distâncias antes percorridas pelos populares em busca de assistência sanitária".

### 4.2 Breves.Viana com mais de mil milhões Kz para projectos

*Jornal Expansão*  
10 De Janeiro de 2014

A Administração Municipal de Viana, em Luanda, beneficiou, em 2013, de 1.228 milhões Kz para executar vários projectos.

Embora os recursos financeiros pareçam avultados, estão longe de fazer face às necessidades sociais e económicas do município" segundo o documento da Administração. O relatório refere que não é possível fazer-se tudo num só ano, porque o Governo disponibiliza as verbas que tem a seu alcance, e pretende-se que "o esforço dos governos central, provincial e municipal seja complementado com iniciativas e acções privadas".

### 4.3 OGE. Observatório Político Social Angolano exhibe cartão vermelho ao Executivo

*Jornal Agora*  
10 De Janeiro de 2014

Num documento divulgado no início deste ano, o OPSA realiza o seu tradicional diagnóstico do Orçamento Geral do estado (OGE) 2014, desta feita depois da provação pela Assembleia Nacional, naquilo que se vem tornando uma referência ao nível da sociedade civil, trazendo para o espaço público e descodificando um tema do maior interesse nacional.

O OPSA suscita novamente reflexões sobre a vulgarização de lugares-comuns do discurso oficial relativos ao reflexo automático das despesas no sector social no aumento do desenvolvimento humano e indaga-se sobre a natureza do modelo de desenvolvimento subjacente ao OGE - "já que não são suficientemente notórias realizações comprometidas com uma luta radical contra a pobreza"?

A repetida inclusão no "sector social 2 além das tradicionais rubricas da educação e saúde, de despesas com subsídios aos combustíveis, considerada mais uma medida de beneficência dos segmentos mais ricos do que dos pobres; a excessiva preocupação com os investimentos de betão de maior visibilidade e somenos qualidade e sustentabilidade, assim como o persistente défice no investimento humano - servem para o OPSA ilustrar a crítica de que à disponibilização de maiores verbas nem sempre corresponde maior desenvolvimento. Até porque, desde 1990, Angola apresenta sempre um intervalo



entre o lugar no ranking do desenvolvimento humano (153º em média) e o lugar do ranking do PIE per capita (120º em média) o que se traduz na existência de uma média de 33 países que obtêm melhores resultados com menos dinheiro, em matéria de desenvolvimento humano.

Para o OGE 2014, considerando uma taxa de câmbio de Kz 100 por dólar norte-americano, as receitas deverão situar-se nos \$47,4 mil milhões USD e as despesas nos \$53,8 mil milhões USD, com um défice correspondente de 6,3 mil milhões USD. "Comparando com as estimativas de execução do OGE 2013, em 2014 as receitas aumentam 4,6%, enquanto os gastos públicos sobem 19,3%. O excedente dos 30,5 mil milhões de kwanzas em 2013 transforma-se no referido défice de 630,3 mil milhões, em 2014, indiciando uma política orçamental fortemente expansionista salienta a análise do OPSA.

Neste sentido o Observatório alerta para o aumento das pressões sobre a inflação, evitando-se cenários de vulnerabilidade como o ocorrido na crise de 2008, para não colocar em causa os progressos obtidos nesta matéria, sendo digno de nota a descida da inflação para 8,4 por cento em Outubro de 2013. Ainda assim, o OPSA considera exequível a meta do executivo que aponta para uma taxa de inflação no intervalo entre os 7 e 9 por cento em 2014.

Entretanto, "o forte crescimento das despesas públicas previsto no OGE 2014 será agravado pela vigência plena das novas regras cambiais que obrigarão as petrolíferas a efectuarem os pagamentos através das contas abertas em bancos nacionais! deverá aumentar a pressão sobre a liquidez na economia, segundo o OPSA. Para o Observatório, "esta dupla pressão volta a pôr em causa a autonomia do BNA (banco central) face ao poder político e jogará um papel decisivo na estabilidade dos preços":

**MAIS INVESTIMENTO, MENOS POUPANÇA, MENOS TRANSPARÊNCIA.** No OGE 2014 existe um notório aumento do investimento público em 49,6% para Kz 1.701,2 mil milhões, dos quais Kz 1.270,8 inseridos no Programa de Investimento Público (PIP) que aumenta apenas 11,8% em relação a 2013. Segundo o OPSA "os

restantes Kz. 430,4 Mil milhões são classificados como 'outras' aquisições que aumentam 143.366,7% face a 2013, sem que o Executivo esclareça a que se referem, o que mostra uma falta de preocupação com a transparência, como tem sido denunciado".

Mas a opacidade não fica por aqui. Os investimentos do Estado previstos para 2014 ascendem a

Kz.1.970,9 mil milhões, repartidos por aquisições de bens de capital fixo (Kz. 1.964,7 mil milhões), compra de terras (Kz 3,8 mil milhões) e compra de activos intangíveis (Kz 2,4 mil milhões). O Observatório descobriu um 'gato escondido com um rabo de fora' aqui, pois "feitas as contas, os investimentos inscritos no relatório de fundamentação em Kz.

269,7 Mil milhões" para arrematar deste modo: "divergências que o Executivo não esclarece.

Como não esclarece porque se destina uma verba tão elevada á compra de terras, um bem que constitucionalmente pertence ao Estado".

Trocando em miúdos: o país vai gastar mais no presente OGE, mas corre o risco de mais uma vez não compensar as despesas com a subida de receitas e mesmo com baixos níveis de endividamento, tal situação aumenta a vulnerabilidade caso o preço do petróleo baixe. Este risco aumenta com a derrapagem das contas públicas em 2014.

Do lado da receita, apesar do peso do petróleo ter baixado 6,2 pontos percentuais para 69,8%, devido à redução das receitas petrolíferas em 3,9% e ao aumento das receitas não petrolíferas em 31,7%, a dependência do petróleo ainda se mantém em níveis muito elevados, mostrando "que a diversificação da economia não está a traduzir-se numa diversificação das fontes de receita do Estado" salienta o OPSA **GASTAR DINHEIRO PÚBLICO À TOA.** No início do ano de 2014 fomos atraídos pela ideia de um exercício elementar mas oportuno: confrontar as opções do OGE já aprovado e analisado por diferentes forças políticas e sociais, com o discurso governamental, a prática e alguns desafios que se colocam em determinados sectores. Em Angola fala-se bonito, mas faz-se do piore gasta-se muito dinheiro público à toa.

Em matéria de educação, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, admitiu, ele próprio, na sua mensagem de Ano Novo à nação divulgada a 27 de Dezembro, ser "de facto, urgente inverter a actual pirâmide do sistema de formação, em que se regista um número dez vezes maior no ensino superior do que no escalão profissional de base". A constatação e os factos não são novos.

A gravidade reside na repetição desta opção errada pois, o orçamento do ensino superior sobe 17,7 mil milhões de Kz, ou seja 20,9% em relação a 2013, com um orçamento superior em cerca de 10% ao ensino secundário.

Por conseguinte, aparentemente parece existir um "consenso" entre o poder político e a sociedade civil



sobre as consequências negativas desta aposta massiva num ensino superior sem qualidade e orientação, em termos estratégicos de desenvolvimento humano e mesmo como resposta ao mercado de trabalho. Há aqui, como igualmente se constata no relatório do OPSA, não só uma ausência de correcção desta opção pelo governo, mas também passividade por parte de organizações da sociedade civil ou instituições vocacionadas para a defesa dos direitos da criança e de promoção da educação.

A "inversão" a que se referia o PR pode ser ilustrada do seguinte modo: como se explica ao país, o facto de com a despesa pública a aumentar em 19,3%, a população a crescer a uma taxa anual superior a 3%, se reduziram os valores das dotações orçamentais para o ensino primário em 33% e do secundário em 2,3%, com o ensino superior a subir em 20,9%?

Pior: como explicar que 12 anos depois do fim da guerra, a rubrica "Defesa, Segurança e Ordem Pública" tem uma dotação orçamental três vezes superior?

O desafio nesta matéria, a exemplo de outras, é uma mudança de opções de política, que a opinião pública gostaria de conferir num orçamento revisto e com outros modelos de desenvolvimento.

A avaliar pelos números e considerações apresentados nesta análise do OPSA e de outras fontes, as incongruências na distribuição das fatias do bolo orçamental parecem tornar-se sistémicas, logo reflectirem opções concretas que os discursos não conseguem disfarçar.

Em matéria de Justiça, por exemplo, apesar do aumento do valor nominal das verbas destinadas aos tribunais de 2013 a 2014, passando de 0,6% para 0,41%, com 30 mil milhões de Kz, o conjunto da fatia orçamental é considerado insuficiente relativamente ao valor global da rubrica "Defesa, Segurança e Ordem Pública" (16,5%) ou, pasme-se quem ainda tiver fôlego, ao da "Casa de Segurança do Presidente da República" que possui uma dotação anual superior ao dobro da destinada pelo OGE ao poder judicial.

Um outro sector igualmente importante e muito mais badalado, é o da "Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça" que no OGE 2014 sofre um corte de 20,7% para Kz 59,2 mil milhões, equivalentes a 0,8% dos gastos totais do Estado, segundo o OPSA. Na realidade, segundo dados públicos, desde 2008 que a agricultura é uma parente menor das grandes opções governamentais, sendo a agricultura familiar recorrentemente preterida em favor da agricultura empresarial.

"Desde 2009 foram aprovados quase duas dezenas de projectos públicos de produção em larga escala no valor de aproximadamente 100 mil milhões de Kz, que se encontram em diversas fases de implementação e consomem mais de 80% das verbas gastas pelo OGE na produção agrícola" - salienta o OPSA.

O Observatório alega que, com raras excepções, estes projectos têm apresentado resultados "pouco animadores em termos de produção e gestão, com erros grosseiros e com enorme falta de capacidade". Para ilustrar, com o caso do Projecto do Algodão do Kwanza-Sul que já custou o equivalente a 30 milhões USD, sem produzir sequer uma tonelada, devido ao mau dimensionamento do problema de energia para irrigação.

O projecto de produção de milho faliu igualmente, pois os 'sábios' investidores só constataram que a região não tinha condições hídricas para a cultura do milho no sequeiro, depois de realizados os investimentos em equipamentos.

Um terceiro mas não menos gravoso exemplo, segundo o OPSA, é "a construção de um matadouro industrial em Camabatela para abate de 200 animais por dia, quando o efectivo da região é de poucos milhares de cabeças e não se perspectiva o seu repovoamento" atempado.

#### 4.4 Combate à pobreza «comeu» três biliões de kwanzas

*Semanário Angolense*

*11 De Janeiro de 2014*

No decorrer de 2013 o Executivo disponibilizou mais de três biliões de kwanzas para a província do Moxico, valor empregue em acções enquadradas no Programa de Combate à Fome e à Redução da Pobreza, de acordo com o vice-governador para esfera económica, Francisco Cambango.

O também coordenador provincial da Unidade Técnica Provincial de Combate à Fome e Redução da Pobreza afirmou que os gastos cingiram-se em 82% de execução física.

No que tange a implementação dos valores para benefício da população, Francisco Cambango afirmou que foram construídas 20 casas no município da Cameia, 10 mercados comunitários divididos entre os municípios para suprir a necessidade de fazer comércio por parte da população, bem como postos policiais e pontecos.

Informou ainda que erigiram três armazéns comunitários, no Moxico e Kamanongue isso ainda dentro do desenvolvimento comercial, e dois centros de formação feminina.

No âmbito da aposta do governo no melhoramento da saúde e educação, uma vez considerados a par do comércio, como pontos cruciais para o combate a fome e erradicação da pobreza, os kwanzas serviram também para construção de 13 postos de saúde, 10 escolas primárias, sete residências para enfermeiros e professores, erguidos dos diversos municípios da província.

«É importante relevar que todos empreendimentos se enquadram no sob programa de construção de infra-estruturas sociais do programa de combate à pobreza», realçou.

No que concerne ao sob programa «Água Para Todos», foram feitos mais de dez aberturas no solo para benefício da população dos municípios do Luau e do Moxico.

Enquanto isso na província do Huambo ouve um aumento de 107% no orçamento de 2014 em relação ao do ano passado, o que significa, de acordo com o vice-governador provincial, para a esfera económica e produtiva, Francisco Fato, que «Existe preocupação do Governo em relação ao melhoramento gradual das condições de vida da população que tem crescido anualmente».

Já na cidade de Lubango o presidente da Camara de Comércio e Industria da Huila, Ventura Atewa falou que o programa causou maior ligação entre a cidade e o campo no que tange a venda de produtos e na execução de créditos bancários.

Segundo Ventura Atewa, com o programa a província ganhou diversas infra-estruturas nos 14 municípios, das quais escolas, estradas, hospitais e outras.

O programa de combate a luta contra a pobreza foi criado pelo Executivo nacional para melhorar a vida da população com maior incidência as da zona rural. Anualmente as províncias recebem verbas saindo do Orçamento Geral do Estado para sustentar este programa.

## 4.5 Tribunal de contas pede ao Governo para esclarecer gastos sociais

*Jornal Expansão*

*17 De Janeiro de 2014*

O Governo deverá, nas próximas Contas Gerais do Estado (CGE), esclarecer os "detalhes" sobre a aplicação dos valores gastos com despesas com protecção social que não estejam especificadas, de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2011, aprovada em Dezembro do ano passado.

De acordo com o parecer do Tribunal de Contas, a execução das despesas com 'Protecção social Não especificados' foi de 84,6% dos 906.044,8 milhões Kz.

Deste total foi ainda destinada à 'velhice' 11,7%, à 'sobrevivência' 3,2%, ao passo que para rubrica doença e incapacidade, família e infância, e habitação foram executados 0,5%.

O órgão de soberania dirigido por Julião António, pede ao Executivo para detalhar as despesas com os 'serviços de protecção social não especificados' na Conta Geral do Estado de 2011 na elaboração dos próximos balanço de execução financeira e patrimonial do Estado, de acordo com as alíneas a, b e c do artigo 58º, da Lei nº15/10, de 14 de Julho (Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado), relativos a CGE.

"Que sejam detalhadas as despesas correspondentes ao item Serviços de Protecção Social não Especificados, que integra o Sector Protecção Social, que, para esse exercício, apresentou uma execução de 84,6% do orçamento destinado ao Sector", refere o documento emanado pelo Tribunal de Contas.

A recomendação do TC ao Governo para explicitar as despesas com 'Protecção social não especificados', vem mais uma vez suscitar a questão dos subsídios a preços, onde estão englobados neste item. Segundo o CGE 2011, o Governo executou 761,5 mil milhões Kz relativos a protecção social não especificada em que os subsídios a preços representam 736 mil milhões Kz. Deste último valor, cerca de 90% são relativos a subsídios a preços dos combustíveis, permitindo que sejam mais baixos, por via de pagamento de uma compensação à Sonangol Distribuição.

Esta tem sido urna prática recorrente do Governo. Por exemplo, no OGE 2014, está previsto subsídios a

preços no quadro das transferências correntes e ascende a um valor de 393,7 mil milhões Kz.

De lembrar que o Governo, no seu Plano Nacional Desenvolvimento (PND), já tem vindo a alertar que admite diminuir os subsídios aos combustíveis.

"As projecções incorporam a redução da subvenção ao preço dos combustíveis derivados do petróleo bruto, o que, sendo uma medida do Executivo, está, contudo, sujeita a riscos políticos", refere o Executivo no seu programa de governação, acrescentando que, "dados os seus efeitos, a eventual elevação dos preços dos combustíveis é uma medida economicamente necessária mas politicamente sensível".

Execução Financeira e o PIP não 'batem certo'

O parecer do TC, que deu nota 'positiva' à conta do Estado, concluiu que o Programa de Investimento Público (PIP) do ano de 2011 apresentou um peso de 35,7% sobre a despesa total (520,7 mil milhões Kz) e um grau de execução de 98,7%. Mas constatou "haver incompatibilidade entre a execução financeira dos projectos e sua efectiva realização física".

Recorde-se que, no ano de 2011, Governo reservou cerca de 520,7 mil milhões Kz destinado ao programa de investimento público. Já no PND, estima o Executivo, o investimento público "continuará a desempenhar um papel relevante no esforço do crescimento económico, funcionando como alavanca, enquanto o sector privado será motor".

As recomendações do TC sobre a execução orçamental, apelam também a medidas para a gestão pública. Neste segmento, o tribunal pede ao Executivo que "os gestores que não remeteram os seus relatórios para efeito da elaboração da Conta Geral do Estado sejam encorajados a cumprir com o disposto na alínea b), número 3 do Artigo 58. da Lei 15/10, de 09 de Julho".

Ainda assim, o órgão de soberania acautelou o Governo sobre a padronização da "forma de apresentação dos Relatórios de Gestão, que acompanham Conta Geral do Estado, elaborados pelas Unidades Orçamentais, Institutos e Serviços Públicos, Fundos Autónomos e Empresas Públicas, conforme paradigma estabelecido pelo Ministério das Finanças".

O Tribunal apelou igualmente que, na Lei-Quadro do Orçamento, fosse fixado um "período legal para a apreciação e competente emissão do Parecer do Tribunal de Contas à Conta Geral do Estado.

Enquanto não se altera a Lei - Quadro do OGE, que a Assembleia Nacional determine um prazo não inferior a 3 meses".

Património do Estado ficou de fora

Ao avaliar os demonstrativos sobre a gestão patrimonial do Estado, o Tribunal de Contas concluiu que o Governo deixou de 'fora' as notas relativas ao património, embora reconheça o esforço levado a cabo pelo Executivo de Eduardo dos Santos no sentido de inventariar o património nacional.

" A Conta Geral do Estado não integrou o Demonstrativo da Gestão Patrimonial, com destaque para o Inventário Patrimonial, conforme estabelece a alínea j) do nº 3 do artigo 58º da Lei nº 15/10, de 14 de Julho", lê-se no parecer.

Entretanto, o Expansão apurou junto do sítio do Ministério das Finanças, que o órgão do Governo está já a cuidar, através da sua direcção do património do Estado, da recolha de dados dos órgãos auxiliares para elaboração do inventário dos bens público.

De acordo com o informe no portal das Finanças, a não elaboração do Inventário dos Bens Públicos impossibilita que a Conta

Geral do Estado reflecta, de forma fidedigna, o verdadeiro património do país quer em quantidade quer em valor.

"O Inventário dos Bens Públicos é alimentado pelos inventários sectoriais elaborados pelos Organismos, nos termos do regime jurídico disposto no Decreto Presidencial nº 177/10, de 13 de Agosto", conclui as Finanças.

## 4.6 Os «alertas vermelhos»

*Semanário Angolense*

*25 De Janeiro de 2014*

Dirigidas ao Executivo, tendo em conta o conteúdo do Orçamento Geral de Estado para este ano (OGE 2014), são várias as chamadas de atenção e as críticas constantes na posição conjunta assumida em documento

recentemente tornado público pela Associação de Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA) e pelo Observatório Político Social de Angola (OPSA).

Este documento acaba por ser a única análise até agora produzida sobre o OGE, com a particularidade de ter como autores duas das melhores referências daquilo que consideramos ser a sociedade civil sem

aspas, numa alusão à equidistância que têm sabido manter em relação ao poder político/ oposição.

A intervenção dos membros destas duas organizações na nossa sociedade, sobretudo ao nível do debate de ideias, ter-se-ia revelado bastante profícua e mais seria, se quem de direito encarasse o tão propalado diálogo com os parceiros sociais de uma forma mais pragmática, para além das meras intenções.

Como se sabe, este recomendável pragmatismo ainda está muito longe de ser referencial na acção do Executivo, que raramente aceita conselhos para além de certos patamares, o que é reflectido na forma como elabora o OGE, o que mereceu da parte das duas organizações um apelo, mais um, no sentido de em próximos exercícios ser alterado o actual procedimento.

A ADRA e o OPSA defendem neste âmbito que «tão logo apreciada pelo Conselho de Ministros, a proposta do OGE deve ser pública e acessível, para permitir que os diferentes interessados a possam consultar, discutir e propor contribuições junto dos diferentes grupos parlamentares».

É recordado que a maior parte das sugestões apresentadas para o OGE anterior não foi considerada, pelo que as mesmas servem perfeitamente, com as devidas adaptações para o novo ano fiscal.

Importa aqui referir que, no recente debate orçamental, a plenária do Parlamento aprovou um conjunto de várias dezenas de recomendações dirigidas ao Executivo, no sentido deste ter em devia conta o seu conteúdo, na hora de elaborar o OGE para 2015.

O que é facto é que o Executivo normalmente ignora as recomendações da Assembleia Nacional, pelo que muito dificilmente esta nova

bateria terá algum impacto sobre o seu tradicional e sobranceiro «modus operandi».

Após o último acórdão do Tribunal Constitucional, que manietou quase completamente a função fiscalizadora da Assembleia

Nacional, retirando-lhe, nomeadamente, o direito de interpelação, é de admitir que o Executivo venha a adoptar uma postura de ainda maior resistência a qualquer intervenção do Parlamento que ultrapasse conhecidos limites formais.

Seja como for, é sempre importante, em nome da defesa do interesse público, que a sociedade civil mantenha esta disponibilidade para, mesmo à

distância, continuar a chamar a atenção da governação angolana para questões concretas e sempre que possível com soluções para se melhorar os critérios de definição (estratégia) e gestão de tudo quanto diga respeito ao Orçamento.

É a velha história da «água mole em pedra dura», que em Angola tem tido muito pouco sucesso, embora se reconheça que as coisas poderiam estar muito pior, se a dita «água» desaparecesse completamente da nossa paisagem política.

Angola é um país onde o Estado é o motor principal do crescimento económico, sendo na esfera pública onde se processa a maior parte da distribuição do rendimento nacional, com todas as gritantes assimetrias regionais e injustiças sociais que se conhecem e se reconhecem facilmente diante de algumas evidências.

Na avaliação do OGE 2014, a ADRA e o OPSA são de opinião de que infelizmente não há mudanças significativas que alimentem a esperança em dias melhores para o esquecimento a que estão votadas as populações rurais.

Vai deste modo manter-se «a tendência dos últimos anos de migração de jovens para as cidades em busca de serviços que não encontram nos seus municípios, comunas e aldeias. O OPSA e a ADRA alertam, uma vez mais, para as consequências perigosas que daí podem advir para a paz social».

O Governo é questionado depois para o facto de estar a gastar muito mais em defesa e segurança do que em saúde e educação, apesar de se ter registado um incremento substancial da despesa pública que ronda os 20%.

«Uma das idiosincrasias do OGE angolano é gastar mais na "Defesa, Segurança e Ordem Pública" do que na "Educação" e na "Saúde" juntas. E o diferencial vai acentuar-se em 2014. No conjunto a "Educação" e a "Saúde" absorverão 10,7% dos gastos públicos em 2014, menos 5,8 pontos percentuais do que a "Defesa, segurança e ordem pública" que consomem 16,5% das despesas totais previstas. Em 2013 o diferencial era de apenas 3,3 pontos percentuais: 14,4% para a "Educação" e a "Saúde" e 17,7% para a "Defesa, segurança e ordem pública"», pode ler-se no documento que estamos a citar.

No entendimento da ADRAIOPSA, estes números, na ausência de melhor explicação, apontam para a existência de «um paradoxo, se tivermos em conta o discurso oficial».

A posição conjunta da ADRAIOPSA é ainda mais demolidora e convincente no que toca ao tratamento



que está a ser dispensado pelo Governo ao sector agrícola.

Ficamos a saber que desde 2009 foram aprovados cerca de 20 projectos públicos de produção agropecuária para o desenvolvimento de grandes extensões, envolvendo cem mil milhões de kwanzas, encontrando-se os mesmos em diferentes fases de execução, numa altura em que já terão sido gastos 80% das verbas alocadas ao sector no seu conjunto.

«Salvo uma ou outra excepção, os resultados de tais projectos têm sido pouco animadores em termos de produção e de gestão, com erros grosseiros e com enorme falta de capacidade, o que comprova as razões dos seus críticos», diz ainda o documento a propósito.

Eis um dos exemplos: «o Projecto do Algodão no Kwanza Sul já custou o equivalente a 30 milhões de dólares norte-americanos sem que uma tonelada tenha sido produzida, por mau dimensionamento do problema da energia para irrigação».

O outro exemplo referido tem por palco «o Cubal e o projecto de produção de milho, que está a falir porque se concluiu, obviamente, que a região não tinha condições hídricas para a cultura de milho de sequeiro, mas, entretanto, já se tinham feito os investimentos em equipamento»,

A construção de um matadouro industrial em Camabatela para abate de 200 animais por dia, é o terceiro caso identificado na análise ao OGE 2014.

«O efectivo da região é de poucos milhares de cabeças e não se perspectiva o seu repovoamento de modo tão rápido quanto seria de desejar, dadas as dificuldades com que se tem deparado o desenvolvimento da pecuária no país em geral, e em particular em regiões de maior tradição».

## 4.7 Governo afina mecanismos de execução do OGE

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2014*

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem a Programação Macroeconómica Executiva para 2014, que ajusta as projecções das contas nacionais fiscais, do sector externo e monetário, assim como assegura a consistência das mesmas entre si.

A programação macroeconómica executiva funciona como um roteiro de navegação, um exercício mais afinado e operacional de condução da política que permite criar condições para realização dos objectivos macroeconómicos do Governo, com base no Plano Nacional de Desenvolvimento 20 13-20 17 e na execução do Orçamento Geral do Estado 2014.

No domínio fiscal, a Comissão Económica apreciou a proposta do Plano de Caixa referente ao mês de Fevereiro, que estima uma receita em 345.777 milhões kwanzas e uma despesa em 369.164 milhões.

Durante a sessão orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram igualmente apreciados os relatórios de balanço de execução dos planos de caixa dos meses de Novembro e Dezembro de 20 13 e o balanço de execução da programação financeira referente ao quarto trimestre de 20 13, cuja receita atingiu 92 por cento da programação. A Comissão Económica apreciou também uma proposta do Programa de Reconversão da Economia Informal, que constitui um dos grandes objectivos do Executivo, que visa diminuir a informalidade da economia angolana e promover a transformação de actividades informais em formais. Inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-201 7, o programa de reconversão da economia informal pretende contribuir para a segurança dos negócios praticados nos mercados informais, assim como diminuir a fome e a pobreza.

Programa tem ainda como objectivos promover o emprego e condições dignas, contribuir para a segurança dos consumidores, melhorar a arrecadação fiscal do Estado e aumentar o índice de bancarização do país. Uma das nuances do programa de reconversão da economia Informal contempla a inserção no sistema nacional de segurança social os vendedores ambulantes e os agentes do mercado informal, a fim de transforma-los em contribuintes fiscais. A proposta apresentada pelo Ministério da Economia, prevê, entre outras medidas, legalizar, cadastrar, e permitir que os mesmos tenham acesso



ao micro-crédito, tomando-os empreendedores e criar um efeito multiplicador com efeitos objectivos nas suas rendas.

A Equipa Económica apreciou ainda os termos do Protocolo de Entendimento para 2014 entre Angola e o Brasil, que visa a facilidade de crédito ao nosso país pelo Banco de Desenvolvimento Económico e Social (BDES).

Tomadas de posse

O Presidente José Eduardo dos Santos conferiu ontem posse ao secretário de Estado para o Comércio Externo, Alexandre Costa, nomeado por decreto presidencial do dia 24. Na mesma cerimónia, o Chefe de Estado também empossou os vice-governadores de Benguela para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Victor Moita, e para o Sector Económico, Gika Morais.

Também foi empossado Teodoro Franco Júnior como director do Gabinete de Gestão do Projecto Integrado Mineiro Siderúrgico de Cassinga, Huíla, e de Cassala Kitungo, no Cuanza Norte, que se propõe organizar as condições para que no futuro os mercados venham a receber matéria-prima suficiente para a produção de ferro e outros derivados, com vista à diversificação das fontes de financiamento do Orçamento Geral do Estado.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 "O MPLA é o mais interessado nas autarquias"

*Semanário Económico*  
02 De Janeiro de 2014

"O MPLA é um partido de esquerda que prima pelo socialismo democrático onde o bem-estar da população é prioridade, mas para que tal aconteça é preciso que se invista na Educação, Saúde, no emprego e na diversificação da economia. O Presidente quer realizar as eleições mas deve ser no tempo e em condições aceitáveis, para não dizerem que foram injustas", justificou.

O presidente da bancada parlamentar do Partido Renovador Social (PRS), Benedito Daniel disse que o Presidente da República mais uma vez demonstrou não ser sua pretensão realizar eleições autárquicas, visto que na sua mensagem de ano novo, não aponta datas e muito menos acções concretas para as autarquias locais. "Num dos conselhos da República do Presidente já havia a dito que as eleições autárquicas relizar-se-iam lugar em 2013 e de forma faseada, o mesmo não aconteceu, por isso deve haver um novo consenso porque o gradualíssimo vai trazer assimetrias no desenvolvimento local", reprovou.

Entretanto, autarquia é um conceito pertinente a vários campos, mas sempre lidando com a ideia geral de algo que exerce poder sobre si mesmo. Em economia, autarquia é a qualidade de ser auto-suficiente. Tipicamente, o termo é aplicado a estados da Nação ou às suas políticas económicas. A autarquia existe se a entidade consegue sobreviver ou manter as suas actividades sem apoio externo.

### 5.2 Autarquias e qualidade de vida

*Semanário Económico*  
02 De Janeiro de 2014

É líquido e certo. A realização de eleições autárquicas continua em banho-maria. Mas de uma coisa todos os angolanos já se aperceberam que tal só ocorrerá depois do primeiro censo geral da população, como deu a conhecer o Presidente da República, durante o habitual discurso de fim de ano.

José Eduardo dos Santos informou que as autarquias só se realizarão lugar depois de o governo saber quantos somos e onde estamos, de modo a que a distribuição da riqueza seja a mais abrangente e apta e acertada possível, de modo a promover um desenvolvimento harmoniosa.

JES foi peremptório ao afirmar que a realização do censo é das acções primárias e fundamentais para a "materialização das autarquias de modo faseado e progressivo como recomendou o Conselho da República em 19 de Dezembro de 2011".

Importa, entretanto, lembrar que as conclusões saídas da reunião do CR de há dois anos indicavam 2013, como o ano para a realização das autarquias. A pertinência, aqui, de se instituir por via de eleições a autonomia às administrações locais consiste, entre outros objectivos, na melhoria da qualidade de vida das populações.

E mais: só uma administração local compreenderá melhor as necessidades reais das populações e permitirá dotá-la de competência para alocar verbas em projectos que interessem, de facto, as pessoas.

Partindo do princípio segundo o qual, autarquia significa poder absoluto, é o tipo de governo em que uma pessoa ou um grupo de pessoas concentram o poder sobre uma nação. Autarquia é quando o Estado tem total autonomia sobre si próprio e é auto-suficiente. Esta auto-suficiência só é alcançada mediante elaboração de projectos sócio-e-coómicos gizados por gestores que vivam e compreendam os reais problemas das populações locais. Vezes sem conta, economistas e e especialistas em gestão orçamental afirmaram ser esta a razão que inviabiliza a materialização de vários projectos pensados a nível central para serem aplicados localmente.

Espera-se que a entrada do país neste 'novo cenário de governação venha a melhorar quer a qualidade vida das populações quer a capacidade dos gestores públicos na gestão do dinheiro do povo. Este cenário vai, de certeza, acabar com a actual cancro de má gestão governativa, onde o servidor público preocupa-se em agradar ao chefe e não ao povo.

Entretanto, a melhoria da distribuição da água, da energia eléctrica e de todos outros bens necessários à vida nunca passará efectivamente, pela realização de eleições autárquicas.

### 5.3 Eleições autárquicas sem previsão à vista

*Semanário Económica*  
02 De Janeiro de 2014

A realização das eleições autárquicas está cada vez mais distantes' uma vez que se desconhece o horizonte temporal para a sua marcação. Duas evidências confirmam este cenário: o Orçamento Geral do Estado para 2014 não inscreve qualquer rubrica financeira para o efeito. O Presidente da República revelou que tal ocorrerá depois do primeiro censo populacional, mas sem data prevista.

"Esse exercício (o Censo Geral da População) vai permitir por exemplo, que, no momento da materialização das autarquias de modo faseado e progressivo como recomendou o Conselho da República em 19 de Dezembro de 2011, os seus gestores estejam mais capacitados para dar resposta aos problemas concretos das comunidades sob sua responsabilidade", afirmou José Eduardo dos Santos.

De acordo com as declarações do Presidente da República, só depois da realização do censo é que o país estaria em "condições de aprofundar os conhecimentos sobre as reais necessidades das nossas populações, adoptando as melhores políticas para satisfazê-las". Entretanto, vários especialistas reagiram ao discurso de Eduardo dos Santos, no que à realização de eleições autárquicas diz respeito. O gestor e consultor de empresas, Galvão Branco, concorda que as eleições autárquicas sejam realizadas de forma gradual, porque exigem uma série de acções concretas relacionadas com a formação de quadros, construção de infra-estruturas bem como a criação de uma lei de finanças locais.

"Não temos condições para realizar as autarquias de uma só vez nos 165 Municípios do país, porque entendo que devia haver um instrumento de finanças locais que assegure a gestão de forma descentralizada, há questões que se prendem com a divisão administrativa, recursos humanos e infra-estruturas que devem ser ultrapassados", fundamentou.

Galvão Branco julga que o gradualíssimo nas autarquias não provocaria as simetrias no desenvolvimento de algumas localidades, na medida em que vão evidenciar os problemas de cada localidade e proporcionar o bem-estar de acordo com a realidade de cada região, ao apontar o Moçambique como exemplo.

O jurista Domingos das Neves é de opinião que a população esperava que o Presidente anunciasse a data das eleições autárquicas em Angola, ao realçar

que se não o fez é bem provável que queira antes analisar o resultado dos estudos sobre a matéria que estão a ser feito pelo Ministério da Administração do território.

Por outro lado, depois acredita que depois do estudo o Presidente vai auscultar o Conselho da República, onde também estão representados os líderes dos partidos políticos com acento no parlamento, para além de outras individualidades e sensibilidades do País, de forma a criar um maior consenso possível.

"Depende do que se pode definir com o gradualíssimo, isto em termos de espaço de tempo, entre a realização de uma autarquia e outra, exemplo para consentir uma melhor preparação dos recursos locais, não exceda os 12 meses".

O deputado e porta-voz do MPLA em Luanda, Roberto Garcia, reagindo à mensagem do Presidente da República disse que o seu partido e governo tem vontade de realizar eleições autárquicas, mas antes devem ser cumpridos pressupostos importantes, como é o caso da realização do censo geral e a delimitação geográfica de alguns bairros.

### 5.4 CASA-CE prepara autarquias

*Jornal de Angola*  
07 De Janeiro de 2013

A CASA-CE está a preparar os militantes na província do Namibe para as eleições autárquicas e garante fiscalizar as acções do Executivo, anunciou a coligação em comunicado. "Não devemos ficar tranquilos com os resultados alcançados. E preciso trabalhar cada vez mais na mobilização para se conseguir levar a mensagem da CASA-CE a todos os lugares da província", afirma o documento, que sublinha ter sido positivo o trabalho desenvolvido no ano passado.

A coligação reconhece haver na província "diminuição gradual da intolerância política, fruto da crescente maturidade democrática da população e dos esforços das instituições públicas, em particular da Polícia Nacional, na garantia da segurança e tranquilidade públicas". No comunicado, a CASA-CE pede aos militantes que demonstrem "elevado nível de cultura democrática e usem linguagem de paz, reconciliação nacional, solidariedade, fraternidade, companheirismo e espírito de abnegação". O militante da CASA-CE, acentua o documento, deve saber conviver na diferença, respeitar os símbolos da República e as instituições constitucionalmente instituídas.

O comunicado salienta igualmente o crescimento que a província do Namibe regista em infra-estruturas, principalmente a nível de estradas, pontes, escolas e hospitais.

O secretário para a Mobilização da CASA -CE disse, recentemente, que a coligação pretende atingir a cifra de 60 mil militantes novos no Namibe até às próximas eleições, no quadro do crescimento daquela organização política. De acordo com Manuel Sampaio Mukanda, a campanha será extensiva aos cinco municípios da província, designadamente Namibe, Kamucuio, Virei, Bibala e Tómbwa.

## 5.5 Governadores preparados para eleições autárquicas

*Jornal de Angola*

*07 De Janeiro de 2014*

O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) realizou no ano passado um ciclo de conferências para preparar os governadores provinciais e os administradores sobre as autarquias.

Durante o ano, foram certificados todos os governadores provinciais, após um curso específico para a função, além de acções que envolveram mais de 20.000 participantes dos mais variados níveis da Administração Pública, incluindo altos dirigentes.

"Encerrámos 2013 com o sentimento de missão cumprida", disse o director-geral do IFAL, Ismael Mateus, ao avaliar as actividades do ano passado. Além da implantação dos centros regionais, o director do IFAL destacou ainda outras iniciativas, como o Ciclo de Conferências Autárquicas com a participação de países que são referências no assunto e a Academia de Lideranças, voltada aos governadores e vice-governadores provinciais.

### Jornadas técnicas

A instituição realizou igualmente duas jornadas técnicas, 21 seminários e uma Feira do Livro e registou o acesso de mais de 350 jovens ao Ensino Médio. Durante o ano, aumentou o número de mulheres que beneficiaram dos cursos e seminários do IFAL, que totalizou 4.488 formandas. O director-geral disse que faz parte da política do IFAL incentivar o acesso de mulheres à Administração Local. Desde a abertura do ano de formação, em 28 de Janeiro, até ao encerramento das actividades, em 21 de Novembro, foram realizadas mais de 900 acções formativas em todo o país, entre Cursos inter-provinciais de curta e média duração de âmbito local e Cursos especiais de Informática.

Todos os cursos foram coordenados pelo Instituto de Formação da Administração Local em Luanda e nos três Centros Regionais implementados em 2013, para levar a formação a todas as províncias, abrangendo as localidades mais distantes.

Ao intervir na abertura das VII Jornadas Técnicas do Instituto de Formação da Administração Local, no município da Humpata, Huíla, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apontou uma viragem positiva na espiral de desenvolvimento da instituição, a avaliar pela reforma e modernização do plano curricular dos cursos ministrados e o alargamento da intervenção formativa dos centros regionais.

O ministro mencionou outras valências, como a introdução do IFAL-Online, uma plataforma digital que vai permitir aos dirigentes, responsáveis e demais funcionários e agentes da administração local do Estado o acesso aos conteúdos de formação, através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

## 5.6 Propostas para a governação

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro de 2014*

Administradores comunais, representantes das comissões de moradores, chefes de repartições, representantes de partidos políticos e organizações não-governamentais afectas ao Rangel apresentaram ontem, em Luanda, as suas opiniões, propostas, preocupações, necessidades e problemas, durante um encontro de auscultação e concertação social do distrito urbano do Rangel.

Ouvir opiniões e propostas para programa de governação e gestão de 2014 e achar soluções para os problemas do distrito do Rangel foram os objectivos principais do encontro, realizado na administração do Rangel, sob orientação de Maria da Silva.

A administradora do Rangel, Maria da Silva, disse ser importante a participação e a colaboração de todos, principalmente dos munícipes para melhorar o quadro que o distrito vive hoje. Ruas esburacadas, a venda ambulante, o lixo, falta de energia e água, a delinquência, saúde pública, iluminação pública, problemas de esgotos, rupturas de água, a falta de centros de formação profissional, escolas e a ausência de zonas verdes foram entre outros, os problemas apresentados pelos munícipes dos bairros da Terra Nova e do Marçal.

Nelson Pascoal é morador do Bairro a Terra Nova. O jovem falou das ruas que há muitos anos precisam de

asfalto, um problema que cria grandes transtornos aos moradores que encontram dificuldades em circular e até mesmo de sair e entrar em casa.

Diomedes Policarpo falou da chamada Rua das Pedrinhas que se tornou num verdadeiro centro comercial. São as praças e armazéns que originam grandes quantidades de lixo e deixam as ruas intransitáveis.

A administradora do Rangel garantiu que dos problemas apresentados muitos já estão em agenda da administração para solução.

Mais de 20 participantes apresentaram as suas preocupações e necessidades durante o conselho de auscultação e concertação.

## 5.7 AS AUTARQUIAS EM ANGOLA: como evitar os erros dos outros (I)

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2014*

Angola ao implementar os postulados constitucionais sobre as autarquias locais (artigos 213 a 222, CRA) deveria aprender as lições e com os 'erros cometidos por outros países, nomeadamente em Moçambique, um país cujas instituições de administração local do Estado são parecidas as de Angola. Uma boa parte da explicação do descalabro que se observa e Moçambique hoje encontra-se nos problemas da governação local.

Os problemas de Moçambique têm, em boa parte, a ver com o problema do "gradualismo", ou seja, à implementação gradual das autarquias. Primeiro, o "gradualismo" perpetuou a distinção histórica entre os cidadãos urbanos e rurais, em que os primeiros puderam eleger o seu governo local e pedir-lhes contas, enquanto os segundos não. Segundo, provocou uma bifurcação do Estado que implicou dois sistemas de governação local, muito diferentes, mas ambos excessivamente partidarizados e ambos sem a importância e a seriedade que se requer para desenvolver uma governação local desenvolvimentista. Terceiro, a reforma gradual favoreceu o controlo do partido do poder central (a Frelimo), e motivou o desinteresse da oposição (a Renamo, principalmente) pelas instituições de governação local.

Angola vai implantar as autarquias e realizar eleições autárquicas, pela primeira vez, em breve, fazendo fé nas palavras do Presidente da República angolano que considerou, no seu recente discurso sobre "o

estado da Nação", que "nas actuais condições é inquestionável a importância da institucionalização do poder autárquico". Daí que haja da parte do Executivo, segundo o Presidente da República, "várias iniciativas, com vista a contribuir para a definição das políticas públicas relativas à administração local e autárquica e a criar as condições para apoiar a sua implementação", não sendo, por isto estranho o debate público sobre as instituições autárquicas e o processo da sua introdução. Vários temas fazem objecto desse debate, sendo os mais importantes a questão do grau das competências a atribuir às autarquias e o modo e grau de realização das eleições autárquicas. Duas questões que podem ser resumidas à questão do gradualismo (geográfico ou funcional) previsto na respectiva disposição transitória (artigo 242º) da Constituição angolana.

Nesta série de três artigos, dois versam sobre a experiência de Moçambique, servindo esta de pano de fundo para discutir as reformas a implementar em Angola, no terceiro artigo que vai dar relevo a algumas opções para a introdução das autarquias em Angola, com a intenção de tirar lições dos problemas vivenciados em Moçambique.

### 1. AUTARQUIAS E CONTINUIDADE HEGEMÓNICA

Em Moçambique, quando o governo da Frelimo assinou o Acordo Geral de Paz, com a Renamo, em 1992, a descentralização fazia parte da agenda política. Nessa altura, Afonso Dhlakama, o líder da guerrilha, certamente esperava que a paz lhe iria garantir, senão todo, pelo menos, uma boa parcela do poder: uns ministérios, uns tantos governos provinciais ou presidências das autarquias locais.

Nunca foi assim, apesar da Renamo ter obtido, nas primeiras eleições gerais, em 1994, 38 % dos votos, devido à sua forte implantação nas zonas rurais, do centro e norte, do país, contra os 44% da Frelimo que continuava forte no sul e nas cidades. Esta sua força eleitoral nunca se traduziu em voto local, porque antes mesmo da realização das primeiras eleições locais, a Frelimo, em 1996, tomou a iniciativa de declarar inconstitucional a Lei da Descentralização (Lei 3/94) que atribuía aos distritos (0 equivalente aos municípios, em Angola) o estatuto de autarquias e dispunha que, quer a assembleia autárquica, quer o seu executivo, seriam eleitos, em sufrágio local. Isto porque, ao olhar para a geografia eleitoral saída das eleições gerais, facilmente se percebia que a Renamo, ao ser força maioritária em mais do que metade dos distritos rurais, teria garantido, em futuras eleições autárquicas, o governo dessas respectivas autarquias.



Então, perante este quadro que evidenciava a capacidade da Renamo para captar o voto maioritário das zonas rurais, a Frelimo, depois da declaração de inconstitucionalidade tomou a iniciativa da aprovação de uma nova Lei da Descentralização (Lei 2/97) para a instalação das autarquias. Esta nova lei estabeleceu o princípio de "introdução gradual" das autarquias, segundo a ideia de que as cidades, vilas e "povoações" somente poderiam constituir-se em autarquias, desde que atingissem um determinado nível de desenvolvimento socioeconómico. Aparentemente, a Renamo não se apercebeu do que estava em curso, pois não se opôs com força e determinação a esta lei. Neste mesmo ano, foram criadas 33 autarquias, das quais 2, nas cidades e 10 em vilas, uma por cada uma das províncias do país.

Em Julho de 1998, foram realizadas as primeiras eleições autárquicas mas estas correram mal. A Renamo, já consciente de que "o gradualismo" lhe tirava a sua principal vantagem que era o voto rural, alegou fraude e recorreu à tática do boicote. A participação eleitoral ficou a menos de 15% dos eleitores. A Frelimo, quase sem oposição, salvo alguns representantes de pequenos partidos e coligações, ganhou estas eleições, em todas essas 33 autarquias. O primeiro mandato de 1998-2003 foi caracterizado pela luta pelo estabelecimento da administração autárquica e das modalidades de cooperação entre a assembleia autárquica e o seu executivo, gerando muitos conflitos no interior da própria Frelimo.

Nesta situação, Afonso Dhlakama redobrou a sua atenção em relação as eleições legislativa e presidencial, de 1999. Desta vez a Renamo aumentou o seu score eleitoral para 39% dos votos e Dhlakama obteve 48% dos votos contra 52% de Joaquim Chissano, candidato da Frelimo, para a eleição do Presidente da República. Mais uma vez Dhlakama alegou fraude (no que foi, posteriormente, seguido por muitos) recusou-se a reconhecer o novo governo da Frelimo e convocou manifestações de protesto, no país inteiro, reivindicando a nomeação de governadores da Renamo nas províncias (a maioria) em que a Renamo obteve mais votos do que a Frelimo, em troca desse reconhecimento. Joaquim Chissano ignorou-o e as manifestações foram esmagadas "manu militari" pela polícia de choque. De novo, a Renamo ficou sem nada.

Nas eleições autárquicas de 2003, a Renamo obteve a maioria em cinco autarquias, inclusive em grandes cidades como a Beira e Nacala. A presidência da autarquia da Beira foi o trampolim para a afirmação da liderança de Deviz Simango, que acabou por romper com a Renamo e fundou o MDM, o que se

traduziu também num certo debilitar político da Renamo.

Em 2008, o número de autarquias, com a inclusão de mais 10 vilas, estendeu-se a 43 localidades. Ainda assim, quase a totalidade do território nacional e talvez dois terços da população continuava sob a administração dos órgãos locais do Estado central, e esta foi mantendo, em grande medida, a situação de controlo da Frelimo e do partido-Estado instaurado com a proclamação da independência (1975), negando à população das zonas rurais a possibilidade de eleger os seus representantes e não lhes prestando contas.

Este ano o número de autarquias subiu para 53, mas não alterou propriamente o controlo hegemónico do território e da população por parte do partido de poder (a Frelimo) porquanto as novas localidades que foi implementado o estatuto de autarquia, são cada vez mais pequenas e cada vez menos densamente povoadas. Sendo assim, ao ritmo de "gradualismo" observado, o dia da institucionalização universal das autarquias, nas zonas rurais, parece estar num futuro muito distante, continuando a legislação moçambicana a consolidar a separação administrativa dos cidadãos rurais e urbanos. A mesma separação cidade/campo que foi um instrumento fulcral da dominação colonial.

Em consequência desta política de "gradualismo", determinada por interesses partidários, instalou-se, em Moçambique, um Estado bifurcado que não é muito propenso para o desenvolvimento equilibrado. É sobre isto que vamos falar no próximo artigo.

\* Cientistas sociais na Universidade Católica de Angola e CM! (Noruega), respectivamente.

## 5.8 Bloco Democrático não acredita na realização das autarouias em 2015

*Jornal Manchete*

*18 De Janeiro de 2014*

Embora seja imperativo constitucional e exista sucessivos pronunciamentos, sobretudo por parte do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, em relação a realização de eleições autárquicas em 2015, o Bloco Democrático (BD) não acredita que elas sejam realizadas o próximo ano.

A falta de crença dos "bloquistas" foi avançada pelo secretário nacional para os Assuntos Eleitorais desta formação política, Luís do Nascimento. As razões avançadas pelo político para sustentar a sua afirmação

estão ligadas àquilo que chamou de falta de vontade política por parte do MPLA e a morosidade que se regista na discussão e aprovação da legislação sobre poder local.

Quanto a questão atinente a falta de vontade política, Luís do Nascimento disse não existir sinais de realização de eleições autárquicas em 2015. "No discurso do Presidente da República, quer do cumprimento de fim de ano, como do ano novo com o corpo diplomático acreditado em Angola, não houve qualquer pronunciamento sobre esta questão", disse.

Em relação à iniciativa legislativa sobre institucionalização do poder local, o também jurista lamentou a morosidade que se observa na discussão dos diplomas legais.

Como ponto de partida do debate dos instrumentos jurídicos que vão regulamentar a administração local do Estado, o também advogado apontou o Projecto de Lei apresentado pelo grupo parlamentar da UNITA.

Segundo o interlocutor, as condições para o escrutínio autárquico e as discussões legislativas sobre Poder Local já podiam ter começado. "As discussões estão atrasadas", afirmou.

O "bloquista" avançou, por outro lado, que a instituição das autarquias obedece algumas fases que devem ser colocadas em evidência para a materialização da descentralização.

Luís do Nascimento entende que já se podia trabalhar para a Lei de Base do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, Lei Eleitoral Autárquica, a questão ligada à transferência de competências e serviços do Estado para as instituições locais, marcação da realização das eleições autárquicas, realização do acto eleitoral e instituição nos municípios dos seus órgãos e serviços. "Não acredito que tudo isso estará completo até 2015", rematou.

Perante este cenário, o político desconfia que as eleições autárquicas em Angola só serão realizadas depois das eleições gerais, inicialmente previstas para 2017.

O nosso interlocutor abordou ainda a questão ligada às vantagens da institucionalização do Poder Local. "É um exercício de democracia", explicou. Do Nascimento lamentou o facto de existir uma excessiva centralização por parte da Administração Central do Estado.

O político é de opinião que o Poder Local contribui positivamente na aproximação dos bens e serviços à população. "A transferência destas competências e serviços vão fazer com que as necessidades da colectividade sejam satisfeitas. Haverá polícia municipal, serviços locais de saúde, educação, saneamento básico, fornecimento de água potável e luz eléctrica", concluiu.

Recorda-se que, em Outubro de 2012, o ministro da Administração do Território, Bomito de Sousa, havia dito, durante a sua deslocação ao Bailundo, província do Huambo, que as primeiras eleições autárquicas em Angola, inicialmente previstas para 2014, deverão realizar-se somente em 2015.

Citado pela agência Angop, Bornito de Sousa justificou a decisão com um estudo elaborado pelo seu ministério, tendo em declarações à imprensa no final das actividades desenvolvidas no município do Bailundo, assegurado que está em curso a preparação do processo das autarquias locais.

Em 2011, numa reunião do Conselho de República, órgão consultivo do Presidente da República, foi fixado 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

## 5.9 AS AUTARQUIAS EM ANGOLA: como evitar os erros aos outros (II)

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2014*

### 2. AUTARQUIAS E GRADUALISMO: UNICIDADE OU BIFURCAÇÃO DO ESTADO

A implementação das autarquias em Moçambique, em 1998, instalou duas vias de "descentralização", uma para os cidadãos urbanos, outra para os cidadãos rurais. A primeira é referida como descentralização democrática, a outra como desconcentração. Enquanto as autarquias prometem uma futura democracia eleitoral, a desconcentração parece cultivar as instituições do passado colonial e do partido único.

O "gradualismo" promete a criação de mais autarquias, mas estas não vão chegar às zonas rurais num tempo próximo. Ao contrário, são dois sistemas de governação local que caminham, gradualmente, em dois sentidos diferentes. Em vez de criar unicidade, uniformidade e simplicidade no país - aliás, um sistema a aperfeiçoar - essa bifurcação tem criado dois sistemas que competem entre si por recursos escassos e pela atenção dos políticos. Na prática os

dois sistemas sofreram duma excessiva partidização, pelo que adiante vamos mostrar como essa excessiva partidização impediu um desenvolvimento mais harmonioso desses sistemas.

#### ZONAS RURAIS: ADMINISTRADORES, CONSELHOS CONSULTIVOS E OSRÉGULOS

Em 1998, perante a constatação de que as autarquias não seriam implementadas nas zonas rurais, colocou-se a questão de saber como se iria governar as zonas rurais e as localidades mais pequenas. Como fazê-lo num país a sair de uma guerra civil e de um sistema de partido único, onde a governação era extremamente centralizada? Todos concordavam na necessidade de desconcentrar e de descentralizar o poder, mais ainda, num momento em que a administração local do Estado (os distritos e os postos administrativos) se encontrava num estado lamentável, com pouquíssimos recursos humanos e materiais, ao ponto de lhes faltar tudo, desde instalações físicas até esferográficas, de contabilistas a canalizadores. Mas, apesar do Estado arvorava a necessidade gritante de se enraizar, através da representação e participação dos cidadãos locais, o governo da Frelimo deu prioridade a duas medidas: a reabilitação e restauração das "autoridades tradicionais" e a instalação de novos órgãos de representação local chamados Conselhos Consultivos.

A autoridade tradicional, depois de instrumentalizada pelas autoridades coloniais, foram perseguidas ou marginalizadas, durante o período do "poder popular", orientado pela Frelimo, nos anos 1970 e 1980. Em 2000, a Frelimo Estado promoveu a promulgação de uma lei que fazia a reabilitação e integração das Autoridades Tradicionais como autoridades administrativas de base, significando que os régulos e outras autoridades tradicionais deveriam ser reconhecidos como Autoridades Comunitárias. Em poucos anos, foram implantadas quase 4500 Autoridades Comunitárias, com direito ao uso de um uniforme e dos símbolos da República e de usufruir de um subsídio para representar o Estado, nas suas localidades. A cooptação e o controlo das autoridades tradicionais foram medidos de grande sucesso para a Frelimo que, usando meios públicos, atingiu efectivamente um dos flancos da Renamo.

Nos distritos quem mandam são os administradores que, nomeados de cima, também prestam contas aos seus superiores hierárquicos. Para remediar a falta de participação e representação da população não-urbana, o Governo decidiu - a partir de 2005 instituir Conselhos Consultivos (CC) em todos os 130 distritos. Estes CC, que são quase idênticos aos Conselhos de Auscultação e Concertação Social

(CACS) em Angola, visavam garantir a participação de "todos. os grupos" nas comunidades, pelo que albergam no seu seio representantes da administração Estatal, régulos, mulheres, jovens, etnias, ricos e pobres, enfim, todos - menos dos partidos políticos, a não ser do partido do Governo que estava aí mais do que representado e até era quem indicava ou convidava, directamente ou através dos seus administradores, os membros destes conselhos.

Os CC, se originalmente tinham um papel importante na planificação e determinação do orçamento do Distrito, rapidamente passaram a ter como actividade principal, a distribuição dos dinheiros do "fundo de desenvolvimento distrital". Este programa, geralmente designado por "7 milhões", tinha por vocação providenciar crédito, em pequenos empréstimos, para estimular a produção e o emprego rurais. Mas, apesar de muita propaganda laudatória, o "7 milhões" tem produzido poucos resultados em termos de desenvolvimento, embora tenha servido para praticamente garantir a reeleição de Armando Guebuza, em 2009: Dezenas de milhares de pessoas receberam pequenas somas dos CC. Sem surpresas os conselhos consultivos não conseguiam actuar com a eficácia dos bancos, na exigência dos reembolsos, mesmo porque os "empréstimos" concedidos foram para amigos, familiares ou, frequentemente, para os próprios membros dos CC que já guarnecidos por membros da Frelimo, ainda adoptaram um critério partidário na distribuição dos fundos. No distrito da Gorongosa, onde a guerra em Moçambique recomeçou recentemente, 70% dos beneficiários eram membros da Frelimo. Assim, a cada ano, os CC eram contemplados com nova dotação orçamental que era distribuída e já ninguém falava de planificação distrital.

#### AS AUTARQUIAS URBANAS

A história das autarquias urbanas em Moçambique é mais rica e complexa em termos de desenvolvimento institucional, e regista muitas acções de desenvolvimento bem-sucedidas. Embora isto tenha sido mais verdade para as grandes cidades do que para as vilas mais pequenas. Quanto mais pequenas as localidades, mais as autarquias se tornam mais dependentes da Administração Distrital e gozam de menos prestígio. A filosofia de autarquia que Moçambique adoptou inspira-se, principalmente, no sistema jurídico-administrativo português, que prevê a autonomia política e a auto-suficiência em recursos. Mas, como seria isto possível numa pequena vila, em plena zona rural, desprovida de recursos próprios, em que toda actividade económica está sob controlo do Administrador e com apenas alguns milhares de pessoas, na sua grande maior parte pobres, sem grande capacidade de pagar impostos locais? Para quê

ir às urnas para eleger representantes da autarquia da vila, se quem manda na localidade, na prática, é o Administrador Distrital, que faz parte dos "homens do Governador e Ministros, que têm os recursos". Pior ainda, diz vox populí, "se elegermos um político da oposição como Presidente da Autarquia, os cidadãos podem ser prejudicados pela má relação que terá com o Administrador da Frelimo".

As dificuldades da implantação e funcionamento das autarquias, no contexto da sobredita bifurcação moçambicana, são muito maiores do que as que ficaram enumeradas, mas o denominador comum é a excessiva politização e partidarização das instituições "descentralizadas" e "desconcentradas". Nas autarquias, cada Presidente do Conselho trouxe consigo um novo "staff" para a sua governação. Na administração local do Estado, ser membro da Frelimo é quase uma obrigatoriedade para conseguir um lugar de funcionário público. Os quadros dos partidos da oposição são excluídos.

Em vez de gastar suas energias para construir instituições de governação local que garantissem estabilidade institucional e bons serviços públicos, o governo moçambicano criou instrumentos para garantir a dominação de um partido. A obsessiva ideia de que "quem ganha as eleições" tem de ficar com todo, inviabilizou a criação de uma governação do país pluralista e de unidade, na diversidade. Nos distritos, as prioridades partidárias inviabilizaram a criação de uma administração profissionalizada e deram lugar a arbitrariedades das autoridades comunitárias e dos CC. Uma das graves consequências desta reforma da lei foi que os partidos da oposição, principalmente a Renamo, perderam interesse pelas instituições de governação local. Em vez de aproveitar a autarquização, para formar os seus quadros no dia-a-dia da política e na administração local, a Renamo desvalorizou-a e fixou-se na ideia de um dia vir a ser ela a "ganhar tudo", através das eleições gerais. Depois deu-se conta de que essa via está bloqueada pelo predomínio hegemónico do partido de poder, em relação aos mecanismos de regulação das eleições.

Aprendendo com estas lições, Angola, no processo de implementação das autarquias, deve investir tudo na criação de um sistema integrado, legítimo e participativo, construindo uma instituição que toda a gente reconheça como a representação da política local, e não só de um grupo ou partido.

\* Cientistas sociais na Universidade Católica de Angola e CMI (Noruega), respectivamente.

## 5.10 Famílias de Luanda revelam pouca informação

*Jornal de Angola*

*27 De Janeiro de 2014*

A pouco menos de quatro meses da realização do Censo Geral da População e Habitação, são ainda muitas as pessoas que desconhecem a sua realização, o que significa ou a Importância de que se reveste para o país.

Num grupo de cinco adolescentes, que conversavam sorridentes e descontraídos numa das ruas do bairro Ngola Kiluange, apenas um tinha uma vaga noção do que se trata. Lucombo António, de 19 anos, leu algo sobre o assunto num jornal, quando foi realizado o censo piloto, e soube que o objectivo do Censo é "contar o número de cidadãos angolanos residentes no país". Os companheiros José Augusto, 19 anos, Filipa da Conceição, 18, António Sebastião, 17, e outra rapariga que se afastou do grupo no momento da entrevista, admitiram o seu total desconhecimento sobre o assunto. São estudantes do ensino médio, tal como Lucombo António, que demonstrou alguma sabedoria.

Em casa de Maria Ribeiro, 72 anos, as informações sobre o Censo são confusas. Ela, um dos filhos e os netos já ouviram algo a respeito na Televisão Pública de Angola, mas desconhecem a data da sua realização e a utilidade das informações que devem prestar aos recenseadores, quando visitarem a sua residência. Apesar disso, a dona da casa está disposta a recebê-los e a responder a todas as questões relacionadas com a sua família e a forma como vivem. Maria Ribeiro, moradora da rua J do Bairro Operário desde 1975, acredita que o Censo é uma actividade importante e útil para quem governa. Vive ali com três filhos e seis netos, numa 'casa de madeira com quatro quartos e um anexo. Por ser viúva e doméstica, o sustento da família é garantido pelos oito filhos que lhe restam, dos 12 que trouxe ao mundo. Os netos têm idade escolar e estão todos inseridos no sistema de ensino, menos um dos filhos, com 30 anos, que sofre de falciformação. Devido ao seu estado de saúde deixou de estudar há muitos anos e nunca trabalhou.

Em casa de Maria Ribeiro há energia eléctrica 24 horas por dia, mas a água não pinga das torneiras há mais de 15 anos, supostamente devido a um desvio da canalização. Para ter acesso ao líquido, paga 25 kwanzas por cada bidão de 20 litros conseguidos na vizinhança e mais 75 kwanzas para quem transporta o recipiente.



Na mesma rua, outra casa sem água canalizada há mais de 20 anos é a de Joana António, de 22 anos, que vive com a mãe, de 54, e duas sobrinhas, de 19 e 20 anos. A família tira água da casa ao lado com uma mangueira e paga 500 kwanzas, depois de encher todos os recipientes. Os moradores não entendem, até ao momento, as razões da falta de água nalgumas residências daquela rua. Quanto ao fornecimento de energia eléctrica, Joana disse ser estável, mas reclama do atendimento no posto médico do bairro e da falta de iluminação pública, que tem facilitado a prática de assaltos à noite. Embora já tenha sido vítima, considera o bairro calmo e limpo. A recolha de lixo é feita com regularidade. A casa de Joana, de construção definitiva, tem quatro quartos. Na ausência da mãe, que vende banana e bombó com jinguba nas ruas de Luanda, Joana é a responsável da casa.

Frequenta o 3º ano do curso de Gestão e Marketing na Universidade Independente de Angola custeado pela mãe, assim como as demais despesas da casa, com apoio dos filhos. Eles são sete e já têm família constituída. O pai vive com outra mulher. A situação entristece Joana, mas torna-a mais determinada a prosseguir os estudos, para poder proporcionar uma vida melhor à mãe. Embora tenha confundido a finalidade do Censo com a de um inquérito, a jovem espera que as políticas do Executivo possam satisfazer no futuro as principais preocupações da população.

Zulmira Manuel, moradora no bairro Miramar, tem ouvido na rádio e televisão informações sobre o Censo, mas ainda não entendeu a fundo a sua utilidade. Com 46 anos, vive com o marido e quatro filhos num anexo da casa dos sogros, que está a ser ampliado para acomodar os filhos: duas meninas e dois rapazes. Com excepção da mais nova de quatro anos, todos estudam.

A família tem acesso a água, energia eléctrica e à assistência médica no posto do bairro, além da maternidade Augusto Ngangula em momentos específicos. O casal trabalha num supermercado há vários anos, mas pretende ter um emprego melhor, de preferência numa instituição pública, para realizar o sonho da casa própria. Os salários que auferem não lhes possibilitaram fazerem a inscrição nos novos projectos habitacionais.

No bairro Miramar, a residência de Isis Domingos, de 25 anos, também foi contactada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola. A data de realização do Censo é do seu conhecimento, assim como o seu principal objectivo: "contar quantos somos". Quanto à segunda finalidade, relativa ao número e ao tipo de habitação em que vivem os angolanos, desconhecia-a.

Apesar da desinformação sobre este aspecto, contou que vive com mais quatro irmãos, dos quais três assumem o sustento da casa, com quatro quartos e dois anexos em arrendamento. Ela e o irmão mais novo, de 18 anos, só estudam. O pai faleceu e a mãe vive com outra irmã em Viana. Mas antes viviam todos no Miramar, um bairro que considera muito calmo e seguro, razão pela qual não se imagina a viver noutra lugar. Gosta mais, ainda, por estar no centro da cidade, ter recolha de lixo regular e ser abastecida diariamente com água e energia eléctrica.

**Características da população** As informações fornecidas pelas quatro famílias contactadas pelo Jornal de Angola são, entre outras, as que os recenseadores têm de obter de todos os angolanos, a partir do dia 16 de Maio, data em que começa o primeiro Censo Geral da População e Habitação realizado em todo território nacional, depois da Independência.

Este acto, geralmente realizado pelos países a cada dez anos, visa a contagem da população residente e o conhecimento das suas características geográficas, de migração interna e internacional, do agregado familiar na habitação, demográficas e sociais, de fertilidade e natalidade, educacionais, económicas, de deficiência e sobre a prática agrícola.

De acordo com a Lei n.º 19/11 de Autorização Legislativa sobre as Bases Gerais para o Recenseamento Geral da População e Habitação, as características geográficas, de migração interna e internacional, têm a ver com o local de residência habitual, situação perante a residência, local e país de nascimento, local de residência anterior e de residência num período específico no passado, duração na residência actual, nacionalidade, ano ou período de chegada.

As informações sobre as características do agregado familiar na habitação referem-se ao tipo de energia utilizada para cozinhar, forma de ocupação, existência de equipamento tecnológico de comunicação e informação e de bens duradouros. As características demográficas e sociais estão associadas ao sexo, data de nascimento, estado civil, língua, religião, grau de parentesco com o chefe do agregado familiar, composição do agregado e da família.

Os recenseadores vão também questionar aspectos sobre a fertilidade e taxa de mortalidade do agregado familiar, concretamente o número de filhos nascidos-vivos, vivos, data de nascimento do último filho nascido vivo, idade da mãe no nascimento do primeiro filho nascido-vivo, membros do agregado familiar falecidos nos últimos 12 meses, causa da morte, orfandade materna e paterna. Sobre as



características educacionais, é importante saber quantos são alfabetizados, o nível de escolaridade e a área de formação. Quanto às características económicas, os cidadãos devem informar os recenseadores da sua ocupação, ramo de actividade económica, situação no emprego, tempo de trabalho, tempo de procura de emprego, rendimento, principal fonte de rendimento, sector institucional do emprego, emprego no sector informal, local de trabalho e forma de deslocação para a escola ou local de trabalho.

As características de deficiência, especificamente o tipo e a causa, também vão ser registadas pelos recenseadores, assim como informações sobre a existência de propriedade agrícola e a capacidade de produção. Para o levantamento do tipo de habitação e das condições de habitabilidade da população angolana, a Lei de Autorização Legislativa sobre as Bases Gerais para o Recenseamento Geral da População e Habitação obriga ao registo das características dos edifícios e das habitações em que cada pessoa vive.

Nos edifícios, os recenseadores vão averiguar o tipo e o material utilizado nas paredes externas e no tecto, o ano ou o período de construção. No caso das habitações, vai ser constatado também o tipo, a localização, forma de ocupação, entidade proprietária; número de divisões, número de quartos, sistema de abastecimento de água, principal fonte de água para beber, tipo de instalações sanitárias, espaços de esgotos, condições para o banho e da cozinha, tipo de energia utilizada para iluminação, principal forma de recolha dos resíduos sólidos e número de ocupantes.

Todas as informações recolhidas no âmbito do Censo são sigilosas, nos termos previstos no artigo 110 da Lei do Sistema Estatístico Nacional, e constituem segredo profissional para todas as pessoas que participem nos trabalhos desta operação estatística e que delas tomem conhecimento.

## 5.11 Autarquias: lei sobre o poder local em banho-maria

*Semanário Terra Angolana*  
*Janeiro de 2013*

Com as declarações do Presidente da República José Eduardo dos Santos em Outubro passado e reiteradas na mensagem de fim de ano sobre a necessidade de um quadro legal e outras condições para a realização das eleições autárquicas, a oposição Parlamentar esperava ver agendada para a Plenária de 23 de Janeiro de 2014, a discussão do Ante-projecto de Lei sobre o Sistema de Funcionamento do Poder Local remetido em Novembro último à Assembleia Nacional.

Em Outubro de 2013, na abertura da Sessão Legislativa, José Eduardo dos Santos atribuiu a responsabilidade principal pela institucionalização do Poder Local ao Parlamento que deve criar e aprovar a respectiva legislação. Já no discurso de fim de ano, o mais alto magistrado da acção falou das recomendações do Conselho da República de 2011 sobre as autarquias e da efectivação deste desiderato de forma gradual.

De acordo com Manuel Fernandes Vice-presidente e Deputado da CASA -CE em declarações ao programa Tribuna do Deputado da Rádio Despertar, esperavam ouvir um pronunciamento sobre o assunto, mas até ao momento a Assembleia Nacional nem sequer fez chegar o Ante-Projecto da U ITA aos Grupos Parlamentares para tomarem contacto com o mesmo.

O parlamentar considerou fundamental que se possam dar passos decisivos para a institucionalização do Poder Local em Angola, sem gradualíssimo, para acabar com as assimetrias regionais.

Manuel Fernandes disse que a oposição gostaria de ter um único projecto de Lei do Poder Local, esperando tomar contacto com a proposta da UNITA para apoiar e enriquece-la.

A FNLA e o PRS na voz de Ndonga zinga e Manuel Ribaia, Secretário e Secretário-adjunto da informação respectivamente também consideram ser fundamental realizar eleições autárquicas em simultâneo em todo o País, para se evitarem as assimetrias regionais, tendo igualmente anunciado o seu empenho no bloco que a oposição formou, não apenas para a realização das eleições autárquicas, mas em demais acções políticas. O Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA Raul Danda manifestou o seu desagrado pelo facto da Assembleia Nacional não

estar a agendar a discussão sobre o Ante-projecto de Lei do Sistema de Institucionalização e Funcionamento do Poder Local, remetido pelo seu Grupo Parlamentar em Novembro de 2013.

O Parlamentar anunciou que o Ante-Projecto ora remetido tinha o fundamental para a Lei de Base do Poder Local e que outros diplomas a ele ligados também já estavam preparados para enriquecer o pacote, como a Lei do Estatuto dos Autarcas, Lei do financiamento das Autarquias, Lei das Eleições dos Órgãos das Autarquias, Lei do Poder Tradicional, entre outras.

Para Raul Danda, a U ITA espera ver o assunto agendado o mais depressa possível, para que as eleições autárquicas ocorram brevemente, tendo igualmente destacado a necessidade de unidade no seio dos Partidos da Oposição.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Sobas e técnicos têm casas sociais

*Jornal de Angola*  
02 De Janeiro de 2014

O governador da Província do Cuanza Sul, Henrique Júnior, entregou as chaves de casas sociais aos sobas e técnicos da Administração Comunal da Canhoca, no Município de Cazengo, a 25 quilómetros da cidade de Ndalatando, após a conclusão do projecto habitacional das 50 casas evolutivas.

De acordo com o Administrador Municipal da Canhoca, Joaquim Domingos, as obras duraram oito meses e foram financiadas pela Administração Municipal do Cazengo. Os moradores do novo bairro, segundo o administrador Joaquim Domingos, podem ao mesmo tempo desfrutar do consumo de água potável e da energia eléctrica fornecida por geradores. José Gaspar, de 54 anos, um dos cidadãos contemplados com as chaves, contou ao Jornal de Angola que lutava há mais de 30 anos para ter casa própria, sonho agora consumado.

### 6.2 Kilamba duplica população estudantil

*Jornal de Angola*  
04 De Janeiro de 2014

A centralidade do Kilamba vai contar no próximo ano lectivo com 24.000 alunos, mais do dobro da população estudantil de 2013, revelou ontem o presidente da cidade, Joaquim Israel Marques.

Ao intervir numa cerimónia de apresentação de cumprimentos de ano novo, o presidente da Cidade do Kilamba considerou a educação como "a chave" do desenvolvimento sustentável. "É com base neste pensamento estratégico e em função do aumento da nossa população, estimada em cerca de 40.000 habitantes, que este ano vamos colocar em funcionamento mais escolas, permitindo o aumento da população estudantil de 10.072 alunos nos três níveis em 2013 para 24.000 alunos".

Segundo Joaquim Marques, a abertura de mais centros infantis vai permitir o aumento de vagas disponíveis e a assistência às famílias mais carenciadas com vagas subsidiadas. O presidente da Cidade do Kilamba realçou o facto de terem sido entregues três

infra-estruturas escolares ao ensino superior, nas quais vão ser administrados cursos do Instituto Superior de "Ciências de Educação (ISCED), do Instituto Superior de Educação Física e Desportos, do Instituto Superior de Artes e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, da Universidade Agostinho Neto.

Quanto ao fornecimento de água potável, Joaquim Israel Marques sublinhou que "está renovada a convicção de que vai haver maior abastecimento deste bem à cidade, com a conclusão das obras da estação de captação de água bruta a partir do rio Kwanza, prevista para primeiro trimestre deste ano".

O presidente da Cidade do Kilamba referiu-se ao saneamento básico, considerando como principal desafio "concluir a instalação dos contentores subterrâneos, o que vai permitir a implementação do modelo de recolha selectiva dos resíduos sólidos". Joaquim Israel Marques defendeu uma maior sensibilização dos moradores: "Quanto menos sujarmos mais limpa fica a nossa cidade. Que cada adulto, no Kilamba, seja um modelo para os mais novos".

O responsável deixou uma recomendação especial aos coordenadores das comissões de moradores:

"Têm um papel muito importante na organização dos edifícios, desdobrando mais esforços e colaboração entre os moradores".

Prioridades

Em 2014, disse, uma das prioridades é a abertura do centro de saúde, para que os moradores possam ter acesso aos cuidados médicos sem percorrerem longas distâncias.

"Estamos também a trabalhar na construção da casa de eventos e da casa de velório", acrescentou Joaquim Marques, para quem os espaços verdes são de vital importância.

"Vamos continuar a apostar numa administração marcada por uma relação harmoniosa no trato com os moradores. Vamos continuar a promover o bem-estar dos habitantes, campanhas de educação cívica e levar o conhecimento da lei das transgressões administrativas aos moradores", enfatizou o presidente da Cidade do Kilamba.

Outra prioridade na agenda de Joaquim Marques é a segurança e ordem públicas, razão pela qual tem prevista a construção, ainda este ano, de duas esquadras policiais. "São questões cruciais para se viver bem numa cidade. A administração e a Polícia Nacional estão cientes desta condição e tudo estão a fazer para continuar a garantir esse bem inestimável

aos habitantes do Kilamba. Para dar resposta aos desafios crescentes da nossa cidade, teve início no último trimestre de 2013 a construção de duas esquadras de polícia, das cinco previstas para a primeira fase deste centro urbano."

Os transportes públicos, outra questão que tem preocupado os habitantes do Kilamba, também foram focados por Joaquim Israel Marques. "O dossier dos transportes públicos na cidade também está avançado. Fruto da nossa solicitação, as empresas operadoras podem aumentar as frotas que circulam no Kilamba".

### 6.3 Mais habitações em construção no Cuanza Norte

*Jornal de Angola*

*04 De Janeiro de 2013*

Um projecto imobiliário com quatro mil apartamentos começa a ser construído em Março próximo nos arredores da cidade de Ndalatando, capital da província angolana do Cuanza Norte, informou o vice-governador provincial Erlindo Ernesto Lidador.

O vice-governador, que tem pelouro do sector técnico e infra-estruturas, disse estar já a decorrer os trabalhos preliminares, sobretudo topográficos, visando o começo das obras dentro dos prazos previstos.

A empreitada, a cargo da Sonangol Imobiliária (Sonip), abrange uma área de 400 hectares, onde vão ser construídos edifícios de três a cinco pisos com apartamentos do modelo T-3.

Erlindo Lidador adiantou que os edifícios vão garantir habitação a mais de 30 mil pessoas, situação que vai ajudar a reduzir o défice habitacional na região e contribuir para a melhoria da imagem da cidade de Ndalatando.

O vice-governador salientou que os primeiros apartamentos vão ser concluídos no final de 2014, enquanto a execução geral da empreitada deve demorar três anos.

O Cuanza Norte é uma província com uma área de 20.252 quilómetros quadrados e uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos por dez municípios.

### 6.4 Luanda regista crescimento urbano

*Jornal de Angola*

*06 De Janeiro de 2014*

o governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Bento, disse que a capital do país tem registado, nos últimos tempos, um crescimento urbano e económico digno de realce, com forte peso para o mercado Imobiliário.

De acordo com o governante que falava sábado no acto de inauguração do Centro Comercial denominado "O Mundo da Casa", em Viana, o município tem demonstrado uma dinâmica de desenvolvimento notável, quer através da intervenção do Executivo, quer através de iniciativas privadas louváveis como esta.

Outra notoriedade do município prende-se com a particularidade de nele terem surgido novos assentamentos populacionais, entre condomínios e as centralidades do Zango e do Kilamba, nos quais inúmeros munícipes realizam o sonho de casa própria.

Quanto ao funcionamento do Centro Comercial, o governador considera que a centralização e a variedade de ofertas num único espaço proporciona ao consumidor maior rapidez e economia de tempo nas suas compras, justificando o factor como de extrema importância para as famílias que vivem em grandes centros urbanos.

"Constatamos com satisfação que neste local ainda há espaços por arrendar para a restauração, farmácias e actividade bancária, entre outros", frisou.

De acordo com Bento Bento, a criação de um grande estabelecimento, com capital angolano e chinês, permitiu criar o primeiro emprego a muitos jovens, contribuindo deste modo para o programa de combate ao desemprego e pobreza.

Com um investimento global de três mil milhões de kwanzas, a obra foi edificada, nesta primeira fase, num período de nove meses e cobre uma área de seis hectares, com dois pisos distribuídos por escritórios, lojas, centro de serviços, armazém, área de lazer, parque de estacionamento e sanitários. A segunda fase do projecto tem início nos primeiros meses de 2014, com a intenção de aumentar espaços para serviços de restaurantes, bancos comerciais e mais lojas.

No sábado, o governador inaugurou ainda a estação emissora denominada Rádio Cacucaco, no Marco

Histórico de Kifangondo, sede comunal de Cacuaco, cerca de 25 quilómetros a norte de Luanda.

A estação emissora emite em FM na sintonia de 105.0 24/24h e tem como objectivos formar, informar e recrear os munícipes, assim como a transmissão das actividades das autoridades públicas e privadas da circunscrição. O governante destacou, ao dirigir-se aos presentes, a importância do local onde está instalada a Rádio Cacuaco, o Marco Histórico de Kifangondo, onde se travou uma batalha decisiva para a proclamação da independência de Angola em 1975, e o dia 4 de Janeiro, data dos massacres dos plantadores de algodão da Baixa de Cassanje, perpetrados pelos colonialistas portugueses há 53 anos.

Bento Bento reconheceu ainda que Luanda e Cacuaco ganham um novo veículo de informação e de entretenimento das comunidades adjacentes em cumprimento das orientações do Executivo liderado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel da Conceição, disse que a inauguração do centro de produção da Rádio Nacional de Angola (RNA) em Cacuaco, no dia 4 de Janeiro, é uma homenagem aos mártires da repressão da Baixa de Cassanje. A nova estação radiofónica constitui um benefício para os munícipes de Cacuaco, na aplicação do Programa Nacional do Desenvolvimento em todo o território nacional, disse.

"Este acto representa a aplicação do Plano do Desenvolvimento 2013/2017 que prevê a melhoria de prestação de um serviço plural, atribuindo-se mais uma oportunidade de emprego para os jovens, cujas preocupações representam uma das prioridades do Executivo angolano", precisou o secretário de Estado.

## 6.5 Andulo com novas casas

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro de 2014*

A Administração Municipal do Andulo vai construir 50 casas nas comunas, povoações e ombalas do interior do município para instalar quadros comunais, professores e enfermeiros.

Enquadrada no programa de combate à pobreza, a construção contempla as comunas de Calussinga, com 15, Chivaulo e Cassumbi, com dez cada. As restantes vão ser erguidas nas localidades de Cangalo, Buanga e Chicumbi, cinco em cada uma.

O administrador do Andulo, Moisés Chipaco, disse que as localidades seleccionadas enfrentam sérias

dificuldades em acolher técnicos ou até mesmo receber visitas.

A vila do Andulo não foi contemplada porque já existe um plano para a construção de mil fogos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que está a ser desenvolvido pelo Executivo em todo o todo país. A administração municipal tem em carteira, para este ano, vários projectos destinados a melhorar a vida da população local, em especial a juventude, para os quais dispõe de 425 milhões de kwanzas.

Num encontro com os membros do Conselho de Municipal de Auscultação e Concertação Social, o administrador adiantou que a maior parte deste dinheiro vai ser canalizado para os sectores da educação, saúde, energia e águas, recuperação das vias de acesso e melhoramento dos espaços verdes e a restante para os programas ligados à juventude.

Destacou, para este ano, a construção de oito escolas com quatro salas e cinco postos de saúde, nas localidades de Ulimba, Ndulo Epalanga e Cacuva, e pediu responsabilidade aos empreiteiros que ganharam os concursos públicos, sobretudo no cumprimento dos prazos contratuais.

## 6.6 Menongue e Uíge ganham infra-estruturas integradas

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro de 2014*

O Ministério do Urbanismo e Habitação, durante o ano findo, fez o arranque formal de duas empreitadas de Infra-estruturas Integradas nas cidades de Menongue, Cuando Cubango, e no Uíge.

Para este ano, como afirmou José Silva, vão ser feitos estudos referentes a requalificação urbana de Malanje, do Dondo, província do Cuanza Norte, e do Huambo.

Dentro do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação está incluso o sub-programa de auto-construção dirigida, que contempla o programa de urbanização de reservas fundiárias, com lançamento de 15 estudos e projectos em diferentes localidades do país.

À luz do Plano Nacional de Desenvolvimento, realçou o ministro José Silva, vai se disponibilizar terrenos infra-estruturados para os cidadãos que pretendam construir casa própria. "Há condições de, no primeiro trimestre de 2014, dar início aos trabalhos nas reservas fundiárias de Missombo, no Cuando Cubango, no Chitato, Lunda Norte, Catapa,



Uíge, Mungo, Huambo, Graça, Benguela, Mabubas, Bengo e Quissama, em Luanda", referiu.

#### Centralidades

As 18 centralidades em curso em 10 províncias, que constituem o sub-programa dos 120 mil fogos em curso pela SONIP em número de 80 mil e pela Kora Angola em 40 mil unidades, bem como o programa de 200 fogos que incide em 130 dos 161 municípios do país, continuam a decorrer e já estão concluídas 65 mil unidades.

José Silva garantiu que 15 mil casas estão concluídas no programa Kora Angola e perspectiva-se para breve a sua comercialização. Estão a ser analisadas por parte do promotor as propostas para a contratação das infra-estruturas externas que vão garantir o abastecimento de água, energia, e as acessibilidades rodoviárias a estas urbanizações.

Está igualmente em fase de conclusão, adiantou, o estudo de mercado que vai permitir fornecer os indicadores necessários ao estabelecimento dos preços das habitações construídas no âmbito do programa de 200 fogos por município, bem como dos preços dos terrenos infra-estruturados para auto-construção dirigida. O ministro fez, também, uma referência a um instrumento fundamental de execução da política habitacional do Estado criado ao abrigo da Lei de Bases do Fomento Habitacional, que é o Fundo de Fomento Habitacional.

Este órgão, inserido no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, cuja comissão executiva foi recentemente nomeada, frisou José Silva, vai jogar um papel decisivo no acesso do cidadão à habitação, quer a conceder bonificações de juros e prestação de garantias, sempre que necessário às instituições de crédito que financiem a habitação social, quer na concessão de empréstimos destinados ao financiamento de programas habitacionais de interesse social.

#### Cidade de Menongue

Os moradores do bairro Tucuve, Menongue, receberam um grande presente no ano passado, pelo facto dos mesmos assistirem a empreitada que vai requalificar a primeira fase da cidade, que vai propiciar condições para espaços organizados e abrir portas ao investimento o programa de duzentos fogos por muni privado. José Silva, que fez o lançamento do projecto, precisou na ocasião que "é necessária a infra-estruturação das reservas fundiárias. O Estado assume a infra-estruturação destas reservas, atraindo o investimento privado para a construção de habitações".

José Silva referiu que há necessidade de se encontrar as melhores parcerias, o que vem proporcionar condições para que os investidores privados também apareçam de forma agregada.

No acto de lançamento da empreitada da requalificação do bairro Tucuve, o governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, disse que o projecto vai contemplar este ano 15 projectos com mais de mil residências para realojar, numa primeira fase, os que vivem em zonas ribeirinhas.

A reconversão implica alteração de um estado degradado, para um renovado. Todas as pessoas, como disse Bento Soyto, existentes na área definitiva para intervenção vão ser abrangidas, quer por via do benefício de infra-estruturas, quer de equipamentos sociais a serem implementados. O ministro José Silva referiu que se deve dar uma maior atenção às infra-estruturas. "Para a construção dirigida temos que ter em atenção as infra-estruturas e os equipamentos sociais, é assim que temos mantido diálogo permanente com os governos provinciais", precisou.

As autoridades tradicionais do Cuando Cubango e do Uíge, ouvidas depois do lançamento do programa de requalificação das referidas cidades, afirmaram à reportagem do Jornal de Angola que o Executivo tudo está a fazer, como sua obrigação, para dar melhores condições de habitabilidade às populações de Cabinda ao Cunene, em particular aos jovens.

"Vamos ter uma cidade bonita, com boas ruas e estradas. É assim que queremos e o povo acredita que dentro de meses muitos turistas vão nos visitar", disse emocionado soba do Uíge, André Saudi.

#### Fórum Nacional Urbano

o Ministério do Urbanismo e Habitação realizou, no município do Icolo Bengo, o primeiro Fórum Nacional de Urbanismo, sob o lema "O Homem, o Território, as Cidades e a Habitação".

José Silva referiu na ocasião que o crescimento exponencial das áreas urbanas tem levado a uma acentuada queda da qualidade de vida e a um crescimento dos problemas sociais e dos equilíbrios ambientais.

Durante o Fórum foram discutidos temas como o sub-programa de loteamento e auto-construção dirigida, a participação dos arquitectos e urbanistas na melhoria dos projectos habitacionais, a requalificação urbana e o desenvolvimento sustentável das cidades, bem como a implementação do programa nacional do urbanismo e habitação das províncias.

Na abertura do Fórum, o ministro José Silva disse que "a Declaração do Milénio, assinada por 189 países por ocasião da Cimeira realizada em Setembro de 2000, estabeleceu como prioridade eliminar a pobreza e a fome no planeta no período que vai de 2015 a 2020".

Por isso sublinhou: "devemos trabalhar no sentido de assumirmos os compromissos de apreciar e implementar de forma gradual, o que foi produzido no encontro para melhorar cada vez mais os nossos assentamentos".

## 6.7 Propostas para a governação

*Jornal de Angola*  
08 De Janeiro de 2014

Administradores comunais, representantes das comissões de moradores, chefes de repartições, representantes de partidos políticos e organizações não-governamentais afectas ao Rangel apresentaram ontem, em Luanda, as suas opiniões, propostas, preocupações, necessidades e problemas, durante um encontro de auscultação e concertação social do distrito urbano do Rangel.

Ouvir opiniões e propostas para programa de governação e gestão de 2014 e achar soluções para os problemas do distrito do Rangel foram os objectivos principais do encontro, realizado na administração do Rangel, sob orientação de Maria da Silva.

A administradora do Rangel, Maria da Silva, disse ser importante a participação e a colaboração de todos, principalmente dos munícipes para melhorar o quadro que o distrito vive hoje. Ruas esburacadas, a venda ambulante, o lixo, falta de energia e água, a delinquência, saúde pública, iluminação pública, problemas de esgotos, rupturas de água, a falta de centros de formação profissional, escolas e a ausência de zonas verdes foram entre outros, os problemas apresentados pelos munícipes dos bairros da Terra Nova e do Marçal.

Nelson Pascoal é morador do Bairro a Terra Nova. O jovem falou das ruas que há muitos anos precisam de asfalto, um problema que cria grandes transtornos aos moradores que encontram dificuldades em circular e até mesmo de sair e entrar em casa.

Diomedé Policarpo falou da chamada Rua das Pedrinhas que se tornou num verdadeiro centro comercial. São as praças e armazéns que originam grandes quantidades de lixo e deixam as ruas intransitáveis.

A administradora do Rangel garantiu que dos problemas apresentados muitos já estão em agenda da administração para solução.

Mais de 20 participantes apresentaram as suas preocupações e necessidades durante o conselho de auscultação e concertação.

## 6.8 Casas para jovens entregues no primeiro semestre

*Jornal de Angola*  
10 De Janeiro de 2013

O Governo do Moxico começa este semestre a entregar as habitações destinadas aos jovens nos nove municípios da província, garantindo o director provincial das Obras Públicas e Construção.

O processo de entrega de casas vem concretizar uma das recomendações da auscultação feita à juventude no ano passado. Num encontro com os jovens realizado em Novembro, no Luena, o ministro José Luís de Matos garantiu que a resolução das preocupações dos jovens, principalmente o emprego e a habitação, era prioritária para o Executivo.

José Luís de Matos, que é o coordenador do grupo de acompanhamento à província do Moxico, respondia a perguntas dos jovens sobre a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

O ministro afirmou, na altura, que o aumento da empregabilidade dos jovens, a melhoria das condições de saúde, o acesso a uma habitação condigna e a promoção da participação dos jovens no exercício da democracia participativa e no desenvolvimento social do país fazem parte do Plano Nacional e são uma preocupação constante do Chefe do Executivo.

"Os problemas da juventude aqui apresentados vão ser resolvidos pelo Governo do Moxico, porque há vontade de melhorar substancialmente as condições de vida da população, sobretudo dos jovens", concluiu José Luís de Matos. Em Dezembro, 300 jovens receberam as suas habitações na Centralidade de Cacucaco, no âmbito da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014-2017, aprovado em Conselho de Ministros.

Vitorino João foi um dos beneficiários que recebeu das mãos do ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, as chaves de um apartamento do tipo T4, a ser pago por um período de 30 anos, através do Fundo de Fomento Habitacional.

Professor do ensino primário, Vitorino João louvou os esforços do Executivo no sentido de tornar possível para os jovens angolanos a realização do sonho da casa própria. "Só nos resta cuidar da preservação do imóvel e transformar a Central idade de Cacucaco num exemplo de bem viver", disse. O ministro Gonçalves Muandumba frisou que a entrega das 300 habitações, para além de ser a implementação prática do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, constitui também a execução formal das conclusões saídas do Fórum Nacional da Juventude.

"Começamos a cumprir com as conclusões do fórum, onde foram aprovadas 65 recomendações, que decidimos transformar num plano nacional sistematizado, respondendo às aspirações dos jovens no domínio do emprego, formação profissional, educação, habitação, entre outras", disse o ministro.

#### Novo aeroporto do Luena

O novo Aeroporto do Luena é inaugurado no primeiro semestre deste ano e vai oferecer maior comodidade e serviços mais personalizados aos passageiros.

As obras começaram em 2007, com a ampliação e reabilitação da pista. O novo aeroporto integra a lista de mais de cem projectos em execução na região e que vão permitir maior aproximação dos serviços básicos às comunidades.

Nos primeiros três meses são inauguradas nove escolas, com 14 salas cada, a Casa da Cultura, o Centro de Menores, com capacidade para 80 crianças, um condomínio para professores universitários, dois campos multiusos e uma creche para albergar 200 crianças. Até ao fim do primeiro semestre, ficam concluídas 60 escolas, dois hospitais (provincial e outro municipal), sistema de fornecimento de água e energia eléctrica, Centro de Artes e Ofícios, além de dois edifícios onde vão funcionar as direcções provinciais.

Consta ainda da lista uma maternidade municipal do Luena, a Escola Diocesana da Igreja Católica, a ponte sobre o Rio Zambeze e dois institutos médios agrários nos municípios do Alto Zambeze e Luau.

## 6.9 Concluída construção das primeiras casas

*Jornal de Angola*

*10 De Janeiro de 2014*

As primeiras 60 residências, de um lote de 200, construídas no município da Humpata, na província da Huíla, são distribuídas no decurso do primeiro

semestre deste ano, informou o administrador municipal, Januário Lombe.

Concluída que está a construção das moradias de três quartos cada, as autoridades governamentais começam a tratar das redes técnicas de água e do fornecimento de energia eléctrica.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, visitou, na segunda-feira, o local e recomendou celeridade na instalação dos serviços em falta, para que as casas sejam distribuídas aos quadros e a jovens do município.

O director provincial de Energia e Água da Huíla, Abel João da Costa, informou que para as moradias construídas na nova urbanização da Humpata, foi criada uma Estação de Tratamento de Água (ETA), com capacidade de fornecer 40 metros cúbicos por hora, para, atender não só a parte velha da Humpata mas também as novas urbanizações. A estação foi construída no ano passado, no âmbito do programa "Água para todos". Abel João da Costa informou que o Ministério da Energia e Água está empenhado em fornecer água potável às populações que vivem no meio urbano e rural, na sua totalidade, até 2017.

O administrador municipal da Humpata, Januário Lombe, disse que as moradias estão concluídas e vão ser distribuídas assim que tiverem água e energia, o que vai incentivar e motivar os quadros a trabalharem na localidade, sem necessitarem de percorrer 20 quilómetros até ao Lubango, onde muitos deles vivem.

No quadro do Programa de Combate à Pobreza, a administração municipal adquiriu um Posto de Transformação de energia eléctrica para as novas urbanizações.

A administração tem em carteira, para este ano, a construção de mais escolas, postos de saúde, reabilitação de estradas secundária e terciárias, tanques banheiros, entre outros.

Januário Lombe explicou que com fundos do programa de Combate à Pobreza, foram construídos e equipados, em 2013, novos postos de saúde, escolas e furos de água.

#### Fundo para a juventude

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude na Huíla defendeu na quarta-feira, no Lubango, a criação de um fundo de apoio às actividades das associações juvenis sem fins lucrativos, filiadas na instituição.

Joaquim Tyova sublinhou que as associações juvenis e estudantis na província enfrentam, nos últimos tempos, muitas dificuldades para a execução das acções que visam a mobilização social, educação cívica e moral, assim como a promoção da cidadania entre a população.

A falta de recursos materiais e financeiros, considerou, inibe as ideias de algumas e a intervenção de muitas associações existentes na província, o que condiciona também a sustentabilidade organizacional. "Os jovens associados têm ideias, mas muitas vezes vêm-se de mãos atadas para realizar as suas acções por falta de dinheiro. Não existe um fundo para o efeito", explicou, sublinhando que o conselho está a tentar influenciar a política no sentido de apoiar as agremiações.

O Conselho Provincial da Juventude na Huíla vai este ano desenvolver programas de formação em matéria de gestão associativa, liderança juvenil e outras, para tornar os jovens mais capacitados e poder procurar financiamentos.

Durante o ano passado, o Conselho Provincial da Juventude promoveu, no quadro do apoio técnico e meto do lógico ao movimento associativo, acções de formação que permitiram a criação de quatro novas associações e o surgimento de 19 centros voluntários nos bairros periféricos do Lubango.

Foram ainda realizados trabalhos de sensibilização sobre o VIH/Sida, alfabetização de cidadãos com atrasos escolares, combate à violência doméstica, alcoolismo e drogas, além da prevenção da sinistralidade rodoviária.

O Conselho Provincial da Juventude conta com 90 associações, abrangendo um universo de 900 mil jovens associados.

## 6.10 Moradores do Cacucaco preocupados com fissuras

*Jornal de Angola*  
10 De Janeiro de 2014

Alguns edifícios da centralidade de Cacucaco, construídos há cerca de três anos, apresentam fissuras no exterior e interior. A situação deixa os moradores preocupados, tendo em conta que os prédios são novos e a maioria ainda está desabitada.

A empresa construtora da Centralidade de Cacucaco tem conhecimento da situação e já colocou equipas com elevadores de construção no local para corrigir as falhas, que são visíveis na parte exterior. Depois de identificadas as fissuras, os técnicos sobem em

andaimas, demarcam as zonas afectadas e fazem as correcções necessárias.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola esteve no local e constatou que as reparações estavam a ser feitas em pelo menos dois prédios localizados no Bloco 6.

Os moradores dos demais prédios com fissuras esperam que o trabalho de reparação seja abrangente e beneficie todos os edifícios que se encontram nessa situação.

Questiona-se a qualidade das obras e os preços dos apartamentos praticados pela SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades), que ainda não indicou o órgão para gerir a centralidade.

### Falta de água

Além das reclamações das fissuras nos edifícios, os moradores queixam-se da falta de água há mais de dois meses, por motivos que ninguém esclarece. Os moradores dizem que não foram informados das razões do corte no fornecimento, nem pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) nem pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). Como alternativa, alguns moradores carregam bidões para enchê-los fora da centralidade, em casa de familiares ou amigos. Outros pagam a alguém para acarretar água, que custa entre 300 e 400 kwanzas cada bidão retirada de uma conduta que foi vandalizada na cidade, face à carência do líquido na Centralidade de Cacucaco. A distância entre a conduta e o prédio do cliente determina o preço de quem acarreta a água. Antes o fornecimento era feito no período da manhã das seis às dez horas e à tarde das 16 às 18 horas.

Esta situação está a criar grandes constrangimentos e inibe muitas pessoas que adquiriram apartamentos na Centralidade de Cacucaco a fazerem a mudança.

## 6.11 Obras de Santa Ebgrecia em Luanda

*Jornal Acapital*  
11 De Janeiro de 2014

Entre as sobras do ano passado figura o projecto de tratamento da lagoa de São Pedro, ao Cazenga, contemplado na requalificação urbana da área, que incluirá a construção de habitações, armamentos, zona florestal e áreas de lazer, tornando-a em zona turística.

As águas já começaram a ser escoadas para a vala do Suroca, e já está construído o canal que vai ligar os dois outros pontos de drenagem na rua do Patrício.



Contudo, o tão desejado projecto de transformar aquele local em área turística, pelos vistos, parece ainda uma miragem. No momento em que fechávamos esta edição, o Cazenga estava em festa por completar mais um ano desde a sua ascensão à categoria de município.

Mesmo assim, aos olhos dos seus habitantes, o que mais aparecia eram obras inacabadas, projectos anunciados mas nunca concluídos, enfim. Um dos já velhos casos é o da 5ª Avenida e outras, cuja melhoria retarda e retarda, ano após ano sem que se vislumbrem dias melhores.

No centro da cidade o cenário não é muito agradável, também. Apesar de estarem a despontar uma série de edificações, até da mais moderna arquitectura, há prédios, uns inacabados, já lá vão longos anos, outros precariamente envelhecidos no tempo, promovendo um grande contraste com o novo visual que se pretende dar à capital do país.

Na rua Marien Nguabi, propriamente no largo da Maianga, encontramos um edifício inacabado que lá está, segundo fontes históricas, desde 1974. Há quem diga que não é demolido nem acabado por falta de entendimento entre as autoridades e o dono do mesmo que, alegadamente, pede uma soma avultada de valores monetários para ceder a estrutura.

E por se tratar de algo abandonado, já serviu como moradia para supostos delinquentes, e como casa de prostituição.

Actualmente está vedado, por ordem do Governo Provincial, e é guarnecido por um segurança privado.

Já na rua Alexandre Pires, antes do supermercado Maxi, existe uma residência que está vedada há mais de dois anos. Não tem sequer um indicador de qualquer data para o início de obras. Como não tem dono aparentemente, serve de arrecadação para alguns jovens ambulantes.

O pouco que se pôde apurar é que a casa pertence a um antigo governante de Malange, actualmente deputado à Assembleia Nacional pelo MPLA. Não é tudo quanto a manchas no soalho da cidade. Entre elas está ainda, e no mesmo lugar, o antigo edifício da primeira estação dos Caminhos-de-ferro de Luanda, património histórico-cultural. O mesmo está arrendado a três cidadãos oeste-africanos que, para piorar o quadro, abriram cantinas.

O largo Mutu Ya Kevela, frente à escola do Magistério Primário, antigo liceu Salvador Correia, está vedado a quase um ano, tanto quanto se sabe, para dar lugar ao que se presume virem a ser as

futuras instalações do parque de estacionamento e revitalização do largo com o mesmo nome. Por enquanto só está a vedação sem sequer um sinal de empreitada pautado.

Na rua Comandante Che Guevara no entroncamento com a Avenida Comandante Kwenha, existe um quintal vedado já lá vão dois anos. Os seguranças que controlam a vedação transformaram-no em parque de estacionamento. Como nos demais lugares, não existe previsão de início de obras.

Em frente ao cine Luanda, na rua Rey KatiavaIa, encontra-se um edifício vedado há mais de 12 anos. Diz-se ser pertença da Universidade Agostinho Neto e terá sido vedado para a reabilitação geral do lar do estudante nº 4 Só que, de lá para cá, nem água vem nem água vai.

No Kinaxixi damo-nos logo com o triste aspecto do famoso prédio da Lagoa, cujos habitantes foram evacuados há pouco menos de dois anos. Disse-se na altura que haveria de ser demolido. Lixo, ruína, é tudo o que resta.

Já noutro extremo da cidade, o local onde estava a antiga Feira Ngoma, desde a sua demolição está cercado e transformado em estaleiro de uma empresa de construção. O que se vai projectar naquele local parece estar no segredo dos deuses. O mesmo pode-se dizer do estaleiro adjacente à Rádio Nacional de Angola, um verdadeiro produtor de britas e serve como residências para alguns expatriados.

O mesmo pode-se dizer da vedação da escola Ngola Kanini, justamente, em frente ao Quartel-General das Forças Armadas Angolanas, que, para além das chapas que cobrem o local, só restam as paredes envelhecidas daquele monumento

Os edifícios conhecidos como "Prédio do livro" na rua Soba Mandume, bem como os que o circundam, estão em degradação, sem esquecer outro "Prédio do livro", da Maiaga.

Lembre-se que depois do desabamento do antigo edifício de sete andares onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC, uma comissão tinha sido criada com a finalidade de proceder ao cadastramento dos demais prédios em situação de risco na cidade de Luanda, na altura, coordenada pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.



## 6.12 Construção de casas decorre a bom ritmo

*Jornal Economia e Finanças*  
17 De Janeiro de 2014

Perto de 90 moradias de média renda serão construídas este ano, na província do Kwanza-Norte, anunciou recentemente o governador local, Henrique André Júnior. Na ocasião, o governante destacou a conclusão das 500 casas sociais, tendo avançado igualmente que as obras serão executadas no quadro dos programas integrados de desenvolvimento rural e combate à fome e à pobreza.

### Projectos

No capítulo das infra-estruturas de saúde, Henrique Júnior disse que a província tem projectada reabilitação e ampliação do hospital municipal de Cambambe, a construção do hospital municipal de Samba Caju, a edificação de cinco postos de saúde e a construção de 10 novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável. O governante disse estar ainda prevista para 2014 a reabilitação de 170 quilómetros de estradas terciárias da província, visando o reforço da actividade dos camponeses no escoamento da produção agrícola dos campos para as cidades. A melhoria do sistema de fornecimento e distribuição de energia eléctrica às cidades de Ndalatando e do Dondo, a construção da nova linha de abastecimento de energia ao município de Kiculungo, referiu, afiguram-se igualmente como empreitadas a serem executadas pelo governo da província durante o ano.

Henrique Júnior pediu o envolvimento e empenho de toda sociedade na realização das tarefas que visam o combate à fome e à pobreza nas famílias, tendo sublinhado o contributo das igrejas e organizações não-governamentais que concorrem para a materializações das acções do Governo.

### Potencialidades

Com urna extensão territorial de 24 mil e 110 quilómetros quadrados a província do Kwanza-Norte dista a cerca de 190 quilómetros de Luanda, capital de Angola, e conta com urna população estimada em cerca de 500 mil habitantes. A província é ligada por várias estradas nacionais que a ligam para a capital angolana e o interior do país. Essencialmente agrícola, a província tem inúmeras potencialidades principalmente no ramo alimentar. Actualmente, estão a ser reabilitados os campos agrícolas, para o relançamento do cultivo do ananás, mandioca e hortícolas.

## 6.13 Casas concluídas em Julho

*Jornal de Angola*  
18 De Janeiro de 2014

As 600 casas da nova aldeia de Caxicane, que podem estar concluídas até Julho, destinam-se a 480 famílias que vivem nos arredores, muitas em zonas de risco, afirmou ontem a ministra da Família e Promoção da Mulher.

Filomena Delgado, que visitou a nova aldeia de Caxicane onde já vivem 300 famílias camponesas, verificou a conclusão do Centro Integrado de Serviços Públicos e o Centro de Formação de Empreendedores "Saber Fazer", que tem salas para ensino de informática, culinária, corte e costura e manutenção das casas. A ministra deslocou-se também ao campo agrícola, com sete hectares, no qual cerca de 50 mulheres dispõem de 100 metros de cumprimentos e dez de largura para plantação de vários produtos.

Filomena Delgado, após plantar uma bananeira, visitou o jango comunitário, o mercado rural e o centro de captação, tratamento e distribuição de água potável.

As 600 casas, disse, vão igualmente beneficiar as pessoas destacadas para trabalhar na localidade, como professores, técnicos de saúde e efectivos da Polícia Nacional. A aldeia de Caxicane pertence à comuna de Catete e" sua população é constituída maioritariamente por camponeses e pescadores.

## 6.14 Rua 12 de Julho de mal a pior

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2013

Os moradores da rua 12 de Julho no distrito urbano do Sambizanga acusam a administração local de não interessar-se pelo bem-estar da população, principalmente dos que habitam naquele bairro, mas também de todos quantos, diariamente utilizam aquela via, bastante concorrida, devido à sua localização.

A 12 de Julho encontra-se em péssimas condições, cheia de enormes buracos que rebentam as viaturas dos que circulam por ela e também causa sérios dissabores aos transeuntes.

Dona Maria de Lourdes, moradora do bairro há mais de 20 anos, afirma que a rua 12 de Julho já teve bons tempos, mas a situação agravou-se desde que os esgotos deixaram de ser funcionais por falta de

manutenção, que devia ser feita por técnicos da própria administração.

A senhora disse ainda que os moradores da rua realizaram diversas campanhas de limpeza, para ajudar a manter o bom estado e limpeza da via, mas os esforços dos populares fracassaram por falta de apoio das autoridades locais.

A moradora afirma que já pediram ajuda à administração do Sambizanga, mas todas tentativas foram frustradas. Por falta de esgotos para o escoamento das águas, quer das chuvas, como as residuais, estas foram-se acumulando sobre o tapete asfáltico que, com a constante circulação de viaturas, se foi degradando até atingir o estado actual.

A população lamenta a falta de vontade da administração local em reabilitar aquela rua, uma vez que se trata de uma das principais artérias dá acesso ao Sambizanga e outros bairros.

Como já se fez referência, a situação preocupa sobremaneira os automobilistas, principalmente os que têm aquela rua como a principal via para os seus locais de 'residência. Este é o caso de Eduardo Manuel que circula por ela há mais de 10 anos. O cidadão afirma que a sua viatura ficou várias vezes danificada devido as péssimas condições em que se encontra a estrada e apela para que as autoridades locais sejam coerentes e encontrem uma solução rápida para que a rua 12 de Julho, que até não é tão extensa, volte a ser o que já foi. «É para isso que nós pagamos a taxa de circulação rodoviária todos anos», sublinhou.

Administração nega responsabilidade

Em resposta à preocupação dos moradores e automobilistas da rua 12 de Julho, a administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa, disse que a reabilitação daquela rua não depende da administração local, mas sim do Ministério do Urbanismo e Construção.

«Recentemente, a administração local, fez um trabalho paliativo para minimizar a situação crítica em que se encontra a via passando uma camada asfáltica, e endireitou os passeios para que os munícipes e os automobilistas da circunscrição circulem sem qualquer obstáculo», adiantou.

Mara Baptista concorda que deve ser feito um trabalho completo no 12 de Julho, começando pelos esgotos que estão obstruídos. Nas actuais condições a população não tem onde deitar as águas residuais e a falta deste bem indispensável «esgotos», permite a degradação acentuada da estrada e dos passeios, «o que prejudica o trabalho realizado».

A administradora daquele distrito disse ainda que o problema da referida rua já se arrasta por muitos anos. Por isso, todas as tentativas foram feitas junto do Ministério de tutela para que faça parte do orçamento de 2014. «Mas a resposta obtida refere-se a reabilitação da avenida Lueji ya Nkonda.

O número um do distrito urbano do Sambizanga pede maior paciência aos munícipes e automobilistas afirmando que haverá dias melhores.

## 6.15 Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo

*Jornal O PAÍS*

*24 De Janeiro de 2014*

Cerca de mil famílias, que habitavam nos bairros Kilomibo e Chicala 2, no distrito da Ingombota, começaram a ser realojadas esta semana na comuna do Zango, em Viana, no âmbito de um programa do Governo Provincial de Luanda que visa a requalificação da capital do país.

A entrega das casas sociais é resultado de um processo de cadastramento que ocorreu nos meses de Novembro e Dezembro de 2012, onde terão sido abrangidas as famílias envolvidas no processo, apesar de ainda existirem algumas queixas.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) publicou no último Sábado, 18, no Jornal de Angola, a lista dos beneficiários, uma informação que apanhou de surpresa centenas de moradores que até então não tinham o conhecimento exacto do início das demolições das residências que habitavam e da consequente transferência para o Zango.

"Fomos cadastrados em Novembro de 2012 e nunca nos informaram sobre o dia exacto das demolições, a Segunda-feira de madrugada surpreenderam-nos com um poderio militar e que não permitiu a entrada de mais ninguém no interior dos bairros", disse contou a moradora Miquelina António.

Isabel Simão, que já teve uma primeira casa demolida no bairro do Iraque, mudou-se para a Chicala, onde também foi 'convidada' a abandonar o local e transferir-se para o Zango.

Por seu lado, Albertina João diz que antes das demolições foi advertida que não fizesse alterações na residência que possuía no barro do Kilombo. Não levou a sério os avisos, efectuou algumas mexidas e arrendou o anexo que possuía. Por ironia do destino, a senhora terá de partilhar a nova residência no

Zango com o seu inquilino, por sinal um homem muito mais novo que ela.

O morador Manuel Garcia, que também passou para as casas sociais em Viana, garante que estas residências não oferecem minimais condições de habitualidade. Além de serem pequenas, conta o jovem, as casas não têm os quintais cobertos para a protecção das crianças.

A mesma preocupação apresenta Luzia António Manuel, que viveu mais de 13 anos na Chicala. Segundo ela, a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que separa esta comuna da Urbanização Nova Vida, onde trabalha.

Os nossos filhos correm o risco de não estudarem neste ano lectivo 2014, atendendo que as escolas já encerraram as confirmações', reclamou a senhora.

Mas, William Kiala, que viveu 12 anos no bairro Kilombo, deixou a sua nova área de jurisdição para reclamar junto da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, órgão responsável pela distribuição das moradias.

O jovem contou que as condições da casa que lhe foi entregue na Terça-feira<sup>21</sup>, não são as que esperava. 'Mal começamos a utilizar, as fossas já têm vestígios de fissuras', explicou, acrescentando que 'era bom que o Governo preparasse já uma área residencial para os moradores daqui, porque nós não queremos repetir a história dos ilhéus do Benfica ou dos vizinhos da ex-favela'.

As desconfianças fazem com que muitos dos agora transferidos se mostrem reticentes em relação ao final do processo. Há quem diga mesmo que dificilmente os moradores terão condições condignas, a julgar pela qualidade das casas a que tiveram direito o primeiro grupo de beneficiários.

'Quem não tem viatura perderá o emprego, porque não será fácil sair de Viana para o centro da cidade, onde a maioria de nós trabalha", disse Isabel João.

## 6.16 Luanda sem memória, nem património

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2014*

TAL COMO OS INDICADORES apontam para um crescimento robusto da economia angolana, Luanda parece seguir o traçado destas previsões estatísticas, estando no centro das operações económicas e do grande crescimento infra-estrutural que se regista no país. Contudo, o facto de os

indicadores apontarem para um crescimento assinalável da cidade, sobretudo na zona baixa e arredores com o surgimento de centralidades e condomínios, a questão da memória patrimonial e da identidade histórica da própria cidade parece ser a principal vítima do rosto que Luanda ganhou na última década.

Altos e modernos edifícios, erguidos precisamente numa zona onde pouco ou nada resta da sua memória patrimonial, Luanda apressa-se, na opinião de alguns especialistas, a ficar sem uma identidade histórica que já foi referência internacional, numa altura em que ainda se ouvem clamores na sequência da destruição do Mercado do Kinaxixi, da remodelação do antigo Palácio D. Ana Joaquina, e do abandono de alguns edifícios já classificados pelo Ministério da Cultura como património nacional, como, por exemplo, os situados na Rua dos Mercadores, entre outros subaproveitados.

### COMO MANTA DE RETALHOS

O engenheiro Victor Fontes entende que Luanda está a sofrer o fenómeno de todas as grandes urbes que crescem demasiadamente rápido em período de grande crescimento económico. Só que no caso angolano, refere o especialista, algo agravado por uma situação conjuntural que levou a um fluxo migratório para a capital, onde, aparentemente, todas as oportunidades existiam. Como resultado, acrescenta, houve ainda uma afluência demasiado grande e repentina de pessoas, aliado' ao facto de até ao momento não se ter mostrado capacidade de planear o desenvolvimento da cidade.

"A cidade surge como uma manta de retalhos onde coexistem as pérolas que se vão construindo para pôr algum brilho na nossa capital. Um brilho sempre milionário, mas junto com os sinais de pobreza e de insuficiência do Estado que procura gerir quer a questão social o que não é fácil como a própria gestão espacial da acomodação das pessoas", afirma Victor Fontes, para quem os factores enumerados têm tido um impacto extremamente negativo nas infra-estruturas. "Hoje em dia o grande problema de Luanda é de infra-estruturas que não existem para a densidade populacional, a par de uma enorme descaracterização da cidade", considera o especialista.

O ambientalista Vladimir Russo reconhece, por seu turno, que temos hoje uma Luanda a caminhar para uma metrópole com resquícios de musseque desorganizado. Para o ambientalista, existe uma Luanda que se está a modernizar do ponto de vista arquitectónico, embora com estilos diferentes e ousados, mas longe ainda de se tornar numa cidade harmoniosa. Tudo isso, refere, foi provocado pelo

fluxo migratório de pessoas para capital, que contribuiu para a degradação da cidade, uma vez que as infra-estruturas básicas, incluindo redes técnicas, viárias e zoneamentos, não cresceram ao mesmo ritmo que o crescimento populacional e concentração de pessoas no casco urbano e na periferia.

## DESTRUIÇÃO DO PATRIMÓNIO

Não obstante as acções que têm sido levadas a cabo pelo Ministério da Cultura, classificando edifícios da zona baixa da cidade, ainda assim observa-se um avanço desenfreado de obras com edifícios modernos em lugar do degradar da situação de velhos edifícios, alguns dos quais com as respectivas placas expostas, a indicar ser património nacional. Mas, parece que a questão não se esgota em pequenos números de edifícios velhos, O problema promete atingir um todo da velha cidade:

"O Largo do Pelourinho, a rua das Alfândegas está num, estado que dá dó. Nas transversais que dão à marginal, desde a própria Rainha Ginga, particularmente até ao Petro Atlético, está tudo absolutamente num estado degradante. E isso não é mais do que um reflexo deste desenvolvimento que se faz procurando um efeito de curto prazo, sem ter respeito pela cidade", o desabafo é de Victor Fontes.

O bastonário da Ordem dos Arquitectos, Victor Leonel, identifica o problema como resultado de uma situação que ocorreu de modo repentino, logo após o culminar do conflito armado, que não deu muita margem de manobra para uma análise mais circunstancial da situação do património. O responsável dos arquitectos pensa que se tivesse havido alguma calma, provavelmente Luanda tivesse um desfecho como teve, exemplo, a Havana Velha ou a Ribeiro do Porto, cidades que a Unesco considerou património da humanidade.

Apesar do modelo de arquitectura da zona baixa da cidade mostrar como era o traçado dos edifícios construídos em épocas anteriores, várias outras questões levantam-se. Uma das quais é a que é trazida à mesa da análise pelo bastonário da Ordem dos Arquitectos: "A grande questão que existe, e que é um facto consumado, é que se o património não tiver utilidade não tem valor. O património deve ser conservado e utilizado. Não deve ser só conservado. Porque manter um edifício com valor patrimonial é caro, e ele precisa gerar um valor adicional".

Uma resposta objectiva a esta questão levantada seria, como por exemplo, a Rua dos Mercadores, que, segundo o bastonário dos arquitectos, carece de uma certa utilidade. Para o responsável, as fachadas dos edifícios ali existentes deviam ser trabalhadas, de

modo a que se viesse a dar utilidade àquela rua, para que tivesse vida e fosse valorizada por quem a visitasse. "Podem ser mantidas as fachadas, com o traçado antigo, mas no interior mudar completamente", afirma.

Por outro lado, Victor Leonel entende também que o Ministério a Cultura deve valorizar o património, além do trabalho que já tem sido feito. Pelo que esta valorização não devia ficar apenas pela classificação, como até agora tem ocorrido. Para o arquitecto, é preciso valorizar dando utilidade ao edifício classificado. Victor Leonel alertou para um aspecto técnico que deve

ser compreendido como uma situação real, a de que manter um edifício com valor patrimonial representar elevados custos.

"Passamos pela Rua dos Mercadores e olhamos tudo em volta e existem coisas velhas. Não precisa ser velho, precisa ter imagem antiga, mas edifícios aparentemente novos.

É uma questão que o Ministério da Cultura deve pegar e lançar mãos à obra. No meu ponto de vista, a Cultura devia adquirir estes edifícios todos e ela mesma fazer a intervenção e dar uma nova roupagem. Estes edifícios deviam pertencer à cultura e não aos privados", considerou.

## PLANO DIRECTOR

Desde a independência, Luanda já terá tido pelo menos três planos directores. Até à data, em que se fala num plano director a ser aprovado proximamente, nada levou a que este importante documento viesse à luz como dispositivo legal. O que tem resultado desde então em decisões que são tomadas isoladamente, por inexistência de um diploma legal que zen ajude a acompanhar o crescimento das infra-estruturas urbanísticas.

Para o engenheiro Victor Fontes, os planos directores só são úteis se depois as pessoas submeterem aos mesmos e se eles passarem a ser lei. "O edifício defronte ao Karl Marx, erguido num antigo parque de estacionamento, por exemplo, que plano director permitiu acomodar um edifício daqueles naquela avenida que tinha um certo ordenamento?", questiona-se Victor Fontes.

Diante da ausência de um plano director para a cidade, Victor Fontes considera não existir uma linha condutora no desenvolvimento da cidade. "A decisão que se tem vindo a tomar e que se tem vindo agravar, de escolher a baixa de Luanda para o viveiro de grandes edifícios, procurando fazer desta zona mais uma cidade à imagem das baixas das cidades



americanas ou do médio oriente, mostra que de facto não existe reflexão. Não existe um respeito pela cidade. Existe a necessidade de mostrar uma nova riqueza o a qualquer preço e sem enquadrar esse esforço num plano que valoriza a cidade", alega.

Já o ambientalista Vladimir Russo afirma que sem a aprovação rápida e implementação coerente e cuidada do Plano Director de Luanda, a cidade poderá continuar a caminhar para uma "selva urbana", onde o ambiente caótico e as intenções de cidade harmoniosa irão colidir com uma frequência abismal. Vladimir Russo constata que Luanda, enquanto província, continua com esperanças de se tornar num ponto turístico com muitas áreas de interesse ambiental e cultural que devem ser preservadas e divulgadas. "É uma Luanda extremamente agitada e poluidora de dia e mais calma e reservada de madrugada", alerta.

#### ANTI-MODERNISMO

Um outro problema identificado pelo engenheiro Victor Fontes, como sendo um factor que tem empenado o diálogo entre especialista e o Estado, tem que ver com uma alegada acusação contra as vozes que se dizem discordantes. "Quando alguém faz uma afirmação contra os novos grandes desenvolvimentos, novos edifícios, há uma tendência de procurar colar a uma pretensa falta de perspectiva dessa entidade. Quase como se ela fosse contra a modernização e contra o desenvolvimento", atira o engenheiro.

Contrariamente ao entendimento que se faz, o especialista diz que uma cidade tem muito valor quando tem alma, quando tem algo que a distingue das outras. "Se nós vamos pelo caminho que estamos a seguir, e eu não sei até que ponto ainda é possível salvar alguma coisa, o que nós vamos é ser mais uma cidade com prédios altos, que se vai confundir com uma centena de outras", admite.

#### A SOCIEDADE CIVIL E LELUANDA

A sociedade civil e a sua intervenção também nessa questão da cidade foi também citada por Victor Fontes.

Para quem uma sociedade tem de desenvolver-se num ambiente em que haja elementos de pressão e que faça com que quem decide tenha contribuições que lhe permitam outras visões sobre determinado problema antes de tomar uma decisão.

O engenheiro identifica dois problemas na actuação da sociedade civil em Luanda. A saber: um que é o facto de haver ainda pouco espaço para os elementos de pressão, tais como associações, organizações da

sociedade civil, de uma forma geral. Outro: o facto de existir uma concepção errada do poder de decisão, que, segundo disse, confunde a crítica com o ataque ao seu poder. "Tivemos aqui situações que são muito claras a esse respeito. Alguns casos onde houve alguma tentativa da sociedade civil fazer lembrar a importância de determinados elementos arquitectónicos ou lugares, estou agora a lembrar-me do Palácio Dona Ana Joaquina e do mercado do Kinaxixi, remata.

#### O AMBIENTE EM LUANDA

Um outro item da abordagem deste dossier sobre a capital é o ambiente existente em Luanda. O seu estado e como este, durante os últimos anos, tem sido afectado pela forma como a cidade vai-se desenvolvendo.

De acordo com Vladimir Russo, existem neste momento várias intervenções macro que têm contribuído para a melhoria da imagem da capital, mas os principais desafios continuam associados ao trânsito infernal, particularmente nos dias de chuva, a gestão dos resíduos sólidos, onde ainda é possível identificar autênticos atentados à saúde pública e ausência de vegetação.

"O Plano Director de Luanda, que está actualmente a ser elaborado e que pretende ser desenvolvido com o contributo de todos, é sem dúvida a medida mais acertada. Não é possível desenvolver e requalificar uma cidade sem que os princípios básicos de para onde caminhamos sejam definidos", afirma como nota positiva ambientalista.

Ainda segundo o ambientalista, tem havido um esforço do Governo da Província de Luanda, mas este esbarra por vezes na falta de recursos, na dificuldade de manter e gerir obras recentemente executadas e no incumprimento das normas de vivência numa cidade de muitos cidadãos.

#### AS NOVAS CENTRALIDADES

A solução, de acordo com Vladimir Russo, tem sido as novas centralidades que são, na sua opinião, importantes para desafogar Luanda, dado o espaço na província e a expansão para fora da cidade que deve sempre respeitar os princípios de funcionamento da cidade e cidades satélites. Contudo, existe a questão do ambiente que nunca é posta de parte. Para melhor se preservar as condições ambientais nas áreas das novas centralidades, referiu, há que primar não apenas pelos espaços verdes, mas também pela optimização dos recursos e implementação de tecnologias ambientais. Por outro lado, acrescentou, tem de haver um investimento maior e continuo na



educação ambiental e cívica de forma que as pessoas que venham a habitar tais centralidades possam preservar a coisa pública e as infra-estruturas que lhe servem diariamente. O processo de descentralização de serviços deve ser, ainda segundo ambientalista, continuado para restringir a movimentação de pessoas para o centro da cidade.

## SAÚDE PÚBLICA

Factores como a poluição têm resultado sempre na degradação da qualidade de vida das pessoas que, por sua vez, tendem a contribuir igualmente para uma degradação ambiental potencializando este ciclo vicioso. Vladimir Russo refere que estes aspectos têm também uma implicação na saúde pública e na economia da província e do país.

"Se tivermos os funcionários constantemente doentes ou "aprisionados eternamente" no engarrafamento das nossas vias haverá uma quebra no ciclo de produção. Por outro lado, o stress gerado pelo trânsito engarrafado e poluição visual causada pelo amontoado de lixo, gera atitudes e comportamentos negativos no cidadão", asseverou.

## GESTÃO AMBIENTAL

Vladimir Russo salienta que a elaboração, aprovação e implementação de Plano Director para Luanda que contenha as directrizes ambientais de cidades harmoniosas é o primeiro passo para a gestão do ambiente em Luanda, pois depois existem acções que dependem do sector privado que podem melhorar os seus processos de gestão ambiental e contribuir para a melhoria das condições ambientais da cidade de Luanda.

Por outro lado, o ambientalista recomenda a redução do consumo para diminuir a quantidade de resíduos produzidos. Nesse sentido, disse, o importante seria a implementação de programas de reciclagem e reutilização dos resíduos, permitindo criar empregos e gerar riqueza. "A aposta ria qualidade dos recursos humanos para a gestão ambiental deve ser igualmente uma aposta para produção de quadros capazes de lidar com uma cidade em crescimento exponencial rápido. É também necessário implementar a legislação ambiental em vigor e aplicar correctamente o princípio do poluidor-pagador", apontou como principais soluções para gestão ambiental da capital.

Como nota positiva, o ambientalista aponta para a melhoria que tem havido relativamente à produção legislativa, criação de instituições de protecção ambiental, tanto a nível do Executivo como da sociedade civil, adicionado a isso o aumento de recursos humanos e financeiros que têm servido para

a execução de programas ambientais. Apesar disso, Vladimir Russo constata que há cada vez mais pessoas e menos acções de educação ambiental, o que tem resultado numa degradação ambiental visível diariamente.

"O surgimento e a consolidação de uma classe média que não existia há 20 anos está a criar hábitos consumistas nocivos ao ambiente. Há 20 anos não havia muita informação, faltava empenho político e os problemas ambientais eram localizados. Actualmente Luanda está globalizado, com maior vontade política mas menos vontade de mudança para melhor devido à velocidade de crescimento. Os problemas são agora difusos e estão em todo o lado", concluiu.

## O DRAMA DO TRÂNSITO

"Qualquer metrópole do tamanho de Luanda, com cerca de seis milhões de habitantes tem problemas de trânsito. O nosso caso é mais grave porque o caos no trânsito deve-se a todo um conjunto de situações anómalas que se foram acumulando ao longo dos anos e cuja solução é difícil, custa caro e requer medidas drásticas e incisivas", reconhece o presidente da Autoridade de Transportes de Luanda, Helder Preza.

Embora admita que a questão do trânsito ou do caos no trânsito não é um problema exclusivamente de Luanda, sendo que várias cidades do mundo enfrentam o fenómeno, Helder Preza refere que estudos indicam que as causas e soluções são semelhantes. "Uma aposta forte em melhorar o sistema de transporte público urbano é fundamental. Sem esta medida, qualquer outra constituirá um paliativo e não terá efeito duradouro. Em paralelo, é necessário que se ponha termo à anarquia instalada no desenvolvimento urbano de Luanda", recomenda o responsável.

## CRESCIMENTO ANÁRQUICO

De acordo com Helder Preza, o problema principal da cidade de Luanda, com impacto directo no trânsito, é o crescimento anárquico. Mesmo nas situações onde o desenvolvimento é feito com alguma orientação, salienta, a preocupação principal das autoridades tem sido a habitação. "Ora sabemos todos que muito mais do que habitar, as pessoas precisam de viver. A vida das pessoas vai para além da habitação. Elas precisam de estudar, trabalhar, divertir-se, orar, nascer e morrer. Têm todo um conjunto de necessidades que não podem ser satisfeitas se não houver um planeamento de desenvolvimento urbano sério e feito por

profissionais na matéria", admitiu a autoridade de transporte em Luanda.

Por outro lado, Hélder Preza alerta que a proliferação de condomínios habitacionais, alguns deles promovidos pelo próprio Estado, sem a devida atenção a outras necessidades humanas, 'além da habitação, entre as quais a mobilidade das pessoas, têm levado a que a cidade esteja descaracterizada, tendo como resultado o caos no trânsito que temos verificado.

### 5ª CIDADE MAIS FEIA DO MUNDO

O responsável pela Autoridade de Transportes de Luanda apelou a uma revolução, se quiser transformar Luanda numa cidade boa para viver. Numa avaliação recentemente feita por uma organização internacional, Luanda foi considerada, em 2013, como a quinta cidade mais feia do mundo. "Alguns de nós podem até não concordar com esta avaliação. Mas a mesma representa uma indicação da percepção dos avaliadores sobre a nossa cidade e, portanto, deve constituir um elemento de reflexão para os gestores da cidade", disse, adivinhando um outro quadro pior que o presente:

"Se não formos capazes de alterar drasticamente alguns dos nossos procedimentos, não tenho dúvidas que a Luanda do futuro vai ser pior que a do presente".

### O FIM DO CAOS?

Tal como em outras cidades do mundo, Hélder Preza acredita que o caos no trânsito de Luanda tem solução. Não que isso signifique que os engarrafamentos possam ser integralmente eliminados. Mas esta autoridade acredita que é possível reduzi-los a situações pontuais, temporárias e previsíveis. "Se me perguntar se a solução é fácil, eu direi que não. Se me perguntar se a solução é trivial, também direi que não. Diz um ditado que os problemas só são problemas porque as soluções são difíceis", atirou.

Contudo, esta autoridade acredita estar ciente de uma só coisa: "O problema do trânsito não pode ser visto como um problema isolado dos demais da cidade. Eis porque a sua solução passa pela solução de outros problemas contribuintes. Questões como transporte público, manutenção das infra-estruturas da cidade (águas, esgotos, vias rodoviárias), venda ambulante, cumprimento das normas por parte dos cidadãos, estacionamento anárquico, são algumas que precisam de ser equacionadas para que possamos ter um trânsito ordenado".

## 6.17 MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV

*Jornal Manchete*

*24 De Janeiro de 2014*

Centenas de famílias residentes no Zango IV, acusam supostos funcionários do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) de as ter despejado, alegadamente, por terem adquirido as residências a pessoas que se fizeram passar por proprietárias das mesmas.

De acordo com as fontes estes supostos funcionários sublinharam que as residências em causa pertencem ao MINJUD e as chaves que possuem foram forjadas por pessoas que se faziam passar por donas.

Joana Domingos, funcionária pública, diz que adquiriu a casa em 2012, por intermédio de funcionários do Governo Provincial de Luanda e, hoje, passado mais de um ano e meio aparecem pessoas a reclamar que a mesma foi ocupada ilegalmente.

"Isso é brincadeira!", exclamou.

A interlocutora afirmou possuir todos os documentos que atestam a compra do referido imóvel.

"Esses senhores brincam connosco, aquando da compra das casas fomos informados pelos senhorios que as mesmas eram residências de algumas famílias carenciadas, contudo, aquelas que decidiram as vender, agora dizem outra coisa", desabafou Lazarino Miguel, outro comprador. Segundo a versão de Lazarino, ele adquiriu a sua residência a uma família que já se encontrava de malas feitas para a sua terra natal. "Daí chegamos a um acordo sobre a aquisição do referido imóvel, foi assim que comprei, mas hoje surgem pessoas a nos tirar das casas, alegando que as mesmas pertencem ao MINJUD". Quem tem a mesma versão de Lazarino Miguel é um intendente da Polícia Nacional, que diz não concordar pelo comportamento dos indivíduos que hoje se fazem passar de proprietários das casas.

"Os homens aparecem com alguns agentes da polícia, invadem as residências, tiram os haveres para fora sem o consentimento dos donos, deixem papéis com os números a pedirem que devemos nos dirigir ao Gabinete Jurídico do MINJUD, quando vamos para lá nos recusam receber", disse o policial, que não quis ser identificado.

De acordo com o jovem Manuel Luís, os protagonistas dos despejos são os senhores

identificados com os nomes de Gonçalves, Emília e João.

Assis que se apresentam como sendo talhadores do Gabinete Jurídico MINJUD.

"Queremos saber do ministro Gonçalves Muandumba ou de um dos responsáveis o que é que se passa na verdade?", disse, esperançoso na resolução do problema.

MINJUD fala em sabotagem

Contactado sobre o assunto, João Assis, funcionário do Gabinete Jurídico do MINJUD disse que os moradores em causa adquiriram as residências por caminhos ínvios, uma vez que as mesmas estavam desocupadas, tendo os vendedores, forjado às respectivas chaves.

João Assis referiu, também, que as casas foram construídas para as instituições ligadas ao associativismo juvenil, e que passado algum tempo indivíduos aproveitadores entenderam que deveriam sabotá-las e se esqueceram de que o MINJUD ainda tinha em conta do seu património.

O responsável esclareceu, igualmente, que centenas de famílias que viviam ali abandonaram voluntariamente a zona e que somente apenas três famílias é que estão rebeldes.

## 6.18 Os nossos problemas residem nos municípios

*Jornal Economia e Finanças*  
24 De Janeiro de 2014

Os arquitectos angolanos, mesmo que em número reduzido, têm capacidades técnicas para assegurarem a implementação de projectos exequíveis e harmonizados com os hábitos e costumes das populações. António Gameiro, que é também assessor do ministro do Urbanismo e Construção, aborda nesta entrevista sobre os grandes desafios do ordenamento territorial, deixando o desafio de as encomendas de projectos feitas por nacionais aos parceiros externos terem de ser melhor avaliadas. Para ele, há que se clarificar também as competências do poder público e operadores privados.

Que cidades temos neste momento? Temos, neste momento, cidades com os problemas que elas carregam, isto é, cidades com o casco urbano consolidado e as periferias que foram nascendo tanto antes e na pós-independência. Tudo isso, é fruto do êxodo que as populações tiveram face ao ambiente de guerra. Este processo deixou um vazio nas zonas

rurais e provocou um adensamento de populações nas grandes cidades, sobretudo as do litoral. Tudo isso ocorreu por razões naturais, porque as pessoas procuram melhores condições e protecção contra as vicissitudes. Isso levou também a que existisse uma procura muito grande por solo urbano e as administrações não tiveram capacidade de orientar a sua ocupação. Este processo ocorreu, na maior parte das vezes, de forma irregular, o que criou os assentamentos precários que conhecemos.

O que temos de fazer a partir desse momento?

Precisamos de assegurar que aí onde já existe ocupação de solo se melhore as condições de habitabilidade, aquilo a que chamamos de requalificação ou renovação, sempre com o objectivo de garantir melhores condições de habitabilidade. Todavia, é certo que tanto a requalificação como a renovação devem envolver vários processos como a análise aos estudos e aqui realçar a importância de participação daqueles que serão alvo das mudanças como beneficiários das iniciativas. Outrossim, é que vamos ter de construir novos bairros, novas urbanizações e quer um quer outro terão de passar por um processo de requalificação. Aqui, somos todos obrigados a fazer recurso aos instrumentos que existem para o ordenamento do território e urbanismo, isto é, a elaboração dos planos directores municipais, de urbanização e de pormenor, uma vez serem estes produtos daquilo a que chamamos a lei do ordenamento do território e do urbanismo.

Estaremos diante de uma falta de plano director nos mais variados projectos implementados pelo país? Estamos em presença da ausência desses instrumentos, pois que nem todos os municípios e cidades possuem planos directores, sendo estes os responsáveis pelo ordenamento do crescimento das cidades. Daí a necessidade de começarmos a conceber os planos orientadores e, como temos situações prementes, pois a realidade insta-nos à melhoria da qualidade de vida das populações, significa que não poderemos passar pela aplicação dos planos superiores previstos na lei. Legalmente, existem os planos principais de ordenamento do território. Há também os planos intermunicipais e os provinciais. Há ainda os municipais e por aí em diante.

Onde estará então a residir o nosso problema sobre o ordenamento territorial?

Claramente, os nossos problemas residem nos municípios. Só começando por pôr alguma ordem nos municípios é que saberemos como vão ser os planos provinciais e destes para o nível nacional.

Quais seriam as melhores soluções para desafogar os centros urbanos? As soluções passam pela observância dos princípios da requalificação e quando não podermos requalificar o que existe, no sentido de o melhorar, vamos então renovar e introduzir novos elementos de acordo com a realidade cultural e os desafios sociais das pessoas que vão beneficiar desses espaços.

Parece-nos também que os assentamentos que surgiram resolveram a problemática da habitação e aumentaram também a pressão de chegar-se ao centro da cidade?

Esta é uma verdade, mas de qualquer das formas não constitui menos verdade que em Luanda reside mais de um terço da população de Angola. Significa que o que está a ser feito em termos de oferta por residências ainda não cobre a demanda. É como dizer que tudo isso representa três ou quatro gotas num mar de necessidades. Portanto, temos de fazer muito mais, mas devemos ter em conta as áreas do interior, que devem ser potenciadas com o surgimento de novos e melhores empregos para que as pessoas possam aí fixar-se e evitarmos esta corrida para os centros urbanos. Não há dúvidas de que temos de evoluir para essa direcção e garantirmos que o interior disponha de emprego, habitações condignas e outros equipamentos sociais que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida. E quem diz no interior, refere-se tanto para os municípios, comunas e bairros como zonas rurais.

Não estará a faltar participação de muitos outros sectores nessa estratégia de atrair as pessoas para as zonas do interior?

Sem dúvidas. E temos todos de, no médio prazo, participar na apresentação das melhores soluções para que se trave essa tendência, até porque as necessidades não esperam e a falta de acção, sobretudo das autoridades, poderá resultar num crescente surgimento dos chamados assentamentos informais. Portanto, precisamos de conceber planos que não tenham de ter muita profundidade do ponto de vista do refinamento do projecto. Isso quer dizer que o fundamental é que as autoridades definam os arruamentos, loteamentos e aplicação de equipamentos sociais e orientem as pessoas em como elas deverão ocupar estes espaços. É importante aqui referir que quem construiu as periferias em todo o país não foi o Governo, mas sim as pessoas em iniciativa privada. Logo, se elas sempre nos mostraram essa capacidade, vamos apenas nós (governo) orientá-las como devem construir as suas casas. Ao Governo caberá a garantia de fixação de infra-estruturas e equipamento de apoio social.

Essa estratégia é aplicável?

É sim aplicável e por sinal a única. Não podemos continuar a fazer os Kilamba, Zango, etc. Estes projectos de iniciativa do Estado devem ser complementados com as estratégias de auto-construção dirigida. À medida que vamos construindo esses novos bairros, vamos também tentar introduzir as chamadas urbanizações, dotadas de loteamentos e zonas de serviço, para que as pessoas construam, pois até este momento demonstraram que têm essa capacidade. Aliás, é melhor deixarmos que elas construam as suas próprias casas, dando o apoio técnico, ao invés de fazermos projectos que as pessoas por altura da sua ocupação partem e adaptam de acordo com os seus gostos e exigências. O Luanda-Sul, o Zango e outros tantos projectos são uma boa amostra de tudo isso que mencionamos aqui.

Quando isso ocorre, estamos diante da falha do projecto ou de quê em concreto?

Penso ser falta de participação das pessoas que as vão utilizar. Demonstra que estamos a fazer projectos que não sabemos quem os vai usar, quais os seus hábitos e o que eles gostam, isto é se passam mais ou menos tempo dentro ou fora de casa, se têm actividades de rendimento que podem desenvolver em casa, pois ao se ter estes dados todos as residências, certamente, devem aportar espaços para acomodar estas iniciativas dos seus ocupantes.

O que é que podemos então compreender disso tudo?

Que os nossos arquitectos que, muito e bem, dominam os nossos hábitos não são chamados na elaboração dos projectos a implementar para apresentarem estas soluções. E para inverter esse quadro, teremos de merecer mais espaços para que os arquitectos angolanos digam o que deve ser feito, em que condições, etc. Agora, como não podemos ficar à espera que venham ter connosco, vamos continuar a promover encontros de discussão e emitir as nossas ideias sobre as coisas que estão ou pretendem ser executadas e esperar que da parte de quem dirige haja a atenção necessária em relação às preocupações que apresentamos.

A sociedade desconhece o papel do arquitecto ou temos ainda muito poucos profissionais nesse ramo de actividade?

O que existe e conforme definido no programa nacional de habitação é a auto-construção dirigida. Isso significa que as pessoas vão construir com meios próprios e utilizar as capacidades técnicas.



Há também falta de informação sobre os níveis de intervenção do arquitecto. Olhe que o mesmo se dá até com pessoas de alguma literacia, que primeiro começam a obra e só depois se lembram que há um arquitecto que ele pode consultar. As pessoas devem lembrar-se antes de executarem os seus projectos que há alguém formado nessa área que deveria aconselhá-las tecnicamente.

Qual deveria ser a intervenção da ordem nesses processos?

A ordem é um parceiro do Governo e procura trabalhar sob essa orientação. É importante dizermos que nestes seis anos de existência da ordem, ela está a dar passos significativos na sua organização como associação profissional. Ainda não tem todos os arquitectos no seu seio e está a arranjar formas e elementos de aprimorar os seus níveis funcionais e de intervenção. Agora, ela tem de ser chamada e ouvida para os parecez técnicos de que necessitam muitas das iniciativas públicas, sobretudo quando o assunto é planeamento.

Podemos dizer que estamos em presença de um problema do nosso próprio sistema urbano?

Neste momento, mais de metade da população é urbana. Os problemas são urbanos e, conseqüentemente, as soluções têm mesmo de ser urbanas. Estamos no século da revolução urbana e não podemos ignorar esse pormenor.

As centralidades respondem a esse problema?

Respondem sim, embora elas tenham de ser centralidades não afastadas dos núcleos existentes, porque elas têm de usufruir dos equipamentos e 'serviços, além de infra-estruturas das outras para serem um complemento do que existe e não uma coisa completamente nova é fora do contexto.

Os fóruns que organizam servem para discutir esses problemas?

Sim. Para discutir problemas e arranjar soluções e esse encontro do Sumbe serviu então para ouvirmos os parceiros dos países de língua portuguesa, mesmo não tendo problemas iguais, podemos partilhar experiências sobre os pontos de vista que têm quanto ao ordenamento do território.

Luanda não está a "matar" o seu património com as constantes demolições que se fazem?

As experiências de outros parceiros mostram-nos ser possível a coabitação entre o novo e o existente. Essa necessidade de substituir-se sempre o património antigo por um outro novo nem sempre é a melhor

solução, até porque às vezes o que implantamos está bastante desenraizado da nossa cultura e só serve mesmo para mostrar que estamos a fazer coisas novas, sem nada mais do que isso. Património é património, logo ele tem de ser preservado.

Temos arquitectura nos nossos projectos?

Temos e de muita qualidade. O problema é que não estamos a saber fazer a encomenda. Tudo o que se faz no nosso país é de nossa responsabilidade e no acto da encomenda de projectos no exterior, há que se saber o que estamos a solicitar, que encomenda estamos a fazer, pois que existem princípios, aquilo a que chamamos de termos de referência. Portanto, quem faz projectos não se pode esquecer dê que Angola está no hemisfério Sul, por exemplo, e que o sol anda do hemisfério Norte oito vezes mais e que existe uma área de localização para as edificações, as incidências das condições climatéricas, etc. O que vem muitas vezes como proposta de muitos projectos serve tanto em Angola, como na Ásia ou mesmo na Europa, o que não deve ocorrer.

Que desafios Angola e África devem vencer no que diz respeito ao urbanismo e à arquitectura?

O maior deles é o desafio da aplicação dos princípios e regras do planeamento, porque se este não for respeitado teremos de forma continuados problemas com os nossos assentamentos humanos. Há-de convir que o planeamento é apenas um princípio lógico que tem de ser orientado pelo Poder Executivo.

Para apoiar os decisores, temos técnicos, instituições, universidades, etc.

Em números que satisfazem? Ainda que não seja satisfatório em quantidade e mesmo em qualidade, temos e devemos aproveitá-los. E os encontros da Ordem dos Arquitectos são demonstrações de que estes seres pensantes e com propostas viáveis abundam pelo nosso mercado. Gostaríamos que tivéssemos técnicos em todos os municípios. Não os temos, mas os esforços devem ser, numa primeira fase, para os concentrar nas sedes provinciais para após isso ocorrer uma disseminação massiva.

Os nossos arquitectos de iniciativa própria elaboram projectos e apresentam-nos às autoridades?

Já começámos a fazê-lo e este é um dos caminhos que deveremos seguir. Os arquitectos, até motivados pelos prémios agora instituídos, vão apresentar propostas de soluções diversificadas, embora o apoio à iniciativa privada deve continuar para que as parcerias funcionem, uma vez que a problemática habitacional não é apenas do Estado. Todos têm de



fazer a sua parte, isto é o sector público e o privado, de igual modo.

O que é afinal responsabilidade do Estado e o que é do privado no planeamento urbano e habitacional?

Ao Estado cabe regular e constituir reservas fundiárias, infra-estruturas e loteamento, entregando-as de seguida à iniciativa privada. O Estado cuida da habitação social. A habitação para a classe média e de alta renda deve ser exclusiva do sector privado para desonerar ao Estado. Em situações muito específicas, como o fez, bem há pouco tempo, o Estado pode intervir nesse segmento, mas não pode ser sua responsabilidade. Assim, ele protege os mais sensíveis, dando-lhes casa, roupa e alimentação para que a iniciativa privada cuide da outra área que detém mais capacidades.

Como vencer a problemática das acessibilidades?

Temos que pensar nas infra-estruturas, nos equipamentos, nos serviços para que as coisas funcionam de acordo com o planeamento. Deve ser este (o planeamento) a dizer que, face ao número de população, o que esta precisará em termos de escolas, creches e outros serviços, assim como a fixação das unidades de comércio e indústria que se deve implantar.

O problema de Luanda, em particular, é mesmo de requalificação ou já necessitamos de renovação? Precisamos das duas coisas. Quando a necessidade passa por melhorar as áreas existentes, em sentido real, pede-se apenas requalificação. Agora, o crescimento demográfico obriga-nos também a fazermos coisas novas dotadas de infra-estruturas e tudo o mais. Lembrar que requalificação é quando melhoramos o existente, mantendo algumas áreas e características. Renovação é um conceito que se traduz na completa mudança do que existe, pois que a realidade física não permite a continuidade destes, como é o caso das construções nas encostas ou zonas de risco iminente.

## 6.19 Plano Director Municipal

*Jornal de Angola*

*25 De Janeiro de 2014*

Luanda, das primeiras cidades da África subsaariana, completa hoje 438 anos, numa altura em que se registam avanços na sua expansão e novos desafios. A cidade cresceu muito ao longo dos séculos, mas nas últimas décadas, por causas que se conhecem, de forma desordenada.

A guerra que Angola teve de travar na defesa da soberania nacional originou o retrocesso no reordenamento e no alojamento ordenado, pois foi na capital que grande parte dos que fugiam das rajadas e explosões encontrou refúgio.

Luanda foi a província que mais pressão demográfica sofreu ao longo da guerra. Se juntarmos a esta realidade o seu tamanho territorial facilmente se percebe os constrangimentos que viveu e vive.

A cidade capital tomou-se numa megalópole, atendendo ao elevado número de habitantes. Numa altura em que regista crescimento e progresso, aumentou também a mobilidade das pessoas.

O número de bairros desordenados e construções anárquicas de casas por todo o lado ultrapassava a viabilidade de qualquer projecto urbanístico na altura em que o país se encontrava em guerra.

Na parte urbana e suburbana de Luanda circula mais de um milhão de viaturas e, atendendo às condições deploráveis de muitas vias secundárias e terciárias, quem nela vive e trabalha sujeita-se a um enorme e saturante caos no trânsito.

A requalificação de numerosos locais e vias na parte urbana da cidade fizeram acentuar a problemática ligada à falta de locais para estacionar devidamente. A esses fenómenos junta-se a crescente mobilidade humana no casco urbano e o uso ilegal dos espaços públicos, apenas para citar estas duas transgressões administrativas, que se acentuaram a ponto de colocar em perigo a livre circulação de pessoas, o livre usufruto de lugares públicos para estacionar viaturas, a saúde e a higiene pública.

Cada vez mais um grande número de pessoas realiza o seu trabalho na rua, o que reflecte não apenas a dinâmica económica e social que o país conhece, mas também proporciona novas oportunidades de negócios.

A ocupação dos espaços públicos e particularmente o uso ilegal dos mesmos para «aluguer» a automobilistas que careçam de um lugar para estacionar passou a ser uma prática comum. Trata-se de verdadeiras transgressões administrativas que nos últimos dias assumem contornos preocupantes na medida em que, para além da ilegalidade, numerosos automobilistas sujeitam-se à extorsão e roubo.

Finda a guerra, em 2002, foram visíveis enormes desafios para a cidade de Luanda, sobretudo no que diz respeito à reconstrução do seu tecido urbano, à requalificação das zonas periféricas, ao fornecimento de energia e água, recuperação das vias principais e

terciárias, bem como a melhoria de outros serviços sociais básicos.

Luanda é uma cidade em acção, tendo a dinâmica própria de uma urbe que possui, hoje, cerca de cinco milhões de habitantes.

Os problemas e desafios que se verificam na cidade têm merecido devido acompanhamento das instituições do Governo Provincial e do Executivo. Haja algum tempo está na forja o Plano Director Municipal de Luanda destinado a dotar a Luanda de mecanismos de crescimento e sustentabilidade das suas infra-estruturas que garantam vida digna aos habitantes. O Plano Director Municipal de Luanda, apresentado em Dezembro de 2013, vai permitir um rápido crescimento da sua economia e novas oportunidades de emprego, lazer e bem-estar, principalmente para os jovens.

O Plano Director Municipal prevê que até 2030 sejam criados novos parâmetros em termos de condições de habitabilidade, infra-estruturas, saneamento e saúde, para as novas comunidades e para as já existentes.

Também prevê a abertura de novas vias urbanas e suburbanas que vão permitir maior fluidez no trânsito automóvel.

O arquitecto responsável pelo Plano Director Metropolitano sublinhou que ele aponta para uma cidade avançada, proporcionando orientação e segurança às organizações e entidades interessadas em investir e que todos os parceiros do Executivo podem contribuir para o seu êxito.

O Plano Director Municipal de Luanda possibilita a solução da esmagadora maioria dos problemas que afectam a cidade e a alteração gradual da sua imagem e organização.

Luanda, como cantou um bem conhecido compositor angolano, "vai voltar a ser linda e temos esperança ainda".

Neste momento de comemorar mais um aniversário da capital é esta esperança que temos de manter para que o sonho de todos os luandenses, se concretize.

## 6.20 Jornalistas e Polícias invadem casas da juventude na Sapú II

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2014*

Ibraiman Kiese, um dos membros da coordenação do Bairro da Juventude, disse que há seis meses que as casas estão ser invadidas por desconhecidos, na sua maioria mulheres. A população denunciou os actos de vandalismos ao Ministério da Juventude e Desportos para obter um esclarecimento, mas a direcção do ministério foi-se limitando a ir dizendo que iria resolver a situação. Enquanto o tempo passava o número de invasores aumentava.

Mesmo com o surgimento dos proprietários, os ocupantes resistiram em abandonar as residências. "Só com a intervenção do pessoal do ministério alguns elementos da polícia da esquadra 49 do município da Belas e os proprietários conseguiram expulsar os invasores", contou.

Os invasores continuam a tentar instalar-se nas vivendas e, de forma resistente, ameaçam e agridem alguns proprietários. O nosso interlocutor disse que fez a inscrição em 2010 na cidadela desportiva e foi chamado para dar sequência ao processo, tendo apresentado os documentos requeridos em 2012. O valor básico foi de 1.700.000 Kz que corresponde 10 % do valor da compra que está orçada em 8.200.000 Kz.

Os jovens inscritos pagam mensalmente as prestações previstas. Ibraiman vai pagar a sua casa em dez anos e, mensalmente, deposita no Banco Poupança e Credito 70 mil kwanzas.

Segundo Ibraiman, todas já estão ocupadas, o bairro tem energia e água, "apesar que, já tiveram um tempo de sofrimento em que não havia água. Mas, por agora, estão organizado só que infelizmente as casas já estão rachadas. As lâmpadas nos postes das ruas, algumas funcionam e outras não", acresceu.

"No princípio tivemos muitos problemas de vandalismo, todas as casas já foram saqueadas, portas, janelas tectos falsos, loiças sanitárias eram os materiais mais roubados", referiu.

Invasores munidos de ferramentas para arrombar as casas Bela Castelo informou que uma das casas invadidas pertence ao jogador de Basquetebol, Joaquim Gomes "Kikas". A residência foi invadida por uma senhora, a mesma fez-se acompanhar de um serralheiro que arrombou as portas e as janelas. E, para sua segurança, a invasora colocou gradeamentos.

Bela contou que vive com a sua irmã, proprietária da residência, que está defronte da casa do jogador. A jovem disse que a presença constante de marginais no bairro levou os moradores a colocarem gradeamento nas suas residências. "Os usurpadores levavam plasmas, computadores, telefones mas, graças a Deus, nunca mataram ninguém, referiu".

Por outro lado, Nicolau Cordeiro que se está a reabilitar e, ao mesmo tempo, a habitar temporariamente uma das casas que também já foi invadida' disse que o proprietário conseguiu recuperar o domicílio com a intervenção da polícia. Segundo Nicolau, as paredes do quintal e a porta foram colocadas pelo invasor.

## 7. TERRA

### 7.1 Terrenos do Estado estão livres de minas

*Jornal de Angola*  
04 De Janeiro de 2014

As reservas fundiárias do Estado nas localidades de Onanghue, Evale, Oitambo, Onguma, Oshikango Shapopawa e do Aeroporto de Ondjiva estão livres de minas, anunciou quinta-feira em Ondjiva o oficial de ligação de informação da Comissão Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH).

Ao todo são 3.352.920 metros quadrados desminados no quadro do Programa de acção contra minas, segundo Mário Satipamba ao Jornal de Angola.

O oficial disse que os trabalhos contaram com o envolvimento das brigadas das Forças Armadas Angolanas e do Instituto Nacional de Desminagem.

Mário Satipamba indicou que durante o ano passado foram removidas e destruídas 89 minas, das quais oito anti-tanque e 81 anti-pessoal, além de 7.835 engenhos explosivos não detonados.

O oficial de ligação e informação da CNIDAH disse que durante o ano foram igualmente removidas 13.428 munições de diferentes armas de fogo, assim como a realização de sessões de sensibilização sobre riscos de minas, nos municípios do Cuanhama e Ombadja.

Mário Satipamba aconselha a população para que, antes de aplicar os projectos, deve contactar a sala operativa da CNIDAH, as brigadas de desminagem das F AA ou ainda as administrações locais, de modo a evitar acidentes com minas.

Quando Cubango

Em Junho último, no Cuando Cubango, a brigada do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) destruiu em Luassingua, 173 engenhos explosivos removidos das bermas do troço rodoviário entre Menongue e Longa numa área de 510 mil metros quadrados.

Entre os engenhos destruídos havia sete minas anti-tanque, duas minas anti-pessoal, 53 obuses de canhão 130 e 22 milímetros, dez de morteiro de 82 e 60 milímetros, 101 munições de armas ligeiras, oito granadas e 59.095 metais diversos.

O chefe de departamento do INAD disse que os trabalhos, iniciados em 2008, tiveram sucessivas paralisações devido a problemas de ordem financeira e técnica, que retardaram a conclusão da colocação da Estrada Nacional 280 entre Luassingua e Longa. Taukondjele declarou que o INAD realiza acções no troço Chinguaja-Cuchi, numa extensão de 53 quilómetros.

### 7.2 Reservas fundiárias desminadas este ano

*Jornal de Angola*  
07 De Janeiro 2014

As áreas das reservas fundiárias dos municípios do interior do Huambo vão ser desminadas este ano para servir os sectores da Hotelaria, Turismo, Urbanismo, Habitação, Agricultura e Transporte, informou ontem o chefe de departamento do Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

O Governo Provincial prevê construir mais de 12 mil residências nas respectivas reservas fundiárias, no quadro da execução do programa nacional de urbanismo e habitação em curso no país. O acto de colocação simbólica da primeira pedra para a construção das reservas fundiárias foi realizado em Abril de 2012, no município do Chindjendje, pelo governador Faustino Muteca. Em cada um dos 11 municípios da província vão ser construídos 200 fogos habitacionais.

Em Outubro, o vice-governador da província do Huambo para a área técnica e infra-estruturas, José Paulo Kai, visitou algumas localidades e ficou satisfeito com os avanços no processo de loteamento das reservas fundiárias dos municípios da Caála, Tchindjendje, Ucuma, Longonjo e de Lossambo.

"No município da Caála temos a garantia do empreiteiro de que pode iniciar o programa de construção das quatro mil residências sociais, para alojar a população que vive em zonas de risco", disse o vice-governador da província do Huambo para a área técnica e infra-estruturas, realçando que o programa é uma das prioridades do Executivo, que vai garantir habitação condigna às famílias da região.

O chefe de departamento do Instituto Nacional de Desminagem disse que a instituição está a trabalhar com dois métodos de desminagem, manual e mecanizado, para acelerar o processo. As acções permitiram no ano passado desminar 3.188.055 metros quadrados.

O Instituto Nacional de Desminagem, que contou nesta missão com a brigada das Forças Armadas Angolanas e da Organização Não-Governamental Halo Trust, limpou ainda um quilómetro e meio de estrada e recolheu duas minas anti-pessoal e outras duas anti-tanque, 139 engenhos explosivos não detonados e 392 munições de diversos calibres.

Quanto à área educativa, 3.795 cidadãos foram instruídos sobre o perigo de minas. A maioria das acções foi realizada no município de Chicala-Cholohanga, a 42 quilómetros da cidade do Huambo, por ter sido uma localidade bastante afectada pelo conflito armado.

### 7.3 ESTADO

*Jornal Acapital*

*11 De Janeiro de 2014*

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, que falava a abertura do Iº Encontro Nacional dos Operadores do Subsector dos Minerais para a Construção no ano findo, referiu que para que a estratégia se concretize, "é preciso diversificar a exploração mineira, aumentar as receitas fiscais e patrimoniais do Estado".

Falou ainda do incremento do investimento social nas áreas de produção mineira, indicando que para a diversificação mineira era fundamental o estabelecimento de sinergias com os operadores do subsector dos minerais para a construção civil, no sentido de normalizar a exploração dos inertes e revitalizar o subsector das rochas ornamentais",

"É inegável o papel de cada um dos operadores de minerais para a construção civil na edificação da nova Angola, com o provimento de soluções que têm permitido que o nosso país seja um exemplo de recuperação neste período do pós-guerra e de paz efectiva", sublinhou o ministro, considerando que com a intervenção dos operadores, "a exploração de minérios para a construção civil, em especial dos inertes, atingiu uma grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, da construção de infra-estruturas e da edificação de habitações,

"Com o vosso contributo, acreditamos ser possível e realizável a estratégia do Executivo, fundada na expectativa de uma actuação mais incisiva do sector de Geologia e Minas", referiu,

"Por deficiente fiscalização pública, muitos dos intervenientes fogem ao pagamento de impostos e taxas ao Estado, explorando e usando estes recursos naturais do Estado como se fosse sua propriedade privada", admitiu Francisco Queirós, enfatizando que

"há operadores que atentam frontalmente contra as normas do Código Mineiro, da legislação ambiental, do Código de Estrada e de outros diplomas legais",

Observou, por outro lado, que vem muitas áreas de exploração, há falta de segurança, higiene e saúde no exercício das actividades geológicas e mineiras e insegurança nas vias de transportação desses minerais, sobretudo dos inertes".

### 7.4 Imperio Chines nos inertes

*Jornal Acapital*

*11 De Janeiro de 2014*

Quem passa pela via expressa de Luanda, no troço Cacuaco/Zango, facilmente consegue ver os amontoados de britas, burgau, areia e um pouco de quase todos os elementos necessários para a construção civil.

Estão lá aos pontapés prontos a serem comercializados. O que passa despercebido nesta corrida desenfreada ao garimpo fácil, são as inúmeras crateras que ficam atrás dos montes de areia.

Não há dúvidas de que os mesmos têm um forte impacto ambiental, sobretudo com a formação de ravinas.

Facto é que, dezenas de camiões entram e saem pelos desvios criados que dão acesso às zonas de exploração. Logo à entrada, alguns jovens camionistas esperam por clientes que para lá se deslocam à procura de inertes.

Dão a informação necessária sobre os preços praticados, pelos chineses. "Uma carrada de pedras grandes o chinês vende a 15 mil kwanzas (kz). Com o frete do carro, fica a 21 mil kz, a depender do local onde vive o cliente", disse Pedro Faria acrescentando que uma carrada de burgau está orçada em sete mil kz.

"Com o carro fica tudo a 13 mil kz. A carrada de areia custa cinco mil e 500 kz. Mais o frete, chega aos 12 mil kz", afirmou Faria, que há três anos e meio se dedica à venda de inertes naquelas paragens.

Segundo o mesmo, os preços praticados a retalho são negociáveis a depender do número de montes que o cliente solicitar. "Sete mil kz é o preço estabelecido" para um monte de inertes a retalho.

O mais interessante é que muita mão-de-obra neste negócio é menores. Na entrada, para um dos campos de exploração, por exemplo, encontramos duas



crianças com idades entre 12 e 14 anos. Preparavam montes de brita para a comercialização.

O pai delas, Miguel Cavimba, explicou ao A Capital que exerce esta actividade há mais de sete anos e que é com a mesma que sustenta a família.

"Começamos a vender brita e burgau há muito tempo. Antes não comprávamos. Explorávamos na zona do Rio Seco e éramos os fornecedores de quase toda a zona de Viana", um trabalho que segundo disse, era feito à base de enxadas, picaretas e pás.

"Mas quando chegaram os chineses com as máquinas grandes e a vender aos camiões, perdemos a clientela. Passamos a comprar nos camiões que, por sua vez, compram aos chineses", explicou, reforçando que a cada dia sente que o tempo da venda de inertes para aqueles que não têm máquinas escavadoras como as dos chineses, terminou.

São vários os jovens que residem não só nos arredores da via expressa entre o município de Viana e Cacucaco, mas também nos mais diversos pontos de Luanda, que se dedicam à venda de inertes a retalho. Usam camiões ou carrinhas.

Um deles é Abel João que há mais de três anos ganha a vida vendendo minerais. Pai de quatro filhos, encontramo-lo sentado rodeado de vários montes de pedras.

Adiantou que ganhar a vida com esta actividade ficou difícil desde que aumentou a concorrência.

"Antes podíamos vender vários montes de pedras ou de britas, porque os donos das obras vinham directamente comprar a nós. Hoje em dia, as pessoas preferem comprar directamente dos camionistas", que se dividem entre chineses, cubanos e tantos outros.

"Enfim, eles é que ditam as regras", disse.

Eles é que mandam

Apesar de tudo, nacionais e estrangeiros não se chocam muito quanto à exploração, porque trabalham em áreas diferentes. Os primeiros exercem a actividade em praças e nas respectivas zonas de exploração, onde aguardam pelos clientes, já os cidadãos estrangeiros fazem-no nas grandes empresas.

Fernando Silva, camionista há dois anos, não tem dúvidas do monopólio que os estrangeiros detêm neste negócio. Segundo disse, eles é que estão com tudo.

"Os chineses é que exploram e nos vendem os inertes. Pago a quantidade de brita ou areia que precisar, recebo a ficha, levo o camião até à zona de exploração", onde um outro chinês, maquinista, recebe a ficha e carrega.

"Talvez sejam eles a dominar a exploração por causa das máquinas com que trabalham", deduziu, manifestando que a única coisa que o inquieta é a concorrência com os camionistas chineses que são os mais privilegiados quando o assunto for transportar inertes para grandes construções.

De acordo com Fernando Silva, os angolanos envolvidos no negócio só revendem inertes a particulares, enquanto que, os chineses transportam para grandes empresas, grandes construções.

"Por exemplo: eu posso carregar em média duas carradas de areia para os meus clientes, mas os chineses entram e saem todo o dia. Pois, para além de carregarem inertes para as empresas que eles dizem ser da Casa Militar, aproveitam vender a outras pessoas", apontou, sublinhando que enquanto um nacional tem que comprar a carrada, eles, os chineses, não compram nada.

"Aproveitam-se do nome da Casa Militar e desviam o material para outros clientes em nosso detrimento", denunciou.

O processo de compra desenrolar-se em espécie de guichés improvisados em contentores para onde os camionistas se dirigem e, através de uma pequena janela são atendidos. A regra é, pagar, e levar sem conversas.

## 7.5 Silêncio

*Jornal Acapital*

*11 De Janeiro de 2012*

Naquelas paragens o cenário é marcado pela presença maciça de seguranças privados equipados com armas de fogo. São eles que asseguram o local. Ninguém tem autorização para prestar qualquer informação. Os chineses, pior ainda. Parecem surdos e mudos.

A única expressão em português que pronunciam é: «não falar. Pagar».

Um pouco por toda a extensão adjacente à centralidade de Cacucaco, as enormes crateras abertas pelas máquinas tornaram a zona completamente acidentada, com as consequências nefastas, possíveis e imaginárias para o meio ambiente.

A grande questão que se levanta é se as empresas e pessoas singulares envolvidas nesta exploração de inertes estão ecologicamente capacitadas e disciplinadas para o efeito.

Tanto é que, ao longo do percurso da via expressa, na zona onde se é: "não fala faz a exploração de brita, pedra e areia, existem pessoas que já lá vivem há mais de 15 anos. São elas que sentem na pele as consequências da devastação do seu habitat.

## 7.6 Demolições. Militares ameaçam desalojar 40 famílias

*Jornal Agora*

*17 De Janeiro de 2017*

Tendas enormes das Forças Armadas Angolanas (FAA) e soldados de prevenção saltam à vista à entrada do bairro do Progresso, no município de Belas, em Luanda, que parece transformado em território militarmente ocupado.

"Todos os dias recebemos ameaças por parte de oficiais das FAA e da Polícia, que aparecem aqui sem aviso prévio. Os militares instalaram-se no bairro sem sequer apresentarem um documento formal do Governo, que diga que temos de abandonar as nossas casas. Está insuportável viver assim".

O testemunho chega na voz da dona de casa Madalena Ngunza, uma das habitantes que partilha com o Agora a angústia de um dia acordar sem saber onde viver.

"A situação é bastante preocupante, porque não temos nenhuma garantia de sermos realojados depois das demolições, inicialmente marcadas para dia 5 de Janeiro e entretanto adiadas para 5 de Fevereiro", lembra António Ntsimba, responsável da comissão de moradores.

No papel de representante das cerca de 40 famílias que residem no Progresso, António considera que o caso torna-se ainda mais inquietante pelo facto de a Administração Municipal demarcar-se do assunto.

"Elaborámos um documento que espelha problema que estamos a viver, e já demos entrada do mesmo junto do Gabinete do Governador Provincial de Luanda, do Gabinete do ministro do Interior e do Gabinete do ministro da Defesa, mas ainda estamos a aguardar pelas respostas, visto que a Administração Municipal nada tem feito por nós e diz desconhecer o assunto".

O cenário agrava-se desde o passado mês de Dezembro, quando surgiram as primeiras ameaças de

demolição. Desde essa altura, António Ntsimba conta que se têm repetido os casos de apropriação indevida de materiais de construção por parte dos militares, que chegam mesmo a prender os pedreiros e os proprietários das obras.

## EXPULSOS DE TERRENOS LEGAIS SEM JUSTIFICAÇÃO.

De acordo com o responsável, os detidos são encaminhados para a esquadra que existe no interior do bairro, onde chegam a ficar um dia inteiro sem qualquer satisfação. Por outro lado, os materiais de construção nunca chegam a ser devolvidos.

"Eles estão cá para nos intimidar. Mandam parar com as obras em terras que são nossas. Não adquiri o terreno de forma ilegal, tenho documentos", protesta o morador Sebastião Lourenço alertando para os efeitos dessa actuação.

"As senhoras que têm lavra já não conseguem ter acesso às mesmas porque os oficiais das FAA permanecem no local para impedir a passagem. Então as senhoras já não sabem como fazer para adquirir os alimentos".

O problema está a ser acompanhado pela associação SOS Habitat, conforme revelou ao Agora Rafael Morais, coordenador da direcção. Lembrando que o papel da SOS é defender o direito de terra e de habitação das populações, o responsável é peremptório é condenar a forma como o processo está a ser conduzido no Progresso.

"Orientamos os populares a comparecerem nas nossas instalações, para em conjunto podermos elaborar uma solicitação ao Ministério da Defesa, no sentido de encontrarmos os responsáveis pela ocupação do espaço, até porque, este não é o papel das FAA". Segundo Rafael Morais, "a administração não pode ser alheia a esta situação, porque acontece na sua área de jurisdição".

Enquanto os esclarecimentos não chegam, os moradores vêem-se obrigados a viver debaixo de tectos que ameaçam ruir a qualquer momento.

## 7.7 Camponeses são indemnizados por cedência de terra

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2014*

Mais de 652 camponeses das comunas de Cabiri e Bom Jesus foram Indemnizados por cederem as suas parcelas de terra ao Projecto Integrado de

Desenvolvimento Agrário da Quiminha, no município de Icolo e Bengo, em Luanda.

A informação foi prestada numa reunião convocada pelo coordenador do projecto, Ernesto Chicocuma, para esclarecer o andamento das obras que começaram em Janeiro de 2012, com conclusão prevista para 2015.

Ernesto Chicocuma adiantou que as indemnizações atingiram já 25.078.750,00 kwanzas. Ernesto Chicocuma avançou que um grupo de trabalho está a fazer o levantamento dos proprietários que possuem pomares no perímetro do projecto e da quantidade de árvores para prosseguir com o pagamento das indemnizações previstas.

Na ocasião, a administradora interina de Icolo e Bengo, Margarida Pedro, exortou os representantes dos camponeses a acatarem as informações prestadas sobre o projecto, para levarem às comunidades a mensagem correcta.

Durante o encontro, os participantes foram informados que o projecto Integrado de Desenvolvimento Agrário da Quiminha vai ocupar uma área de cinco mil hectares. Devem constar do projecto 300 fazendas com um lote de um hectare de terra para a prática de agricultura irrigada e sequeiro, para além de 300 unidades de produção de ovos, entre outras infra-estruturas sociais.

O Projecto da Quiminha, localizado entre o km 44 e Catete e deste para a comuna de Cabiri, pode garantir emprego directo a mais de quatro mil pessoas.

Camponeses do Alto Dui, comuna do Quicombo, município do Sumbe (Cuanza Sul), estão preocupados com o preço praticado pelos proprietários de tractores na preparação da terra.

#### Cuanza-Sul

O soba do Alto Dui, Alfredo Kutombocas, disse que os proprietários de tractores estão a cobrar por cada hectare 10.000,00 kwanzas, um valor considerado muito elevado para as famílias camponesas. Por falta de dinheiro os camponeses estão a trabalhar a terra manualmente; o que causa prejuízos, pois "a preparação da terra de forma mecanizada permite um maior rendimento". Os camponeses do Alto Dui praticam a agricultura de sequeiro, de Janeiro a Junho, produzindo milho, feijão e melancia. O Alto Dui possui uma área de produção superior a 70 mil hectares.

#### Acção formativa no Bié

Mais de 60 membros de associações de camponesas estão a participar na cidade do Cuito (Bié), num curso sobre técnicas de transformação e processamento de produtos agro-pecuários.

A acção formativa destina-se a mulheres associadas em cooperativas e em grupos solidários e tem a duração de dois dias e visa melhorar as condições de vida das mulheres agrupadas em cooperativas, tendo em conta o programa de combate à fome e à pobreza.

A directora Provincial da Família e Promoção da Mulher, Carolina César, disse que o encontro pretende capacitar os membros das associações e das cooperativas e grupos solidários sobre técnicas de conservação da produção a ser escoada para outros destinos.

O vice-governador da província do Bié para o Sector Político e Social, Carlos Ulombe da Silva, disse que o encontro vai reforçar a capacidade dos vários autores envolvidos rumo ao desenvolvimento da agricultura a nível de todo o interior da província do Bié. "Pedimos a máxima atenção e colaboração durante o encontro, com vista a contribuírem para o crescimento das comunidades."

#### Agricultura em Malanje

Os camponeses da província de Malanje foram exortados a organizar-se em associações ou cooperativas agrícolas para tirarem melhor proveito dos programas de desenvolvimento agrícola.

O apelo foi feito no final de um encontro de auscultação que o governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos, manteve com os agricultores, criadores de gado, associações de camponeses e de pescadores, visando a recolha de contribuições para o plano de apoio aos camponeses na província.

Norberto dos Santos explicou que a agricultura é a base do desenvolvimento de uma sociedade por isso é urgente fazer investimentos no sector, "porque Malanje não pode ficar de fora", tendo em atenção as potencialidades agrícolas da região.

O governador provincial acrescentou que em relação à agricultura empresarial o Governo Provincial vai continuar a apoiar os grandes projectos que estão a ser lançados na província, como a Biocom e as fazendas Pedras Negras, Pungo Andongo e Luau.

## 7.8 Esse problema não é nosso, é do Minars

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Com o propósito de ouvir as partes, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) deslocou-se à Administração de Belas para saber a sua opinião em relação ao assunto mas, como sempre, tivemos que enfrentar as habituais manias de que os órgãos públicos não falam para a imprensa privada. O director do gabinete da administradora apenas referiu que os populares estão ali por um curto espaço de tempo.

De acordo com o mesmo, outros dados não podiam ser dados por ele e muito menos pela administradora, porque existe o MINARS que vela por estes assuntos. Um facto que entra em desconformidade com um outro do governo da província de Luanda que menciona: «a Administração de Belas é que deve falar sobre situações decorrentes no seu local de jurisdição.

## 7.9 Ministério da Justiça facilita cidadãos

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Uma nota de imprensa proveniente do Centro de Documentação e Imagem do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegada à redacção do *Semanário Angolense* (SA) informa que, desde o passado dia 24 de Dezembro de 2013, o horário de funcionamento dos serviços de justiça, passou a ser das 07H30 às 17H00 horas, em regime de turnos, para melhor responder às necessidades dos cidadãos.

Este horário abrange os cartórios notariais, as conservatórias do Registo Civil, Predial, Comercial e Propriedade Automóvel, Lojas de Registo e postos de emissão de bilhete de identidade e registo criminal.

A intercalação do horário imposto, conforme o nsl do artigo 3º da Lei nº8/02 de 19 de Julho, para um regime de turnos, permitirá que os serviços da justiça ofereçam um melhor serviço aos cidadãos.

## 7.10 Que mal fizemos ao governo?

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Muito há ainda por fazer em relação à resolução, de forma definitiva, dos graves problemas que a sociedade angolana infelizmente ainda atravessa,

principalmente daqueles problemas considerados como os mais sensíveis ou os mais básicos, como é o caso da habitação, educação e saúde.

Os sectores acima referenciados constituem de forma profunda o tão badalado sector social de um país, aquele que em termos de distribuição do Orçamento Geral do Estado merece, em alguns países desenvolvidos, a máxima atenção dos dirigentes, pois, estes são extremamente importantes.

Mas parece que, em Angola, estes não constituem sectores prioritários devido à forma como são tratados.

Por incrível que pareça, há ainda muitos angolanos, quer em Luanda como no resto do país, que estão realmente a passar por condições de vida bastante degradantes, como não tendo nada que comer, não tendo uma casa própria, sobretudo depois de desalojados ou simplesmente sinistrados. Também não têm direito a educação, mesmo vivendo próximo de escolas estatais e privadas.

Muitos cidadãos vivem sufocados no seu próprio país, porque não são tratados com dignidade e os direitos que lhes são garantidos constitucionalmente não se efectivam na sua vida particular. A Constituição, enquanto carta magna, ou seja, documento segundo o qual o país deve-se orientar para o seu desempenho harmonioso, garante vida melhor, condições saudáveis e, acima de tudo, de habitabilidade para todos, sem excepção, até mesmo para o cidadão estrangeiro.

Em anos passados, nomeadamente de 2010 a 2013, fenómenos naturais ocorreram como sempre.

As chuvas que já nos acostumaram a fazer estragos, principalmente de ordem material, inclusive ceifando vidas humanas. Atiraram várias famílias para a condição de sinistrados porque as localidades onde viviam eram impróprias sobretudo em tempo de enxurradas.

Foi o que ocorreu com uma parte da população do distrito urbano do Sambizanga, que foi atingida de forma brutal pelas chuvas, chegando a verificar-se enchentes nas suas residências, que causaram a desgraça de muitos filhos desta terra.

Assim sendo, e em função também de uma onda de descontentamento por parte de quantos acompanharam o drama daquelas famílias, houve a necessidade de serem retirados, pelo governo, e levados para lugar mais cómodo com condições pelo menos melhores que as anteriores, porque afinal de contas, a última coisa que qualquer pessoa deve perder é a dignidade.

Para espanto de todos, aqueles sinistrados foram parar à zona conhecida como «Sapú II», um lugar pior que o anterior, aliás, foram levados como animais e atirados para as ruas do referido bairro sem qualquer condição básica para se viver. Acompanhados, na altura, pelo senhor Bento Soito, com membros do Ministério da Reinserção Social e outros, foram apenas deixados na rua com promessas de que voltariam, o que nunca mais voltou a acontecer, já lá vão vários anos.

Aquela gente ficou assim sujeita a todas adversidades possíveis, pois, muitos dormem em tendas já apodrecidas que foram distribuídas pelo MINARS, outros ainda dormem em casebres de chapas feitos por eles se protegerem das adversidades do tempo e de outros perigos que a própria natureza e a sociedade são susceptíveis de oferecer.

Os sinistrados de Viana, provenientes do «bairro do Cemitério», estão há sensivelmente nove anos em condições precárias, tendo muitos dos seus filhos contrariado doenças como a cólera, tuberculose, entre outras, chegando ao ponto de alguns terem morrido.

Já os sinistrados do Sambizanga estão há quatro anos ao ar livre desde que saíram dos seus bairros por causa das chuvas.

#### O drama das famílias

Como referimos, as famílias sinistradas estão a viver uma realidade extremamente difícil, passando por enormes dificuldades como doenças, fome, violação, falta de segurança e outras situações que põe em risco a vida daqueles moradores que dia pós dia reclamam por melhores condições de vida.

Manuela dos Santos é sinistrada proveniente do «bairro Cemitério», em Viana, e está na Sapú II há aproximadamente 10 anos; vive com o marido e três filhos.

«Estamos há muito tempo a viver nestas condições. Sofremos bastante, estamos a viver aqui nestas condições como o senhor está ver e, gostaríamos de saber o que fizemos de errado para merecermos este castigo, este sofrimento todo, uma vez que somos seres humanos e angolanos como os outros», questiona acabrunhada.

Manuela dos Santos, que falou em representação do coordenador das famílias, esclareceu que já tiveram problemas sérios de saúde como pneumonia. As crianças, na sua maioria, foram parar ao hospital Sanatório por causa da tuberculose contraída em função das condições em que vivem. Quando saíram do antigo bairro, foi-lhes garantido que havia casas reservadas para eles. A promessa, na altura, foi feita

pelo senhor Bento Soito e os outros representantes do MINARS e, depois de chegarem ao local, mudaram de linguagem.

De acordo com a interlocutora, foram informados que permaneceriam ao relento por apenas seis meses. Depois o problema seria resolvido dentro do tempo estabelecido. Transcorridos os seis meses combinados, nada se viu e continuaram a receber «calmantes» por parte das entidades.

«Desde que cá estamos dificilmente recebemos visitas, quer da administração do Sambizanga, administração de Belas e muito menos do governo da província de Luanda, órgão máximo e responsável pelo bem-estar dos luandenses. Aparecem de vez em quando pessoas mandadas por este ou aquele dirigente, que se informam sobre a nossa situação e como sempre, acabam por fazer promessas», acusou a senhora.

Segundo ela, após a verificação da demora, os sinistrados decidiram criar uma comissão de cinco elementos no intuito de contactar com frequência as pessoas de direito no sentido de rapidamente se solucionar os problemas, pois, o sofrimento é demasiado.

«Somos 11 famílias, todas provenientes de Viana e temos documentos de sinistrados que foram apresentados à administração de Belas e de outros órgãos que solicitaram tais documentos. Por incrível que pareça, os documentos foram poli copiados e atirados ao gabinete da senhora Loana Quintas, que na altura prometera solucionar os problemas, mas, não passou disso mesmo», referiu.

Em função desta demora, o grupo pensou em construir as suas residências, cada um no espaço que ocupa. Com ajuda de algumas pessoas de boa-fé fizeram as bases, ou seja, os alicerces, que foram depois destruídos pelos fiscais do município de Belas alegando não haver permissão de uso do espaço.

Mendonça José, também é sinistrado, proveniente do «bairro do Cemitério», tem sete filhos e, de acordo com ele, a situação é bastante caótica porque tudo piora a cada dia que passa.

Outros sinistrados que passam por grandes dificuldades são os provenientes do Sambizanga. Igualmente estão atirados à sua sorte no bairro da «Sapú II». São aproximadamente 120 famílias, todas atiradas numa área mais espaçosa, mas que os deixa sujeitos também a todas adversidades. Estes por sua vez, disseram que são vítimas de meliantes, sofrem assaltos nos seus pobres casebres,



assim como violação sexual por parte de delinquentes provenientes de outras localidades.

Avelino Malique também é sinistrado e, ao falar em nome de todos, disse que os dirigentes não têm noção de quanto sofrimento as pessoas passam desde que foram «jogados» ali. «Quase nunca temos água, não temos como beneficiar de energia eléctrica e tal como as outras onze famílias, estamos à mercê de bandidos e de tudo o que de mau na sociedade», lamentou, acrescentando:

«As coisas não vão bem, todos os dias aqui temos problemas. Fomos atirados aqui com algumas tendas apenas e os senhores do MINARS foram-se embora, nós ficamos abandonados como animais sarnentos. Pedimos as pessoas de bom senso que venham dar-nos a mão, que procurem o mais rápido possível resolver os nossos problemas, porque aqui a vida está mesmo difícil».

## 7.11 Benguela disciplina uso de terra no Vale do Cuvaco

*Jornal de Angola*

*20 De Janeiro de 2014*

O Governo de Benguela aposta numa governação participativa e aponta a agro-indústria como base para o desenvolvimento sustentável da região. O dirigente máximo da província, Isaac dos Anjos, anunciou novos projectos na área agro-industrial, além de medidas disciplinadoras da exploração das terras aráveis, com destaque para o Vale do Cavaco e o Cubal.

O governador Isaac dos Anjos encontrou-se com responsáveis e quadros administrativos e técnicos de Benguela aos quais explicou que a província possui espaços vastos de terras férteis para a agricultura realçando a necessidade da adopção de técnicas modernas de cultivo.

Engenheiro agrónomo de formação, Isaac dos Anjos salientou que a agricultura e o desenvolvimento do meio rural vão merecer atenção especial da governação da província, como caminho para garantir a segurança alimentar e diminuir a importação de produtos agrícolas.

"É preciso sabermos explorar as potencialidades das terras aráveis que oferecem excelentes condições para a produção."

O relançamento da produção agrícola vai passar pela redistribuição de terras aos cidadãos empreendedores que tenham vontade de fazer agricultura em grande escala, por isso o Governo Provincial de Benguela

está a fazer um levantamento da ocupação das parcelas.

"Empreendedor é o cidadão que apresenta determinadas habilidades e competências para criar, abrir e gerir negócios que geram resultados positivos", disse o governador, esclarecendo que o levantamento da ocupação das terras "visa identificar os agricultores que trabalham e aqueles que apenas ocuparam a terra e nada fazem".

"Os improdutivos vão ter um tratamento dentro do princípio da legalidade e se confirmar a sua inoperância ficam sem as parcelas de terra", garantiu.

O governador de Benguela realçou os investimentos feitos pelo Governo no apoio aos agricultores destacando o Programa de Aquisição dos Produtos Agro-Pecuários (Papagro). Este programa do Ministério do Comércio, disse o governador, vai auxiliar a acção do Executivo no escoamento e comercialização regular da produção agrícola interna e de todos os excedentes de produção familiar camponesa, das cooperativas e associações agrícolas, reduzindo as perdas que se têm registado.

"Vai acabar o clamor dos camponeses e pequenos agricultores que durante os últimos anos viveram muitos problemas com o escoamento dos produtos saídos do campo." O governador de Benguela disse que o Papagro está centralizado no combate à fome e à pobreza e vai contribuir para aumentar o rendimento das famílias camponesas, estimular a produção agrícola e diminuir as importações dos produtos que podem ser cultivados em larga escala na região.

### Processamento de tomate

Para o primeiro semestre de 2014 está prevista a instalação em Benguela de uma fábrica de processamento de tomate. A unidade, com capacidade para transformar oito toneladas deste hortícola por hora, "vai resolver o grave problema que vivem os agricultores que se dedicam à produção de tomate e viam o produto estragar-se por fatura produtiva e falta de mercado", afirmou Isaac dos Anjos.

A construção da unidade de transformação de tomate é a resposta do Governo ao "grito de alerta dos agricultores do Vale do Cavaco, Catumbela, Dombe Grande e outras localidades do interior onde é produzido o tomate", reclamação que "já vem sendo feita há mais de três anos", explicou o governador.

As grandes quantidades de tomate produzidas na região "não encontravam mercado para o consumo e como consequência o produto deteriorava-se no

campo e os encargos financeiros reflectiam-se nos bolsos dos produtores".

Isaac dos Anjos lembrou que Benguela "sempre foi a região com maior produção de tomate de qualidade desejada pelo mercado de consumo" e garantiu que "existe uma aposta do Governo Provincial em voltar a fazer do Vale do Cavaco um centro de produção de uma referência nacional".

No caso concreto do Vale do Cavaco, Isaac dos Anjos disse que o Governo "decidiu de modo determinante acabar com o negócio ilegal" da venda de terrenos na região, que estava a ser feito por "alguns elementos que tiveram o privilégio de explorar as parcelas".

O governador adiantou que o problema da falta de água "tem os dias contados" e vai ser solucionado com a regularização da barragem do Dungo, que serve de reservatório para reforçar o Rio Cubal da Hanha. A barragem do Dungo volta a funcionar "num curto espaço de tempo para propiciar a irrigação e relançar a produção agrícola no vale do Cavaco", garantiu o governador.

A barragem está localizada no rio Cubal da Hanha, um afluente do rio Catumbela. Um canal sai dali para o rio Ralo e ao chegar ao litoral de Benguela esse curso de água recebe o nome de rio Cavaco, que serve de fonte para o aumento do nível freático do vale.

#### Pólo do Cubal

Com terras aráveis, água em abundância e a perspectiva do reforço do abastecimento de energia eléctrica a partir da Central Hidroeléctrica do Loma um, o Cubal está a ser transformado num pólo de desenvolvimento agro-industrial.

Uma fábrica de processamento de milho para a produção de ração animal foi já instalada. Para abastecer essa unidade, estão disponíveis, numa primeira fase, três mil hectares de terras.

No Cubal está também a ser instalada uma Escola de Formação Técnica Rural, que vai ministrar cursos de agricultura e pecuária.

Issac dos Anjos anunciou ainda a realização, pelo Governo, de um estudo das bacias hidrográficas de cada região, para um melhor aproveitamento dos rios. "É injustificável que um município como o Chongoroi, com vários rios, tenha problemas de estiagem. Temos de ser mais inteligentes no sentido de aproveitar os rios, por ali passa o rio Coporolo que desagua no vale do Dombe-Grande, na Baía-Farta", enfatizou, considerando fundamental a

construção de represas para armazenar a água e distribuí-la ao perímetro agrário. "Um dos caminhos encontrados pelo Executivo para dinamizar a economia nacional é a aposta em projectos agro-industriais de grandes proporções e todos os municípios Benguela têm condições excelentes para tal", continuou o governador de Benguela,

explicando: "Temos de manter os métodos de produção tradicional devido às milhares de famílias que produzem a terra mas o processo tem de avançar para a produção agrícola moderna e industrial."

## 7.12 Rua do Bairro Patriota está a ser "encarcerada"

*Jornal de Angola*

*23 De Janeiro de 2014*

No Bairro do Patriota, por trás da Igreja Universal do Reino de Deus, em Benfica, há uma rua que está a ser totalmente fechada com a construção de dois muros que vão deixar a via Inacessível estando já a ser Implantados os cabocos.

Proprietários de empresas e de terrenos situados naquela rua e os moradores estão indignados com a situação procurando entender que motivo leva alguém a "encravar" uma rua, que deve ser um espaço público para fruição de todos.

Os muros vão impedir a circulação de pessoas e viaturas, sem haver até agora qualquer tipo de acção em contrário da administração comunal e da fiscalização.

O director de uma empresa prestadora de serviços à indústria petrolífera disse ao Jornal de Angola ter comprado o espaço há nove anos e agora uma porta de segurança que dá para a rua que está a ser bloqueada pela construção dos muros.

O empresário disse que quando viu as pedras, areia e blocos pensou serem trabalhos de asfaltagem das ruas no quadro da reparação das vias secundárias e terciárias de Luanda, e que o Patriota não estava de fora, pois muitas ruas aguardam pelo asfalto.

Mas ficou indignado quando soube que se tratava de obras para cortar o acesso à rua, autêntica ocupação abusiva de um espaço público. As ruas do Bairro do Patriota estão bem identificadas e projectadas.

O que falta é o asfalto. Como existem problemas de lixo, árvores secas, barro e capim que fazem das ruas pequenas lixeiras, muitos oportunistas aproveitam-se e vão ocupando anarquicamente os terrenos.

A rua agora bloqueada estava entregue ao lixo tendo sido feita uma limpeza recente para facilitar a circulação de pessoas e viaturas. De repente aparecem empreiteiros a fechar a rua sem autorização contactar o presidente para certificar o sucedido. A ocupação abusiva e desordenada de espaços públicos, para construções anárquicas ilegais acontecem um pouco por toda a capital do país, desfigurando a cidade e criando graves problemas de saneamento básico, de circulação de pessoas e viaturas.

Estas irregularidades prejudicam ordenamento do trânsito e do território, que afecta também a economia e o desenvolvimento social do país, pelo que as autoridades locais são chamadas a uma maior intervenção e eficaz acção preventiva e fiscalizadora onde se praticam alegados actos ilegais, alegando tratar-se de um terreno com um suposto dono que decidiu erguer as paredes, os tais muros que fecham a rua.

Um dos empreiteiros no local disse ao Jornal de Angola tratar-se de uma obra acompanhada pela comissão de moradores do bairro e que para mais informações era necessário.

### 7.13 Moradores transferidos hoje

*Jornal de Angola*  
21 De Janeiro de 2014

Mais de 1.226 famílias do bairro Chicala 2, distrito urbano da Ingombota, começam a ser realojadas hoje no Zango 4, Viana, onde estão há já algum tempo criadas as condições de habitabilidade.

Pedro António, agente dos Serviços de Fiscalização do município de Luanda, declarou ontem ao Jornal de Angola estarem criadas todas as condições para os moradores podem ser transferidos a partir de hoje. A transferência para casas sociais no Zango decorre de um processo desenvolvido entre 6 de Novembro e 31 de Dezembro com o registo das famílias abrangidas. Ontem, foi feita a confirmação dos nomes dos beneficiários e a entrega das fichas que as habilitam como moradores.

No local estavam ontem mais de 20 autocarros, o que indicava o início a qualquer momento da transferência das famílias para o bairro do Zango.

O processo decorre num clima de transparência, pois além das famílias terem sido registadas, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda divulgou na semana passada no Jornal de Angola a lista com os nomes dos 1.226 beneficiários. Entre os beneficiários está Suraia António, moradora há dez anos no Chie

ala 2, disse estar "muito satisfeita por ir para uma zona urbanizada".

"Tenho a certeza que a qualidade de vida no Zango é melhor porque as casas são maiores e com vastos quintais", acentuou.

Manuel Fonseca, no Chicala há mais de 13 anos, referiu que a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que o separa do Porto de Luanda, onde trabalha. Os nossos filhos, disse, correm o risco de não estudarem este ano lectivo.

### 7.14 Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo

*Jornal O País*  
24 De Janeiro de 2014

Cerca de mil famílias, que habitavam nos bairros Kilomibo e Chicala 2, no distrito da Ingombota, começaram a ser realojadas esta semana na comuna do Zango, em Viana, no âmbito de um programa do Governo Provincial de Luanda que visa a requalificação da capital do país.

A entrega das casas sociais é resultado de um processo de cadastramento que ocorreu nos meses de Novembro e Dezembro de 2012, onde terão sido abrangidas as famílias envolvidas no processo, apesar de ainda existirem algumas queixas.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) publicou no último Sábado, 18, no Jornal de Angola, a lista dos beneficiários, uma informação que apanhou de surpresa centenas de moradores que até então não tinham o conhecimento exacto do início das demolições das residências que habitavam e da consequente transferência para o Zango.

"Fomos cadastrados em Novembro de 2012 e nunca nos informaram sobre o dia exacto das demolições, a Segunda-feira de madrugada surpreenderam-nos com um poderio militar e que não permitiu a entrada de mais ninguém no interior dos bairros", disse contou a moradora Miquelina António.

Isabel Simão, que já teve uma primeira casa demolida no bairro do Iraque, mudou-se para a Chicala, onde também foi 'convidada' a abandonar o local e transferir-se para o Zango.

Por seu lado, Albertina João diz que antes das demolições foi advertida que não fizesse alterações na residência que possuía no barro do Kilombo. Não levou a sério os avisos, efectuou algumas mexidas e

arrendou o anexo que possuía. Por ironia do destino, a senhora terá de partilhar a nova residência no Zango com o seu inquilino, por sinal um homem muito mais novo que ela.

O morador Manuel Garcia, que também passou para as casas sociais em Viana, garante que estas residências não oferecem minimais condições de habitualidade. Além de serem pequenas, conta o jovem, as casas não têm os quintais cobertos para a protecção das crianças.

A mesma preocupação apresenta Luzia António Manuel, que viveu mais de 13 anos na Chicala. Segundo ela, a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que separa esta comuna da Urbanização Nova Vida, onde trabalha.

Os nossos filhos correm o risco de não estudarem neste ano lectivo 2014, atendendo que as escolas já encerraram as confirmações', reclamou a senhora.

Mas, William Kiala, que viveu 12 anos no bairro Kilombo, deixou a sua nova área de jurisdição para reclamar junto da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, órgão responsável pela distribuição das moradias.

O jovem contou que as condições da casa que lhe foi entregue na Terça-feira<sup>21</sup>, não são as que esperava. 'Mal começamos a utilizar, as fossas já têm vestígios de fissuras', explicou, acrescentando que 'era bom que o Governo preparasse já uma área residencial para os moradores daqui, porque nós não queremos repetir a história dos ilhéus do Benfica ou dos vizinhos da ex-favela'.

As desconfianças fazem com que muitos dos agora transferidos se mostrem reticentes em relação ao final do processo. Há quem diga mesmo que dificilmente os moradores terão condições condignas, a julgar pela qualidade das casas a que tiveram direito o primeiro grupo de beneficiários.

'Quem não tem viatura perderá o emprego, porque não será fácil sair de Viana para o centro da cidade, onde a maioria de nós trabalha", disse Isabel João.

## 7.15 Demolições. Moradores da Chicala contestam realojamento

*Jornal Agora*  
24 De Janeiro de 2014

A angústia desnorteia os passos de Manuel Araújo, perdido entre a falta de documentos, a perspectiva de ficar sem tecto e a dificuldade em obter respostas.

"O responsável' da Comissão de Moradores abandonou-nos à nossa sorte. Eu vivo aqui há 13 anos, mas, como perdi os documentos no incêndio [que destruiu 60 habitações no ano passado], não tenho como provar isso. Se ele estivesse cá, poderia confirmar a minha história", protesta o morador do bairro Kilombo, na Chicala. Excluído da lista de realojamentos no Zango, por falta de identificação, Manuel contesta os procedimentos para a atribuição de habitações.

"SE TIVEREM DE DEMOUR A MINHA CASA, SERÁ COMIGO LÁ DENTRO".

"O meu nome não foi divulgado, por isso fiquei sem ter para onde ir", conta o habitante, acusando a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda de desconhecer a realidade do Kilombo.

"A lista de moradores que vão receber casa, no total de 548 famílias, não satisfaz a demanda da população residente", reclama Manuel, acrescentando que aqueles cujos nomes não foram contemplados têm sido tratados como aproveitadores.

"Estamos a ver pessoas novas receberem casa, enquanto os antigos moradores são chamados de intrusos", continua este habitante, que promete não arredar pé do Kilombo sem uma alternativa de habitação.

"O primeiro cadastramento foi realizado há dois anos e o segundo em Novembro de 2013. Por isso, não se percebe como eu e outros ficamos de fora. Só sei dizer que não sairei daqui. Se tiverem de demolir a minha casa, será comigo lá dentro".

O desespero de Manuel Araújo contrasta com o entusiasmo de Rosária Azevedo, satisfeita com a possibilidade de proporcionar aos filhos uma residência mais condigna.

"Estou muito feliz, porque, na Chicala, vivia mal. O bairro está infestado de pulgas. Os miúdos dormiam mal. Sei que, no Zango, estes problemas serão ultrapassados", antecipa a ex-vizinha de Manuel, apanhada pelo Agora a caminho para a nova morada.

SEM TECTO POR CAUSA DE ERRO ADMINISTRATIVO.

A viagem realiza-se através de autocarros da TCUL, especialmente fretados para o processo de realojamento, iniciado no início da semana e prolongado até à próxima segunda-feira.

Incluída na primeira leva de mudanças, Sofia Ngunza aponta o dedo para a desorganização dos responsáveis.



"Cheguei ao Zango por volta das 23 horas de segunda-feira, mas passei a noite ao relento com os meus filhos, porque não havia chaves das casas", conta esta recém-realojada, ainda a digerir a noite da mudança.

"Nem sequer jantámos, pois a feijoada que distribuíram estava estragada", recorda, adiantando que teve de esperar até às 14 horas do dia seguinte para resolver a situação.

"Antes de se ter a chave em mãos, passa-se por um processo muito difícil", sublinha Sofia, já depois de entregar a ficha de inscrição efectuada no Kilombo, receber a declaração de residência no Zango e obter as ambicionadas chaves.

Menos sorte teve Simão Mateus que, na tarde de terça-feira, depois da chegada na véspera, continuava às voltas com a nova morada. Motivo? O número da casa colocada na declaração de residência não correspondia a nenhuma das habitações.

"Estou nesta situação porque nem todas as casas estão numeradas. Já não sei o que fazer, uma vez que não me dão alternativa", desabafa Simão, na despedida da reportagem do Agora, ainda à deriva, sem a perspectiva de uma solução.

#### CASAS PEQUENAS, SUSTENTO AMEAÇADO.

Enquanto isso, não falta quem vá tirando as medidas à nova residência.

"As casas atribuídas são muito pequenas e estão inacabadas. O beneficiário tem a obrigação de cimentar o chão de casa, construir a sala, a cozinha e a dispensa. A parte concluída da residência inclui apenas dois quartos, casa de banho e corredor", reclama o denominado pastor João.

Além de manifestar o descontentamento em relação às condições das habitações, João nota que, "no bairro, não existem escolas nem hospitais".

A lista de reclamações passa ainda pela experiência de Rosária Azevedo que, apesar de reconhecer vantagens do ponto de vista do conforto, não esconde a inquietação em relação ao sustento.

"A minha maior dificuldade vai ser encontrar uma forma de sobreviver, pois sou peixeira", sublinha esta ex-moradora do Kilombo. "De agora em diante, vou ter de arranjar uma alternativa, dado que a deslocação do Zango para a Chicala vai custar muito caro".

## 7.16 Estamos melhor no Zango

*Novo Jornal*

*24 De Janeiro de 2014*

AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES são positivas. As casas têm água canalizada e luz e, sendo de piso térreo (estão implantadas num terreno com uma área de 150 metros quadrados), permitindo a quem o desejar, ampliar a área coberta, que é actualmente de cerca de 40 metros quadrados, repartidos por cozinha, dois quartos e casa de banho.

Principais críticas? A dimensão padrão das novas habitações, nem sempre suficientes para albergar famílias numerosas [apesar de o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU) estabelecer regras para se respeitar a dimensão do agregado familiar], a distância, associada ao tempo de demora para chegar e regressar, por exemplo, ao do centro da capital, os custos dessas deslocações.

A estas juntam-se, designadamente questões práticas como a inscrição de filhos nas escolas e o transporte (e a segurança) para quem trabalha por turnos. É que o Zango 2 fica a cerca de 50 quilómetros a Leste de Luanda. Enquanto a Chicala 2 e Kilombo ficam na cidade.

"As casas são pequenas e estávamos a contar que seriam grandes, mas ainda assim estamos melhor aqui, diferente da Chicala onde não respirávamos em condições", frisou Helga Ponte, acrescentando que "o povo às vezes é ingrato e não sabe reconhecer as coisas boas".

No local encontravam-se ainda operários chineses a dar "os últimos retoques", mas foi possível contabilizar cerca de 350 casas geminadas, equivalente a 700 residências.

Embora pequenas, os populares dizem sentir-se bem, pelo alojamento, e acreditam que no Zango estão melhor. A única desvantagem, asseguram, é o facto da Chicala 2 e o Kilombo estarem mais perto "de quase tudo".

"Lá, com 200 kwanzas jantávamos, já aqui vai ser difícil. Estamos distantes de tudo", adiantou uma jovem.

Reconheceram que só por terem água canalizada e energia eléctrica instalada nas residências isso é sinónimo de "vantagens e melhorias", uma vez que não existiam na Chicala 2 e no Kilombo.

"Aqui é melhor porque temos água, energia e as ruas estão urbanizadas. Estamos minimamente melhores", contou Gomes.



## DISTANTES DO TRABALHO

Um dos constrangimentos mais falado pelos novos moradores em resultado da ida ao Zango é a distância dos postos de trabalho.

Alguns moradores disseram que anteriormente acordavam às 06h00 para se deslocarem aos locais de trabalho, maioritariamente localizados no centro da capital.

Agora, na sequência da transferência para o Zango, argumentam que vão ter de acordar às 04h00 para chegarem perto das 07h00 ao posto de trabalho.

"Faltei nos dois primeiros dias desta semana para tratar dos assuntos do realojamento. Amanhã [4ªfeira] tenho de ir ao trabalho e nem sei a que horas acordar", adiantou Noémia Bernardo.

Os trabalhadores em regime de turnos manifestaram também alguma apreensão por eventuais problemas de segurança nos trajectos fora de horas entre o Zango e Luanda e vice-versa.

"Trabalho no Morro Bento, e estou no período nocturno. Saio habitualmente entre as 21h00 e as 22h00. Não sei como será daqui para frente", declarou uma antiga moradora da Chicala 2, acrescentando: "Talvez passe a dormir, de vez em quando, em casa de uma amiga na cidade".

Todos os contactados pela reportagem do Novo Jornal admitiram poder vir a registar-se também problemas de falta de transporte.

## ACESSO ÀS ESCOLAS

O acesso às escolas constitui outra "dor de cabeça" para os encarregados de educação agora transferidos para o Zango 2.

Os desalojados lamentaram que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) não tenha acautelado a situação dos menores estudantes quando faltam apenas seis dias para a abertura oficial do ano lectivo 2014, já no próximo dia 31.

"Já reconfirmei as matrículas de dois dos meus filhos na Chicala. Não sei se vou conseguir a transferência deles para uma escola aqui no Zango.

Mas vou tentar. Além disso ainda tenho de matricular o meu outro filho", narrou Pedro.

Através de sondagens rápidas que os novos moradores do Zango 2 fizeram aperceberam-se que há escolas no território, mas estão receosos de não conseguir a transferência a tempo.

"A minha mãe disse-nos que aqui há escolas e por isso regressou à Chicala para pedir transferência para os meus irmãos", frisou Maura, de 23 anos.

O processo de transferência de habitantes da Chicala e Kilombo para o Zango iniciou-se esta semana depois de a CACL publicar um anúncio no Jornal de Angola com os nomes das pessoas que iriam receber casa no Zango 2 [previamente cadastrados no local onde habitavam até agora].

Mediante essa lista, começaram os trabalhos de desalojamento de 1774 famílias (e conseqüente destruição das anteriores casas), numa zona da cidade de Luanda que alberga, de acordo com cálculos dos residentes "mais de cinco mil famílias".

## O PROCESSO DE DESALOJAMENTO

"O número de moradores dessa zona que a administração publicou no jornal não corresponde ao número real de habitantes daqui. O nosso coordenador sabe disso", começou por dizer Delcio Black, revoltado por o seu nome não constar da lista.

Para entender os contornos da elaboração da lista de moradores a serem desalojados e transferidos para o novo bairro, o Novo Jornal tentou localizar, sem êxito, o coordenador do bairro, o qual, de acordo com moradores do Kilombo, "foi dos primeiros a seguir para a casa nova, no Zango 2.

"O próprio coordenador, que deveria ficar aqui com o povo até que todos recebessem casa, já recebeu a respectiva habitação nova e não quer saber de mais nada", disse um outro morador, do grupo dos que não viu o seu nome inscrito no Jornal de Angola.

Moradores que "não tiveram a sorte" de ver os nomes inscritos na lista que saiu no jornal asseguraram terem sido alertados por funcionários do Governo Provincial de Luanda (GPL), no local, para estarem atentos às próximas edições do diário.

Até quinta-feira, dia de fecho da presente edição do Novo Jornal, o Jornal de Angola não publicou qualquer outra lista de moradores com direito a mudar-se para o Zango.

"Estamos com azar", lamentou Domingas Trindade, ainda com o jornal na mão.

Os moradores, sob as ordens de funcionários do GPL e da CACL, retiraram os bens das casas que começaram a ser demolidas na Chicala, a partir das 04:00 da manhã da última segunda-feira. Bens e pessoas foram então embarcados em camiões e autocarros que os transportaram para a nova morada.

Previamente foi-lhes entregue uma ficha de morador pelas autoridades do CACL.

#### AMBIENTE MILITARIZADO

Coma intenção declarada de prevenirem eventuais confusões sempre propícias de acontecerem neste tipo de operações de deslocação de pessoas, as autoridades fizeram questão de estacionar no local [Chicala 2 e Kilombo] elementos do exército, forças de segurança e fiscais.

"Penso que só estão aqui para intimidar caso não aceitemos sair", frisou Bartolomeu.

Diante do excesso de forças militarizadas no bairro, os moradores realçaram não existir motivo para tanto aparato bélico no local.

"Nós somos humildes. Não há motivo para tantos polícias e militares aqui. Eles estavam a pensar que o povo do Kilombo iria fazer alguma confusão, conforme aconteceu noutras sítios", alegou Laurindo. "O importante - acrescentou Queta Zumbo - é que trabalhem bem".

Até ao fecho desta edição não foi registado qualquer incidente que obrigasse à intervenção das forças de segurança presentes no local.

"Somos pacíficos", rematou Laurindo.

#### OPORTUNISTAS CONFESSAM

João Cativa, 75 anos, confessou que já teve direito a uma residência cedida pelo Governo Provincial de Luanda, na sequência do desalojamento na zona da Boavista.

"Eu já tenho uma casa no Zango 3, mas está lá a minha mulher. Separamo-nos e ela agora vive lá com outro homem", afirmou.

Perante a separação com a ex-parceira, João Cativa assumiu que estava "agora no Kilombo, onde ergueu "uma cubata de chapa", para tentar a sua sorte: Que lhe foram atribuída uma nova casa.

O ancião assumiu mesmo que foi para o Kilombo porque sabia que "tarde ou cedo" seria retirado dali e lhe dariam mais uma casa. Indicou mesmo que quer essa casa para vender e regressar ao Bailundo-Huambo, sua terra natal.

Alguns moradores, atentos às palavras de João Cativa prometeram-lhe 2500 dólares norte-americanos pela eventual futura ficha que lhe dará direito a uma nova casa. João Cativa nunca lhes respondeu.

No Kilombo, a reportagem do Novo Jornal encontrou ainda dois jovens - um de 15 e outro de 18 anos que asseguraram ter tido "a visão" de erguer duas "cubatas de chapas" nos arredores do bairro, na perspectiva de virem a ser contemplados com casas novas no processo de realojamento no Zango 2.

"Continuamos a viver na Chicala 1 e sabemos como essas coisas funcionam. Por isso pagámos 300 dólares por cada terreno onde metemos as nossas cubatas aqui na zona do Kilombo", relataram.

Admitiram que foi a mãe quem lhes deu o dinheiro para pagar os terrenos, e dizem que a mesma tem outros espaços na Chicala 2.

Os dois classificaram o Zango como mato, assegurando que vão arrendar as residências que eventualmente venham a receber porque preferem "ficar na 'city'".

#### RECÉM-NASCIDO AO RELENTO

Ainda no Kilombo, na passada terça-feira, uma mulher, que acabou de ser mãe no passado dia 10, lamentava-se da demora dos camiões no transporte dos seus bens para a nova casa.

"Estou sem forças para aguentar tudo isso. Fomos obrigados a retirar as coisas das antigas casas no início da semana. De ontem [2ªfeira] para hoje [3.a feira] já dormimos na rua. Pensava que iríamos logo nessa noite. O parto é recente e acabei por ter de cozinhar na rua, pata poder dar comida aos meus filhos", afirmou.

Questionada sobre o paradeiro do marido, respondeu que faleceu pouco antes do nascimento do filho que leva nos braços.

"Estou sozinha desde a morte do meu marido. Foi graças a alguns vizinhos que têm chatas que consegui retirar as minhas coisas de casa", salientou.

#### CHATAS-BARCO E CARRINHAS

Devido ao congestionamento na rua principal do Kilombo, e também pela distância até ao local onde pararam os autocarros que transportaram os desalojados, muitos, cujas residências se situavam no fundo do bairro, optaram por alugar as chatas barcos para fazer o trajecto.

O atraso dos camiões da CACL levou também muitos moradores a alugar viaturas para seguirem directamente para o Zango, sem perda de mais tempo.

## 7.17 MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV

*Jornal Manchete*

24 De Janeiro de 2014

Centenas de famílias residentes no Zango IV, acusam supostos funcionários do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) de as ter despejado, alegadamente, por terem adquirido as residências a pessoas que se fizeram passar por proprietárias das mesmas.

De acordo com as fontes estes supostos funcionários sublinharam que as residências em causa pertencem ao MINJUD e as chaves que possuem foram forjadas por pessoas que se faziam passar por donas.

Joana Domingos, funcionária pública, diz que adquiriu a casa em 2012, por intermédio de funcionários do Governo Provincial de Luanda e, hoje, passado mais de um ano e meio aparecem pessoas a reclamar que a mesma foi ocupada ilegalmente.

"Isso é brincadeira!", exclamou.

A interlocutora afirmou possuir todos os documentos que atestam a compra do referido imóvel.

"Esses senhores brincam connosco, aquando da compra das casas fomos informados pelos senhorios que as mesmas eram residências de algumas famílias carenciadas, contudo, aquelas que decidiram as vender, agora dizem outra coisa", desabafou Lazarino Miguel, outro comprador. Segundo a versão de Lazarino, ele adquiriu a sua residência a uma família que já se encontrava de malas feitas para a sua terra natal. "Daí chegamos a um acordo sobre a aquisição do referido imóvel, foi assim que comprei, mas hoje surgem pessoas a nos tirar das casas, alegando que as mesmas pertencem o MINJUD".

Quem tem a mesma versão de Lazarino Miguel é um intendente da Polícia Nacional, que diz não concordar pelo comportamento dos indivíduos que hoje se fazem passar de proprietários das casas.

"Os homens aparecem com alguns agentes da polícia, invadem as residências, tiram os haveres para fora sem o consentimento dos donos, deixem papéis com os números a pedirem que devemos nos dirigir ao Gabinete Jurídico do MINJUD, quando vamos para lá nos recusam receber", disse o policial, que não quis ser identificado.

De acordo com o jovem Manuel Luís, os protagonistas dos despejos são os senhores

identificados com os nomes de Gonçalves, Emília e João.

Assis que se apresentam como sendo talhadores do Gabinete Jurídico 0 MINJUD.

"Queremos saber do ministro Gonçalves Muandumba ou de um dos responsáveis o que é que se passa na verdade?", disse, esperançoso na resolução do problema.

MINJUD fala em sabotagem

Contactado sobre o assunto, João Assis, funcionário do Gabinete Jurídico do MINJUD disse que os moradores em causa adquiriram as residências por caminhos ínvios, uma vez que as mesmas estavam desocupadas, tendo os vendedores, forjado às respectivas chaves.

João Assis referiu, também, que as casas foram construídas para as instituições ligadas ao associativismo juvenil, e que passado algum tempo indivíduos aproveitadores entenderam que deveriam sabotá-las e se esqueceram de que o MINJUD ainda tinha em conta do seu património.

O responsável esclareceu, igualmente, que centenas de famílias que viviam ali abandonaram voluntariamente a zona e que somente apenas três famílias é que estão rebeldes.

## 7.18 Cem famílias combatem martelo demolidor

*Jornal A Capital*

25 De Janeiro de 2014

Populares que ergueram casas nos terrenos adjacentes ao antigo autódromo de Benguela, formando uma nova área residencial no bairro dos Navegantes, arredores da, idade, suspeitam que a Administração Municipal comece por destruir o comité de Acção do MPLA, construído graças ao esforço de cada família, para depois colocar o martelo demolidor em direcção às suas moradias.

O CAP· que o caro leitor observa só não foi destruído na passada quarta-feira, 22, porque os moradores se opuseram às pretensões das autoridades, travando o avanço das máquinas que ali se encontravam. Foram vívidos momentos de alvoroço, com palavras duras dirigidas a membros do partido no poder, numa tarde que voltou a ser de alerta para quem há muito convive com o espectro de desalojamento.

Dados fornecidos ao jornal A Capital apontam para cem o número de famílias naquele espaço, concedido,

segundo alguns «anciões», pelo general Kundi Pahyama, então comissário provincial, numa altura em que as palavras autoconstrução dirigida não faziam parte do nosso dicionário.

Hoje, quase trinta anos depois, a Administração Municipal, a trabalhar em nome do ordenamento, sugere a transferência das famílias, em grande medida, diz, em função da necessidade de libertá-las de «urna zona situada ao lado do aeroporto». Acontece, porém, que esta justificação, caucionada pela ENANA, não é bem recebida pelos moradores, que se apegam à existência de um «luxuoso condomínio» a escassos metros, surgido na sequência de demolições que deixaram sem tecto centenas de pessoas. Temendo o pior, os que sobreviveram à primeira onda de demolições, constantemente incomodados por chineses que dizem ter tudo pronto para partir e vedar o espaço, viram na construção de um CAP a fórmula para segurar as suas casas. «O MPLA também é nosso, por isso decidimos montar este Comité de Acção. O camarada Presidente Agostinho Neto dizia que "o mais importante é resolver os problemas do povo", não o problema dos chineses», sublinhavam moradores, perante o silêncio dos secretários municipais, José Manuel Lucombo, membro do Comité Central, e Carlos Vasconcelos «Cacá». Este último, também presidente da Câmara de Comércio e Indústria, tentava acalmar os ânimos de senhoras que acusavam altos funcionários da Administração de envolvimento em negociatas de terrenos.

Um chefe de família, crítico em relação à postura de dirigentes que «nem sequer saudaram o povo, limitando-se a dizer que tudo isto é do Estado», acrescentou que repetido vezes sem conta que as novas casas e prédios estarão à venda. «Não votámos para esta brincadeira», disseram, unânimes, populares que, para fraseando Kundi Pahyama, reafirmavam que «as pessoas não devem ficar à espera do PAM».

Confrontados com a cedência de lotes para a autoconstrução, o programa que ganhou força após a chegada do governador Isaac dos Anjos, mostraram-se alheios à iniciativa, salientando que «ninguém sabe onde as pessoas fazem o pagamento dos tais 27 mil Kwanzas».

Um funcionário da Administração Municipal de Benguela, afecto aos serviços de fiscalização, calculou em 50 hectares a dimensão da área em causa. Um hectare corresponde a um campo de futebol.

Administração Municipal quer dialogar

Em reacção, o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, começou por explicar que o

Comité Municipal do MPLA notificou a Administração por não reconhecer a estrutura erguida pelos populares ao lado de uma bandeira do partido. «Como se vê, estão a ser usados os símbolos de uma entidade partidária. Por outro lado, este espaço não se encontra licenciado», acrescentou. Questionado sobre o futuro das casas após a destruição de uma estrutura não reconhecida pelo CMP, o administrador lembrou que não se trata de um assunto novo, até porque aflorado já pela imprensa, e ressaltou que a sua presença serviu para aferir o nível de organização. «Queremos saber como a área se encontra em termos de arruamentos e de redes técnicas para serviços como água e luz», esclareceu o dirigente.

Já em posse de uma lista de moradores, Leopoldo fez questão de vincar que a Administração vai analisar o que é melhor para as famílias ali instaladas.

Aqui chegado, disse não ter conhecimento da presença de chineses que, tal como referem os moradores, insistem em partir casas para vedar todo o espaço.

Quanto ao expediente que culminou com a construção das casas erguidas em «terrenos não licenciados», o administrador municipal salientou que, infelizmente, os bairros cresceram por via de construção no período nocturno e aos fins-de-semana. «Temos dificuldades no acompanhamento desta prática. Em relação a este case concreto, é prematuro dizer se ficam ou saem», finalizou.

## 7.19 Kizango no Zango II

*Jornal Acapital*

*25 De Janeiro de 2014*

O sentimento, na zona de realojamento, é repartido entre lamentações para uns e gritos de alegria para outros. Enquanto uns acusam os responsáveis da Fiscalização de estarem a trocar, fraudulentamente, as casas dos que deveriam receber T-3, de estarem a aproveitar enquadrar pessoas infiltradas, outros regozijam-se pelo momento de ter uma casa.

Tal é o caso de Sofia Mbiavanga que agradece ao Executivo pela casa que lhe coube, pedindo apenas que se resolva o problema da falta de água potável.

"Aqui está bom, na Chikala eu estava a passar mal. Aqui temos luz; só falta água e autocarros para podermos ir à cidade. Mas gostei da casa e está tudo bem", manifestou.

No meio de tudo isso, há quem denuncia que os que estão contentes são oportunistas. Vitória de Jesus,



por exemplo, contou a este semanário que existem pessoas contentes no Zango, mas são aquelas que viviam em quartos de chapas.

"Com certeza estão contentes e estão a rir, mas só o fazem, porque viviam num bate chapa. Outras são aquelas que, sabendo da possível transferência construíram anexos nos quintais para receberem mais habitações", denunciou, sublinhando que os que viveram toda uma Vida na Chikala e no Kilombo, e que tinham casas em condições, é que saem a perder.

A anciã Ana Bela, 60 anos, mãe de seis filhos, vivia na Chicala II, numa casa de quatro quartos, sala, cozinha duas casas de banho. Disse, no entanto, que está a dormir fora da casa que recebeu por esta ter quartos com dimensões muito pequenas.

"Estamos a dormir fora de casa porque as coisas não cabem lá dentro. É lamentável", reagiu a mais velha, ao lembrar que até há casas de banho cuja loiça sanitária não funciona.

"Eu tinha a minha casa onde cabiam todas as minhas mobílias. Ainda restava espaço para colocar um montão de coisas. Agora, aqui onde nos trouxeram, nem uma mobília de quarto cabe", queixou-se ainda Ana Bela, reclamando para que haja um pouco mais de respeito pelas pessoas.

"Entendemos que o Governo queira investir naquele espaço onde vivemos, mas, devia dar condições de habitabilidade o mínimo aceitáveis. São dois quartos pequenos que nem cabem, sequer, na minha antiga casa de banho", lamuriou a senhora, ao enfatizar que só um jogo de cadeirões ocupou toda sala; uma cama e duas maletas ocuparam todo o quarto.

"Estão-nos a dar um quintal desenhado com alguns blocos para construirmos. Está bem. Mas, vamos construir quando e com quê", questionou.

Só para o leitor ter uma ideia, as casas T-2, têm dois quartos de 3/3 metros (m), e uma casa de banho de 2,5 m, para além de um espaço de cinco 5/2 m onde o proprietário da habitação pode alargar a dimensão da casa.

## 7.20 O camartelo voltou a funcionar

*Semanário Angolense*

*25 De Janeiro de 2014*

Os moradores afirmam que estão muito revoltados com a situação por não terem sido avisados com a devida antecedência sobre a demolição das suas residências. Conscientemente todos previam que um dia tal situação poderia acontecer mas, quando se

tomou a decisão para se demolir o bairro, dever-se-ia avisar os moradores sobre a medida a ser tomada.

«Somos pessoas como eles e não animais nocivos que devem ser exterminados a todo custo. Deveriam avisar-nos e, para mais transparência, podiam mesmo divulgar na comunicação social a data da demolição para que pudéssemos arrumar bem as nossas coisas. Devíamos ser retirados de casa para casa e não de casa para a rua, ao relento, com crianças e tudo, como aconteceu com algumas pessoas que estiveram três dias nessas condições e só depois para o local de destino», condenou.

A demolição teve início no dia 21 do corrente e os moradores foram transferidos para os bairros Zango. Naquele dia, a própria comissão de moradores da Chicala 3 também foi surpreendida pela chegada das máquinas no "bairro. Segundo alguns populares, apenas no sábado (19) tiveram conhecimento através de um comunicado no Jornal de Angola, mas sem grandes explicações. Como muita gente não lê o jornal, o aviso devia ter passado na rádio e na televisão.

Assim, na segunda-feira (21), no período da manhã, foram surpreendidos pela administração do distrito da Ingombota que ordenou a demolição das suas residências, depois de pôr no terreno as máquinas demolidoras acompanhadas pela Polícia Nacional, Polícia Militar e fiscais da administração local.

Sem dar tempo aos moradores para arrumarem devidamente os seus pertences, estes foram simplesmente escorraçados das suas casas, carregando atabalhoadamente os seus bens e deixados ao relento com os respectivos haveres, sem quaisquer condições de higiene e alimentação.

Os desabrigados reclamavam por falta de água e imploravam para que a administração tivesse um gesto caridoso e lhes mandasse, ao menos, uma cisterna de água. De segunda a quarta-feira, estavam a três dias praticamente sem comer e sem água para beber. Quem quisesse comer tinha que comprar pincho e pão, dormindo ao ar livre, em plena rua, para não perder os seus bens.

A população diz que está a ser retirada de casas maiores, com três ou quatro quartos, com condições criadas, para ser enviada para casas muito pequenas com apenas dois quartos, sem quintais, onde nem a mobília que alguns possuem cabe. Da Chicala 3 para o Zango 4, local em que estão a ser instalados, as pessoas são transportadas em viaturas do tipo Hiace, ao passo que os pertences seguem em contentores de 20 toneladas. No local, cada um fica onde calhar de acordo com a guia de transferência.



A reportagem do Semanário Angolense (SA) testemunhou o triste acontecimento e tentou ouvir uma responsável da comissão de moradores na pessoa da senhora Estrela que, abatida pela situação, não se disponibilizou a falar com ninguém. Registava-se no local uma grande azáfama, uma coluna de pessoas estava perfilada diante das tendas de registo, que se prolongou pela tarde. Em meio a tudo, muita gente estava preocupada sem saber o que comer.

### Malabarismos no Zango

Os primeiros populares que chegaram ao Zango 4, começaram de imediato a viver uma situação nunca antes imaginada, ao depararem-se logo à chegada com problemas como a falta de saneamento básico, energia e água, bens que ainda não existem naquela localidade para onde foram atirados.

As pessoas estão preocupadas porque a precariedade das construções, decididamente mal construídas e débeis, a que se alia uma intensa escuridão de noite, pode torna-los alvos fáceis da acção de marginais.

Mas a balbúrdia não terminava aí, ainda haveria muito mais. Como já tem sido prática entre nós algumas pessoas aproveitaram-se da desgraça dos outros para poder satisfazer as suas ambições desmedidas, os responsáveis pela entrega das casas aos novos proprietários encetaram uma encenação que baralhou tudo e todos. Ali mesmo a cunha e a «gasosa» começou a funcionar e a distribuição passou a ser feita de acordo com os seus critérios e não como estava determinado na guia.

Assim, as pessoas que deveriam receber uma residência mais ou menos de acordo com o que perdera, acabaram por ir parar em outra cujo número e condições não correspondia com o que constava na respectiva guia.

É o caso de dona Madalena Agostinho, mãe de cinco filhos e solteira, também desalojada do bairro da Chicala 3, que contactou via telefone o SA para expor a sua situação. De acordo com o seu registo, foi-lhe atribuída a residência com o número C28IE mas, para seu espanto, foi-lhe entregue outra com o número DI8IE. Esta casa não tem a mesma qualidade da que lhe foi atribuída em função da que foi demolida. Por causa disso, a cidadã continua ao relento com os seus cinco filhos menores e carece de muita atenção e cuidados. Quem acode?!

## 7.21 Todos para o Zango

*Jornal Acapital*  
25 De Janeiro de 2014

Manuel José Ngunza, morador da Chikal 11 há mais de 14 anos, está na fila de embarque para o Zango. Entretanto, enquanto espera, lamenta a forma como estão a ser transferidos. Este cidadão, acusa, mesmo, a Comissão Administrativa de Luanda de não lhes ter antecipado a data da saída.

"Não mostraram o tipo de casa que iam dar às pessoas, para sabermos o que devemos, realmente, levar. Vejo vizinhos a reclamarem pelas casas que estão a dar", queixa-se Manuel Ngunza, ele que tinha sua casa própria com quatro quartos, duas salas, duas cozinhas e casa de banho.

"Espero que a vida no Zango seja igual a desses projectos habitacionais que fazem. Pelo menos espero um pouco de dignidade", porque, continuou, "já começo a adivinhar o caos que nos espera, porque não se acautelou o problema de escolas, hospitais e outros serviços.

"Tenho dois filhos estudantes universitários; tenho quatro filhas no ensino de base; já confirmei a matrícula das crianças, porque não sabia de antemão quando é que iríamos sair da Chicala", apontou.

Pelo mesmo diapasão alinha José António, outro morador em vésperas de ser transferido. Segundo ele, quando os fiscais começaram a partir as casas, algumas famílias estavam ausentes das residências, o que agora desembocou num autêntico embaraço na confirmação dos titulares de certas casas.

"Existem vizinhos que estão a passar mal para confirmarem a dimensão das suas residências, porque não estiveram no dia das demolições", pelo que, de acordo com este morador, correm o risco de receber habitações pequenas.

Na rua da nova marginal de Luanda, o registo das pessoas que ainda não receberam as fichas está a depender do primeiro registo que se fez na Casa Técnica.

A transferência dos populares, está a ser feita em camião contentorizados, cujo espaço é repartido por três famílias. Cada uma delas, deve demarcar o lugar a ocupar e controlar os seus haveres até ao local de desembarque.

O semanário A capital apurou junto de fontes ligadas ao processo que a transferência dos populares vai

beneficiar, na totalidade, aproximadamente, mil e 200 famílias, na Chikala 11 e 544, no bairro Kilombo.

Após a conclusão da mudança de habitações, que está a ser coordenada pelo Gabinete de Cadastramento Habitacional e Realojamento Populacional da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), as casas da Chikala 11 e do Kilombo serão demolidas.

Desde a criação da CACL, em 2011, milhares de famílias que viviam em condições de risco em bairros do município de Luanda foram já transferidas para outras áreas habitacionais.

## 7.22 Bento Bento: O Governo não tem casa para todos... é politiquice

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2013*

Enquanto a nossa equipa de reportagem estava no local a ouvir os populares, o governador de Luanda, Bento Bento, reuniu com o presidente da Comissão Administrativa da cidade, delegados provinciais e a administradora do município da Quiçama.

A reunião extraordinária serviu para fazer alguns acertos, além de distribuir tarefas que visam dar solução ao problema daqueles populares.

O governador começou por justificar a razão daquele (desalojamento rápido, alegando ter recebido orientações superiores.

Bento Bento disse que aquelas pessoas não estão ali para viver em tendas, mas também "o Governo não tem capacidade de dar casas a todos e, todos quantos estão a agitar é mentira, é politiquice". Orientou os líderes locais a não burocratizar o processo de entrega de terrenos, porque poderá queimar muito tempo.

As tendas, segundo o dirigente, são um meio de transição.

Aquelas famílias não deviam ficar mais de 3 dias para receber chapas' pregos, madeira e começar a construir, no seu terreno com dimensão de 15 x 15m - desde que esteja distante da estrada. Será feita ainda uma escola provisória, de chapas, e um hospital.

Segundo o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, a empresa que está a dar apoio àquelas famílias no que concerne à cesta básica, tenciona parar de o fazer, coisa que o governador pediu que fosse superada.

O governador ficou surpreso, no terreno, porque a administração da Quiçama estava a trabalhar sozinha quando deveria ter sido acompanhada pelo MINARS e pelo GPL. Foi destacada alguém, que não se fez presente, dificultando assim o trabalho da Comissão Administrativa.

"Não toleramos este tipo de brincadeira. Como é que nenhum responsável do MINARS se faz presente no acto de alojamento duma população? Depois, quando tomamos medidas querem ir se queixar à imprensa", disse ele.

Acrescentou ainda, para finalizar, que a função da Comissão Administrativa é colocar a população naquele local e cumprir com o compromisso, mas a responsabilidade de coordenação deste processo todo é do MINARS.

## 7.23 Chaves são vendidas à 1 hora da manhã

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2014*

Enquanto a população sofre no município da Quiçama, por alegada falta de residências no Zango IV; local em que se encontra a maior parte dos ex-moradores do Kilombo, algumas pessoas estarão a vender, às escondidas, as dezenas de casas que ainda não foram habitadas.

Este facto nos foi reportado pelos populares que estão naquela localidade e têm constatado movimentos estranhos no período nocturno, que depois são confirmados ao alvorecer. "Quando damos conta, de manhã, a casa que ontem estava fechada, hoje está a ser habitada por alguém que nunca sequer foi visto no Kilombo. Alguém totalmente desconhecido", disse o cidadão Paulino Tchiamia.

Aquele indivíduo tem passado a noite fora, junto dos outros três vizinhos que ainda não receberam as casas, e, quase todos os dias, à 1 hora da manhã têm presenciado negociatas de chaves de apartamentos que deviam ser entregues aos desalojados do Kilombo.

"O nosso nome saiu na primeira lista publicada e, ainda assim, estamos a dormir aqui fora porque não nos deram casa nenhuma. Em contrapartida, temos visto uma senhora a fazer negócio das chaves com mulatos e brancos - pessoas que no Kilombo não se encontravam", acrescentou o nosso interlocutor. De acordo com o nosso entrevistado, o mesmo tipo de negócio também tem sido desenvolvido pelo filho do

dono da empresa que presta o serviço de segurança privada às casas do Zango IV; pois "também foi visto a entregar três chaves a duas senhoras mulatas", disse ele, que estava no seu bairro antigo há 12 anos.

As casas que estão a ser comercializadas são as que se encontram depois de uma vedação de arame, que, segundo os populares foi colocado recentemente, para as separar das outras residências (em que habita a maior parte do sexo-ilhéus).

"As casas são boas, mas aquecem muito"

Apesar da sua nova residência ser melhor, em relação à antiga, a dimensão da mesma preocupa o cidadão Fernando Kuamba.

A casa feita de contraplacado tem 2 quartos, um corredor e um quarto de banho, e a família daquele cidadão é composta por sete pessoas.

Preocupa -lhe também o facto de ainda não existir aí uma escola e não sabe o que fazer com os 3 filhos em idade escolar. "Apesar de termos falta de energia e a casa aquecer muito, estamos melhor aqui", acrescentou ele que foi beneficiado na primeira lista publicada.

## 7.24 Comissão de moradores perdeu autoridade

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2014*

O bairro do Kilombo, segundo Maximino Aleixo, presidente da comissão de moradores, sofreu mais de 4 processos de cadastragem. O primeiro e o segundo foram feitos por aquela comissão, mas o terceiro quem o fez foi o Ministério da Habitação.

Em 2005 tinham um total de 750 famílias e o desalojamento estava previsto para acontecer depois de 4 meses. Não se fez, até o ano de 2010 altura em que aparece o MINARS a cadastrar. O número de famílias passou para 2156 até o ano de 2013.

A comissão foi dando conta de que havia pessoas a se infiltrar no bairro, mas não podia fazer nada porque quem estava a dirigir o processo era, alegadamente, um grupo da Casa Militar, dirigido por uma senhora identificada por Da Helena. Neste grupo, segundo Maximino, não havia nenhum membro da comissão dos moradores do Kilombo.

"Fomos todos expulsos, disseram que o nosso mandato terminou e que não devíamos intervir em nada, para evitar problemas. Hoje, ouço que os

moradores querem a minha cabeça, mesmo sem saberem o que realmente aconteceu", contou.

O nosso interlocutor acrescentou ainda que "aquela senhora é quem está em frente no processo de distribuição de casas no Zango IV e só consulta o comissário quando há um número, por exemplo, que abrange duas ou três pessoas com o mesmo nome. "Sou chateado até às zero horas por isso, para outras coisas não querem saber de mim. Temos visto pessoas a se infiltrar, pessoas que não são moradores do Kilombo, mas ainda assim a minha voz não é ouvida juntou.

## 7.25 Ex-moradores do kilombo dizem que foram atirados no mato

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2013*

São 1048 famílias que estão na Quiçama, segundo uma lista publicada pela Comissão Administrativa de Luanda, no dia 23 de Janeiro, Sem antes terem sido criadas as condições básicas de alojamento, a maior parte destas foi transportada para o local, que estava ainda a ser capinado, segundo o que contaram os cidadãos, quando chegavam.

Não entendem a razão de tanta pressa em serem desalojados do Kilombo, pois, muitos não conseguiram sequer tirar os seus pertences porque a polícia os impediu, relatam. Esta pressa fez com que a maior parte dos moradores ficasse sem o nome na lista dos beneficiários, tanto de casa quanto de terreno, segundo se queixam.

A primeira lista publicada por aquela comissão, tomava conta que seriam contempladas, com uma casa no Zango IV; 548 famílias. Ainda assim, há quem não recebeu casa, mas foi alistado e, por conseguinte, indivíduos que não foram identificados como moradores do Kilombo, beneficiam de residências.

Quem viu o bairro crescer, como é o caso de Avelino Lucas, morador há 17 anos, que pelo menos devia ter o nome na "lista dos terrenos", foi ultrapassado no tempo e no espaço.

"Nem na primeira nem na segunda lista o meu nome saiu, mesmo depois das 4 cadastragens feitas" , disse.

Mesmo com um futuro incerto, aquele cidadão arriscou tudo para estar na Quiçama com a sua família e merecer uma parcela de terreno, já que também foi morador do Kilombo. "Aqui tem muitos que não moravam no nosso bairro e uma das provas é só ver que o dedo dos pés dos seus filhos não tem

'bitacaia' infecção que afecta quase todos naquela zona", reforçou.

Cobras atacam e fazem vítima A zona em que se encontram acampados aqueles cidadãos está rodeada de capim e pequenos arbustos, é tórrida e tem muitos mosquitos, segundo o que constatamos. De acordo com os populares, uma criança foi vítima de picada de cobra, não resistiu e acabou por morrer no dia 24 quatro dias antes de ser colocada uma ambulância ao local.

Sobre este facto, Inês Cipriano, também vinda do Kilombo, acrescentou que a família da criança abandonou o local, deixando as suas mobílias, depois daquela triste ocorrência. Um dia depois, um grupo de jovens matou 2 cobras que estavam prestes a atacar uma jovem enquanto fazia necessidades fisiológicas no capim, por falta de WC, na altura.

Aqui, não é sítio para "viver com criança", disse Bernarda Adriano, que alega estarem a ser tratados como se fossem cães, quando "também somos cidadãos angolanos". Lá no Zango, reforçou ela, tem muitas casas fechadas e "ouvimos que estão a ser vendidas até 12 mil dólares".

Reclamou também o facto de estarem muito distante do povoado, além de desconfiar que os dois autocarros da TCUL, que há dois dias os têm apoiado, venham a desaparecer depois de algumas semanas.

"Não temos nada aqui, todas as nossas coisas ficaram. Estão a nos dar uma 'metadinha' de pão com fiambre/ queixo e, para cada um, um bidão de água mineral (1,5 litro). Esta comida é que nos aguenta o dia todo. Há quem consegue uma fezada na merenda dos polícias, mas com confusão", disse uma cidadã que preferiu não se identificar.

Uma tenda para IS pessoas

No local, está a ser feito um novo cadastro para a entrega de tendas, já que o número de cidadãos dormindo ao relento ainda é bastante elevado. Estão albergadas, segundo os relatos dos nossos interlocutores, numa As mobílias estão a desaparecer e o pouco tenda, 15 pessoas.

Avelino Lucas disse estar chateado porque foi colocado numa tenda de homens e separado da sua mulher.

Este cidadão acrescentou ainda que está há uma semana sem trabalhar, porque para chegar até à Ilha de Luanda (seu local de trabalho) terá de desembolsar 1500,00kz só em transporte.

Os entrevistados foram unânimes em dizer que o presidente da comissão de moradores do Kilombo os traiu, pois quem realmente devia merecer casa está naquela situação. "O Sr. Maximino está a nos fugir porque sabe o que fez. O povo está zangado com ele e, se não fosse a sua mulher quem o alertou para não vir aqui (na Quiçama), seria pego".

## 7.26 Familiares clamam por apoio do Governo para soba do Buraco

*Jornal O PAÍS*

*31 De Janeiro de 2014*

Filhos, sobrinho OS e netos do soba do bairro Buraco, município de Belas em Luanda, Francisco Bernardo, queixaram -se a O PAÍS, na manhã de Quinta-feira, 30 de Janeiro, por não estarem a receber apoio do Governo para tratar da doença, por si considerada estranha, do pai, tio e avô, que já se encontra cego há um bom tempo.

"O meu pai ficou cego, ninguém o ajudou, agora está com esta doença misteriosa, que lhe pôs a pele assim, parece com escamas e não tem apoio do Governo, não é justo, porque ele trabalhou toda vida para o povo, em nome do Estado", reclamou Fátima Francisco, uma dos seis filhos, acrescentando que a epidemia o obriga a coçar-se a toda hora e momento, o que vai tornando o seu corpo bastante esbranquiçado.

A olho nu, é possível observar uma camada rija a sobrepor-se à pele do corpo, sobretudo nos membros inferiores e na cabeça, as partes que mais lhe dão comichão, segundo fez entender o mais velho, que já tem dificuldade em pronunciar uma palavra em condições. Quando se esforça por fazê-lo, vê-se obrigado a cortar a palavra ao meio, complicando, deste jeito, ainda mais o problema dos desalojados.

A filha informou que o seu pai já não consegue andar, nem fazer outras coisas sozinho, necessitando, para o efeito da ajuda de alguém. Chamou ainda a atenção para o facto de o doente ter as quatro filhas como um factor de protecção e de assistência máxima.

"É nessas situações que se vêem quem são os verdadeiros filhos e o velho teve a grande sorte de ter quatro meninas", acentuou, acrescentando que ela e as irmãs estão a fazer tudo para não faltar nenhum apoio ao pai.

Francisca Bernardo, outra filha, referiu-se aos custos nos hospitais de Luanda, estimando-os em mais de cem mil Kwanzas, principalmente nas clínicas



Multiperfil e Pedra Santa, ambas situadas no bairro Morro Bento.

"Já gastámos muito em consulta nessas clínicas e estou a ver que ainda vamos gastar mais" ,avaliou Francisca Bernardo, tendo alegado que, em circunstâncias normais, o Governo devia apoiar o doente.

Visivelmente agastada com a situação, Francisca recordou os tempos em que o bairro não tinha coordenação' sendo que todas as tarefas político-administrativas estavam entregues ao soba Francisco Bernardo, actualmente privado de movimentação de trabalho.

Francisco Bernardo, o soba em causa, deixou de exercer o seu ministério na íntegra, devido ao peso da idade e às consequentes limitações ao nível de saúde, alegadamente causadas pela fase etária, uma vez que o idoso se encontra às portas dos 90 anos de idade.

"O pai já tem 89 anos, desde que atingiu 81 que ele não conseguia mais movimentar-se como antes, por isso teve de deixar os trabalhos da comunidade' para ficar a descansar mais em casa", retomou a palavra Fátima Francisco, tendo adiantado que antes da última idade referida por si, o soba Francisco Bernardo ainda andava a resolver certas situações da comunidade do Buraco.

Apesar das limitações, o considerado decano dos sobas não deixa de ser o legítimo representante dessa área pesqueira da costa luandense, porquanto o sobado se deixa apenas com a morte, mesmo nas circunstâncias em que alguém se submete a exercer o seu trabalho na comunidade.

A par disso, vale lembrar que circulam entre os moradores do Buraco informações que justificam a nova posição do soba Miguel Neto, actual secretário dos sobas, que é sobrinho do velho Francisco Bernardo, como uma compensação a favor do tio. Na cultura africana os sobrinhos são herdeiros legítimos dos bens e do trono.

Miguel Neto, que se destaca como líder do sobado do bairro Ramiro, tem sido o veículo da administração Municipal de Belas, tendo já levado, em nome desta repartição do Governo da Província de Luanda (GPL), duas caixas de fraldas descartáveis e um cabaz de natal em cada quadra festiva.

De acordo com as filhas do doente, o seu primo dificilmente efectua visitas ao tio. Elas afirmaram que o soba do Ramiro pode passar um mês ou mais tempo sem ter um contacto directo com o irmão de sua falecida mãe.

Igual falha apontam ao coordenador do bairro Buraco que, como se não bastasse, dizem andar de costas viradas ao velho, faz muito tempo. Questionado se, enquanto esteve no activo, o octogenário se sobrepunha à coordenação do titular, Fátima Francisco e Francisca Bernardo, disseram que o velho era amigo de todos.

O Buraco localiza-se entre o Mussulo e o Tapo, próximo da ADPP, Ramiro, sendo considerado como o ponto de passagem dos turistas e automobilistas que, por via terrestre, rumam para essa que é tida como a maior ilha da província de Luanda.

## 7.27 Morador da Chicala aflito

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2014*

Eu moro na Chicala há mais de 20 anos numa casa de blocos que eu mesmo construí, quando estava nas extintas FAPLA. Na altura, o terreno estava desabitado. Naquele tempo, muitos angolanos deixaram as suas terras, devido à guerra, e refugiaram-se em Luanda.

Com a paz, continuámos a viver na mesma zona, por falta de meios para regressar às nossas zonas de origem. Agora, a nossa presença na Chicala está ameaçada de despejo. Ouvimos dizer que nos querem realojar no Kilamba, mas não há certeza. Também ouvimos dizer que nos vão tirar daqui sem garantia de realojamento.

Estou aflito, não apenas por mim, mas também pela minha família. Além da minha esposa, desempregada, tenho quatro filhos matriculados na escola. Não sei o que vai ser de nós.

## 7.28 Demolições provocam ira do povo em Cabinda

*Semanário Terra Angolana*

*Janeiro de 2014*

Governo e a população no Enclave rico em petróleo estão de costas viradas, por causa das demolições que o executivo da Alclina da Lomba entendeu levar a cabo em prejuízo das populações, no bairro Resistência. Como de hábito, nessas circunstâncias, o governo não notificou as populações sobre a sua intenção e nem manifestou intenção de dialogar. Para a surpresa dos moradores, nos dias 27 e 29 de Dezembro, portanto no calor das Festas de Natal e Ano Novo, eis que urna coligação de policiais e fiscais começaram a demolir as residências de populares, gerando um mal-estar e muita revolta.



O governo provincial diz que pretende construir no local uma Mediateca que para bons governantes seria motivo suficiente para um diálogo que resultasse num acordo que beneficiasse as partes.

Os populares não acreditam nas explicações do Governo e acusam-no de praticar discriminação, porque na mesma área cobiçada vivem outras pessoas que por serem do MPLA não foram tocadas, são os casos da mãe e irmão da governadora do irmão Euclides da Lomba, do secretário provincial da cultura e do membro do comité central do MPLA com empreendimento na área que foram mexidos.

As 14 famílias que resistem no local prometem não arredar o pé, exigindo que o governo as indemnice, algo para o qual o executivo de Da Lomba não parece preparado nem disposto.

As vítimas do martelo demolidor, conscientes dos seus direitos de cidadãos endereçaram carta ao governo provincial em que deixam claro que não vão abandonar o local. A referida missiva foi entregue a Governadora de Cabinda pelo Advogado Arão Tembo.

Provoca interrogações aos populares, o facto de Mediateca ter já um espaço para a sua construção há mais de dois anos, no Cais Litoral ao lado das futuras instalações do Centro Universitário 11 de Novembro. Populares desconfiam com existência de interesses privados por trás das demolições das suas residências.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Aumenta a qualidade de vida no Cunene

*Jornal de Angola*  
01 De Janeiro de 2013

O ano de 2013 trouxe grandes transformações na vida das populações da província do Cunene, com a concretização de importantes projectos nos domínios da água, luz e habitação, apesar da convivência com os efeitos da estiagem que ainda afecta grande parte das zonas rurais.

A província reforçou os sistemas de água canalizada, através de um dos maiores projectos de água de todos os tempos no país, consubstanciado numa estação de captação e conduta no rio Cunene, em Xangongo, e abastece a cidade de Ondjiva e vários centros urbanos, num investimento de mais de 250 milhões de dólares.

Neste momento a água já corre nas torneiras da vila de Xangongo e da cidade de Ondjiva, além dos chafarizes implantados nas localidades da Môngua, Missão Católica de Omilunga e Bulunganga, situadas no percurso da conduta.

O administrador municipal de Ombadja, Manuel Domingos Tabí, assegurou que neste momento a população da sede está a beneficiar de água filtrada e foram realizadas já 1.030 ligações domiciliárias, construídos 32 fontenários e alguns bebedouros para o gado, além de uma girafa para abastecer os camiões cisternas.

Em Ondjiva foram realizadas 200 ligações domiciliárias nos bairros Castilhos, Bangula e Caculvale. Os trabalhos continuam para abranger o centro e arredores.

Outro ganho da população da província, particularmente da cidade capital e das vilas de Namacunde e de Santa Clara, foi o melhoramento do fornecimento da energia eléctrica, com a construção da nova linha de alta tensão a partir da Namíbia, que permitiu elevar a quantidade recebida de seis para oito megawatts, num investimento do Executivo.

Ainda na vertente eléctrica a capital da província beneficiou de uma central térmica composta por três grupos geradores de alta potência, que em conjunto podem produzir perto de dez megawatts, o que permitiu aumentar a quantidade da energia.

A cidade de Ondjiva beneficiou igualmente de uma nova rede de distribuição de energia em substituição da antiga e de iluminação pública que abrangeu também os bairros periféricos. A vida de muitos habitantes dos seis municípios da província do Cunene, Cuanhama, Ombadja, Namacunde, Cahama, Cuvelai e Curoca mudou de rumo, porque passaram a viver condignamente, depois de beneficiarem de novas moradias, no quadro do Programa Nacional da Habitação que projectou a construção de 100 casas sociais em cada sede municipal.

### 8.2 Cólera causa mortes na Huíla

*Jornal de Angola*  
01 De Janeiro de 2014

Desde Fevereiro, altura em que se verificou o primeiro caso do ano na Huíla, a cólera já causou a morte de 52 pessoas, 31 das quais em hospitais e 21 em domicílios, num universo de 1.453 casos diagnosticados na província.

Os dados foram apresentados pelo governador provincial, João Marcelino Tyippinge, no balanço do ano findo, num encontro em que participaram membros do Governo e de representantes da sociedade civil. O governador garantiu que o Governo da Huíla accionou medidas de contenção, que estão a surtir efeitos positivos. Uma atenção especial foi dada ao sector da Saúde e nota-se, por isso, uma nova dinâmica, que gradualmente vai superando os problemas que o sector enfrenta, segundo o governador.

"Não basta construir e melhorar a qualidade das infra-estruturas hospitalares. É necessário que os profissionais de saúde revelem qualidades de humanismo no atendimento aos pacientes", sustentou o governador da Huíla.

O Governo Provincial da Huíla, acrescentou, está a mobilizar jovens médicos angolanos, que estão a concluir formação em universidades nacionais, para que possam dar o seu contributo na Huíla, província que conta com hospitais em todos os municípios, mas os quadros são insuficientes.

### 8.3 Recolha de lixo melhora no Mussulo

*Jornal de Angola*  
03 De Janeiro de 2014

A recolha e tratamento de resíduos na Ilha do Mussulo em Luanda pela ELISAL melhorou substancialmente em relação aos anos anteriores,

devido ao reforço dos meios e a chamada de atenção das autoridades locais.

A constatação foi feita pela Rede Ambiental Maiombe que durante o final de semana efectuou uma campanha de educação e sensibilização dos residentes e turistas.

O secretário-geral da associação, Rafael Neto, disse que se regista um trabalho "sério" na ilha com a eliminação dos principais focos de lixo. "Do ponto de vista do saneamento, agora está melhor organizado e nota-se a contribuição das comunidades e banhistas neste processo", referiu o ambientalista.

Durante a campanha de sensibilização, que envolveu ambientalistas e ecologistas de diversas associações angolanas, foram transmitidas mensagens sobre a redução de desperdícios, do álcool e diminuição do ruído, para um ambiente mais puro.

A campanha esteve enquadrada no projecto "Natal Ecológico" e contou com o apoio do Ministério do Ambiente que, através do seu Departamento de Educação Ambiental, ajudou a reproduzir desdobráveis com conteúdos ligados à manutenção das praias e cuidados a ter com o lixo.

Foram distribuídos sacos para acondicionamento do lixo.

Rafael Neto considerou que os trabalhos sobre educação e consciencialização ambiental realizados ao longo dos anos junto das comunidades estão a surtir efeitos positivos em diversas regiões do país.

"As pessoas, quer nas ruas como nos locais de residência, demonstram outra conduta quando se trata de lixo", elogiou Rafael Neto, que sublinhou que se devem reforçar as actividades, sobretudo nos grandes mercados informais.

Depois da Ilha do Mussulo, o próximo passo é nas praias de Cacucaco, onde a Associação da Juventude Ecológica (AJEA), Associação de Defesa dos Consumidores (ADECOR), Associação dos Amigos do Bem e Paz, Movimento Espontâneo e Brigada Ambiental da JMPLA vão juntar-se para passarem mensagens à comunidade sobre o risco que o lixo causa quando não é depositado no lugar certo. A Rede Ambiental Maiombe é um fórum de concertação das ONG ambientais proclamado a 31 de Janeiro de 2001 e que se dedica à preservação da qualidade de vida da população e recuperação dos ecossistemas.

A consciência ambiental em Angola começou a ter forte impulso no início dos anos 90, quando foi criada uma Secretaria de Estado para o Ambiente que

promoveu a nível nacional a criação de Organizações Não-Governamentais de defesa do ambiente.

## 8.4 Privados no abastecimento da água

*Jornal de Angola*

*06 De Janeiro de 2014*

O executivo vai abrir à actividade privada os serviços de abastecimento de água e gestão de recursos hídricos, anunciou o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

O Regulamento do Abastecimento de Água e o Regulamento de Gestão dos Recursos Hídricos, que vão permitir fazer com que se estabeleça alguma actividade privada no domínio das águas, devem ser aprovados em breve pelo Executivo, disse o ministro João Baptista Borges sexta-feira à Angop.

A única actividade privada no domínio das águas que se regista é no transporte em cisternas. O objectivo é permitir que o privado contribua mais para desenvolver este subsector.

O ministro anunciou para breve a criação de oito empresas provinciais de águas em Benguela, Uíge, Cunene, Huambo e Huíla. Benguela vai ter duas empresas, sendo uma na capital da província e outra no Lobito. Estas novas empresas vão garantir a manutenção dos sistemas de água que estão a ser instalados, para que haja uma operação eficiente dos equipamentos. Estas empresas vão cobrar a água fornecida.

A instituição pensa instalar empresas de águas em todas as províncias. O Ministério projecta para este ano a reestruturação da Empresa de Águas de Luanda, com o objectivo de conferir maior capacidade de actuação.

### Energias renováveis

O Executivo está a instalar nas zonas rurais do país sistemas foto voltaicos, no quadro do programa "Aldeia Solar", que visa assegurar que escolas, postos de saúde, de polícia e residências de administradores estejam electrificadas.

O ministro da Energia e Águas indicou que foram instalados já sistemas foto-voltaicos em 128 localidades do país, assim como 170 postos de iluminação pública. As províncias abrangidas são Malanje, Bié, Cuando Cubango, Moxico, Cunene, Huíla, Lunda Norte e Zaire.

O ministro João Baptista Borges considera que a parceria internacional com países como Cuba, África do Sul, Namíbia, Moçambique, Cabo Verde, Brasil, Noruega e Emirados Árabes Unidos pode reforçar os projectos do sector. Angola tem com Cuba um programa de assistência técnica amplo no domínio do sector eléctrico e das águas. Especialistas cubanos formam quadros angolanos para preencherem algumas lacunas em termos de capacitação.

#### Reformas internas

As empresas do sector eléctrico adstritas ao Ministério da Energia e Aguas passam a ter ainda este ano um figurino mais ajustado aos objectivos do Executivo, disse o titular da pasta João Baptista Borges declarou que o objectivo é dotar as empresas do sector de estruturas organizativas capazes de prestarem melhor serviço público e assegurarem uma gestão mais competente dos activos do sector. O processo de transição, referiu, abrange os sectores de produção, transporte e distribuição de energia, que passam a dispor de novas empresas para o desenvolvimento de acções que melhorem a eficiência comercial, principalmente a nível das cobranças comerciais.

Essa eficiência, sublinhou, permite arrecadar maiores receitas e reduzir custos e perdas comerciais para tomar as empresas mais sustentáveis e melhorarem os serviços junto dos clientes.

"O processo de reestruturação do sector eléctrico é acompanhado por outras acções, como redução dos custos das empresas e melhoria da sua eficiência comercial", disse.

### 8.5 Sector das águas regista melhorias

*Jornal de Angola*  
06 De Janeiro de 2014

A primeira fase do programa "Águas do Lubango", que começou a ser executada em 2008, deve terminar em Abril deste ano, anunciou o director provincial de Energia e Águas na Huíla.

Abel Costa adiantou que a segunda fase do programa, que abrange os bairros Minhota, Benfica e Santo António, numa extensão de cerca de 50 quilómetros de tubagem, termina em 2015.

O director de Energia e Águas na Huíla, que fazia o balanço das actividades realizadas em 2013, lembrou que a primeira fase do programa "Água do Lubango"

consistiu na colocação de uma nova rede de canalização na cidade.

No âmbito do programa, salientou, mais de 50 mil famílias já beneficiam de água potável, a partir da nova rede, principalmente nos bairros "A Luta Contínua", "Ferroviário", "Sofrio" e "Comandante N'zaji".

Quando terminar o projecto, referiu, a cidade do Lubango passa a ser abastecida por 265 sistemas de captação, cada um com capacidade de bombear 400 metros cúbicos de água por hora.

Abel Costa destacou a importância do projecto, salientando que a iniciativa insere-se nos esforços do Executivo para a melhoria das condições de vida das populações.

Com 3040 quilómetros quadrados, a cidade do Lubango tem uma população estimada em um milhão e 500 mil habitantes.

### 8.6 Abastecimento de água está a registar melhorias

*Jornal de Angola*  
07 De Janeiro de 2013

Os trabalhos, da primeira fase do programa "Águas do Lubango", iniciados em 2008, são concluídos em Abril deste ano, anunciou o director provincial de Energia e Águas, Abel Costa.

Em declarações à Angop, na cidade do Lubango, a propósito dos programas do sector para 2014, o responsável disse que a primeira fase da empreitada contemplou a colocação de uma nova rede de canalização de água.

A segunda fase, informou, vai abranger os bairros Minhota, Benfica e Santo António, numa extensão de cerca de 50 quilómetros de tubagem, etapa que deve ser concluída em 2015. O programa "Águas do Lubango" já beneficia mais de 50 mil habitantes da capital da província da Huíla, com maior realce para os bairros "A Luta Contínua", "Ferroviário", "Sofrio" e "Comandante N'zaji".

O projecto consiste na construção de 265 sistemas de captação, com capacidade de bombear 400 metros cúbicos de água por hora, cada uma das máquinas.

"O projecto está a apresentar resultados satisfatórios, atendendo que está a permitir às famílias abrangerem das pelo programa consumirem água potável de boa qualidade", referiu. O município do Lubango possui uma superfície territorial de 3.040 quilómetros

quadrados e uma população estimada em um milhão e meio de habitantes.

## 8.7 Água canalizada chega à comuna

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro 2014*

Mais de três mil habitantes da comuna de Lóvua, município do Chitato, na Lunda-Norte, já beneficiam de água potável, 16 anos depois da destruição do antigo sistema de abastecimento.

O sistema foi inaugurado pelo governador provincial, Ernesto Muangala, no dia dos Mártires da Repressão Colonial da Baixa de Cassanje. A infra-estrutura custou 38 milhões de kwanzas e foi construído pela empresa DTIG Construções, durante cinco meses.

Dolbeth Gonçalves, encarregado da obra, disse que o sistema é sustentado por um gerador de 50 kva, dois grupos de electrobombas e uma torre elevatória com capacidade para armazenar 60 metros cúbicos de água e oito chafarizes construídos na periferia da sede comunal.

Os chafarizes têm capacidade para bombear 40 metros cúbicos de água por hora e estão dotados de um sistema de canalização moderno. O administrador comunal do Lóvua, Domingos Tchicalo, disse que o projecto é apenas o culminar de uma etapa inserida no Programa de Combate à Pobreza e prevê o alargamento da rede de distribuição a outros bairros populosos da comuna.

Numa mensagem, os habitantes da comuna agradeceram ao Executivo, que tudo tem feito para minimizar o sofrimento dos habitantes que, até agora, consumiam água do rio.

O soba da comuna, Alberto Mukekua, agradeceu os esforços do Governo Provincial e disse que o sistema de água canalizada vai facilitar a vida das populações e diminuir as patologias que surgiam na região, devido ao consumo de água imprópria.

## 8.8 A liberalização das Águas

*Jornal de Angola*

*09 De Janeiro de 2014*

A liberalização do sector das águas tende a ser uma realidade, a medida em que as estruturas do Estado se preparam para os investidores privados entrarem e contribuir para o desenvolvimento do sector. No quadro da economia de mercado, é natural que o

Estado angolano proporcione espaço de actuação para operadores privados em determinadas áreas.

Anunciado há algumas semanas pelo ministro da Energia e Águas, o Executivo vai abrir à actividade privada os serviços de abastecimento de água e gestão de recursos hídricos. Trata-se de um passo que surge na sequência de outros que, na verdade, se consubstanciaram na abertura gradual de um sector estratégico como é o das águas. Vale lembrar que algumas iniciativas, equiparadas ao exercício de actividades privadas no sector das águas, nas suas formas diversas, já têm sido realizadas ao longo de vários anos por grupos ou indivíduos. Segundo o ministro João Baptista Borges, deve ser aprovado em breve pelo Executivo o Regulamento do Abastecimento de Água e o Regulamento de Gestão dos Recursos Hídricos, que vão permitir que se estabeleça alguma actividade privada no domínio das águas. O trabalho de distribuição por cisternas e outras actividades ligadas à distribuição de água pelas zonas residenciais e empresas, realizada com eficiência e competência por operadores privados, tem sido uma experiência positiva no que à abertura do sector diz respeito. Os bons aspectos e experiências positivas que se podem retirar servem para acelerar as reformas que se impõem no âmbito da abertura do sector das águas aos privados.

Obviamente que as estruturas do Estado vão continuar a exercer o seu papel orientador e regulador para acautelar situações contra os direitos dos consumidores, como uma gestão especulativa e eventual prestação de mau serviço. A Lei n. 06/02 de 21 de Junho, também denominada de Lei de Águas, aprovada pela Assembleia Nacional, diz que a "política nacional em matéria de gestão dos recursos hídricos visa a igualdade de tratamento e oportunidade para os intervenientes no processo de uso da água, a preservação do bem-estar e do ambiente, a promoção da prática de uso eficiente da água, bem como o incentivo à iniciativa particular relativa ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis".

Embora tenhamos recursos hídricos em quantidades consideráveis, apenas com uma boa gestão se pode falar de um bom aproveitamento para acudir às necessidades de milhares de famílias. Há regiões que têm numerosas dificuldades no que diz respeito à existência de água para as mais diversas actividades, o que as coloca numa situação de vulnerabilidade. As províncias do Cunene, Namibe, Cuanza Sul, Benguela, apenas para mencionar estas, continuam a viver desafios no que diz respeito ao abastecimento e gestão dos recursos hídricos. As estruturas do Estado estão empenhadas no sentido de garantir o acesso à água a todas as populações, numa altura em que o



volume de investimentos públicos neste sector garante melhorias. O crescimento económico e o aumento de actividade produtiva na área da agricultura exigem reformas aprofundadas no abastecimento e gestão das águas. A criação de oitos empresas provinciais de águas em Benguela, Uíge, Cunene, Huambo, Huíla e Benguela, bem como a reestruturação da Empresa de Águas de Luanda, vai contribuir para alcançar melhorias quantitativas e qualitativas ao nível do sector das águas.

O processo de regulamentação das leis e decretos que vão orientar a abertura do sector das águas a operadores privados contribui decisivamente para melhorias ao nível do abastecimento de água. Os esforços no sentido de garantir água em quantidade e qualidade às comunidades têm merecido uma permanente apreciação por parte dos órgãos competentes.

A promoção de políticas para fomentar o surgimento de empresas que entrem no sector das águas é já uma realidade. Esperemos que as futuras empresas que entrem no sector das águas contribuam para o fomento do emprego a nível do sector para a melhoria do serviço e para desafogar as empresas públicas. Acreditamos que os operadores privados estão em condições de abraçar o repto lançado pelas estruturas do Estado.

O objectivo é dotar as empresas do sector de estruturas organizativas capazes de prestar melhor serviço público e assegurar uma gestão mais competente das águas. Esperemos que as entidades ligadas à supervisão do serviço estejam em campo não apenas para inferir sobre a qualidade do serviço prestado no abastecimento de água, mas sobretudo nos preços praticados. Às famílias e empresas auguramos que assumam o seu papel, contribuindo para a efectivação e funcionamento de um serviço vital como o das águas. A liberalização do serviço de abastecimento e gestão dos recursos hídricos constitui passo importante para desenvolver o sector das águas. Louvamos, por isso, as iniciativas do Executivo pelos passos que dá para tornar efectivo e real o processo de entrada de sectores privados no domínio do abastecimento e gestão da água.

## 8.9 EPAL promete combater contra o garimpo de água

*Semanário Económico*  
09 De Janeiro de 2014

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EP AL) pretende no primeiro trimestre de 2014 fazer um combate "muito sério ao garimpo", disse o Presidente do Conselho 'de Administração da instituição,

Leonildo Ceita. O responsável que falava à imprensa para fazer o balanço das actividades desenvolvidas em 2013 reconheceu que a EP AL perde cerca de cem mil metros cúbicos de água devido à acção dos garimpeiros em toda a província.

O PCA adiantou que a empresa encontra-se preparada para intervir, fazer tudo o que for possível para sensibilizar as pessoas que praticam o garimpo no sentido de deixarem essa prática que tem prejudicado o trabalho da instituição.

Leonildo Ceita fez saber que "o garimpo de água é já um vício e estamos preparados para intervir a qualquer momento com a polícia, fazer tudo o que for possível para sensibilizar os que praticam esse tipo de acções no sentido de deixarem estas práticas"

O PCA da EP AL gostaria que os cidadãos repensassem e mudassem essa postura, pois são investimentos que o Estado fez, avaliados em muitos milhões de dólares, e por causa dos garimpeiros a EP AL não consegue cumprir com o seu papel que é fazer chegar água às casas das pessoas necessitadas.

O responsável afirmou que existe garimpo em Viana, no Camama e "os garimpeiros são pessoas identificadas e temos algumas girafas que roubam água da EPAL também dirigidas por estrangeiros".

"Temos garimpo em várias áreas e os moradores destes bairros conhecem as pessoas que tiram a água e não denunciam à EP AL nem comunicam a polícia e ainda compram água nessas casas, quando cada um de nós tem que defender os seus direitos", lamentou. Os casos do passado sobre o garimpo, considerou o responsável, sempre tiveram impunidade, hoje o garimpo é feito em toda a extensão da cidade de Luanda, e apontou que "temos garimpo na zona do Alvalade, ali no prédio dos franceses. Eles abastecem camiões cisternas na rua principal, todo o mundo vê e ninguém toma nenhuma atitude".

Leonildo Ceita disse que os moradores das referidas zonas ainda compram água nessas casas, actitude que considerou incompreensível quando estes sabem que cada um tem que defender os seus direitos não exigindo só do Estado.

"O Estado colocou água a disposição de todos e se alguém rouba temos que tomar alguma medida, alertar as autoridades e indicar quem é o prevaricador para que seja punido consoante a lei", adiantou.

## 8.10 População empenhada em erradicar a cólera

*Jornal de Angola*

*09 De Janeiro de 2014*

A chefe do Departamento de Saúde Pública do Huambo, Georgina Figueiredo, elogiou ontem o engajamento das populações dos bairros na luta contra a cólera. Georgina Figueiredo afirmou que a Direcção Provincial de Saúde leva a cabo, todas as semanas, campanhas de sensibilização das populações dos bairros sobre a necessidade de erradicação da cólera na província.

A especialista em saúde pública referiu que desde o aparecimento do surto de cólera na província do Huambo, em Novembro passado, a doença já matou oito pessoas, em casos extra-hospitalares. Os outros 134 foram controlados imediatamente após a entrada nas unidades hospitalares.

No bairro do Benfica Cardoso, os moradores prometeram continuar a colaborar com as autoridades sanitárias da província, participando nas campanhas, palestras e actividades de saneamento do meio, para que a cólera seja eliminada o mais rapidamente possível.

Maurício José, morador, afirmou que estão todos atentos ao surto de cólera e a população tem aderido às campanhas de sensibilização e de limpeza que se realizam todos os fins-de-semanano bairro.

As medidas recomendadas pelas unidades sanitárias estão todas relacionadas com a higiene familiar e da área habitacional, o tratamento da água para consumo, construção de latrinas, além de outras que contribuem para a erradicação da doença, segundo Georgina Figueiredo.

A chefe do Departamento de Saúde Pública disse que as atenções do programa de luta contra a cólera estão direccionadas para o bairro Benfica por ser o que registou maior número de casos.

Georgina Figueiredo sublinhou que a educação de saúde tem como objectivo informar as pessoas como devem proceder para prevenir a cólera, tratando a água, os utensílios da cozinha, saber preparar o soro fisiológico em caso de aparecer algum caso, para evitar a desidratação do indivíduo.

Georgina Figueiredo garantiu que, fruto do trabalho que está a ser desenvolvido nas comunidades e bairros periféricos, o Centro de Tratamento de Cólera montado na província do Huambo já não recebe qualquer caso há alguns dias. "O principal

cuidado que se deve ter na luta contra a cólera é com a água que bebemos, com o saneamento básico e com a lavagem dos alimentos que consumimos", alertou a especialista. Durante as campanhas são projectados filmes que mostram a propagação da doença e as medidas a tomar em caso de se registarem sintomas.

## 8.11 “80%da água produzida perde-se e vai para o esgoto”

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2014*

Quais foram as principais realizações de 2013?

O ano de 2013 foi de muitas conquistas, mas também de muitos desafios. Nem todos foram ganhos. Perdemos alguns aspectos e ganhámos outros. Mas, no final, o que importou mesmo é estarmos bem posicionados. Cumprimos com o nosso papel. Fizemos aquilo que foi possível, temos algumas preocupações que vamos levar para 2014, que têm a ver com o reforço das infra-estruturas técnicas, que a EPAL tinha prognosticado resolver em 2013: cumprir com um plano de estabilização de abastecimento de água à cidade de Luanda, onde poderíamos ter água 24 sobre 24 horas na zona consolidada, e abastecermos, de forma não muito regular, a zona suburbana menos consolidada. Infelizmente não conseguimos esse objectivo, que passava pela instalação das bombas que precisávamos para a maior estação de Luanda poder trabalhar na sua plenitude. Neste momento estamos a trabalhar com cerca de 150 a 160 mil metros cúbicos de água. Estamos em condições de trabalhar com cerca de 300 mil metros-cúbicos de água/ dia, mas infelizmente as bombas para a estação elevatória só agora é que estão a ser adquiridas e isso deveria ter acontecido há cerca de um ano. Esse equipamento leva cerca de nove meses a ser fabricado. Quer dizer que só o teremos em 2015, o que é uma das maiores preocupações de momento.

Mas de todas as realizações, qual foi mesmo a maior?

A grande maioria dos nossos técnicos foi bolseira. O nosso sonho era mostrar ao Estado que, com os conhecimentos adquiridos fora do país, estávamos à altura de melhorar o abastecimento de, água à cidade de Luanda. Sentimo-nos decepcionados, não por culpa nossa, mas vamos tentar arranjar formas de em 2014, conseguirmos ter uma pequena estabilidade com os equipamentos antigos e com as peças que vamos ter de mandar fabricar.

Em termos de realizações fizemos 200 mil ligações domiciliárias novas, das quais cerca de 110 mil não estão a jorrar água, devido a uma série de constrangimentos, como algumas cantinas que estão no percurso das condutas, as quais não deve ser a EPAL a removê-las, mas as administrações. Temos as ligações feitas, com tomadas feitas, contadores nas residências, mas falta fazer passar a conduta por esses constrangimentos que temos. Gostaria de recordar que quando entrei na EPAL, há cerca de 12 anos, as receitas mensais eram cerca de 400 mil dólares/mês. Hoje, 12 anos passados, atingimos os quatro milhões de dólares/mês. Logo a seguir crescemos para cerca de 1.2 milhões de dólares/ mês, em média. E em 2013 já atingimos quatro milhões de dólares.

E como será em 2014?

Em 2014 pensamos aumentar essas receitas. A EPAL, como empresa pública, tem de se pautar por alguns princípios que são de que todos os investimentos feitos têm de ter retorno. O Estado tem de ter o retorno deste dinheiro para poder fazer investimentos no resto do país. Esse é o nosso objectivo. É nisso que estamos focados e temos feito tudo no sentido de podermos alcançar esse desiderato. Tal como outros objectivos, conseguimos construir casas para os funcionários aposentados. Não os podemos abandonar à sua sorte. Também estamos num projecto de construção de 500 casas, cujas obras deveriam ter iniciado em 2013. Mas estamos com dificuldades de terreno. Somos uma empresa que trabalha 24 sobre 24 horas e os jovens da EPAL merecem esse carinho de receberem uma casa para habitar. Não conseguimos com a Sonip, então temos de encontrar outra solução, porque são jovens que dão a vida por esta cidade, porque temos roturas e trabalhamos todos os dias.

Demos início a um processo de diagnóstico médico a todos os funcionários da EPAL junto do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, para sabermos a origem das doenças que afectam os trabalhadores da EPAL. Se são provocadas pelo exercício da profissão ou não. No primeiro ano de mandato pagámos os funcionários cerca de um milhão de dólares em seguros de saúde. O vencimento base do funcionário era 14 mil kwanzas, para trabalhar a abrir valas, fazendo escavações. Mas cientes de que este trabalho não é muito humano, adquirimos 20 novas retroescavadoras e esses trabalhadores foram formados e reciclados nas suas funções, passando a canalizadores.

Hoje recebem entre 1000 a 1200 dólares/mês. A nível dos vencimentos dos funcionários está acima da média no mercado. Nós estamos entre as quatro empresas que melhor pagam, incluindo as

petrolíferas, mas mesmo assim ainda temos alguma dificuldade.

Qual?

Há mais de 20 anos que não são feitas promoções aos funcionários da EPAL, situação que detectámos e procuramos corrigir. Nunca se pagou a compensação de reforma aos mais velhos que depois de terem dado tudo para esta empresa passaram à reforma sem um tostão. Em 2013 pagámos a esses funcionários. Ao nível do compromisso para com o trabalhador da EPAL pensamos estar no bom caminho. Temos um fundo salarial de mais de quatro milhões de dólares/mês. O sindicato pediu-nos para reavaliarmos a categoria dos funcionários, mas é impossível fazer promoções no final do ano, porque teríamos um acréscimo de cerca de dois milhões de dólares e se o fizéssemos levaríamos a empresa à bancarrota. Não é esse o nosso interesse. Queremos gerir a empresa de forma responsável para beneficiarmos primeiro todos os trabalhadores e, através dessa postura, melhorarmos o nosso desempenho na cidade de Luanda. Fizemos várias formações transversais com todos os funcionários.

Falámos sobre o código de conduta e ética, fomos das primeiras empresas públicas a fazê-lo. Isto porque percebemos que temos muitos trabalhadores a fazer ligações ilícitas, cobranças ilícitas de água e isto leva à expulsão compulsiva da empresa. É pessoal jovem. Por isso pensámos que seria preferível fazer todas essas palestras sobre o código de conduta e ética para possibilitar ao trabalhador perceber o que está certo. Neste momento temos uma preocupação maior: o elevado número de funcionários com diplomas falsos. -Para uma empresa como a nossa, que trabalha com a vida do ser humano, isso não é aceitável. As pessoas dizem-se engenheiros químicos, electricistas, etc., mas depois acabamos por perceber que não têm essa especialização. Como somos chamados a intervir junto das povoações, municípios e aldeias para melhorar a qualidade da água, ao enviarmos indivíduos que alegam ser o que não são, estamos a levar pessoas a correrem riscos de vida. Temos tomado medidas muito severas, mas neste momento, e porque o número de diplomas falsos é bastante elevado, reencaminhamos tudo para a Judiciária.

Insisto. Quais são os principais desafios para 2014 para a EPAL?

Para 2014 é resolvermos esta situação (dos falsos diplomados). E, em contrapartida dar oportunidade àqueles que realmente estudaram, que têm formação profissional. Na EPAL temos um lema: primeiro o homem, segundo o homem, depois o equipamento.

Se apostarmos em técnicos que realmente receberam formação desde o ensino básico teremos condições de melhorar o desempenho da empresa. Teremos condições de poder gerir tudo aquilo que estamos a fazer neste momento. Estamos a construir uma estação de água moderna que entra em funcionamento este ano. Neste momento estamos a treinar o pessoal. Por isso formámos 42 funcionários em França, os quais vão trabalhar na vertente produção, numa estação que está localizada no Kikuxi. Na estação do Quilonga será semelhante. Esta estação pequena é de 300 litros por segundo, enquanto a do Quilonga será de seis metros cúbicos por segundo, a qual vai ter uma produção de 580 mil metros cúbicos de água/dia. São projectos que temos ainda em carteira. O aumento das ligações domiciliárias é outro objectivo. No ano de arranque, em 2013, concluímos 200 mil ligações.

Pretendemos para 2014 fazer outras 400 mil ligações. Temos prevista a recuperação de uma estação histórica numa primeira fase para a produção do seu volume nominal: Temos perdas enormes. É uma estação de 140 mil metros cúbicos de água, a qual está a produzir cerca de 80 mil metros cúbicos. Com esse trabalho, que se iniciará entre Janeiro e Fevereiro, vamos atingir os cerca de 140 mil metros cúbicos na estação de Kifangondo. A estação-do Bitá é nova. Debita seis metros cúbicos por segundo e vai abastecer toda a parte sul de Luanda. O Quilonga vai abastecer a parte centro e norte, paralelamente à estação de Luanda sudeste. Pensamos atingir em 2014, com todo o trabalho que fizemos, cerca de 400 mil metros cúbicos de água/ dia. A estação de Kifangondo vai levar um ano e alguns meses a estar, operacional. Depois de Kifangondo podemos dizer que teremos cerca de 500 mil metros cúbicos de água/ dia.

E noutros centros de distribuição como o Cazenga, Marçal e Maianga. O que pode isso significar?

Neste momento na Maianga estamos a construir o centro de distribuição que tinha uma reserva de 25 mil metros cúbicos de água. Depois das obras vai passar para 45 mil metros cúbicos. O centro de distribuição do Cazenga vai aumentar também a sua capacidade, o Marçal tinha 35 mil, passará para 75. Quer dizer que vamos deixar de ser estações de passagem de água para estações de reserva de água. Ainda não terá o volume que pretendemos.

O centro de distribuição da Mulemba também vai ser requalificado e o do Golfe r. Digo que 2014 é um ano de grandes realizações, onde se vai sentir o efeito do trabalho que iniciamos em 2013.

Viana é um dos municípios mais complexos, sobretudo em termos de abastecimento de água. Quais são os grandes projectos em curso?

Em Viana estivemos a fazer um estudo para melhorarmos rapidamente o abastecimento de água à vila. Vamos fazer uma conduta a partir do pólo industrial de Viana que vai abastecer o centro. Vamos redimensionar a estação de tratamento de água do Kikuxi para abastecer a zona do Bitá/vacaria e a parte nova de Viana. Temos cerca de 15 mil novas ligações no quilómetro nove, e no quilómetro 12 temos um centro de distribuição novo que estamos a terminar. Estamos neste momento a fazer o levantamento para a construção de uma conduta que vai abastecer este centro de distribuição. Estamos em crer que 2014 será o ano de Viana.

Nos sectores da energia e da água vão ocorrer grandes transformações. No caso, a EDEL irá assumir a nível nacional alguns compromissos. E o que está reservado para a EPAL?

Será mais um desafio. Estamos preparados para o que der e vier, mas em princípio queremos mostrar as nossas competências em Luanda. O nosso plano de estabilização faria com que em finais de 2013 estivéssemos numa situação folgada, mas infelizmente não é o que acontece.

E em tudo isso qual é o volume de investimentos?

Para o plano de estabilização, nós tínhamos um investimento de cerca de 70 milhões de dólares. Fazer o melhoramento e requalificação das estações, comprar as bombas necessárias, porque todos os dias acordamos sobressaltados porque as bombas são bastante velhas. A EPAL é uma grande empresa. Aquilo que é visível é uma pequena parte, mas é uma empresa com muita infra-estrutura e que está a ser gerida por jovens que têm formação e têm dado tudo por ela. Para o Bitá/Ouflonga os investimento são inúmeros. Terminámos o concurso que já está em poder do Executivo. Com estes projectos vamos eliminar o défice de água que Luanda tem pela primeira vez, mas desde que aprovamos este projecto, já temos um outro. Cerca de 80 por cento da água produzida vai para o esgoto e nós fazemos a perguntam: Luanda está preparada para recepcionar toda esta água de esgoto? É claro que não. É nossa preocupação. Temos trabalhado afincadamente nisto. Há entidades a trabalharem, mas nós somos os que produzimos, então devemos ser parte da solução.

E em relação às grandes centralidades que estão a surgir, nomeadamente o Kilamba, Zango e Cacuaeo. Como o vê o abastecimento de água nessas zonas?



A questão do abastecimento de água à cidade de Luanda não é complexa. Luanda tem uma situação geográfica favorável. A água que produzimos em Viana, no Kikuxi, vai por gravidade até à zona dos Ramiros. Chega até à Barra do Kwanza. O que torna complexo o abastecimento de água à cidade de Luanda é a falta de planificação. As pessoas não planificam, começamos a construir sem falarmos com as concessionárias e quando temos aquilo que nos cabe fazer e já fizemos é que vamos bater à porta da concessionária a dizer amanhã precisamos de água. Todos sabemos como é que deve ser feito, só temos é que fazer bem, porque criaram-se as novas centralidades. Por exemplo, o Kilamba tinha no projecto uma estação de tratamento de água tudo bem planificado, tudo bem feito para ter a sua estação para produzir água, mas infelizmente houve uma série de constrangimentos e a nossa população está muito pouco sensibilizada no sentido de compreender que, ao invés de olhar somente para ela, deve olhar para todos os outros. Então houve muita dificuldade em fazer passar as condutas em terrenos de agricultores para chegar até ao rio... E por esse motivo a EPAL foi chamada no último momento para fazer chegar a água à cidade do Kilamba, situação que não estava dentro das suas previsões. No Zango melhorámos agora, mas ainda não é aquilo que se pretende. Em 2014 vamos colocar ali uma nova estação. Já está construída, os equipamentos já foram adquiridos, a par da tubagem que vai levar a água da estação para os centros de distribuição.

## 8.12 Entre monte de lixo e o silêncio das autoridades

*Novo Jornal*

*10 De Janeiro de 2014*

QUANDO, em Agosto do ano passado, foi lançado o alerta através de uma foto publicada nas redes sociais sobre o estado precário do saneamento básico no Bairro Malanjino, Teixeira e Balumuka, pequenos subúrbios situados entre os bairros Popular, Correios e Cassequel, estava-se longe de perceber a dimensão real de um problema que, segundo a reclamação de moradores, parece não encontrar ainda respostas para a grave situação com que se debatem diariamente as populações locais.

Os acessos são difícilíssimos, mesmo em tempo seco, agravando-se mais ainda nos meses em que chove intensamente, como atestam relatos recolhidos no local a partir de cidadãos ali residentes. Convivem há já alguns anos com um cenário de clara precariedade em termos de saneamento básico.

"Se a administração não faz nada, que é que podemos fazer?", questiona-se o morador Armando Jorge, que, por outro lado, lamenta o estado em que se encontra o bairro e o facto de, em seis anos quase, não haver uma resposta das autoridades. "O que é que podemos fazer mais?", deixa a questão no ar.

### SEM RECOLHA DESDE 2008

Centenas, senão mesmo milhares de famílias, são obrigadas a lidar com um quadro desolador, que já parece vulgar e fazer parte do dia-a-dia de quem ali fixou residência.

"Este bairro já existe há muito tempo, mas sempre estivemos bem até virem mexer na vala de drenagem. Em 2008, desde que eles chegaram, até à data de hoje, a situação é esta: muito lixo. Não há recolha desde essa data, porque os carros não podem entrar. Só chegam até às ruas de cima do Cassequel", esclarece Nelson Abias, um outro morador.

Em Agosto do ano passado, o Novo Jornal deu conta do facto, noticiando inclusive a morte de crianças que escolheram para espaço de diversão a vala de drenagem bloqueada pelos resíduos sólidos. As autoridades distritais do Kilamba Kiaxi, nessa altura, descartaram qualquer responsabilidade por se tratar de uma zona de fronteira entre o distrito da Maianga e do Kilamba Kiaxi, embora tivessem admitido conhecer a situação.

### FIM DO CULTIVO

No passado mês de Novembro, segundo relatos da camponesa Maria João, uma equipa do distrito da Maianga esteve no local com uma máquina a desassorear o curso alternativo da vala de drenagem, uma vez que esta tem as obras suspensas há já quase seis anos. Por essa altura, o curso da vala foi desviado para uma zona onde Maria João e familiares cultivavam couve e milho. Tal decisão condicionou a actividade que esta desenvolvia, num terreno que herdou da mãe. Mas em Novembro, Maria João viu-se obrigada a pôr fim ao cultivo, uma vez que o espaço em que trabalhava foi destruído.

A reportagem do Novo Jornal voltou recentemente ao local e constatou a mudança no espaço, à excepção do lixo que ainda ali abunda. Maria João, hipertensa, mãe de sete filhos, antiga praticante de karaté e antiga funcionária dos serviços gerais do então Ministério das Obras Públicas, é hoje uma mulher em pranto.

"Aqui era o único sítio onde tirava o sustento para os meus filhos. Quando eles chegaram, estava a chegar do hospital. Falei com o senhor que estava na máquina, que foi muito educado, mas dias depois



quando cá voltaram destruíram tudo e agora a situação é esta que se vê", explica Maria João.

#### O MERCADO A CÉU ABERTO

Um outro cenário, que salta facilmente à vista, é o do mercado a céu aberto num local com enorme quantidade de lixo. Nem mesmo as moscas e o cheiro nauseabundo impedem os comerciantes e as crianças de ali estar. Quem por ali se dedica à venda de bens parece pouco ou nada se importar com as condições de higiene sanitária. "Não temos mais outro local onde possamos vender. O que é que vamos fazer?", atira uma vendedeira.

#### ADMINISTRAÇÃO DA MAIANGA REAGE

De acordo com declarações do administrador distrital da Maianga, Manuel Marta, em resposta ao NJ, o problema das valas de drenagem e o seu desassoreamento está à cargo, de uma empresa pública - Unidade Técnica de Gestão de Luanda - constituída pelo Governo para dar tratamento a todas as valas de drenagem da capital, incluindo a de Cassequel.

"É uma empresa com meios sofisticados, porque aquilo exige um trabalho de engenharia sério e não temos estes meios nem recursos para este efeito, por isso é que o governo achou por bem constituir uma empresa só com essa finalidade", salienta o responsável.

Segundo o governante, a situação da presença de grandes quantidades de lixo tem uma explicação: Por um lado há uma empresa que faz periodicamente a recolha dos resíduos sólidos, por outro, existe uma comunidade que, passados alguns dias, deposita enormes quantidades de lixo nos mesmos locais em que foi feito o desassoreamento.

"O trabalho está a ser feito a partir do Cariango, vindo do Cazenga para baixo, Senado da Câmara e assim sucessivamente. Por isso, o trabalho que temos feito é de sensibilizar os nossos parceiros e educar a população para que não coloque " o lixo nas valas, mas infelizmente não são acatados os nossos pedidos e, de quando em vez, vamos fazendo um trabalho paliativo. Não podemos interferir, nem devemos, porque aquilo é um trabalho sério de engenharia, nas competências da Unidade Técnica de Gestão de Luanda", defende.

#### MAIANGADIZ CUMPRIR O SEU PAPEL

Quanto aos trabalhos de reabilitação da vala, suspensos desde 2008, o responsável distrital afirma que tudo dependerá do serviço de engenharia que está a ser feito.

"Se eu lhe dissesse que este ano a vala fica limpa, estaria a mentir. Tudo depende do trabalho que está a ser feito pelos próprios técnicos, que estão a levantar muros, estão a desassorear e aos poucos vão avançando até chegar ao nosso distrito, mas o trabalho está feito com engenharia séria", garante Manuel Marta.

Sobre as insuficiências dos serviços de limpeza em todo o perímetro do distrito, Manuel Marta lembra que a Maianga tem apenas uma única empresa que o governo provincial contratou para a recolha de resíduos sólidos, a Envirobac, que, segundo diz, tem áreas limitadas, de acordo com o contrato que foi formulado com o governo da província.

"O restante está sob tutela e responsabilidade da Elisal que gere a política de saneamento básico na província de Luanda. Nós somos apenas meros acompanhantes, porque não temos meios"; justifica.

### 8.13 Uma abordagem de cooperação pela água

*Jornal Expansão*

*10 De Janeiro de 2014*

Tendo 2013 sido o Ano Internacional de Cooperação pela Água, o apelo à racionalização da utilização e da distribuição deste recurso tem estado na ordem do dia. A principal tarefa que a comunidade internacional enfrenta hoje, no campo dos recursos hídricos, é a transformação de obrigações assumidas em acções concretas, que devem ser implementadas para benefício das pessoas, dos ecossistemas e da biosfera.

Criar oportunidades de cooperação na gestão da água entre todas as partes interessadas, incluindo as organizações governamentais e internacionais, o sector privado, a sociedade civil e as universidades, e dedicar especial atenção aos meios de vida das pessoas mais pobres e mais vulneráveis.

No nosso País, há muito que vêm sendo desenvolvidos esforços de cooperação no sentido de contribuir para a reestruturação

e implementação de sistemas de abastecimento e de tratamento de águas, através da promoção de iniciativas governamentais, como o Programa Água para Todos e o Programa Nacional de Monitorização da Qualidade da Água. Angola tem grande parte da sua população a residir em zonas longínquas, o que dificulta o processo para fazer chegar a água potável, e, uma vez que os processos naturais de purificação da água são lentos e muito limitados, torna-se

imprescindível a criação de condições de vida nas várias províncias através de pontos de acesso a água potável. Assim, estaremos não só a contribuir para a fixação da população a nível territorial, como também para a produção de novos recursos e matérias-primas capazes de garantirem a sustentabilidade de sectores como o da agricultura e pecuária.

A meta para fazer chegar água potável às populações está a ser atingida com maior nível de incidência nos meios rurais, pelo que o Governo já colocou em marcha um plano com vista ao combate à fome e à pobreza extrema e, conseqüentemente, com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Neste sentido, torna-se benéfico para o ambiente e para os cidadãos a implementação de mecanismos não dependentes de recursos finitos que utilizem fontes de energias renováveis autónomas e eficientes do ponto de vista energético, de forma a garantir a distribuição de água e um futuro mais promissor para os angolanos.

No nosso mercado existem sistemas modernos que permitem uma implementação localizada com um funcionamento autónomo, que pode ser obtido através de bombas de captação de água que são alimentadas através da energia solar, uma energia limpa e inesgotável capaz de alcançar as populações mais remotas. Com este tipo de iniciativas, consegue-se alcançar duas metas para o desenvolvimento sustentável: - disponibilizar água potável, garantindo padrões de segurança alimentar, bem como produzir uma energia de baixo custo para todos.

## 8.14 ERSOL sem capacidade para recolher lixo no Kifika

*Semanário Angolense*  
11 De Janeiro de 2014

Moradores do Kifika estão revoltados com a Empresa de Resíduos Sólidos de Luanda (ERSOL) devido à incapacidade da mesma proceder à recolha de lixo neste bairro localizado no município de Belas.

Dizem que a fraca capacidade de resposta desta empresa em proceder à recolha do lixo no Kifika já data de algum tempo a esta parte, mas que a situação atingiu o seu auge nesta fase devido à enorme quantidade de resíduos produzidos durante a quadra festiva.

Há focos de lixo espalhados em quase todos os cantos do bairro, que não só têm estado a empestar a atmosfera com cheiros nauseabundos, como também

a constituir uma série ameaça à saúde pública «Este ano, a ERSOL ainda não se dignou a recolher o lixo em várias áreas do bairro», denuncia uma moradora, ao mesmo tempo que, aponta para uma montanha de lixo à sua frente.

Segundo ela, esta situação, que já se regista há algum tempo, agravou-se há cerca de três semanas em resultado das festas do natal e do ano novo.

«Tanto a ERSOL, como a Xai-Xai, (que seria uma sua subcontratada), não só deixaram de recolher o lixo, como também retiraram os contentores em alguns pontos do bairro», adiciona.

Ela mostra-se igualmente indignada com os demais moradores que «atiram o lixo em qualquer sítio, sem se preocuparem com a sua queima». «Isto representa uma séria ameaça para todos, sobretudo para as crianças que são mais vulneráveis a contrair doenças», adverte.

Confrontado com o assunto, um responsável da ERSOL admitiu na quinta-feira, 09, que a sua empresa não estava de facto a proceder à recolha do lixo no Kifika.

Afonso Bumba, encarregado de área da ERSOL, disse que a sua empresa havia subcontratado uma outra para fazer a recolher dos resíduos sólidos numa parte do Kifika, mas que desconhecia as razões que a levaram a não honrar com a sua parte.

Em relação aos contentores, disse que os mesmos eram pertença da Xai-Xai e que foram retirados pela referida empresa depois do termo do contrato que a unia à ERSOL.

Disse que actualmente não existem contentores disponíveis no país, pelo que a sua empresa está à espera de um lote importado do exterior do país.

Afonso Bumba prometeu que a ERSOL iria proceder entre quinta e sexta-feira à recolha do lixo no referido bairro.

## 8.15 A privatização da água em Luanda

*Jornal de Angola*  
14 De Janeiro de 2014

A privatização da água não é assunto inócuo e presumo que a eventualidade disso acontecer em Luanda não deixa ninguém indiferente. Água nas torneiras das casas dos cidadãos ou, na pior das hipóteses, nos chafarizes é o mínimo que o povo calú pede e às vezes recebe para viver com alguma felicidade. Esta é nossa modesta contribuição, no

âmbito dos países africanos, para termos atingido o topo no Índice de Felicidade Mundial publicado pela ONU.

Não sou propriamente um entusiasta de qualquer forma de gestão da água que escape ao controlo do Estado que elegemos democraticamente e no qual confiamos. Ao pretender-se dar aos privados os serviços de fornecimento da nossa água de todos os dias, isso é um risco que me assusta. Fora do controlo privado fica apenas a água da chuva e isso não basta por ser sabido que no litoral tem secas periódicas. E que a Providência é uma coisa e o Estado providência é outra coisa, isto é, obra dos homens. Falíveis.

Em verdade os calús não deveriam ter muitas razões para ficar admirados com o que se pretende consumir sob a óptica da liberalização da gestão das águas, que é um mambo muito mais abrangente. De alguns tempos para cá, já nos vinham preparando para aceitar o comércio da água. Nos bairros periféricos da capital, acartar bidões de água comprada em cisternas de particulares tornou-se comum.

As frotas de camiões cisternas das empresas construtoras entraram na concorrência, o negócio é lucrativo, isento de impostos.

Aqui mesmo neste Observatório denunciámos como eles nos atravancavam a rua, um pouco por nossa culpa, suplicávamos para a Cooperativa de Agua Nascente nos abastecer. Assim, e de certo modo, se entenderá melhor o enorme calote de mais de 100 milhões de dólares de que a EPAL se lamenta. Afinal, até que ponto essa cobrança é justa ou simples provocação arbitrária? Esta é uma maka que de certo não vai passar despercebida à Inspeção do Estado, cuja acção, de acordo com as palavras do Ministro de Estado Ediltrudes Costa, vai assegurar uma boa gestão das empresas públicas.

O povo luandense deixou de usar os poços da Maianga do Povo e do Rey já lá pelos finais do século XIX, mais concretamente em 1889, Ano 0, quando foi criada a Companhia das Águas de Loanda. É facto que meu amigo Óscar confirmou depois de esgaravatar nos seus arquivos históricos. Na minha opinião, os calús deviam ser ciosos desse passado que não só lhes compromete mas também lhes enaltece. Afinal já tinham água há muito tempo!

Há direitos inalienáveis e o direito à água é um deles. Ninguém que duvide disso, mas teme-se que ao nível do sector que superintende as Aguas e outras instâncias do poder em que vão se dividir em desconcertos, não se pense dessa maneira. Os trabalhadores da EPAL já deram provas disso e as makas que ocorreram recentemente em Luanda

fazem adivinhar dificuldades em conciliar interesses em jogo. Eles já são protagonistas de acções extremamente graves e até criminosas que denotam profundo desprezo pelo povo.

E necessário que os diferendos que venham a surgir sejam encarados com a máxima seriedade. A água é um bem essencial e o acesso à ela vital para as pessoas e a sociedade. Não pode depender da ganância de seitas cujo único fim é o dinheiro.

## 8.16 Surto de cólera está controlado

*Jornal de Angola*

*14 De Janeiro de 2014*

O surto de cólera que afecta a província do Huambo desde Novembro de 2013 está, actualmente, controlado, garantiu na sexta-feira chefe do Departamento de Saúde pública e Controlo de Endemias.

Georgina Figueiredo disse à Angop que não há registo de casos de cólera na província do Huambo há dez dias, devido ao facto de estarem a ser realizadas campanhas de sensibilização nas comunidades.

A responsável informou que, desde o início do surto; foram registados 136 casos de cólera, que resultaram em nove óbitos, e alertou a população para a necessidade de tratar a água antes de a consumir e lavar devidamente as frutas, verduras e legumes.

Georgina Figueiredo salientou que as pessoas têm de cultivar o hábito de lavar as mãos antes de cada refeição e de utilizarem a latrina, para evitar o transporte de bactérias que podem causar a cólera.

## 8.17 As estradas mais críticas

*Jornal O PAÍS*

*17 De Janeiro de 2014*

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", a estrada nova do Projecto Nova Vida, são tidas como as zonas com mais registo de atropelamentos de varredores de rua da empresa Kiaxi Waste, segundo o director geral, Óscar Cruz. De acordo com aquele gestor, a maior parte dos atropelamentos aconteceu por negligência dos próprios trabalhadores, uma vez que não se fizeram acompanhar do cone e colete reflector.

A estrada da Samba, Corimba, Avenida 21 de Janeiro e novamente a Avenida Van -Dúnem "Loy", são as estradas eleitas pela Vista como as mais críticas. Parte

dos acidentes tem sido causada por negligência dos condutores que, muitas vezes, não respeitam o trabalho dos varredores e colectores de lixo.

A via expressa Benfica -Cacuaco, as avenidas Deolinda Rodrigues, 21 de Janeiro e Van - Dúnem "Loy" e também a estrada da Samba, são tidas como locais com maior registo de acidentes segundo a Direcção Nacional de Viação e Trânsito.

Os atropelamentos ocorrem mais durante a noite, por negligência dos motoristas, falta de iluminação e não uso de roupas claras.

## 8.18 Limpados enquanto limpam a cidade

*Jornal O PAÍS*

*17 De Janeiro de 2014*

Apesar de não existir uma instituição que nos possa fornecer os dados exactos de quantos arredores e colectores de lixo foram atropelados durante o exercício da sua profissão, a partir da conversa que mantivemos com algumas empresas de lixo, a situação é preocupante.

A empresa Kiaxi Waste registou 28 atropelamentos, de 2012 a finais de 2013, sendo 3 com ferimentos graves onde 2 funcionários partiram os membros e 1 partiu a bacia - e 25 com ferimentos ligeiros. Diferente daquela empresa, a Elisal e a Vista, que também foram contactadas por O PAÍS, não conseguiram pormenorizar dados relativos a acidentes.

As empresas de saneamento demonstram que têm a solução para esta situação como uma prioridade, pois algumas já estão a adoptar políticas que levam, pelo menos, a minimizar o número de casos. Fernando Ferreira, director geral da empresa vista, lamentou o facto de terem ocorrido muitos atropelamentos, o que, de certa forma, tem prejudicado o bom andamento daquilo que é o objecto social da sua empresa.

"Felizmente, temos muita gente a varrer, mas infelizmente tem havido muitos atropelamentos. Internamente temos dado formação e, principalmente' passado a informação aos nossos trabalhadores de que devem varrer posicionando-se do lado contrário ao que vêm os carros. Não varrer, nunca, de costas", apontou.

Muitas vezes tem acontecido o contrário, os varredores esquecem-se e fazem o seu serviço dando costa aos carros, o que de certa forma tem

impossibilitado na escapatória, por exemplo, em caso de um possível atropelamento.

Uma vez que os varredores de rua são escalados em grupo, a maior parte das vezes quem socorre a vítima, em primeira instância, são os próprios colegas; já que têm -se registado também muitos atropelamentos com fuga do condutor. No caso da empresa Vista, os trabalhadores têm seguro de saúde e são assistidos pela clínica com que a empresa tem convénio.

Enquanto conversava com o OPAÍS, o DG da Vista atestou que a sua empresa ainda não registou nenhum caso de atropelamento muito grave, que tenha resultado em morte ou deixado o trabalhador paralisado.

"O único caso grave que tivemos foi de um trabalhador que ficou muito tempo internado", recordou.

Varredor a mecânica como solução Aquela empresa de lixo, que por sinal foi a única, das contactadas pelo nosso jornal, que detalhou o seu modo operante, tem adoptado como solução a substituição da varredura normal pela varredura mecânica.

Mas, "por incrível que pareça, na sexta -feira última tivemos um acidente, onde um jipe conseguiu virar a varredora ao contrário", contou.

O condutor que provocou o supracitado acidente estava embriagado, segundo o nosso interlocutor - que deu graças a Deus por não ter escalado, por exemplo, 4 ou 5 pessoas naquela zona, porque senão teria acontecido o pior.

Quanto ao condutor da varredora, ficou apenas com ferimentos ligeiros e a empresa com um prejuízo de aproximadamente 800.000, 00kz, valor em que fica avaliada a reparação daquele tipo de máquina.

"Usar a varredora é uma das nossas soluções, mas sabemos nós que colocar uma varredora, no período da manhã, na Samba, por exemplo, é impossível, dado o congestionamento que ali se tem registado. Então, a estratégia consiste em colocar a varredora de noite, para que, de manhã, o nosso funcionário tenha minimizado o tempo de varrer no separador central", acrescentou.

Usa -se aquela máquina essencialmente para varrer a parte do separador central, já que, em caso de atropelamento, o trabalhador que estiver varrendo aquela área tem poucas possibilidades de escapar. Em algumas estradas, como a da Samba, possuem uma grelha por cima do separador central, o que impossibilita a fuga, por isso o trabalhador tem a



missão de varrer apenas o lado direito da estrada e deixar o meio para a máquina.

Apoyo incondicional à família em caso de morte

Embora não tenha sido por atropelamento' segundo Fernando Ferreira, a Vista já registou a morte de um trabalhador, vítima de um acidente. Se casos do género vierem a acontecer a família tem todo apoio da empresa, de acordo aquele dirigente.

"Damos apoio moral e financeiro.

Naquele caso, nós empregamos a viúva, já que o nosso colega (o malogrado) era quem sustentava a família, e empregamos também o filho mais velho, de 20 anos", fez menção.

Acrescentou ainda que algumas pessoas têm reclamado a ausência de varredores de rua à noite. Em relação a esta preocupação, o director disse que a probabilidade de acontecer acidentes neste período aumenta.

Os varredores da Vista vão à rua as 7 horas e regressam as 1Sh, mas tem havido excepção a esta regra, quando se trata da limpeza do mercado dos Congolenses e do Zamba II onde varrem depois dos mercadores terminarem as suas actividades. Em dias de festa, alegou, os funcionários não saem para trabalhar, uma vez que a população se tem excedido um pouco.

Tomam esta posição defensiva de modo a evitar que aconteça algo mais grave. No Natal, Dia da Independência ou na passagem de ano, a cidade ficou um pouco suja devido aquele motivo.

Por seu turno, para se prevenir os acidentes, tanto os motoristas, colectores de lixo, quanto os varredores, têm recebido formação clíria. Além disso, no exterior da empresa têm sido desenvolvidas acções de sensibilização e educação ambiental.

## 8.19 Mesmo com a perna partida não desistiu de varrer

*Jornal O PAÍS*

*17 De Janeiro de 2014*

Muitos varredores de rua que foram vítimas de atropelamento enquanto exerciam a sua função souberam ultrapassar este triste acontecimento e ergueram a cabeça.

Apesar de se sentirem, algumas vezes, atormentados pelo medo de voltar a ser "limpados", os nossos

entrevistados exaltaram a ideia de que não lhes falta vontade de trabalhar.

Não são todos que têm esta coragem' pois os seus colegas relataram ainda que algumas vítimas nunca mais foram vistas a exercer aquela função, ou uma outra, na mesma empresa. Mas não é o caso da cidadã Filomena de Sousa, de 37 anos, que trabalha na empresa Vista, desde 2009, e actualmente é chefe do seu grupo de varredoras.

No 9º dia do mês de Janeiro de 2012 quando, Filomena de Sousa, junto dos seus outros colegas, varria a estrada que se encontra próxima à Unidade de Guarda Presidencial (UGP), sofreu embate forte de uma motorizada.

"Não sei o que houve, segundo o que os meus colegas reportaram, o motorista largou o volante e saltou da mota. O veículo veio rodando e... Pímba, quando acordei, já estava em baixo de um carro, com a perna partida e os meus colegas tentando me socorrer" , contou ela, acrescentando que o motorista ficou apenas com ferimentos ligeiros na cabeça e no braço direito.

A nossa interlocutora foi levada à Clínica Multiperfil tendo, depois de examinada, sido diagnosticado que havia partido dois ossos da perna.

"Passei a noite na clínica e fui operada no dia seguinte. Puseram-me 14 placas (que continuam até hoje) num dos ossos partidos e fiquei internada apenas 2 dias" , conta.

Não pensar no assunto, ajuda Voltou a trabalhar e a exercer a mesma função anterior. Apesar de reconhecer que tem sentido medo de trabalhar, algumas vezes, não descartou a possibilidade de transformar todos os dias numa luta tremenda e de actualizadas estratégias de protecção contra os acidentes.

"Todo o cuidado é pouco", apontou, exortando ainda que tem optado por mentalizar-se de que não vai acontecer um atropelamento, já que o pensamento atrai a acção. Como líder tem transmitido a ideia de que o cuidado redobrado deve partir do trabalhador, neste caso o varredor, e nunca colocar na cabeça que o infortúnio virá a acontecer, pois "tem pedido a Deus para que proteja os seus colegas".

Aquela cidadã está feliz por ter retomado o trabalho. Apesar de existirem pessoas que, dizem que são os varredores que não têm tido cuidado quando estão a trabalhar, ela disse que a falta de cuidado é proveniente, muitas vezes, da parte dos condutores.



"Eu não entendo nada de condução, mas às vezes tenho visto os condutores a travarem por cima do obstáculo. Penso que a travagem tem de ser feita a 5, 10 ou se preferir 15 metros antes do obstáculo, mas aqui não acontece. Nós trabalhamos com cones e, ainda ontem (14), um condutor passou por cima do cone", frisou.

Reportou ainda que quando acontecem acidentes existem alguns motoristas que param, para socorrer ou para pedir perdão, até mesmo quando atropelam os cones, mas a maior parte deles não se tem importado com isso e ainda alega que se aquilo aconteceu é culpa dos varredores.

Filomena de Sousa continua andando com o suporte de uma muleta, apesar de alguns dias não sentir a necessidade de transportar aquele objecto. "Hoje, algumas pessoas, quando me vêem, ao invés de olhar no meu rosto, olham para minha perna.

Como quem diz: isto está distante de algum dia me acontecer, só acontece com ela. Temos de seguir em frente, porque a vida, continua", finalizou.

O povo não apoia. Incentivo vem dos colegas.

Uma outra entrevistada que também foi atropelada, que pediu para não ser identificada porque tem sido muitas vezes vítima de insultos, no seu bairro, por ter escolhido aquela profissão, disse que o pior de tudo é ver as pessoas pensarem que estavam certa quando dizem que não escolheriam exercer aquele tipo de função.

"O problema não escolhe ninguém, simplesmente aparece e, quando estamos com ele, devemos saber balancear as coisas para conseguirmos ultrapassá-lo. Algumas pessoas não entendem isto e ainda dizem 'bem feito, te merece', como se fosse eu quem provocou aquilo", disse ela, que ainda se encontra de repouso, em sua casa.

Aquela varredora foi atropelada na zona da Corimba, em meados do ano transacto, e o motorista nem sequer se deu o trabalho de parar para a socorrer. Conta que alguns taxistas tentaram perseguir o carro, mas não tiveram sucesso.

Fazendo-se acompanhar, também, com uma muleta, a nossa entrevistada partiu apenas um osso na perna esquerda e torceu o braço direito. "Graças a Deus já estou praticamente recuperada e, porque preciso ajudar nas despesas de casa, dentro de 1 mês volto a trabalhar", disse ela, acreditando que o pior já passou e não voltará a acontecer. Tem 35 anos de idade e trabalha há 2 anos para a Vista, com muita força de vontade, porque não quer ver os seus 3 filhos passarem por necessidades extremas, visto que o pai

deles já partiu deste mundo. Disse que, alguns dias depois do atropelamento, pensou em desistir de varrer, mas algumas colegas suas que tinham passado pelo mesmo problema encorajaram-na a continuar.

## 8.20 Muitos se furtam de usar roupas reflectoras

*Jornal O PAÍS*

*17 De Janeiro de 2014*

A Direcção Nacional de Viação e Trânsito não nos pôde fornecer dados específicos de quantos varredores e colectores de lixo foram atropelados, uma vez que os relatórios têm sido feitos em cômputo geral. Entretanto, Conceição Gomes, director nacional adjunto daquela instituição, disse que nas campanhas de prevenção que têm feito aconselham sempre o uso de alguma peça reflectora.

Independentemente dos varredores e colectores de lixo fazerem o uso constante da estrada, não compete ao DNVT fiscalizar e/ ou obrigar a estes profissionais a usar roupas reflectoras. "Isto cabe à Inspeção Geral do Trabalho", disse o nosso entrevistado, que reconheceu o facto de um indivíduo trajado de colecte retro-reflector ser facilmente identificado, tanto de dia quanto no período nocturno, e evitar acidentes.

"Temos visto muitos trabalhadores nas estradas sem o colecte reflector e, acredito, que não tem sido por culpa da empresa e sim deles próprios que se furtam de utilizar", defendeu.

Aponta que o varredor de rua equipara -se a um outro trabalhador normal, reiterando que não tem, como polícia trânsito, de intervir no modo como ele opera.

Lamentou o facto daquele tipo de trabalho (varredura) ter sido desenvolvido durante o dia, no nosso país, pois é de opinião que devia ser feito no período nocturno, altura em que o trânsito é diminuto.

Perguntado se aqueles trabalhadores não estariam a correr mais riscos varrendo de noite, urna vez que apontou ser neste período que se têm registado mais acidentes, o nosso interlocutor respondeu que "o risco ocorre porque não há normalidade, pois o normal é que as ruas devem estar completamente iluminadas, já que parte dos acidentes acontecem em detrimento da falta de iluminação, também".

A actividade de limpeza das ruas durante o dia cria embaraço à circulação rodoviária, de acordo com a Conceição Gomes. O modo como param os carros

colectores, principalmente, tem dificultado muitas vezes o trânsito. Nem todas as condições estão criadas, reconheceu, por isso temos de viver ainda com este problema.

Para finalizar, importa realçar que a Direcção Nacional de Viação e Trânsito registou, de um modo geral, 5077 atropelamentos a nível nacional, sendo 1226 ocorridos em Luanda, no ano de 2013. Do resultado a nível nacional, 4305 é o número de mortes e 1150 mortes é o número atingido pela cidade capital.

## 8.21 Novo modelo de recolha de lixo Bento

*Jornal de Angola*  
18 De Janeiro de 2014

O governador de Luanda, Bento Bento, anunciou na quinta-feira que está em estudo um novo modelo de limpeza e recolha de lixo e uma nova política de distribuição de mercados em toda a província.

Bento Bento, que falava numa reunião técnica com directores provinciais e administradores municipais e distritais, informou que, a partir deste ano, o pagamento às empresas de limpeza e recolha de lixo vai ser feito por áreas limpas e não por toneladas de resíduos recolhidos, como é feito até hoje. Este novo modelo tem por objectivo acabar com o lixo e dinamizar a actividade das operadoras da província. "O Governo de Luanda disponibiliza 2,8 mil milhões de kwanzas por ano para manter a cidade limpa e, por isso, pede mais rigor e fiscalização às empresas vocacionadas para a recolha e tratamento do lixo", declarou.

O governador manifestou a sua indignação em relação ao que considerou "atitude pouco ética e social dos cidadãos em geral e em particular daqueles que passaram o fim de ano na Ilha de Luanda".

"Em 20 13, houve um excesso de consumo de álcool por parte da juventude, grandes amontoados de lixo, poluição sonora e práticas que atentam contra a moral cívica daqueles que têm Luanda como uma casa de todos", lamentou.

A grande concentração populacional na Ilha do Cabo provocou, segundo o governador, alguns descatos na ordem pública e constrangimentos ao trânsito rodoviário, entre outros embarços. Por essa razão, Bento Bento pediu aos administradores, directores provinciais e técnicos dos serviços de apoio para encontrarem uma forma que possa permitir o

descongestionamento de pessoas nos locais que, na passagem de ano, recebem milhares de pessoas.

O encontro analisou as modalidades da corrida de São Silvestre, as medidas de segurança pública, a realização de espectáculos na Baía e a apresentação dos programas alusivos ao 25 de Janeiro, dia da cidade de Luanda, e do 4 de Fevereiro, dia do Início da Luta Armada. Foi anunciado a criação de uma comissão para a elaboração de programas capazes de dar uma nova imagem à capital.

## 8.22 Trabalhadores da EPAL regressam ao serviços

*Jornal Manchete*  
18 De Janeiro de 2014

O motivo que levou os trabalhadores da EPAL a paralisarem as suas actividades, deveu-se, a um alegado incumprimento do acordo por parte da entidade patronal, o que obrigou a comissão sindical a convocar a greve.

"Neste momento, a situação voltou à normalidade e criou-se um grupo técnico que vai tratar das questões", garantiu o porta-voz da EPAL.

Ainda de acordo com Domingos Paciência, a direcção da empresa está a analisar o documento dos sindicalistas para uma breve solução dos problemas expostos.

Recorda-se que a comissão sindical vem desde 2011, trabalhando, no sentido de estabelecer um acordo com a entidade patronal, mas tais acordos nunca tiveram êxitos. "No dia 20 de Agosto deste ano, apresentamos novamente o nosso caderno reivindicativo e, até hoje, lutamos para que todas as nossas inquietações sejam resolvidas para o bem dos trabalhadores", dizia o primeiro secretário da referida comissão, Raimundo João, também conhecido por Dibondala, no dia em que os trabalhadores paralisaram as suas actividades.

A EPAL tem sido afectada por cíclicas greves nos últimos três anos. Os funcionários apresentaram as suas preocupações num caderno reivindicativo de três pontos e 23 alíneas, onde constam, para além do aumento salarial, subsídios de 'alimentação, transporte, condições de trabalho, promoção e tratamento digno aos operários.

## 8.23 Programa do Executivo garante água potável

*Jornal de Angola*  
20 De Janeiro de 2013

A garantia da disponibilidade de água potável, tanto nas zonas urbanas como nas áreas suburbanas de maior densidade demográfica, é uma das metas que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 pretende alcançar para a melhoria das condições de vida da população.

O documento refere que se pretende melhorar a qualidade do serviço de abastecimento de água tanto nas zonas urbanas, como nas suburbanas de maior densidade demográfica, através da promoção da criação de empresas municipais de abastecimento de água e saneamento, ajustadas às necessidades da população.

Com base no Plano, o Executivo prevê aplicar um programa que estabelece uma adequada política de tarifas, completa a aplicação dos Gabinetes de Gestão das Bacias Hidrográficas prioritárias e aprova e implementa o "Plano Nacional da Água".

O programa também prevê actualizar os planos directores de abastecimento de água e saneamento de águas residuais das cidades capitais de província e das sedes municipais, assegurar a reabilitação e expansão dos centros de distribuição e estações de tratamento de água, com vista a garantir o abastecimento a diversas áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, incluindo o atendimento às urbanizações que integram o Plano Nacional de Habitação.

No PND constam também projectos como a construção do "Sistema IV do Bitá", construção do "Sistema 5 Quilonga Grande", reforço dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de 17 cidades capitais de província e a construção de novos sistemas de abastecimento de água em 130 sedes municipais do território nacional.

O PND para 2013-2017 começa um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. É o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição da República e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento.

O Executivo pretende que este documento seja o veículo principal que, à luz da Estratégia Angola 2025, oriente e intensifique o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em direcção ao rumo fixado: aumentar a qualidade de vida do povo angolano de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza

potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos.

"Estabilidade, Crescimento e Emprego" constitui a ideia de força do PND 2013-2017, que vai ser também o instrumento essencial para que o desenvolvimento da economia angolana seja essencialmente suportado na diversificação da estrutura económica nacional.

## 8.24 Empresas de recolha de lixo investem pouco no homem

*Jornal de Angola*  
21 De Janeiro de 2014

O inspector-geral do Ministério do Ambiente, Francisco dos Santos, declarou, em Luanda, que a recolha de resíduos sólidos no país tem-se revelado precária pelo facto de as empresas do sector investirem pouco no capital humano e em tecnologias.

Francisco dos Santos, que é também o director nacional dos Serviços de Fiscalização Ambiental do

Ministério do Ambiente, disse que a recolha precária tem originado a dispersão e exposição de lixo nas cidades, embora haja algum esforço desenvolvido por algumas empresas para evitar esta situação.

"Há uma grande força de vontade de se fazer um pouco mais por parte de algumas empresas. Mas a maioria é mesmo deficitária e precisa de rever o seu modelo e filosofia de actuação", considerou Francisco dos Santos. Em sua opinião, se uma empresa não reforça o seu capital humano e não se actualiza, do ponto de vista tecnológico e operacional, fica debilitada. O inspector do Ministério do Ambiente alertou que os trabalhadores das empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos estão sujeitos a vários perigos de saúde, pelo que merecem, em seu entender, ser compensados para dar continuidade aos trabalhos.

"Dentro das políticas do Ministério do Ambiente têm sido feitos trabalhos pedagógicos e de reorganização para uma melhor recolha de resíduos", sublinhou.

O inspector-geral do Ministério do Ambiente, Francisco dos Santos lembrou que o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU) prevê a construção de mais

aterros sanitários para atender à população do Mulenvos e das novas centralidade do Kilamba e Cacucaco.

As empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos em Angola são licenciadas pelo Ministério do Ambiente.

## 8.25 Bento Bento aperta empresas de recolha de lixo

*Jornal Manchete*

*24 De Janeiro de 2014*

O governador de Luanda, Bento Bento, advertiu que a partir deste ano, o pagamento às empresas de limpeza e recolha de lixo vai ser feito por áreas limpas e não por toneladas de resíduos, como é feito até hoje.

A medida surge na sequência de um novo modelo de limpeza e recolha de lixo, cuja implementação da mesma ainda se encontra em fase de estudo, tal como afirmou o governante que falava numa reunião técnica com directores e administradores municipais e distritais, ocorrido no passado dia 16 do corrente.

Na ocasião, Bento Bento disse que este novo modelo tem por objectivo acabar com o lixo e dinamizar a actividade das operadoras da província. Fez saber igualmente que o Executivo de Luanda disponibiliza 2,8 mil milhões de kwanzas por ano para manter a cidade limpa, pelo que pediu mais rigor e fiscalização às empresas vocacionadas para a recolha e tratamento do lixo.

Entretanto, as empresas envolvidas no saneamento da cidade capital preferiram não comentar o assunto, quando este jornal contactou as mesmas. "Na verdade, temem que isso venha afectar os seus contratos com o GPL", disse-nos uma fonte ligada a uma das empresas.

O interlocutor que pediu para não ser identificado, muito menos o nome da sua instituição, pensa que a decisão do governador de Luanda, em nada vai beneficiar para o melhoramento da higiene da província. "Refiro-me nesse termo, a julgar pelos vários modelos de recolha que Luanda já teve".

A fonte considerou que o problema do lixo na capital do país não é apenas por culpa das operadoras, mas também dos próprios cidadãos enquanto principais produtores. "Estes, em momento algum se mostraram capazes de colaborar com as empresas, sobretudo aos apelos das autoridades", acentuou. Para si, "caso o governador concretize tal medida, com certeza, irá complicar ainda mais a situação financeira? e muitas empresas e como consequência estas poderão declarar falência, como também os

grandes focos de lixo poderão atingir um nível nunca visto antes".

Contudo, finalizou, reconhecendo que o GPL tem todo o direito de exigir das empresas de recolha, uma vez que paga por este serviço mas aconselha ao Executivo de Luanda a rever as suas políticas, relativamente a gestão dos resíduos sólidos.

### ESTRATÉGIAS FRACASSADAS

Para muitos luandenses, a execução de mais um modelo de recolha tratar-se-á uma vez mais, uma das várias já utilizadas sendo que, a maioria, resultaram em fracasso.

Apesar das melhorias já observadas no referido sistema de recolha de lixo na cidade, para os nossos interlocutores, os objectivos da limpeza urbana de Luanda só serão completamente alcançados com mudanças nos aspectos sociológicos e técnicos.

A título de exemplo, há dois anos realizou-se um seminário sobre Gestão de Resíduos Sólidos, que teve como objectivo introduzir um sistema inovador, com alterações na estrutura e nos conceitos de limpeza urbana.

Chegou-se a conclusão que a melhor estratégia para enfrentar a questão de resíduos sólidos urbanos seria trabalhar pela redução da geração dos mesmos, através da redução de material utilizado nas embalagens.

Constou-se ainda nas conclusões, a decisão de assegurar a recolha de todo o resíduo urbano e sua deposição em aterros sanitários construídos e operados dentro das melhores tecnologias disponíveis, de maneira a assegurar níveis elevados de segurança, a custos médios.

Devido a complexidade da questão dos resíduos sólidos, finalizaram também que há necessidade de melhorar os serviços de limpeza e recolha de resíduos sólidos na cidade de Luanda, e imputar responsabilidade aos grandes geradores (produtores) de lixo, bem como apostar numa campanha de sensibilização contínua e que consiga correlacionar as questões ambientais com a partilha de responsabilidades do cidadão face a problemática dos resíduos sólidos, com um programa especial de educação escolar para os 1º e 110 Ciclos.

"Quais foram os resultados alcançados hoje diante dessas estratégias?", questionou-se um cidadão tendo respondido a sua pergunta: "Obviamente pouco se sabe, na verdade ainda assistimos o amontoado de lixo em grande parte das ruas da cidade. Só para citar, na Rua dos Comandos, na Sétima Avenida, ao



município do Cazenga, os contentores de lixo postos nestes locais não são recolhidos à tempo, pelo que ficam sobrelotados, e como resultado, os moradores acabam por depositar o lixo nos separadores centrais das estradas".

## 8.26 EPAL corta água a Nando

*Jornal Manchete*

*24 De Janeiro de 2014*

A Empresa Pública de Águas de Angola (EPAL), através de comunicados emitidos recentemente no Jornal de Angola, anunciou que irá proceder cortes de água bruta ao longo do Canal Superior, às empresas aí estacionadas, por falta de pagamento, uma vez já ter sido ultrapassadas todas as tentativas de contactos com as mesmas.

No entanto, segundo apurou o Manchete, no leque dos devedores, consta a Fazenda "Pérola do Kikuxi", cuja titularidade é atribuída ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Mandó", que já ocupou vários cargos governativos no país, entre eles o de ministro do Interior e primeiro ministro. "Nandó" desempenhou também, ao tempo, as funções de comandante geral da Polícia Nacional.

É descrito como sendo uma das figuras do regime do MPLA eijos negócios privados se mantém em "alto" sigilo. Sabe-se apenas que tem a fazenda "Perolas de Kikuxi" e uma fábrica de águas cristalinas cuja gestão é feita pelos seus filhos e para facilitar o acesso a mesma, teria usado instituições do Estado para asfaltarem o desvio, em Catete, que dá para a fábrica.

Para além de denotar preferência em trabalhar com os filhos, as redes sociais realçam que uma das figuras que é geralmente referenciada como elemento que cuida dos seus negócios particulares é Sebastião Martins, recentemente destituído do cargo de director do SINSE, na sequência do "Caso Cassule e Kamulingue".

Consta, igualmente, que outra figura de confiança de "Nandó" (quantos aos seus negócios) é o ex-ministro das Pescas, Salomão Xirimimbi, havendo mesmo rumores dando conta que é ele, Xirimimbi, quem guarda uma espécie de testamento de "Nandó".

Recordar que, para além da "Pérola do Kikuxi", estão também na condição de devedores da EPAL naquela zona, a Azul Piscina, Fazenda Girassol, Horto

Angola, Mato Grosso, Quinta do Canal - Restaurante Kikuxi n 100, Quinra n" 51 e a WH-Grupo da Costa.

## 8.27 Luanda. Programa de Estabilização assegurará recuperação de 150.000 m3

*Jornal Agora*

*24 De Janeiro de 2014*

o crescimento urbano desordenado constitui o principal obstáculo na satisfação das necessidades da população. Travá-lo é, com certeza, o maior desafio que se tem pela frente, para assegurar o acesso a serviços fundamentais que contribuem para o desenvolvimento humano, designadamente, a saúde, a educação, a energia, a água, o saneamento básico e outros.

Os novos ordenamentos urbanos têm servido de exemplo, pelo que, apesar da gritante falta de habitação para a parte considerável da população desfavorecida das zonas urbanas e piri urbanas, a solução não passa por incentivar a ocupação de espaços ou de se proteger quem, a pretexto de falta de casa, recorra a soluções precárias, para que o Executivo apareça depois a oferecer uma.

O sector da Energia e Águas é dos que aparecem à frente desse novo equacionamento da vida do cidadão, mas as suas acções, que deveriam ter maior impacto, têm sido dificultadas, exactamente, por essa descaracterização que está longe de ser estancada, agora que o país tem condições e disponibilidade para investir na construção de infra-estruturas que, a médio e longo prazos, permitirão o aumento da capacidade da satisfação das necessidades sociais e das diferentes áreas de pressão do sector produtivo e de prestação de serviços.

Depois do balanço do desempenho do sector nos domínios da geração e da distribuição de energia, o Ministério deu-nos, igualmente, conta das intervenções realizadas no tocante à água.

Segundo essa fonte, a província do Cunene foi, em 2013, uma das principais beneficiárias, embora existam projectos em fase de implementação em quase toda a extensão do país. Nesse quadro, a cidade de Ondjiva, que não tinha, conta agora com um sistema de abastecimento de água que atenderá também, numa extensão de 100 quilómetros de condutas adutoras, às localidades de Xangongo, Môngua, Bulunganga, Namacunde e Santa Clara, afectadas com frequência por período de seca que, além de afectar a vida das populações, tem dizimado o gado.

O abastecimento de água poderá conhecer, igualmente, melhorias substanciais nas cidades do Luena (Moxico), Caxito (Bengo), Menongue



(Kuando-Kubango), Malanje, Lubango (Huíla), Namibe e Sumbe (Kwanza-Sul), onde decorrem empreitadas para a construção, nuns casos, reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento do líquido precioso.

Essas intervenções, de acordo com a fonte a que fizemos alusão, permitiram aumento considerável do número de consumidores da rede pública nalgumas regiões. A título de exemplo, a cidade de Malanje conta agora com mais 22.600 novas ligações domiciliárias, Ndalatando 6.400, Uíge 9.400 e Huambo 19.000, perfazendo um total de 57.400 novos utilizadores. Esse trabalho tem continuidade, para que se possa atender a todas as necessidades identificadas e que as redes tenham capacidade de cobertura.

Luanda, pela sua grandeza e especificidade, constitui um caso com tratamento diferenciado, pelo que está em curso a execução de um Programa de Estabilização que, conforme a fonte, deverá assegurar a recuperação de 150.000 m<sup>3</sup> de capacidade de adução, que contempla a reabilitação dos centros de distribuição existentes, mas também a instalação de novas adutoras.

Para a capital do país, Luanda, a perspectiva é de efectivação de 750.000 novas ligações domiciliárias, tendo a EPAL realizado, até Dezembro do passado ano, 120.000, que já tiveram particular incidência nos bairros do Cazenga e do Benfica. Esse figurino prevê que mais 600.000 habitantes dessas áreas estejam a beneficiar de água canalizada.

Por outro lado, foram concluídos os levantamentos, os estudos de engenharia e a estruturação dos documentos que levarão ao concurso que prevê, para 2014, o início de empreitadas para a construção de novos sistemas nas localidades de Bitá e Kilonga Grande, em Luanda, no sentido de duplicar a capacidade actualmente disponível (não especificada). Intervenções do mesmo tipo estão previstas no Huambo, em Malanje, no Kuito e em Mbanza Kongo.

SEDES MUNICIPAIS. De acordo com o Ministério da Energia e Águas, ao abrigo da implementação do Programa de Construção de Novos Sistemas de Abastecimento às Sedes Municipais, em 2013 foram realizados 85 concursos públicos, do qual resultou um conjunto de 36 processos de novas empreitadas para este ano, 19 das quais já consignadas.

No mesmo ano, foram concluídas obras de emergência associadas aos planos de Acção Imediata nas sedes municipais do Negage (Uíge), Camabatela e Dondo (Kwanza-Norte), Wako Kungo (Kwanza-Sul),

Andulo (Bié) e Ganda (Benguela). Por via dessas acções, foram reabilitados 57 e instalados 74 novos chafarizes, feitas 1.440 ligações domiciliárias, a construção de seis centros de água, o que permitiu mais 780.000 pessoas no interior beneficiarem de água potável.

ÁGUA PARA TODOS. Em fase avançada de implementação, desde 2007, pretende-se, com este programa, assegurar o acesso à água potável a 80% da população das zonas rurais. Nesse período de quase sete anos, foram construídos, em todo o território nacional, 364 novos pontos de água e 162 novos pequenos sistemas. O Ministério estima que existe já uma cobertura de 56,6%, contemplando cerca de 375.299 novos beneficiários.

Essa nova dinâmica do Sector obriga ao reforço da capacidade institucional, que levou já, para a adequação da gestão e operação dos sistemas, à criação de novas entidades gestoras. Nestes termos, já existem Empresas de Água e Saneamento em Benguela e no Lobito, no Cunene e no Uíge, encontrando-se na fase final de tramitação os processos administrativos para a institucionalização das empresas em Malanje, no Kwanza-Norte, no Huambo e no Bié.

O Executivo esteve ao mesmo tempo preocupado com a gestão dos recursos hídricos, pelo que decorreram várias acções desenvolvidas pelas comissões de gestão das bacias partilhadas do Cunene, do Zambeze, do Cubango e do Kongo, bem como a realização do concurso público para a contratação de serviços de consultoria, conducentes à elaboração do Plano Geral de Aproveitamento das Bacias do Keve e do Longa, no Kwanza-Sul.

O Ministério destaca, igualmente, que, com a finalidade de implementar um plano de monitorização da qualidade da água potável. Foram edificados e apetrechados quatro laboratórios para o controlo de qualidade nas cidades de Saurimo, Lubango, Benguela e Ndalatando, bem como se deu início aos trabalhos de reabilitação de 38 estações hidroeléctricas.

Embora não tenham sido revelados os números que retratem o valor monetário dos investimentos públicos realizados neste domínio, nem dados que permitam tirar ilações entre o número de beneficiários das novas intervenções, o dos que já estavam a fazer uso da rede e os que faltam, as entidades gestoras do sector têm 2014 como um ano em que a dinâmica se manterá, e o impacto das acções do Executivo no seu todo poderá reflectir melhor sobre o peso desse desempenho no combate à pobreza e sobre o aumento da poupança por parte

das populações, tendo em conta que as fontes alternativas de abastecimento de energia e água, além das distâncias e riscos, consomem uma fatia importante do orçamento das famílias.

## 8.28 Água e luz: os mesmos problema de sempre

*Semanário Angolense*  
25 De Janeiro de 2014

As restrições no fornecimento de energia eléctrica à capital do país deixaram de ser uma novidade. De um momento para o outro, a escuridão pode tomar de assalto à cidade deixando-a mergulhada na mais profunda escuridão.

Quando a energia é reabastecida, as crianças não têm escondido as suas emoções, ao ponto de lançarem gritos de satisfação pelo regresso à normalidade. «Há vezes que a luz demora várias semanas até ser restabelecida», queixa-se uma moradora do Cazenga.

A par do abastecimento deficiente de energia, há zonas da cidade que estão há muito às escuras, com poucas esperanças de que a situação venha a ser normalizada a médio prazo. Há moradores mergulhados no desespero ou, antes, com esperanças idosas quanto à regularização da situação.

A gravidade da situação ganha maior visibilidade no período nocturno, quando os geradores entram em campo e os candeeiros e velas são accionados para reduzir a escuridão.

Para além dos transtornos que os geradores causam, há ainda o risco para a saúde pública, como também para a segurança de pessoas e famílias, já que eles têm sido os responsáveis por algumas mortes, devido à inalação de gases tóxicos.

Domingos Daniel, morador no distrito urbano da Samba, lamentou há dias ao *Semanário Angolense* que a falta de energia tem estado a causar-lhes sérios transtornos, sobretudo na sua vida profissional. «Os constantes cortes no fornecimento de energia eléctrica têm tirado o sono a muita gente que muito precisa desse bem», frisou: Ele, que é serralheiro de profissão, diz que não tem conseguido trabalhar devido aos «constantemente cortes». «Sinto-me obrigado, muitas vezes, a recusar trabalhos ou a devolver outros tantos, por falta de luz», adiciona.

Diz ter saudades do «bom momento» que viveu antes das eleições legislativas de 2012, quando a «energia não falhava ou, se falhasse, era por alguns minutos, sendo de seguida restabelecida».

Numa breve ronda efectuada pelo *Semanário Angolense* em alguns bairros, os moradores afirmaram que o fornecimento de energia e de água têm sido «fraco» devido aos constantes cortes registados que, segundo eles, «chegam a durar vários dias».

Afonso Dala, morador do bairro Grafanil disse a nossa reportagem que «não basta só a instalação de novos PT's, mas deve-se também fornecer regularmente energia às populações». Revelou que o índice de criminalidade tem estado a aumentar, em grande parte, devido à escuridão.

Os relatos dos moradores contrastam com as informações contidas no site da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), segundo as quais, esta empresa estaria a melhorar a qualidade dos seus serviços.

A EDEL tem afirmado que, no quadro da política de expansão da rede e melhoria no fornecimento de energia eléctrica às populações, em 2012, foram inaugurados dezenas de postos de transformação (PT's), um pouco por toda a província de Luanda, com maior destaque nos municípios de Cazenga, Viana e nos distritos do Rangel Rangel, Maianga e Sambizanga.

Em relação à água, alguns dos populares ouvidos pelo SA queixam-se igualmente do deficiente fornecimento deste líquido, ao ponto de levá-los a recorrer sistematicamente à compra em bidões ou de em camiões cisternas.

«Por vezes, a água não corre nas torneiras durante vários dias», lamentaram.

## 8.29 Abastecimento de água potável está a melhorar

*Jornal de Angola*  
26 De Janeiro de 2014

As localidades da Açucareira, Caxito e Mabubas vão beneficiar este ano de melhorias no abastecimento de água potável, disse quinta-feira, em Caxito, o chefe do Departamento de Águas da Direcção Provincial de Energia e Águas no Bengo, Bento Jacinto.

O sistema a ser montado tem capacidade para seis mil metros cúbicos de água e abastece, numa primeira fase, 45 mil pessoas. "Esperamos que no início do segundo semestre do corrente ano se façam os primeiros ensaios para que o projecto entre em funcionamento", disse Bento Jacinto, assegurando que os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo.

O projecto prevê 2.400 ligações domiciliárias. A população da cidade de Caxito vai deixar de usar água da vala de irrigação, imprópria para consumo.

### 8.30 Mais água tratada na aldeia de Sumpi

*Jornal de Angola*  
27 De Janeiro de 2014

A aldeia do Sumpi, a 35 quilómetros da cidade Mbanza Congo, com

uma população estimada em 4.529 habitantes, passou a dispor de um sistema de tratamento de água, inaugurado pelo ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

Kundy Paihama inaugurou o empreendimento social à margem das celebrações do Dia dos Antigos Combatentes, cujo acto central teve lugar no município agrícola de Tomboco.

O sistema de tratamento de água tem uma capacidade instalada de 96 metros cúbicos, que são distribuídos para 11 fontanários espalhados em vários pontos da aldeia do Sumpi, onde Kundy Paihama, na companhia do governador Joanes André, foi recebido de forma calorosa pelos habitantes.

O soba da aldeia, Afonso Costa, manifestou-se satisfeito com a inauguração do sistema de tratamento de água na sua comunidade e louvou o esforço desenvolvido pelo Executivo na melhoria das condições sociais básicas das populações.

Afonso Costa informou que a aldeia de Sumpi, uma das mais populosas da comuna fronteiriça do Luvo, tem vindo nos últimos tempos a ganhar várias infra-estruturas de impacto social, nos sectores da Saúde e

Educação, facto que, segundo ele, renova a esperança de um futuro airoso dos seus habitantes.

Ao longo do troço Mbanza Congol Luvo, o governante visitou alguns projectos em curso nos domínios da Saúde e Educação, tendo reconhecido a qualidade das obras.

Na sede comunal do Luvo, Kundy Paihama tomou conhecimento do projecto de construção do mercado fronteiriço, com o início das obras apazado para Fevereiro próximo.

A directora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo no Zaire, Isabel Fineza Queba, disse que o mercado comporta várias áreas de serviço, como bancadas comerciais, agências bancárias, creche,

farmácia, matadouro, curral de animais, plataforma de carga e descarga, posto policial e parques de estacionamento, para viaturas ligeiras e pesadas.

Em Mbanza Congo, o ministro dos Antigos Combatentes Kundy Paihama, que visitou igualmente infra-estruturas sociais como escolas e a estação de captação de água do Lueji, auscultou os antigos combatentes e veteranos da Pátria e prometeu trabalhar para a resolução dos problemas que ainda afligem esta franja da sociedade na região.

### 8.31 Rua dos Kwanzas vive dias difíceis, e conturbados

*Jornal de Angola*  
27 De Janeiro de 2014

A falta de mentalidade de alguns moradores, vendedores ambulantes e a existência de pracinhas, lojas, cantinas e armazéns contribuem para a lixeira que se verifica quase todos os dias na rua principal dos Kwanzas, comuna do Ngola Kiluanje, Sambizanga.

Os montes de lixo espalhados no chão dos passeios, ao longo da via, são visíveis e resultam da falta de consciência de alguns moradores que alegam haver poucos contentores de lixo para satisfazer o número de visitantes ou moradores daquela rua, na qual diariamente circulam milhares de pessoas, entre os residentes e vendedores ambulantes, sem falar do mercado dos Kwanzas.

As operadoras de limpezas de lixo fazem presença. A recolha do lixo é diária. Mas passados minutos, depois da recolha, surgem novamente os sacos de lixo atirados para os passeios. Na Rua dos Kwanzas acontece de tudo. Além do lixo acumulado nos vários cantos da rua, existe ainda o problema da venda informal que tomou conta dos Kwanzas, praticada por pessoas de várias nacionalidades.

Bem junto ao mercado dos Kwanzas, a zona é comparada a um formigueiro. São centenas de pessoas a circular de um lado para o outro. Vendedores ambulantes que arriscam a vida ao comercializarem os seus produtos na via, entre os carros em andamento nas faixas de rodagem.

Para completar o cenário desolador, surgem as tendas e barracas construídas por cima dos passeios, a poluição sonora, resultado de músicas que tocam altíssimo e os constantes desrespeitos às regras de trânsito, que passem por paragens e estacionamentos abusivos, ultrapassagens e manobras perigosas,

cometidas pelos chamados donos das rotas curtas: os taxistas.

Em plena luz do dia e fora das vistas de um agente de trânsito, um automobilista que conduzia uma carrinha carregada de pessoas, para fugir ao engarrafamento, subiu o passeio para dar à faixa contrária.

E diante de tal atitude, os passageiros ainda aplaudiram a transgressão cometida pelo condutor.

O administrador do mercado dos Kwanzas, Trojo Panguila disse que além das empresas de limpeza, existe uma brigada de limpeza do mercado que funciona 24 horas por dia. E a partir desta semana entra em funcionamento uma brigada de fiscalização de lixo e outra para a fiscalização do trânsito automóvel naquela rua.

Para a mudança de comportamento dos moradores e vendedores são realizadas palestras de sensibilização.

## 8.32 Cólera provocou 221 monos em 2013

*Semanário Terra Angolana*  
*Janeiro de 2014*

Angola regista surtos de cólera há vários anos, com períodos em que chegou a registar quase 70 mil casos e mais de dois mil mortos.

A cólera provocou a morte em Angola no ano passado 221 pessoas de um total de 6.655 casos registados, ainda assim uma taxa de letalidade inferior a de 2012, informou a Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP).

Os dados constam de um balanço sobre a epidemia de cólera em 2013 elaborado pela DNSP e enviado à agência Lusa. Segundo o documento, a taxa de mortalidade em 2013 foi de 3,3%, inferior a do ano anterior que foi de 6%.

Os casos reportados no ano passado tiveram maior incidência na província do Cunene, com 57,8%, seguindo-se as províncias da Huíla com 21,6% e o Uíge com 4,2%, realça o boletim.

"Apesar do maior número de óbitos na província do Cunene, a maior taxa de letalidade foi verificada na província de Malanje, com 21 %, seguida da província da Lunda-Norte, com 10%", sublinha o documento.

O facto da província do Cunene, no sul de Angola, ter sido a mais afetada pela epidemia deveu-se ao prolongado período de seca, de mais de dois anos,

que afectou igualmente partes da província da Huíla, igualmente no sul do país.

Dos 6.655 casos reportados o ano passado, o Cunene contribuiu com 3.847 casos e com 133 óbitos do total de 221 registados em 2013.

Em segundo lugar ficou a Huíla, com 1.442 casos e 46 mortes.

A DNSP refere ainda que, comparativamente a 2012, registou-se um aumento significativo do número de casos em 66,9% (mais 4.457), pois que passou de 2.198 para 6.655, tendo os óbitos aumentado igualmente em 38,9% (mais ao passar de 135 para 221).

"Analisando a tendência da epidemia em 2013, a maior incidência observou-se nos meses de Outubro e Novembro, em que o maior pico foi no mês de Novembro com 2.118 casos), lê-se no boletim.

a altura daquele pico, a província do Huambo, no planalto central de Angola, registou pela primeira vez casos da doença, mas este surto já está controlado segundo as autoridades sanitárias locais, com o número de casos a passarem de uma média diária de 15 para um.

Angola regista surtos de cólera há vários anos, com períodos em que chegou a registar quase 70 mil casos e mais de dois mil mortos.

Em 2006, ainda segundo dados estatísticos da DNSP, o país registou 69.476 casos e 2.773 óbitos, mas a tendência tem sido de diminuição, sendo 2013 o ano em que se verificou novamente um aumento significativo de casos e de mortes, consequência da seca verificada em Angola. Para o combate da doença, as autoridades sanitárias têm apostado sobretudo nas campanhas de sensibilização viradas para as regras de higiene e na distribuição de água potável.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Criminalidade violenta inferniza vida dos moradores do Kifika

*Semanário Angolense*  
11 De Janeiro de 2014

Localizado a sul de Luanda, a pouco mais de 25 quilómetros do centro da cidade, o Kifika é um bairro novo em construção, mas já com índices assustadores de criminalidade. Sucedem-se os episódios

de roubos e assaltos à mão armada, alguns dos quais cometidos à luz do dia e com requintes de violência.

A aparente pacatez do bairro, a sumptuosidade das suas casas e os sinais exteriores de riqueza dos seus moradores poderão transmitir, à primeira vista, a ideia de que o Kifika vive em paz e harmonia social, sem problemas de maior com a criminalidade.

Mas, na realidade, este bairro

destinado à classe média, com pouco mais de meia dúzia de anos de existência, vive «paredes meias» com a criminalidade, uma situação que, na óptica dos seus moradores, tem sido favorecida pela falta de esquadras polícias, patrulhamentos e energia eléctrica.

«Há vastas áreas do Kifika que por incrível que possa parecer, o dispõem de uma única esquadra e de redes públicas de energia. É como se vivêssemos esquecidos e andássemos às apalpadelas» comenta Um morador do bairro, que, segundo ele, as obras e os terrenos abandonados «têm ajudado também a desenvolver o crime, dada a cobertura que dão aos delinquentes».

De acordo com o morador; os assaltos com recurso às armas de fogo ou brancas aumentaram nos últimos meses, depois de a polícia ter retirado do bairro alguns postos móveis que lá estavam instalados. «Os postos policiais, apesar das suas limitações, eram uma espécie de elementos dissuasores para afastar os criminosos»,

lamenta, com alguma tristeza estampada no rosto.

Há indicações de que os marginais não têm limitado unicamente às suas acções aos nacionais, mas também aos expatriados, sobretudo chineses e comerciantes oeste africanos, os que se dedicam ao comércio a retalho de bens alimentares.

Os alvos escolhidos dos marginais têm sido as 09ras, cantinas, residências e pessoas singulares na rua. A vala, que divide o

kifika, tem sido também um dos locais preferidos pelos assaltantes, sobretudo no período nocturno, devido à gritante falta de iluminação naquela zona.

De facto, o bairro encontra-se mergulhado na escuridão, à excepção de algumas (poucas) áreas, cuja iluminação foi feita por iniciativa "dos seus moradores, já que a EDEL parece ser um «ilustre desconhecido» naquelas paragens.

De assalto em assalto

No último domingo um grupo de operários Chineses do ramo da construção civil foi alvo de um assalto à mão armada, à madrugada, tendo os marginais subtraído dinheiro e telemóveis às vítimas. «Depois do assalto, os chineses decidiram abandonar a obra, onde trabalhavam é" viviam, temendo pela sua segurança», conta Pedro António, 30 anos, um morador da zona.

Maria de Fátima, 38 anos, conta que no passado dia 24 de Dezembro foi assaltada por dois Jovens, que seguiam numa «rápida», e que se apoderaram da sua mala. «Num repente, eles colocaram a moto a minha frente e um deles sacou de uma arma exigindo que lhe entregasse a mala.» Não

revelou quanto levava na pasta, limitando-se a dizer que não opôs nenhuma resistência aos assaltantes. «facilitei-lhes a vida!», afirma meio 'sério, meio a brincar.

### 9.2 O reino do crime

*Jornal A capital*  
11 De Janeiro de 2014

Entre o Neves Bendinha, no distrito urbano de Kilamba-Kiaxi, e o Cassequel do Buraco, no distrito urbano da Maianga, se acha o bairro Malangino. É um bairro construído anarquicamente, sem qualquer orientação, em que as ruas foram substituídas por becos que, de tão intrincados, fazem dele um autêntico labirinto. E os marginais, ao que tudo indica, sabem fazer proveito da complexidade do bairro. Segundo se queixaram moradores ao semanário A Capital, além das condições precárias de habitabilidade, é a insegurança que mais os preocupa. As acções dos meliantes são frequentes e não têm, segundo disseram, merecido a devida atenção das autoridades.



Mas o crescimento da criminalidade por aí não é assunto recente. Este bairro, na verdade, sempre foi propício para as acções dos marginais, dadas as suas especificidades. A falta de iluminação pública, por exemplo, é apenas um dos factores. No entanto, por ali já se viveu alguma acalmia na sequência de uma acção policial que limpou o bairro dos grupos marginais que nele operavam. Há dois anos, porém, nasceram novos grupos cujas acções estão literalmente a tirar o sono aos moradores.

É isso mesmo que nos conta o cidadão Joaquim Daniel, de 22 anos de idade. Ele que representa a quarta geração da sua família a residir no bairro Malangino diz que a criminalidade, por ali, nunca esteve tão alta como agora. E os crimes, tal como enfatizou, são mesmo praticados por jovens que aí residem. São netos, filhos e sobrinhos daquelas pessoas que, há anos atrás, transformaram um gigantesco terreno baldio num bairro desestruturado.

"A maior parte desses rapazes são mesmo cá da zona", reforçou o cidadão, notando que muitos dos crimes são, também, praticados por marginais que, perseguidos de outras paragens de Luanda, encontram no bairro Malangino uma espécie de pouso seguro.

Ter bens de algum valor em casa é praticamente proibido por aí. Alguns artigos banais e necessários para a vida quotidiana são, pois, o alvo favorito dos ladrões. No seu caso pessoal, a sua residência já foi assaltada por duas vezes ao longo do ano passado. Na primeira vez, os bandidos levaram a botija de gás e um televisor plasma que tinha acabado de comprar. Tão logo se refez do trauma, readquirindo os bens então surripiados pelos amigos do alheio, eis que esses voltaram a entrar em cena. Desta vez, voltaram a levar o televisor novo, uma aparelhagem de som e oito mil kwanzas que o jovem guardava em casa.

Se Joaquim Daniel se queixa de ter sido assaltado ao longo de 2013, o que dizer de Ernesto Kifembe, um empreendedor residente na circunscricção? A sua farmácia, que ali ergueu para acudir às carências da população, foi alvo de assalto na última semana do mês de Novembro do ano passado. Com tempo de sobra e sem qualquer medo de uma acção policial, os bandidos serviram-se de uma serra com a qual cortaram as grades e de duas macetas para arrombar as portas.

Na manhã seguinte, para o dono da empresa e seus funcionários, foi apenas estupefacção. "Ficamos boquiabertos", contou Ernesto, dizendo que os ladrões se apoderaram do pouco que mantinha ali guardado. "Partiram os vidros das portas e das janelas", recordou.

Quem por ali passa, já sabe que tem um horário para circular. Depois das 19 horas, os meliantes não poupam quem quer que seja. O medo, no entanto, aumenta de madrugada, quando os grupos marginais decidem andar aos tiros. "Vivemos em total insegurança", disse. Entre os moradores do bairro Malangino, reina a certeza de que alguém há-de ser uma vítima: cada um apenas espera pela sua vez.

Ali, não há quem não conheça a senhora Conceição Vicente, uma vendedora de peixe bastante popular entre os moradores. Mesmo assim, ela não foi poupada. Quando invadiram a sua casa, os assaltantes pareciam insaciáveis. Arrombaram as portas e levaram os bens que encontraram. "Enquanto uns procuravam dinheiro, outros tentavam forçar-me a uma relação sexual", contou a própria. O acto não foi consentido e, para o efeito, a cidadã teve de desembolsar 26 mil kwanzas e dois telemóveis a um grupo de seis meliantes munidos de metralhadoras.

Numa outra rua, os bandidos invadiram uma cantina, detida por um cidadão estrangeiro. Dali, retiraram vários cartões de recarga telefónica e também dinheiro, refrigerantes e outros bens. Naquela cantina, tal como na farmácia, os marginais deram-se, inclusive, ao luxo de cortar as grades de protecção. "Eles vieram com serras, martelos e ferros para abrirem o tecto". Consumada a acção marginal, o saldo foi assustador na hora de contabilizar o que se perdeu: levaram mais de 40 mil kwanzas, uma caixa de cartões de recargas, latas de leite Nido, refrigerantes e muitas outras coisas, conforme contou o proprietário do estabelecimento.

No mesmo bairro, três quarteirões depois, durante a mesma madrugada, os marginais perfuraram a parede de uma outra cantina. Antes fizeram

vários disparos. As marcas das balas estão ainda visíveis na porta e nas paredes da cantina. "Eram quatro jovens.

Assaltaram a cantina, foram a minha casa e de lá ainda levaram dinheiro.

Depois exigiram que os trouxesse para aqui, com uma arma apontada à cabeça e apenas tive que obedecer".

A rua da SIC

Apenas três letras, SIC compõem o nome da rua que mais assaltos regista no bairro Malangino. Para comprovar esta condição, há o registo de um total de sete assaltos registados em apenas 20 dias, somente naquela rua estreita localizada no centro do bairro; Um pequeno empresário, que se refugiou no anonimato, revelou que o Cyber Café que ali montou

tem sido uma das principais vítimas da acção dos meliantes.

Já foi assaltado por várias vezes. Na última, marginais armados renderam o funcionário que ali se encontrava sozinho, deixando-o sem reacção. "Foi obrigado a entregar todo o dinheiro do caixa. Ele, coitado, não teve outra opção senão fazer a vontade deles", sublinhou. Em quase todos os casos, o modo de agir dos meliantes é o mesmo. Segundo o nosso interlocutor, facilidade com que eles protagonizam

as suas acções criminosas é tanta que chegam a assaltar uma única casa duas ou mais vezes.

Os moradores queixam-se de que o bairro tomou-se de tal modo vulnerável que não se vê patrulhamento policial. "É bastante fraco, e está longe de garantir a segurança e protecção", levando-os a afirmar: "Estamos entregues à nossa sorte".

Mamã Eva, outra moradora, disse que muitos moradores aventam a possibilidade de adquirir armas de fogo que, eles mesmos, possam combater este mal que há muito assola o bairro. "Não temos como garantir a segurança das nossas casas. Eles circulam armados pelo bairro, assaltam e, quando não levam dinheiro, violam-nos e às nossas filhas".

De acordo com o ancião Vicente Pedro, 78 anos, há a promessa, dada pela administração comunal de que a Polícia passaria a fazer um patrulhamento frequente, de forma a eliminar, no seio dos moradores, o sentimento de insegurança.

Passagem de testemunho?

Ao longo da nossa visita por aquele subúrbio, quase sempre fomos surpreendidos em cada rua ou becos em que cruzássemos, por um grupo de petizes que, empolgados nas suas brincadeiras, imitavam gangs que lutavam entre si.

Um dos petizes com o qual privamos disse que cada gangue é composto por quinze ou treze membros, onde o mais velho assume o cargo mais alto, ou seja, o 'Gangster', que se encarrega de distribuir as funções de acordo com as idades ou bravura do membro.

O objectivo da contenda é único: impor o respeito nas áreas por eles controladas, ou seja, o grupo de uma determinada rua não pode circular na outra sem a prévia autorização.

"Tem que haver respeito. Não se pode só passar por passar", disse jojó, um rapazinho de apenas 10 anos, líder de um gang imaginária.

### 9.3 Trinta quilómetros de criminalidade

*Jornal A capital*

*25 De Janeiro de 2014*

Quilómetro 30, em Luanda, é uma zona conhecida pelo mercado com o mesmo nome. É através dele que muitas famílias de Luanda se abastecem de hortícolas

trazidas, em camiões, de outras províncias angolanas. Ao seu redor, no entanto, cresceu uma zona habitacional.

E, com o mesmo nome do mercado, nasceu o bairro Quilómetro 30 com residências erguidas pelos próprios moradores, sem qualquer orientação das autoridades. Em cenários assim, estão criadas as condições para o crescimento da criminalidade. E ela não tardou a aparecer.

Os moradores do bairro Quilómetro 30, na província de Luanda, denunciam o aumento da criminalidade na circunscrição que é praticada por grupos que impõem, à população, mudanças no estilo de vida.

As acções dos marginais são registadas diariamente. Elas estão a provocar um sentimento de insegurança aos moradores do bairro. Os relatos, quase sempre, apresentam-se como tendo saído de uma cena de um filme de terror. Contam-se episódios de assassinatos, assaltos à mão armada, violações sexuais entre um rol de crimes que se vão tornando parte de um quotidiano tenebroso de uma população carente de intervenção policial.

Na memória dos moradores ainda" está o fresco homicídio de um cidadão oeste-africano. De apenas 35 anos de idade, o gestor de uma cantina foi morto ao regressar à casa, depois de mais uma jornada de trabalho no seu estabelecimento, tal como contou, ao semanário A Capital, o jovem Ernestino Mendes, de 23 anos de idade.

"Ele foi morto mesmo aqui", disse; ao apontar para um espaço junto à linha férrea por onde passa o comboio que segue para a última paragem de Viana. Apurou-se, com base no depoimento de testemunhas oculares, que o cidadão levava dinheiro consigo, transformando-o, imediatamente, em alvo das investidas dos meliantes. "Se recusou a entregar aos marginais o dinheiro que trazia consigo", afirmou o munícipe.

Servindo-se de catanas e pedras, os bandidos desferiram vários golpes ao cidadão que faleceu em função da gravidade dos ferimentos.

Quem, de soslaio, conseguiu acompanhar a cena, acredita que os ladrões estavam decididos a tirar a vida ao cidadão estrangeiro. "Quando eles chegaram próximo dele, não hesitaram.

Parecia que já tinham combinado sobre o que fariam tão logo se aproximassem dele. Golpearam-no até à morte".

Na zona do Trinta, como o bairro é chamado pelos moradores, as perseguições aos gestores de cantinas, com maior realce para os de origem do oeste de África, são constantes.

Abdul Aziz Bá, que também controla uma série de cantinas, disse ter consciência de que figura entre as potenciais

vítimas dos meliantes, por aqueles julgarem "temos muito dinheiro". Segundo acrescentou, "basta ser maliano ou guineense para os bandidos te perseguirem", atestou.

Ele lamenta, ainda, o facto de as condições de segurança serem precárias.

"Não há nada que nos vale", disse ele, reportando-se ao facto de a sua cantina, que é vizinha de um posto policial, ter sido também vítima de assalto. Os marginais, afinal, se deixam intimidar pela presença das autoridades. Mesmo o posto policial, segundo a denúncia dos cidadãos, já foi assaltado por duas vezes. Só por isso, acrescentou, logo se vê que eles não têm medo de ninguém", elucidou.

Quem também constata e se mostra preocupado com a crescente onda de criminalidade naquela municipalidade é Damião Mutula, 43 anos, funcionário dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL). O cidadão revelou que, com efeito, os níveis de delinquência têm aumentado "numa velocidade assustadora". Segundo ele, tal acontece à medida que o bairro vai crescendo. Ou seja, o crescimento da criminalidade é directamente proporcional ao aumento do número de moradores. "Esses casos aumentaram muito desde o momento em que o bairro foi recebendo cada vez mais pessoas", notou, para mais adiante dizer que o mercado do Trinta também tem contribuído para aumento dos crimes.

Outro morador, disse por outro lado que os populares mostram-se particularmente preocupados com a falta de mais postos policiais. No seu entender, tais unidades contribuiriam, em certa medida, para a diminuição dos actos que ali acontecem diariamente.

"Precisamos mesmo de mais unidades policiais aqui, porque assim vão diminuir os crimes que acontecem todos os dias", disse.

Por outro lado, sublinhou também que a falta de espaços de lazer, escola e outros lugares que sirvam para os jovens entreterem-se é, também, uma das causas principais do actual volume de crimes. "O bairro Trinta ainda é muito novo, então, queremos também que se criem mais escolas no nosso bairro assim como a implantação de postes de iluminação pública, já que fazem mesmo muita falta e a inexistência destes elementos todos fazem com que os índices de criminalidade em qualquer bairro aumentem".

Motociclistas em risco

Numa ronda realizada pelo semanário A Capital os motociclistas, sobretudo aqueles que fazem o serviço de moto táxi apresentam-se imediatamente a seguir aos gestores de cantinas como os potenciais alvos da acção dos meliantes.

O moto taxista Simão Tchiungo, 25 anos, queixou-se de ter perdido, para os marginais, duas motorizadas. Relatou, para este jornal, que as perseguições continuam, no entanto. "Há dias em que os marginais assaltam-nos e além das motorizadas levam-nos também o dinheiro", afirmou, dizendo que a escassez de policiamento faz com que, seja de dia ou de noite, qualquer um se tome a próxima vítima dos bandidos.

Alberto, por seu turno, escapou recentemente de um assalto. Revelou que, por volta das 19 horas de um certo dia, "um colega foi interpelado por dois marginais armados quando deixava um cliente na zona da linha férrea. Acabou por perder a motorizada", disse. Tão forte foi o impacto que, por desgosto, o seu colega, que por sinal era também amigo, regressou à sua terra natal.

Todavia, segundo contam os moradores, muitos dos crimes que ali ocorrem são cometidos por pessoas devidamente identificadas pela unidade policial existente naquela área. No entanto, pessoas há que denunciam uma certa convivência de alguns elementos da polícia. Segundo contam, se em alguns momentos são detidos marginais, estes aparecem no dia seguinte soltos.

## 9.4 Crimes violentos diminuíram em Luanda

*Jornal de Angola*

*26 De Janeiro de 20143*

A Polícia Nacional considera satisfatórios os resultados alcançados em 2013 no combate à criminalidade económica, fiscal, Imigração Ilegal,

falsificação de moeda e de documentos financeiros e bancários.

A conclusão constado comunicado final da reunião do Conselho Consultivo Alargado do Comando-Geral da Polícia Nacional, que terminou na sexta-feira, em Luanda.

De acordo com o comunicado de imprensa, o trabalho das distintas especialidades da corporação permitiu esclarecer grande parte das ocorrências chegadas ao seu conhecimento, dando particular realce à contenção dos crimes violentos, cujas estatísticas criminais demonstram diminuição nos homicídios voluntários, violações, ofensas corporais e roubos.

Continua a ser uma preocupação a situação da sinistralidade rodoviária que, segundo os responsáveis da Polícia Nacional, perturba a sociedade, pelo elevado número de mortos e feridos, fruto da desobediência ao estabelecido no Código de Estrada e demais legislação.

O Conselho recomendou aos órgãos operativos centrais e provinciais da corporação a continuarem a redobrar a vigilância policial nos locais propensos à ocorrência de crimes e de acidentes de viação, e a privilegiar a interacção e o diálogo com a comunidade, na busca de soluções para os problemas da criminalidade.

De igual modo, os participantes apreciariam a estratégia de segurança ao Censo Geral da População 2014, para garantir que o referido processo decorre com normalidade em toda a extensão do território nacional. O Conselho Consultivo alertou, ainda, para a necessidade de se aperfeiçoar, em termos funcionais, os piquetes das unidades policiais e os gabinetes de apoio ao atendimento às vítimas de violência, com o objectivo de se proporcionar melhor atendimento a todos os que necessitem dos serviços da Polícia Nacional. Reiterou os seus agradecimentos às Forças de Defesa e Segurança, à população e aos órgãos de comunicação social, pela cooperação e colaboração prestadas à Polícia Nacional, "o que muito contribuiu para os resultados positivos registados na árdua tarefa de garantia da Ordem e Tranquilidade Públicas.

O encontro, que decorreu na Unidade da Polícia Montada, na capital do país, reuniu responsáveis dos órgãos operativos centrais e comandantes provinciais da Polícia Nacional, que procederam ao balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 2013 e perspectivaram acções destinadas a dar sequência ao Plano de Modernização e Desenvolvimento para o quinquénio 2013-2017.

No final, o Comandante-Geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, exortou os efectivos a prepararem-se convenientemente para as suas tarefas diárias e a enfrentarem 2014 com muita garra, muita força, ponderação, moderação e, acima de tudo, um profissionalismo aperfeiçoado.

## 9.5 Juiz preocupado com criminalidade

*Jornal de Angola*

*26 De Janeiro de 2014*

O juiz presidente do Tribunal Provincial do Cunene está apreensivo com o aumento progressivo da actividade criminosa na província, o que provoca a superlotação das cadeias e dificulta a celeridade dos julgamentos.

Jerónimo Gongá Cassule, que falava à imprensa quando fazia o balanço das actividades desenvolvidas pelo Tribunal Provincial, disse que, durante o ano passado, foram notificados por aquela instância judicial um total de 1.190 processos crimes, dos quais 1.129 julgados, um aumento de 42 processos em relação a 2012.

Ao fazer a tipologia dos delitos, cujos processo deram entrada no Tribunal Provincial, destacou os crimes de furto, roubo de gado, imigração ilegal, violação de menores, homicídios e assaltos à mão armada.

Jerónimo Cassule sublinhou que também é preocupante o facto de grande parte dos crimes serem praticados por jovens com idades entre os 15 e os 30 anos, o que tem contribuído para o aumento da delinquência juvenil no Cunene. O magistrado diz que há poucos juizes para dar vazão aos processos em tribunal.

"O tribunal tem apenas três juizes de Direito e um no município do Cahama, o que não permite dar solução, em tempo oportuno, ao número de processos de natureza criminal," afirmou. Apesar disso, considera excelente a qualidade de trabalho dos magistrados judiciais.



## 9.6 Debate parlamentar sobre criminalidade novamente engavetado

*Semanário Terra Angolana*  
*Janeiro de 2014*

Assembleia Nacional realiza no dia 23 de Janeiro de 2014 a sua IV Sessão Plenária Ordinária da II Sessão Legislativa da III Legislatura, com uma agenda de dezassete (17) pontos, dentre os quais, a Proposta de Lei da Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais, para além do projecto de resolução para a adopção de um menor.

Mas não será desta vez que a Assembleia deverá realizar o debate sobre a criminalidade que vem sendo adiado desde 12 de Dezembro, por razões, que segundo os líderes parlamentares da oposição que participaram na conferência de líderes para a marcação da Plenária de 23 de Janeiro.

À luz do artigo 1150 do Regimento Interno da Assembleia Nacional, ficou determinado em sede de conferência de líderes das bancadas parlamentares que os debates mensais sobre temas relevantes de interesse nacional vão começar em Fevereiro próximo.

Segundo a Deputada Emília Carlota Dias, falando à imprensa no final desta primeira conferência do novo ano, já foram seleccionados vários temas, sem especificar as áreas e os requerentes.

Os temas e datas, segundo o regimento Interno da Assembleia Nacional, são fixados pelo Presidente do Parlamento, ouvida a Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares.

Para estes debates, os ministros de Estado e os ministros têm a faculdade de participar, devendo as comissões competentes, em razão da matéria, elaborar um relatório com a justificação dos motivos e da oportunidade, factos e situações que respeitem o tema.

Na mesma senda, o Regimento prevê no seu artigo 1160 a realização de debates de urgência, que podem ser requeridos pelo Presidente da República ou pelos Grupos Parlamentares. Estes são também aprovados pela Conferência de Líderes.

Entretanto, o Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Raul Danda, lamentou o facto de o seu Grupo Parlamentar ter solicitado debates desde o ano passado, que mesmo depois de agendados não chegaram a ser realizados. Tal é o caso do debate sobre a criminalidade em Angola, inicialmente

agendado para a Plenária de 12 de Dezembro, adiado depois para 13 de Dezembro de 2013, bem como, sobre a corrupção em Angola, as causas da guerra e o Estado da Nação, todos estes sem parecer favorável.

No seu entender, não existem razões para as forças políticas e os deputados temerem a realização de debates sobre temas relevantes do país e no estrangeiro.

"Continuamos a ter apenas uma plenária por mês, o que é grave. A Assembleia pode realizar mais debates, mas é preciso que queira realizar. A Lei Orgânica obriga a realização de um debate mensal e prevê debates de urgência, desde 2012", lembrou.

Os partidos da oposição consideraram inadmissível o argumento do adiamento do debate, apresentado pela Comissão presidida pela Deputada Guilhermina Prata, tendo mesmo o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA augurado ver este debate realizado na nova data agendada, "conhecendo as habilidades e capacidade de trabalho da Presidente da 1 a Comissão".

O Presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, disse que o facto de se não comunicar aos líderes parlamentares tal decisão é uma falta de respeito, retorquindo a proposta do Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio Fontes Pereira para que o assunto voltasse a discussão na conferência de líderes.

Segundo os proponentes do debate sobre Criminalidade, a iniciativa surge na sequência do crescendo de mortes inexplicáveis de Angolanos, em tempo de paz, cujos crimes, na sua maioria ficaram por se esclarecer. Os últimos casos que envolveram os activistas cívicos Alves Kamulingui, Isaiás Kassule e Hilberto Ganga, foram o transbordar do copo, onde a lista já vem longa com nomes como os do Ex-Presidente do PDP-ANA Mfulumpinga Nladu Victor, os deputados Ngalangombe e Simeão, o jornalista Alberto Chakussanga, os militantes da UNITA Francisco A Epalanga, António Kamuku, Filipe Chakussanga, para além de outros anónimos.

Para além de mortes por motivos políticos, a criminalidade em Angola tem sido um problema que preocupa o Grupo Parlamentar da UNITA, daí a solicitação deste debate, que na visão dos proponentes é mais do que um problema policial, envolvendo uma componente sociopolítica, económica, cultural e religiosa que exige de todos os segmentos da vida do país esforços conjugados, para se alcançarem soluções duradouras.



A iniciativa da realização deste debate ao nível da Assembleia Nacional, é apenas um passo, entre muitos a serem tomados, para uma sociedade mais tranquila e mais segura, que segundo a UNITA elaborou uma proposta de resolução em que aponta algumas medidas a seguir para uma solução duradoura.

No seu mais recente discurso de fim de ano, o Presidente da República José Eduardo dos Santos disse que a pena de morte em Angola foi abolida em 1991 e que não existiam mortes por motivos políticos, o que gerou várias reacções, sobretudo de políticos angolanos, apontando os casos das vítimas acima mencionadas.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 ESTADO

*Jornal Acapital*  
11 De Janeiro de 2014

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, que falava a abertura do 1º Encontro Nacional dos Operadores do Subsector dos Minerais para a Construção no ano findo, referiu que para que a estratégia se concretize, "é preciso diversificar a exploração mineira, aumentar as receitas fiscais e patrimoniais do Estado".

Falou ainda do incremento do investimento social nas áreas de produção mineira, indicando que para a diversificação mineira era fundamental o estabelecimento de sinergias com os operadores do subsector dos minerais para a construção civil, no sentido de normalizar a exploração dos inertes e revitalizar o subsector das rochas ornamentais",

"É inegável o papel de cada um dos operadores de minerais para a construção civil na edificação da nova Angola, com o provimento de soluções que têm permitido que o nosso país seja um exemplo de recuperação neste período do pós-guerra e de paz efectiva", sublinhou o ministro, considerando que com a intervenção dos operadores, "a exploração de minérios para a construção civil, em especial dos inertes, atingiu uma grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, da construção de infra-estruturas e da edificação de habitações,

"Com o vosso contributo, acreditamos ser possível e realizável a estratégia do Executivo, fundada na expectativa de uma actuação mais incisiva do sector de Geologia e Minas", referiu,

"Por deficiente fiscalização pública, muitos dos intervenientes fogem ao pagamento de impostos e taxas ao Estado, explorando e usando estes recursos naturais do Estado como se fosse sua propriedade privada", admitiu Francisco Queirós, enfatizando que "há operadores que atentam frontalmente contra as normas do Código Mineiro, da legislação ambiental, do Código de Estrada e de outros diplomas legais",

Observou, por outro lado, que vem muitas áreas de exploração, há falta de segurança, higiene e saúde no exercício das actividades geológicas e mineiras e insegurança nas vias de transportação desses minerais, sobretudo dos inertes".

### 10.2 Imperio Chines nos inertes

*Jornal Acapital*  
11 De Janeiro de 2014

Quem passa pela via expressa de Luanda, no troço Cacuaco/Zango, facilmente consegue ver os amontoados de britas, burgau, areia e um pouco de quase todos os elementos necessários para a construção civil.

Estão lá aos pontapés prontos a serem comercializados. O que passa despercebido nesta corrida desenfreada ao garimpo fácil, são as inúmeras crateras que ficam atrás dos montes de areia.

Não há dúvidas de que os mesmos têm um forte impacto ambiental, sobretudo com a formação de ravinas.

Facto é que, dezenas de camiões entram e saem pelos desvios criados que dão acesso às zonas de exploração. Logo à entrada, alguns jovens camionistas esperam por clientes que para lá se deslocam à procura de inertes.

Dão a informação necessária sobre os preços praticados, pelos chineses.

"Uma carrada de pedras grandes o chinês vende a 15 mil kwanzas (kz). Com o frete do carro, fica a 21 mil kz, a depender do local onde vive o cliente", disse Pedro Faria acrescentando que uma carrada de burgau está orçada em sete mil kz.

"Com o carro fica tudo a 13 mil kz. A carrada de areia custa cinco mil e 500 kz. Mais o frete, chega aos 12 mil kz", afirmou Faria, que há três anos e meio se dedica à venda de inertes naquelas paragens.

Segundo o mesmo, os preços praticados a retalho são negociáveis a depender do número de montes que o cliente solicitar. "Sete mil kz é o preço estabelecido" para um monte de inertes a retalho.

O mais interessante é que muita mão-de-obra neste negócio é menores. Na entrada, para um dos campos de exploração, por exemplo, encontramos duas crianças com idades entre 12 e 14 anos. Preparavam montes de brita para a comercialização.

O pai delas, Miguel Cavimba, explicou ao A Capital que exerce esta actividade há mais de sete anos e que é com a mesma que sustenta a família.

"Começamos a vender brita e burgau há muito tempo. Antes não comprávamos. Explorávamos na zona do Rio Seco e éramos os fornecedores de quase

toda a zona de Viana", um trabalho que segundo disse, era feito à base de enxadas, picaretas e pás.

"Mas quando chegaram os chineses com as máquinas grandes e a vender aos camiões, perdemos a clientela.

Passamos a comprar nos camiões que, por sua vez, compram aos chineses", explicou, reforçando que a cada dia sente que o tempo da venda de inertes para aqueles que não têm máquinas escavadoras como as dos chineses, terminou.

São vários os jovens que residem não só nos arredores da via expressa entre o município de Viana e Cacucaco, mas também nos mais diversos pontos de Luanda, que se dedicam à venda de inertes a retalho. Usam camiões ou carrinhas.

Um deles é Abel João que há mais de três anos ganha a vida vendendo minerais. Pai de quatro filhos, encontramo-lo sentado rodeado de vários montes de pedras.

Adiantou que ganhar a vida com esta actividade ficou difícil desde que aumentou a concorrência.

"Antes podíamos vender vários montes de pedras ou de britas, porque os donos das obras vinham directamente comprar a nós. Hoje em dia, as pessoas preferem comprar directamente dos camionistas", que se dividem entre chineses, cubanos e tantos outros.

"Enfim, eles é que ditam as regras", disse.

Eles é que mandam

Apesar de tudo, nacionais e estrangeiros não se chocam muito quanto à exploração, porque trabalham em áreas diferentes. Os primeiros exercem a actividade em praças e nas respectivas zonas de exploração, onde aguardam pelos clientes, já os cidadãos estrangeiros fazem-no nas grandes empresas.

Fernando Silva, camionista há dois anos, não tem dúvidas do monopólio que os estrangeiros detêm neste negócio. Segundo disse, eles é que estão com tudo.

"Os chineses é que exploram e nos vendem os inertes. Pago a quantidade de brita ou areia que precisar, recebo a ficha, levo o camião até à zona de exploração", onde um outro chinês, maquinista, recebe a ficha e carrega.

"Talvez sejam eles a dominar a exploração por causa das máquinas com que trabalham", deduziu, manifestando que a única coisa que o inquieta é a

concorrência com os camionistas chineses que são os mais privilegiados quando o assunto for transportar inertes para grandes construções.

De acordo com Fernando Silva, os angolanos envolvidos no negócio só revendem inertes a particulares, enquanto que, os chineses transportam para grandes empresas, grandes construções.

"Por exemplo: eu posso carregar em média duas carradas de areia para os meus clientes, mas os chineses entram e saem todo o dia. Pois, para além de carregarem inertes para as empresas que eles dizem ser da Casa Militar, aproveitam vender a outras pessoas", apontou, sublinhando que enquanto um nacional tem que comprar a carrada, eles, os chineses, não compram nada.

"Aproveitam-se do nome da Casa Militar e desviam o material para outros clientes em nosso detrimento", denunciou.

O processo de compra desenrolar-se em espécie de guichés improvisados em contentores para onde os camionistas se dirigem e, através de uma pequena janela são atendidos. A regra é, pagar, e levar sem conversas.

### 10.3 Silêncio

*Jornal Acapital*

*11 De Janeiro de 2012*

Naquelas paragens o cenário é marcado pela presença maciça de seguranças privados equipados com armas de fogo. São eles que asseguram o local. Ninguém tem autorização para prestar qualquer informação. Os chineses, pior ainda. Parecem surdos e mudos.

A única expressão em português que pronunciam é: «não falar. Pagar».

Um pouco por toda a extensão adjacente à centralidade de Cacucaco, as enormes crateras abertas pelas máquinas tornaram a zona completamente acidentada, com as consequências nefastas, possíveis e imaginárias para o meio ambiente.

A grande questão que se levanta é se as empresas e pessoas singulares envolvidas nesta exploração de inertes estão ecologicamente capacitadas e disciplinadas para o efeito.

Tanto é que, ao longo do percurso da via expressa, na zona onde se é: "não fala faz a exploração de brita, pedra e areia, existem pessoas que já lá vivem há mais de 15 anos. São elas que sentem na pele as consequências da devastação do seu habitat.

## 10.4 Obras de Santa Ebgrecia em Luanda

*Jornal Acapital*

*11 De Janeiro de 2014*

Entre as sobras do ano passa- do figura o projecto de tratamento da lagoa de São Pedro, ao Cazenga, contemplado na requalificação urbana da área, que incluirá a construção de ha-

bitações, armamentos, zona florestal e áreas de lazer, tornando-a em zona turística.

As águas já começaram a ser escoadas para a vala do Suroca, e já está construído o canal que vai ligar os dois outros pontos de drenagem na rua do Patrício. Contudo, o tão desejado projecto de transformar aquele local em área turística, pelos vistos, parece ainda uma miragem. No momento em que fechávamos esta edição, o Cazenga estava em festa por completar mais um ano desde a sua ascensão à categoria de município.

Mesmo assim, aos olhos dos seus habitantes, o que mais aparecia eram obras inacabadas, projectos anunciados mas nunca concluídos, enfim. Um dos já velhos casos é o da s<sup>a</sup> Avenida e outras, cuja melhoria retarda e retarda, ano após ano sem que se vislumbrem dias melhores.

No centro da cidade o cenário não é muito agradável, também. Apesar de estarem a despontar uma série de edificações, até da mais moderna arquitectura, há prédios, uns inacabados, já lá vão longos anos, outros precariamente envelhecidos no tempo, promovendo um grande contraste com o novo visual que se pretende dar à capital do país.

Na rua Marien Nguabi, propriamente no largo da Maianga, encontramos um edifício inacabado que lá está, segundo fontes históricas, desde 1974. Há quem diga que não é demolido nem acabado por falta de entendimento entre as autoridades e o dono

do mesmo que, alegadamente, pede uma soma avultada de valores monetários para ceder a estrutura.

E por se tratar de algo abandonado, já serviu como moradia para supostos delinquentes, e como casa de prostituição. Actualmente está vedado, por ordem do Governo Provincial, e é guamecido por um segurança privado.

Já na rua Alexandre Pires, antes do supermercado Maxi, existe uma residência que está vedada há mais de dois anos. Não tem sequer um indicador de qualquer data para o início de obras. Como não tem

dono aparentemente, serve de arrecadação para alguns jovens ambulantes.

O pouco que se pôde apurar é que a casa pertence a um antigo governante de Malange, actualmente deputado à Assembleia Nacional pelo MPIA. Não é tudo quanto a manchas no soalho da

cidade. Entre elas está ainda, e no mesmo lugar, o antigo edifício da primeira estação dos Carninhos-de-ferro de Luanda, património histórico-cultural. O mesmo está arrendado a três cidadãos oeste-africanos que, para piorar o quadro, abriram cantinas.

O largo Mutu Ya Kevela, frente à escola do Magistério Primário, antigo liceu Salvador Correia, está vedado a quase um ano, tanto quanto se sabe, para dar lugar ao que se presume virem a ser as futuras instalações do parque de estacionamento e revitalização do largo com o mesmo nome. Por enquanto só está a vedação sem sequer um sinal de empreitada pautado.

Na rua Comandante Che Guevara no entrocamento com a Avenida Comandante Kwenha, existe um quintal vedado já lá vão dois anos. Os seguranças que controlam a vedação transforma- ram-no em parque de estacionamento. Como nos demais lugares, não existe previsão de início de obras.

Em frente ao cine Luanda, na rua Rey KatiavaLa, encontra-se um edifício vedado há mais de 12 anos. Diz-se ser pertença da Universidade Agostinho Neto e terá sido vedado para a reabilitação geral do lar do estudante n<sup>o</sup> 4- Só que, de lá para cá, nem água vem nem água vai.

No Kinaxixi damo-nos logo com o triste aspecto do famoso prédio da Lagoa, cujos habitantes foram evacuados há pouco menos de dois anos. Disse-se na altura que haveria de ser demolido. Lixo, ruína, é tudo o que resta.

Já noutra extremo da cidade, o local onde estava a antiga Feira Ngoma, desde a sua demolição está cercado e transformado em estaleiro de uma empresa de construção. O que se vai projectar naquele local parece estar no segredo dos deuses. O mesmo pode-se dizer do estaleiro adjacente à Rádio Nacional de Angola, um verdadeiro produtor de britas e serve como residências para alguns expatriados.

O mesmo pode-se dizer da vedação da escola Ngola Kanini, justamente, em frente ao Quartel-General das Forças Armadas Angolanas, que, para além das chapas que cobrem o local, só restam as paredes envelhecidas daquele monumento.

Os edifícios conhecidos como "Prédio do livro" na rua Soba Mandume, bem como os que o circundam, estão em degradação, sem esquecer outro "Prédio do livro", da Maiaga. Lembre-se que depois do desabamento do antigo edifício de sete andares onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC, uma comissão tinha sido criada com a finalidade de proceder ao cadastramento dos demais prédios em situação de risco na cidade

de Luanda, na altura, coordenada pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

## 10.5 Alternativa à estiagem

*Jornal de Angola*  
15 De Janeiro de 2014

O aproveitamento do potencial hídrico das zonas baixas para prática de culturas de hortícolas e cereais é uma das alternativas para contornar a ausência de chuvas e relançar a produção agrícola em grande escala na Huíla.

Um relatório da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, afirma que esta campanha agrícola envolve 288.430 famílias camponesas de 954 aldeias.

A agricultura feita em zonas ribeirinhas oferece condições climáticas para o cultivo de cereais e hortícolas diversos e, por isso, as autoridades provinciais vão também intensificar o recurso aos sistemas de irrigação dos perímetros irrigados, para fornecimento de água às lavouras.

As famílias camponesas foram apoiadas com alfaiais agrícolas, sementes de cereais, feijão, fertilizantes diversos, charruas semeadoras, carroças e gado para tracção animal, com o suporte do Ministério da Agricultura.

A Huíla tem enfrentado nos últimos tempos períodos prolongados de seca, o que levou o Executivo a criar um sistema de alerta, enquanto decorre um estudo para a identificação dos lençóis freáticos o o documento refere que os resultados da produção agrícola e os rendimentos das culturas na época agrícola passada foram baixos em relação às campanhas anteriores, sobretudo em algumas zonas do Lubango, Cacula, Gambos, Chibia, Humpata e Quilengues. A produção de milho foi de 142.810 toneladas, a de massango 18.661 e a massambala 21 mil, números muito abaixo das previsões. "As principais regiões agrícolas da província sofreram urna ausência prolongada e intercalada de chuvas, o que afectou grande parte das culturas fragilizadas", diz o relatório.

## Vacinação de gado

Em 20 13 foram vacinadas cerca de 543.245 cabeças de gado bovino, enquanto 16.286 animais, entre cães, gatos e macacos, foram imunizados contra a raiva.

A Direcção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas refere que dispõe de novos meios para assistência técnica e médico-veterinária aos criadores de gado tradicionais e fazendeiros, contando com 40 mil doses de vacinas anti-rábicas, 275 mil contra pneumonia contagiosa bovina, igual número para os carbúnculos interno e externo e 150 mil para o combate à dermatite nodular.

## 10.6 Esse problema não é nosso, é do Minars

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Com o propósito de ouvir as partes, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) deslocou-se à Administração de Belas para saber a sua opinião em relação ao assunto mas, como sempre, tivemos que enfrentar as habituais manias de que os órgãos públicos não falam para a imprensa privada. O director do gabinete da administradora apenas referiu que os populares estão ali por um curto espaço de tempo.

De acordo com o mesmo, outros dados não podiam ser dados por ele e muito menos pela administradora, porque existe o MINARS que vela por estes assuntos. Um facto que entra em desconformidade com um outro do governo da província de Luanda que menciona: «a Administração de Belas é que deve falar sobre situações decorrentes no seu local de jurisdição.

## 10.7 Ministério da Justiça facilita cidadãos

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Uma nota de imprensa proveniente do Centro de Documentação e Imagem do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegada à redacção do *Semanário Angolense* (SA) informa que, desde o passado dia 24 de Dezembro de 2013, o horário de funcionamento dos serviços de justiça, passou a ser das 07H30 às 17H00 horas, em regime de turnos, para melhor responder às necessidades dos cidadãos.

Este horário abrange os cartórios notariais, as conservatórias do Registo Civil, Predial, Comercial e



Propriedade Automóvel, Lojas de Registo e postos de emissão de bilhete de identidade e registo criminal.

A intercalação do horário imposto, conforme o nsl do artigo 3º da Lei nº08/02 de 19 de Julho, para um regime de turnos, permitirá que os serviços da justiça ofereçam um melhor serviço aos cidadãos.

## 10.8 Que mal fizemos ao governo?

*Semanário Angolense*  
18 De Janeiro de 2014

Muito há ainda por fazer em relação à resolução, de forma definitiva, dos graves problemas que a sociedade angolana infelizmente ainda atravessa, principalmente daqueles problemas considerados como os mais sensíveis ou os mais básicos, como é o caso da habitação, educação e saúde.

Os sectores acima referenciados constituem de forma profunda o tão badalado sector social de um país, aquele que em termos de distribuição do Orçamento Geral do Estado merece, em alguns países desenvolvidos, a máxima atenção dos dirigentes, pois, estes são extremamente importantes.

Mas parece que, em Angola, estes não constituem sectores prioritários devido à forma como são tratados.

Por incrível que pareça, há ainda muitos angolanos, quer em Luanda como no resto do país, que estão realmente a passar por condições de vida bastante degradantes, como não tendo nada que comer, não tendo uma casa própria, sobretudo depois de desalojados ou simplesmente sinistrados. Também não têm direito a educação, mesmo vivendo próximo de escolas estatais e privadas.

Muitos cidadãos vivem sufocados no seu próprio país, porque não são tratados com dignidade e os direitos que lhes são garantidos constitucionalmente não se efectivam na sua vida particular.

A Constituição, enquanto carta magna, ou seja, documento segundo o qual o país deve-se orientar para o seu desempenho harmonioso, garante vida melhor, condições saudáveis e, acima de tudo, de habitabilidade para todos, sem excepção, até mesmo para o cidadão estrangeiro.

Em anos passados, nomeadamente de 2010 a 2013, fenómenos naturais ocorreram como sempre.

As chuvas que já nos acostumaram a fazer estragos, principalmente de ordem material, inclusive ceifando vidas humanas.

Atiraram várias famílias para a condição de sinistrados porque as localidades onde viviam eram impróprias sobretudo em tempo de enxurradas.

Foi o que ocorreu com uma parte da população do distrito urbano do Sambizanga, que foi atingida de forma brutal pelas chuvas, chegando a verificar-se enchentes nas suas residências, que causaram a desgraça de muitos filhos desta terra.

Assim sendo, e em função também de uma onda de descontentamento por parte de quantos acompanharam o drama daquelas famílias, houve a necessidade de serem retirados, pelo governo, e levados para lugar mais cómodo com condições pelo menos melhores que as anteriores, porque afinal de contas, a última coisa que qualquer pessoa deve perder é a dignidade.

Para espanto de todos, aqueles sinistrados foram parar à zona conhecida como «Sapú II», um lugar pior que o anterior, aliás, foram levados como animais e atirados para as ruas do referido bairro sem qualquer condição básica para se viver. Acompanhados, na altura, pelo senhor Bento Soito, com membros do Ministério da Reinserção Social e outros, foram apenas deixados na rua com promessas de que voltariam, o que nunca mais voltou a acontecer, já lá vão vários anos.

Aquela gente ficou assim sujeita a todas adversidades possíveis, pois, muitos dormem em tendas já apodrecidas que foram distribuídas pelo MINARS, outros ainda dormem em casebres de chapas feitos por eles se protegerem das adversidades do tempo e de outros perigos que a própria natureza e a sociedade são susceptíveis de oferecer.

Os sinistrados de Viana, provenientes do «bairro do Cemitério», estão há sensivelmente nove anos em condições precárias, tendo muitos dos seus filhos contrariado doenças como a cólera, tuberculose, entre outras, chegando ao ponto de alguns terem morrido.

Já os sinistrados do Sambizanga estão há quatro anos ao ar livre desde que saíram dos seus bairros por causa das chuvas.

### O drama das famílias

Como referimos, as famílias sinistradas estão a viver uma realidade extremamente difícil, passando por enormes dificuldades como doenças, fome, violação, falta de segurança e outras situações que põe em risco a vida daqueles moradores que dia pós dia reclamam por melhores condições de vida.

Manuela dos Santos é sinistrada proveniente do «bairro Cemitério», em Viana, e está na Sapú II há aproximadamente 10 anos; vive com o marido e três filhos.

«Estamos há muito tempo a viver nestas condições. Sofremos bastante, estamos a viver aqui nestas condições como o senhor está ver e, gostaríamos de saber o que fizemos de errado para merecermos este castigo, este sofrimento todo, uma vez que somos seres humanos e angolanos como os outros», questiona acabrunhada.

Manuela dos Santos, que falou em representação do coordenador das famílias, esclareceu que já tiveram problemas sérios de saúde como pneumonia. As crianças, na sua maioria, foram parar ao hospital Sanatório por causa da tuberculose contraída em função das condições em que vivem. Quando saíram do antigo bairro, foi-lhes garantido que havia casas reservadas para eles. A promessa, na altura, foi feita pelo senhor Bento Soito e os outros representantes do MINARS e, depois de chegarem ao local, mudaram de linguagem.

De acordo com a interlocutora, foram informados que permaneceriam ao relento por apenas seis meses. Depois o problema seria resolvido dentro do tempo estabelecido. Transcorridos os seis meses combinados, nada se viu e continuaram a receber «calmantes» por parte das entidades.

«Desde que cá estamos dificilmente recebemos visitas, quer da administração do Sambizanga, administração de Belas e muito menos do governo da província de Luanda, órgão máximo e responsável pelo bem-estar dos luandenses. Aparecem de vez em quando pessoas mandadas por este ou aquele dirigente, que se informam sobre a nossa situação e como sempre, acabam por fazer promessas», acusou a senhora.

Segundo ela, após a verificação da demora, os sinistrados decidiram criar uma comissão de cinco elementos no intuito de contactar com frequência as pessoas de direito no sentido de rapidamente se solucionar os problemas, pois, o sofrimento é demasiado.

«Somos 11 famílias, todas provenientes de Viana e temos documentos de sinistrados que foram apresentados à administração de Belas e de outros órgãos que solicitaram tais documentos. Por incrível que pareça, os documentos foram poli copiados e atirados ao gabinete da senhora Loana Quintas, que na altura prometera solucionar os problemas, mas, não passou disso mesmo», referiu.

Em função desta demora, o grupo pensou em construir as suas residências, cada um no espaço que ocupa. Com ajuda de algumas pessoas de boa-fé fizeram as bases, ou seja, os alicerces, que foram depois destruídos pelos fiscais do município de Belas alegando não haver permissão de uso do espaço.

Mendonça José, também é sinistrado, proveniente do «bairro do Cemitério», tem sete filhos e, de acordo com ele, a situação é bastante caótica porque tudo piora a cada dia que passa.

Outros sinistrados que passam por grandes dificuldades são os provenientes do Sambizanga. Igualmente estão atirados à sua sorte no bairro da «Sapú II». São aproximadamente 120 famílias, todas atiradas numa área mais espaçosa, mas que os deixa sujeitos também a todas adversidades.

Estes por sua vez, disseram que são vítimas de meliantes, sofrem assaltos nos seus pobres casebres, assim como violação sexual por parte de delinquentes provenientes de outras localidades.

Avelino Malique também é sinistrado e, ao falar em nome de todos, disse que os dirigentes não têm noção de quanto sofrimento as pessoas passam desde que foram «jogados» ali. «Quase nunca temos água, não temos como beneficiar de energia eléctrica e tal como as outras onze famílias, estamos à mercê de bandidos e de tudo o que de mau na sociedade», lamentou, acrescentando:

«As coisas não vão bem, todos os dias aqui temos problemas. Fomos atirados aqui com algumas tendas apenas e os senhores do MINARS foram-se embora, nós ficamos abandonados como animais sarmientos. Pedimos as pessoas de bom senso que venham dar-nos a mão, que procurem o mais rápido possível resolver os nossos problemas, porque aqui a vida está mesmo difícil».

## 10.9 Governo apoia as vítimas

*Jornal de Angola*

*20 De Janeiro de 2014*

As fortes chuvas que caíram nos últimos dias na província do Uíge causaram oito mortes, dois feridos graves e desalojaram 7.948 famílias, revelou ao Jornal de Angola o chefe de Departamento de Protecção Civil e Bombeiros.

Eduardo André referiu a água destruiu 1.953 casas particulares e 26 sociais, 21 igrejas, outras tantas escolas, cinco postos de saúde, uma ponte e cerca de 20 hectares de campos agrícolas.

Os municípios mais afectados são os do Uíge, Negage, Puri, Cangola, Sanza Pombo, Milunga, Mucaba, Songo, Bembe, Maquela do Zombo e Quitexe. As famílias afectadas foram apoiadas, pelo Governo Provincial, com bens alimentares, chapas de zinco, roupa usada, utensílios de cozinha, de carpintaria e para pedreiros, bem como agrícolas. Eduardo André Pereira afirmou que algumas das situações registadas se ficam a dever ao lixo colocado nas valas de drenagem que impede a passagem das águas.

Habitantes preocupados

Piedade Victor, 23 anos, morador do bairro Papelão, próximo da praça da Independência, disse estar preocupada com as dezenas de crianças que diariamente brincam na lagoa formada pela água da chuva, que é muito profunda e constitui um perigo. A Praça da Independência é o principal local da realização de várias actividades sociais, económicas e culturais, como é o caso da feira agro-pecuária e industrial.

Eduardo André afirmou que há mais quatro lagoas do género nos arredores da cidade do Uíge.

## 10.10 Chuvas torrenciais afectam município

*Jornal de Angola*  
24 De Janeiro de 2014

A chuva torrencial acompanhada de vento forte e granizo que caiu ontem no Bié desalojou 392 pessoas em Ekenge, município do Cunhinga, anuncia um comunicado do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

O documento refere que a chuva destruiu 56 casas particulares, uma escola e duas igrejas de adobe cobertas a zinco e que a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros distribuiu bens de primeira necessidade aos desalojados.

O mesmo comunicado afirma que os bombeiros foram chamados a combater um incêndio numa casa do bairro Helena de Almeida, da cidade do Cuito, que provocou prejuízos materiais.

## 10.11 Chuvas com vento forte destroem centenas de casas

*Jornal de Angola*  
26 De Janeiro de 2014

As Intensas chuvas acompanhadas de ventos fortes que se abateram sobre a cidade do Oundo, no começo desta semana, destruíram 360 casas, disse ao Jornal de Angola o porta-voz dos Serviços locais de Protecção Civil e Bombeiros.

Francisco Viana explicou que as chuvas desalojaram centenas de famílias, tendo igualmente destruído uma igreja, no bairro Camatundo, um quintal afecto ao Comando Provincial da Polícia Nacional e um cabo eléctrico de baixa tensão.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse que

os dados ainda são provisórios mas apontou os bairros Norte, Camatundo, Aeroporto e Samacaca como as zonas mais afectadas, com residências totalmente destruídas.

Francisco Viana disse que devido à insuficiência de meios por parte da Protecção Civil as autoridades da província e as estruturas centrais estão a trabalhar para garantir o apoio necessário às populações sinistradas, que precisam de comida e materiais de construção.

"Tivemos uma reunião de emergência, antes de enviarmos a mensagem para as nossas estruturas centrais, para que, em coordenação com o Governo Provincial e a Administração Municipal do Chitato, se encontre uma solução imediata para o problema das famílias sinistradas, com a distribuição, numa primeira fase, de chapas de zinco e bens alimentares. Adiantou que os Serviços Provinciais de Protecção Civil estão a envidar esforços para que as chuvas deixem de causar desastres, tendo defendido a necessidade de se apetrechar a logística local com a aquisição de chapas de zinco, cobertores e produtos alimentares para assistir as pessoas afectadas pelas catástrofes naturais.

O porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros informou que, tendo em conta as fortes chuvas com ventos e granizo, o Governo prevê estudar mecanismos para, junto das administrações municipais, se criar um fundo para responder a situações de emergência.

No quadro da mobilização de recursos para o reforço da assistência humanitária aos sinistrados, disse, a verba a ser disponibilizada, cujo valor é depositado

mensalmente, vai servir para apoiar o realojamento provisório das populações que vivem em áreas de risco para outras mais seguras, além de permitir a

deslocação urgente das forças de Protecção Civil e Bombeiros.

Zonas de risco

Visivelmente triste pelo facto da chuva ter destruído a sua casa, Marta Solange, solteira e mãe de três filhos, residente no Bairro Norte, disse que está abrigada em casa de uma vizinha.

Além da perda da casa, construída com muito sacrifício, Marta Solange viu destruídos os electrodomésticos e todos documentos pessoais da família. "Com maior ou menor dificuldade, apesar de estar desempregada, posso voltar a ter uma nova casa, mas dói-me muito ter perdido também a documentação dos meus filhos."

Ernesto Muriba, residente no bairro Camatundo, reconheceu que a sua casa ficou afectada pelas fortes chuvas por estar construída numa zona de risco, o que deixou em perigo a família e os bens.

"Fomos aconselhados pela Administração Municipal a não construirmos aqui mas a ansiedade de ter uma casa própria, provocada também pela escassez de terrenos, levou-me a esta teimosia e quase perdia a minha família", reconheceu, solicitando ajuda, pelo menos em chapas de zinco.

## 10.12 Chuva desaloja famílias

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2014*

Chuvas acompanhadas por fortes ventos caíram sobre o município dos Gambos, Huíla, nos últimos dias deixando mais de 40 famílias desalojadas, informou a administradora municipal adjunta da circunscrição.

Maria Firmino disse que foram afectadas 20 famílias na sede comunal do Chiange e 40 na Chibemba. Além das casas, acrescentou, as chuvas destruíram estabelecimentos comerciais, religiosos e escolas.

Maria Firmino explicou que a administração municipal dos Gambos, em colaboração com o Governo Provincial da Huíla e os Serviços de Protecção Civil já traçou o programa de apoio às famílias, com chapas e alimentação, caso seja necessário. "A nível da administração municipal temos chapas e alimentação para apoiar as famílias afectadas caso seja necessário", garantiu a

administradora, acrescentando que por ser um fenómeno

natural, o que se tem estado a fazer é aconselhar as pessoas a construir em áreas seguras para prevenir e evitar situações que se vive nesta época chuvosa.

As chuvas que estão a cair sobre a região dos Gambos, apesar de terem causado danos em algumas casas, proporcionam a recuperação da produção agrícola, disse o camponês António Elias. "Fomos afectados pela seca ao longo do ano passado e agora as chuvas vêm-nos ajudar." Muitas famílias receberam sementes de milho, massango, feijão e massambala na abertura da campanha agrícola 2013-2014

António Elias informou estarem disponíveis em armazéns cerca de 200 toneladas de bens entregues pelo Governo Provincial da Huíla, pelo Executivo e por ONG, e que se destinam ao apoio às famílias afectadas pela seca no ano findo.

## 10.13 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes (I)

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2014*

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros na Chibia, Huíla, anunciou cinco mortes no fim-de-semana, nas comunas do Jau e Capunda Cavilongo, causadas por raios. O porta-voz em exercício daquele órgão operativo do Ministério do Interior na Huíla disse que a chuva torrencial que caiu de sexta-feira a domingo sobre na capital da Huíla também destruiu os tectos de dez casas, no bairro Comercial, cinco armazéns, no mercado informal, de Mutundo, e de uma escola do segundo ciclo. Quanto ao apoio aos sinistrados, Inocêncio Hungulu afirmou já terem sido registados pela Comissão de Apoio às Vítimas de Calamidades Naturais para em breve serem distribuídos chapas e artigos de primeira necessidade.

## 10.14 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes

*Jornal de Angola*

*31 De Janeiro de 2014*

Depois de várias abordagens feitas pelo Jornal de Angola sobre o estado degradante em que se encontrava a rua da Alfândega, que faz a ligação da rua Rainha Ginga e a rua Fernando Brique, que dá acesso ao Ministério das Finanças, a mesma, beneficiou de um trabalho rápido de reparação de



forma meramente paliativa. A degradação da rua da Alfândega começou com um pequeno buraco mas, devido à água e ao lixo nunca recolhido, aos poucos o buraco foi evoluindo até causar danos em algumas viaturas, a ponto de ficar intransitável, transformando-se em parque de estacionamento.

Na passada sexta-feira apareceram carrinhas carregadas com areia e pedra para tapar o enorme buraco.

No fim do trabalho recolheu-se o lixo que estava em volta, o que permitiu aos automobilistas voltarem a utilizar a via como anteriormente.

Um automobilista disse ao Jornal de Angola que as obras são bem-vindas, mas a verdade é que "o trabalho feito não vai durar muito tempo, pois as águas da chuva e as que os moradores deitam na rua todos dias vão-se encarregar de fiscalizar a obra que devia ser feita de forma mais profunda".

Os moradores da Rua da Alfândega e os usuários da rua pedem que a administração do Distrito Urbano da Ingombota intervenha antes que voltem a cair as grandes cargas de água que Luanda não consegue suportar.

Campos Gregório é morador há dez anos num prédio da rua da Alfândega, disse ter presenciado o trabalho rápido e precário da equipa que entulhou o buraco de areia e pedras, receando que daqui a pouco tempo tudo volte ao mesmo, isto é, a rua de novo intransitável. O automobilista Zacarias Panzo elogiou a iniciativa de fechar o buraco porque voltou a ajudar no descongestionamento do I trânsito na rua Rainha Ginga. Mas diz que o trabalho precisa de ser melhorado e a rua reasfaltada para durar mais tempo.

"Somos obrigados a pagar a taxa de circulação todos os anos e por isso devemos ter ruas em condições principalmente aqui no centro da cidade onde se regista maior tráfego rodoviário", disse.

## 10.15 Valdemiro Russo” Só através de consulta poderemos minimizar os problemas de Luanda

*Jornal Agora*

*31 De Janeiro de 2014*

Depois de sucessivos adiamentos por razões da sua agenda dividida entre o trabalho no offshore (alto-mar) e no onshore (em terra), encontrámo-lo, finalmente, nos escritórios da Holísticos, nas imediações do Lar do Patriota, no Benfica. O nosso

entrevistado é um ambientalista que dispensa apresentação.

Com 'canudo' arrancado numa das mais prestigiadas universidades da África do Sul, Valdemiro Russo é membro fundador da Juventude Ecológica de Angola (JEA).

Está na Holísticos, basicamente o que este nome representa?

Trata-se de uma empresa de consultoria na área do ambiente, criada em 2006, e que trabalha na área de estudos de impacto ambiental, auditoria e campanhas de monitorização.

Tem sede em Luanda, mas desenvolve trabalhos em todo o país, tendo projectos a nível das províncias, bem como do mar, particularmente, para o sector petrolífero.

Já se pode fazer um balanço no domínio da consultoria ambiental?

Em Angola, a área de consultoria têm estado a crescer ao longo dos anos, mas, para que haja consultoria ambiental, tem de existir legislação. A legislação no país começou a surgir no final dos anos 90. Entre 2004 e 2005, surgiram várias. Isso permitiu que os serviços de consultoria ambiental se tornassem mais exigidos e requisitados. Temos notado que, ao longo dos anos, tem havido cada vez maior necessidade de se fazerem estudos de impacto ambiental. Inicialmente, começou nos petróleos, agora está espalhado para outros sectores da construção, da indústria, das florestas e, além disso, há cada vez mais trabalho no domínio da auditoria ambiental.

O que a Holísticos faz não é senão o que outras empresas do género fazem: o Ministério do Ambiente regula e é preciso verificar a implementação das políticas do Estado e da legislação. A consultoria ambiental tem estado a desenvolver-se, havendo cada vez mais necessidade de estudos que permitam olhar para um projecto específico, fazer a sua avaliação e sugerir formas de evitar que haja problemas ambientais.

Legislação sobre o despejo de águas residuais, que têm de ser tratadas, fazer a sua quantificação. Portanto, a auditoria serve para verificar estes aspectos. Existe uma melhoria em termos de legislação e essa faz que haja uma melhoria de prestação de serviços.

Fica-se com a impressão de que a legislação ambiental tem maior incidência sobre a actividade petrolífera?



Sim, o sector petrolífero é o que mais legislação tem. Legislação do Sector do Ambiente aplicável ao sector petrolífero, assim como Legislação Petrolífera aplicada às questões ambientais no decurso das actividades de produção e exploração de petróleo. Todos os

empreendimentos que ocorrem no país são sujeitos a estudos de impacto ambiental, são avaliados, feitas consultas públicas e são realizadas auditorias ambientais. Olhando para os vários sectores, este é um dos que mais estiveram avançado em termos de protecção do ambiente e que investe mais recursos financeiros na protecção do ambiente.

Além disso, é uma actividade de maior risco. Uma das formas de reduzir o risco é fazer que haja formação contínua, para a melhoria dos equipamentos e da utilização de melhores práticas na exploração

dos nossos recursos.

De uma forma geral, como olha para o ambiente à volta de nós. É saudável?

Nalguns sítios sim, particularmente quando estamos afastados dos centros urbanos, como Luanda, Benguela, Huambo, do ponto de vista da poluição do ar, do stress.

Quais as 'balizas' existentes entre a consultoria e a auditoria ambiental?

Temos muitos projectos a serem desenvolvidos a nível do país, desde barragens, estradas, exploração de petróleo, serração, corte de florestas e pescas. É importante que estes projectos estejam dentro daquilo que constitui o desenvolvimento sustentável. Os estudos de impacto ambiental servem para este efeito e as auditorias, para cumprir com outro tipo de regulamento. Por exemplo, existe a não cumprem

com as questões ambientais" trânsito, pelo som dos geradores, podemos dizer que, fora dos principais cascos urbanos, existem muitas áreas livres de poluição.

Mas, nestas áreas livres de poluição, surgem outros problemas, nomeadamente o abate indiscriminado de árvores e a destruição da fauna?

Sim, existem outros problemas associados à erosão dos solos e à caça furtiva. A nossa biodiversidade tem sido, seriamente, afectada nos últimos três ou quatro anos, porque há cada vez mais e melhores vias de acesso; há melhor circulação de pessoas e bens. As pessoas, na ânsia de procurar melhores condições de

vida, desenvolvem alguns negócios e não cumprem com as questões ambientais.

Portanto, é muito difícil avaliar o país no seu todo. De resto, há áreas boas e menos boas.

Qual é a solução para as áreas menos boas, ou seja, as cidades como Luanda?

O principal aspecto, quando tratamos dos centros urbanos, é na ordem de que tem de haver várias soluções. O desenvolvimento dos planos directores é algo que Luanda está, finalmente, a tentar iniciar. A implementação do plano director é uma das formas de procurarmos soluções. Estas devem ser sempre feitas com vários actores. Não pode ser uma solução definida apenas do ponto de vista económico ou social, ou ambiental. Existem vários actores que devem ser ouvidos.

Por exemplo, há resolver o problema dos efluentes domésticos, o seu tratamento e despejo no mar. Temos de resolver o problema

dos resíduos sólidos, viu-se na quadra festiva, o aumento que houve e as consequências disso, o problema do trânsito, associado à poluição por emissão de gases de efeito estufa, ausência de espaços verdes. Há uma série de problemas que têm de ser resolvidos com

um programa. Este, para ser cumprido, se nós decidirmos que Luanda está a expandir para Norte-Sul para Este, é preciso que esta expansão seja feita de forma regrada e com base nos pressupostos de cidades harmoniosas, de desenvolvimento sustentável. Isso é possível. mas é preciso que haja um plano director 'balizas'. Temos de saber o que se pode fazer numa determinada área e o que não. Temos muitos casos em Luanda de áreas que eram 'virgens' há muitos anos, passaram a ser áreas de cultivo da cintura verde. Os camponeses depois foram afastados pelo parque industrial e temos nalgumas zonas onde há indústria e área habitacional. Ora, isso não funciona porque as áreas verdes deixaram de existir. Só através da definição de balizas, medidas correctas, coerentes e consulta, poderemos minimizar muitos problemas que temos a nível da província de Luanda.

Não havendo arborização, a capital e boa parte das cidades do litoral vão-se tornando cada vez mais quentes. Logo, o aquecimento é um facto?

Não necessariamente. O aquecimento tem a ver com aspectos de temperatura. Claro que a ausência de árvores está mais ligada a três aspectos fundamentais: o primeiro é a poluição do ar (ausência de oxigénio e de ar puro) outro é o aparecimento de poeiras

(porque as árvores acabam por ajudar a conter a poeira e dar um aspecto paisagístico melhor e por último ajudam a travar a aceleração do processo de erosão).

Luanda ainda vai a tempo de ser transformada num bom recanto para viver do ponto de vista ambiental?

É possível transformar Luanda numa cidade bonita, mas isso não quer dizer que venha a ser sã do ponto de vista ambiental. Podemos ter estradas limpas, edifícios bonitos, mas continuamos a ter muito trânsito, poluição e falta de áreas verdes. Dizer que Luanda pode vir a ser uma cidade saudável tenho as minhas dúvidas.

Como avalia o curso da requalificação das cidades?

Existem vários projectos de requalificação do Sambizanga, Bairro Operário, em Luanda e noutros pontos do país. Estes projectos têm as bases bem definidas no realojamento das pessoas a medida que decorrer o reordenamento. A nível do plano, as áreas intervencionadas possuem os elementos importantes para serem consideradas sustentáveis, como a existência de espaços de lazer, zonas verdes, espaços para a prática do desporto, a definição de áreas residenciais, para comércio e serviços. Isso existe em termos de plano, o que é mais difícil é passar à prática e só quando tivermos um projecto devidamente implementado, pois estão todos na sua fase inicial. Não temos um projecto de requalificação devidamente implementado, é que poderemos fazer uma avaliação. De acordo com os documentos, existe a preocupação nestes projectos de juntar a componente ambiental, a social e claro, a económica.

Diz-se que o excesso de betão também influencia o calor?

Sim. Temos a selva urbana, mas acabamos por impermeabilizar e a absorção da onda de calor é menor. Como seria se tivéssemos relva ou terra? Por outro lado, áreas que deviam estar arejadas ficam compostas por muitas edificações, casas, prédios, etc. A circulação do ar é menor. Isso pode resultar no aumento localizado de temperatura numa determinada área.

A seu ver, onde devem ser direccionados em primeira mão os investimentos no domínio ambiental?

O primeiro aspecto importante é a educação e a sensibilização das populações. Se não haver populações sensibilizadas, não podemos ter a melhor tecnologia no mundo ou a melhor legislação, mas não vai surtir efeito.

É preciso que as pessoas sejam formadas e seja cumprida a lei. Se não tivermos o cidadão educado, o empresário ou político, não iremos a lado nenhum. Com novas tecnologias, podemos produzir menos em termos de resíduos, mas precisamos de educar o homem.

Fala-se de uma cidade ecológica no Huambo, mas assiste-se ao derrube de árvores na mesma província. Quer dar uma opinião?

O corte de árvores a nível do Huambo é feito fora da cidade. As árvores das poucas existentes são preservadas. Huambo pode sim

ser cidade ecológica, mas uma cidade ecológica não é apenas uma cidade com muitas árvores. Deve haver um comportamento do cidadão, a questão da gestão dos resíduos sólidos, dos efluentes, a gestão do trânsito, da energia. Neste momento, a energia vem

em grande parte da barragem do Gove. É uma energia limpa, mas, não havendo esta energia constante, teremos geradores a funcionar. Para haver uma cidade ecológica, são muitos os critérios a ter em conta. A cidade tem essa potencialidade pela sua localização, pelo tipo de clima e de projectos existentes.

Em termos da criação de um aterro sanitário (neste momento, apenas Luanda é que tem aterro), Huambo é uma das províncias onde também se fala da criação desta infra-estrutura. Fazer uma cidade ecológica não é fazer uma ilha. Fazer uma cidade ecológica, quando à volta surge uma série de problemas ambientais, não é correcto; mas, se tivermos um exemplo, este pode ser replicado para as outras cidades ou envolventes da própria cidade do Huambo.

Mas, a inquietação vem mesmo de dentro. Há quem diga que o abate de árvores ocorre mesmo no casco urbano para dar lugar a espaços de construção. Tem o conhecimento desta situação?

Temos o corte de lenha, que é feito fora, e outros casos de derrube de árvores na cidade. Para isso, a solução é mesmo de Luanda: tem que haver um plano director que estabeleça área de construção. Logo, o estabelecimento de balizas vai ajudar a preservar, uma vez que, se não tivermos, hoje o que interessa ter um parque infantil amanhã interessará ter um prédio; hoje interessa ter uma zona verde, no dia seguinte será um campo desportivo. Assim, é preciso que isto seja definido, pois as cidades vão expandir. Angola tem, neste momento, aproximadamente 20 milhões de habitantes, o que se vai confirmar com o censo. Mas, as projecções para os próximos indicam o aumento da população.

'Desta forma, sendo que mais de 50 por cento da população está nas cidades, haverá uma grande pressão sobre os centros urbanos na busca de espaços para a residência, comércio e lazer. Sem esses planos directores, fica difícil definir estas balizas.

Sendo que a maioria da nossa população é camponesa, não acha que um, contra-senso fugir do seu habitat para pressionar os centros urbanos?

Num estado de direito, a população é livre de viver onde bem desejar. O Estado é que tem de ser capaz de criar condições, para que esta população não saia do seu habitat, dado que muitos saem do campo à busca de melhores condições de Vida, do melhor emprego, de melhor acesso à educação e à saúde. Não havendo essa capacidade de resposta, não haverá outra saída e continuará o êxodo das pessoas do campo para as zonas urbanas.

Na zona rural, temos outra maca: a grande pressão sobre a flora e a fauna.

A flora é a casa dos animais. Se cortarmos a floresta, os animais vão fugir, à procura de outros locais. E associado a isso, está a actividade mineira, extracção de areia e a caça furtiva. Quanto mais explorarmos de forma não sustentável, mais complicado ficará. Na zona rural, a população precisa de lenha e de carvão para a sua subsistência. A partir da altura em que surge o negócio do carvão para as cidades ou zonas periféricas, estamos a tirar os recursos da população que vai ficando cada vez mais pobre e está-se a alimentar um mercado que não vai sentir este problema, que são as pessoas das cidades. Por isso, é preciso que haja UIJ1a série de regras e o repovoamento é uma das saídas.

Até que ponto a educação ambiental será um processo continuo e quem deve levar á cabo esta tarefa?

Todos devemos estar envolvidos, desde o Ministério da Educação, a igreja e o cidadão, em primeiro lugar, por ser ele que prejudica o ambiente.

Boa parte das nossas praias está privatizada. O que lhe ocorre sobre esse respeito?

Nas praias, temos dois problemas graves. Um tem a ver com as condições de acesso. Algumas praias estão privatizadas. A população não pode ter acesso, porque há vedações, enquanto, à luz da legislação, é proibido. Como disse no princípio, se nós implementarmos a legislação, deixamos de ter esses problemas. Se temos legislação, mas não se cumpre, dá-se um mau sinal. O problema do acesso é um deles; a maca dos resíduos é outro, já que, nas praias, não há condições para o depósito de lixo. O terceiro

aspecto tem a ver com o plano director do turismo. Há áreas de praia vigiada, noutras não se devia proibir o uso, mas era preciso haver controlo, por falta de fiscalização e educação.

Na costa, temos máquinas a sugar areia do leito do mar. Estão a ser destruídos os mangais e zonas de reprodução de peixe. Como travar esta prática?

Tem de haver estudos que indiquem determinadas áreas como propícias para extracção de areiais. Lembro-me de que, há uns anos, era feita a exploração de areia nas Palmeirinhas, foi proibido, mas, de repente, voltou-se a fazer. Em muitos sítios, vemos buracos ao longo das nossas estradas; áreas que não são apropriadas estão a ser exploradas para retirar areia. A extracção de inertes, burgau, brita e areia está regulamentada e pode ser feita com o mínimo de impacto sobre o ambiente. É importante ver que, para construir, precisamos desses recursos. Não temos outra alternativa de construir e desenvolver o país sem usar estes recursos, mas temos de fazê-lo de forma sustentada. Temos áreas onde é feita a destruição de mangais, apropriadas para a reprodução das espécies. Temos nas bocas dos rios, ou seja, nos estuários redes, quando essa prática é proibida, uma vez que são zonas de reprodução, e, não havendo reprodução, vamos tendo cada vez menos caranguejo e peixe. No rio Kwanza, é muito frequente vermos redes que vão sendo colocadas para apanhar peixes. É uma questão da aplicação da lei.

Quem deve atacar esta problemática da privatização das praias?

É a fiscalização.

A fiscalização está frouxa?

É o termo. A nossa lei não permite a privatização de praias, quanto muito o quem tem acontecido é termos em empreendimentos turísticos e restaurantes guarda que está para controlar, mas nunca colocar vedação. No Mussulo, tentou levantar-se essa questão da privatização, porque há muitas áreas que estavam vedadas, mas não se conseguiu avançar. É uma questão que tem a ver com a implementação da legislação.

As novas centralidades respeitam o ambiente?

Muitas delas não foram feitas tendo em conta estudos de impacto ambiental. Nalgumas, foi feita avaliação ambiental estratégica que ajudou a definir algumas balizas e directrizes. Porém, na sua maioria, seja de Cacucaco, Zango ou do Kilamba, são áreas onde se teve em consideração a criação de áreas verdes, espaços de lazer, o fluxo rodoviário. A centralidade por si só tem aspectos positivos. Claro que as

questões relacionadas, por exemplo, com o escoamento das águas residuais e resíduos sólidos vão sendo tratadas à medida que se ganha experiência, porque não havia. Estamos a gerir pequenas cidades e, no Kilamba, são perto de 100 mil habitantes. De uma forma geral, em termos da sua planificação, tem sido positivo, mas é preciso melhorar. Aliás, há aspectos que não foram considerados, o facto de termos pessoas que trabalham a 30 quilómetros do local onde vivem, e numa cidade com uma rede viária bastante reduzida é complicado. No entanto, considero que se tem cumprido com os mínimos. Há, nestes projectos, uma preocupação com os espaços verdes; muitos deles acabaram por derrubar embondeiros, outros acabaram por preservar, mas o mais importante nestas cidades é a gestão. Como é que é feita a gestão duma pequena cidade no meio da província de Luanda, a gestão do trânsito, dos resíduos sólidos, dos efluentes da água e da energia eléctrica, só para dar este último exemplo. Nas centralidades, as pessoas não podem ter geradores. Dependem, unicamente, da energia da rede que sabemos, não é fiável. Isso cria uma série de constrangimentos do ponto de vista social e ambiental. Portanto, é preciso melhorar no capítulo da gestão destas.

Abordando ainda as centralidades de Cacucaco, as casas têm fissuras susceptíveis de perigar a vida de quem lá mora?

Isso é também uma questão de fiscalização. Nós, ao adjudicarmos uma obra a um empreiteiro, temos de ter a legislação na mão. Como disse no princípio, temos leis, mas elas não são aplicadas. É preciso seguir as boas práticas. É o caso recente do Hospital Provincial de Luanda, erguido pelos chineses e que, em pouco tempo, já estava a apresentar fissuras na sua estrutura. Portanto, é preciso fiscalizar.

## II. IMIGRAÇÃO

### II.1 África e imigração

*Jornal de Angola*

*01 De Janeiro de 2013*

A imigração ilegal é um fenómeno com que as autoridades angolanas voltaram a lidar em 2013, destacando-se o grande esforço feito para estancar um problema cuja complexidade é bem conhecida de todos quantos, por inerência de função, têm de tomar contacto com uma realidade existente em várias partes do mundo.

O fenómeno da imigração ilegal e os problemas com os quais anda associada tem levado muitos Estados a mobilizar recursos financeiros e humanos para fazer face em muitos casos a grupos criminosos cada vez mais organizados e altamente perigosos.

Foi assim ao longo de 2013 em diferentes países do mundo, com várias tragédias que abalaram o mundo, em particular as que decorreram das tentativas de imigrantes africanos em situação ilegal chegarem a qualquer custo ao continente europeu.

Em África, o fenómeno da imigração ilegal é também uma realidade.

Angola é no continente africano dos países de destino de imigrantes em situação ilegal, numa dimensão tal que tem obrigado as autoridades a tomar as medidas que qualquer Estado soberano deve tomar para proteger as suas fronteiras. O Estado angolano tem leis e não deixa que elas sejam violadas por quem quer que seja. Quem quiser entrar no nosso território e nele pretender permanecer por qualquer motivo tem de cumprir com a legislação em vigor em matéria de migração. O cidadão estrangeiro que estiver ilegalmente em Angola sujeita-se a sanções previstas na lei.

A questão da imigração ilegal no mundo é das mais debatidas entre Estados, havendo muitas ideias para a sua superação, mas nem sempre muitos meios financeiros e humanos suficientes para acudir a um fenómeno de grande dimensão.

Mas os Estados, seja qual for a complexidade do problema, estão condenados a encontrar em conjunto soluções para o problema da imigração ilegal. É verdade que vai levar tempo a resolver o problema, que deve interessar a todos os Estados, pequenos ou grandes, com ou sem potencialidades em termos de capacidade operacional para neutralização dos que não só querem instalar-se ilegalmente neste ou

naquele país, mas também realizar actividades criminosas de forma continuada no interior das suas fronteiras. Mas seja qual for o tempo que a resolução do problema implicar, vale a pena, como sugeriu o ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, a realização de "debates profundos" sobre o fenómeno da imigração ilegal, sobretudo com os países de onde partem os imigrantes.

É importante que esses debates, além de profundos, sejam abrangentes, de modo a que um número considerável de Estados deles façam parte, a fim de se conseguirem as melhores soluções para os problemas comuns.

Sendo comuns os problemas, é justo que todos se envolvam efectivamente na procura das vias que levem realmente, senão à total eliminação do fenómeno da imigração ilegal, pelo menos à redução do número de casos. Os Estados devem conceber acções concertadas para permitir que sejam menos vulneráveis aos actos de grupos organizados que não hesitam, a troco de dinheiro, em expor crianças a situações perigosas, que não raras vezes resultam na morte de muitas delas.

Que a luta contra a imigração ilegal seja considerada uma prioridade por todos os Estados que, unidos, podem desferir golpes demolidores à criminalidade transnacional. Como afirmou Georges Chikoti, a imigração ilegal é um fenómeno de difícil tratamento, pelo que se justifica que os Estados criem mecanismos de diálogo permanente e avancem, quando for caso disso, para a execução de operações conjuntas que não dêem tréguas aos criminosos.

A experiência que muitos Estados africanos e não só já adquiriram no combate à imigração ilegal pode contribuir para ajudar outros países a neutralizar fluxos de pessoas que ocorrem à margem da lei.

Que os Estados de África tomem iniciativas perspicazes que consigam levar-nos a conter esses fluxos que só prejudicam jovens famílias africanas, que na esperança de encontrarem novas oportunidades fora dos seus países de origem acabam por não alcançar os seus objectivos.

São conhecidas as causas dos fenómenos migratórios. Se se eliminarem as causas, entre as quais figuram a pobreza e os conflitos armados, não haverá muita apetência para se emigrar em condições precárias e correndo-se o risco de se perderem vidas humanas.

Estamos em 2014 e é certamente desejo de qualquer africano que haja menos problemas no continente, em particular os que têm a ver com a imigração ilegal. Que África seja no ano que agora começa um



continente com muita estabilidade para que os seus Estados possam centrar as suas atenções no crescimento económico e no desenvolvimento.

## 11.2 Detidos imigrantes sem documentação

*Jornal de Angola*  
04 De Janeiro de 2014

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Cuanza Norte deteve, de Janeiro a Dezembro do ano passado, 151 estrangeiros por permanência e entrada ilegal no território nacional.

O facto foi revelado terça-feira à imprensa em Ndalatando pelo comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Alexandre Canelas, que salientou que a maioria dos estrangeiros foi interceptada em vários postos de fiscalização da província, quando pretendiam atingir a capital do país.

Entre os estrangeiros detidos, 32 vieram da República Democrática do Congo e 25 são oeste africanos.

Cuanza Norte tem uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos em dez municípios.

### Operação conjunta

Uma operação conjunta dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) e da Polícia Nacional realizada em Dezembro, em Cabinda, resultou na detenção de 189 estrangeiros que viviam ilegalmente no país. A Direcção do SME em Cabinda refere que a operação se destinou a combater "focos imigração ilegal" e a deter os que auxiliam a entrada clandestina de estrangeiros no país. O documento revela dos estrangeiros detidos, 184 eram República Democrática do Congo e os restantes do Congo Brazzaville.

O comunicado salienta que a operação teve a colaboração das autoridades tradicionais do município sede de Cabinda.

## 11.3 Preparados para eleições autárquicas

*Jornal de Angola*  
07 De Janeiro de 2014

A Polícia de Guarda Fronteira o Zaire deteve nos últimos sete dias 24 pessoas provenientes da República Democrática do Congo (RDC) que

queriam entrar ilegalmente em Angola, refere um comunicado da instituição.

O documento sublinha que apesar destas detenções a situação ao longo da fronteira com a região do Baixo Congo é calma.

O comunicado diz que os detidos estão sob custódia do Serviço de Migração e Estrangeiros. Dezenas de pessoas provenientes da República Democrática do Congo são impedidas semanalmente pela Polícia de Guarda Fronteira de entrarem de forma ilegal em Angola.

A Polícia Nacional vai intensificar a identificação nos postos fronteiriços, aeroportos e controlos para evitar a entrada de imigrantes ilegais no país. "Não está em jogo a presença de estrangeiros na nossa província ou no país, de forma geral. Eles são bem-vindos quando entram legalmente e devem inclusive ser acolhidos, porque ajudam no desenvolvimento do país. Mas, aqueles que entram ilegalmente por detrás da porta, esses sim, temos de os combater", afirmou o delegado do Ministério do Interior no Zaire, comissário Manuel Gouveia, em encontros separados com as autoridades tradicionais e com automobilistas, taxistas e motociclistas, no município do Soyo.

O também comandante provincial da Polícia Nacional reiterou a preocupação da corporação com a entrada e permanência ilegal no território da província de estrangeiros de diversas nacionalidades, com destaque para os da República Democrática do Congo (RDC). Nesse sentido, pediu a colaboração de todos na denúncia da presença de estrangeiros ilegais na província.

"Estamos a vender o nosso país.

Não é com 1 00 dólares que o cidadão nacional que auxilia a imigração ilegal vai ficar rico. O dinheiro, hoje, vai poder ajudar, mas o problema é o país, temos de defender este país, porque a presença massiva de estrangeiros ilegais com objectivos inconfessos põe em risco a estabilidade e segurança de Angola", frisou comandante provincial.

O oficial da Polícia Nacional reafirmou a importância de se combater a imigração ilegal através da colaboração e cooperação de todos, de debates na rádio, na televisão e noutros meios de difusão massiva, para em conjunto se defender a integridade territorial.

## 11.4 Comandante avalia operação de combate à imigração ilegal

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro de 2013*

O comandante Nacional da Polícia de Guarda Fronteira (PGF) termina hoje, no Namibe, a avaliação da situação operativa ao longo da fronteira nacional.

António Kandela avaliou a situação em termos de meios e homens para o cumprimento do programa Tubarão, que decorre em toda a costa angolana, de Cabinda ao Namibe, destinada a combater a entrada de estrangeiros ilegais por via marítima. O comandante, que foi recebido pelo governador Rui Falcão, disse que um dos objectivos da visita foi analisar o estado da unidade de Polícia de Guarda Fronteira na província.

Hoje, a delegação desloca-se ao posto da Polícia de Guarda Fronteira de Ponta Albina, comuna da Lueira, depois de ontem ter estado no Tômbwa, onde há outro posto.

Antes do regresso à Luanda, António Kandela desloca-se ao comando da 14a unidade da Polícia de Guarda Fronteira, no município sede da província.

## 11.5 Seitas religiosas facilitam imigração ilegal

*Jornal de Angola*

*08 De Janeiro de 2014*

As autoridades de Cabinda estão preocupadas com o elevado número de seitas religiosas que facilitam a Imigração ilegal, disse ao Jornal de Angola o chefe do departamento do património cultural da Secretaria Provincial da Cultura.

Simão Capita afirmou que a Secretaria reconhece 51 igrejas, mas que se presume que haja 137 em funcionamento na província. "A questão de proliferação de seitas religiosas preocupa-nos bastante", referiu o responsável que sublinhou que o fenómeno começou nos anos 1990, com o regresso de alguns angolanos que viviam República Democrática do Congo, que coincidiu com a entrada de uma vaga de imigrantes ilegais oriundos daquele país.

O Ministério da Cultura está a tomar medidas para evitar que a proliferação de seitas religiosas tenha repercussões nos costumes da região.

"A nossa cultura não vai desaparecer", declarou e disse estar satisfeito com jovens de alguns bairros, como do Lombo-Lombo, que têm um grupo de dança tradicional. Em Cabinda, disse, muitas pessoas respeitam e preservam os valores culturais da região, principalmente danças como mayeye, maringanzoca e quintueni.

### Combate cerrado

O Procuradoria-Geral da República (PGR) na província de Cabinda garantiu, como uma das prioridades das suas acções para este ano, fazer cumprir a orientação do ministro da Justiça sobre a proibição de realização de cultos às confissões religiosas que não reúnem os requisitos para o seu reconhecimento no ordenamento jurídico angolano.

O subprocurador provincial, António Nito anunciou que a Procuradoria-Geral da República em Cabinda confirmou a legalidade da detenção de 1.129 indivíduos, no ano passado, resultantes de processos-crime. António Nito referiu seguiram para o Tribunal Provincial 821 processos-crime, entre sumários, policiais, correcionais e querelas. Os crimes mais frequentes foram os de ofensa corporal, furto, na forma de burla por defraudação, falsificação de documentos e promoção e auxílio à imigração ilegal.

Foram interpostos 21 recursos de decisões finais e atendidas várias reclamações de cidadãos sobre a violação à legalidade. António Nito realçou que, no capítulo da jurisdição de menores, foram remetidos ao Tribunal Provincial 69 processos para a aplicação de medidas de prevenção criminal a menores em conflito com a lei. Também foram instaurados 59 processos de assistência alimentar, enquanto 49 processos de regulação do exercício de autoridade paternal foram dirigidos à sala de família do Tribunal Provincial. No âmbito da jurisdição laboral, procedeu-se ao registo de 46 processos de tentativa de conciliação, 23 dos quais obtiveram acordo entre o trabalhador e a entidade patronal.

## 11.6 Angolanos começam regresso a casa

*Jornal de Angola*

*15 De Janeiro de 2014*

Os primeiros dois aviões com 85 antigos refugiados angolanos residentes na Zâmbia chegaram ontem ao Luena no início de uma operação de repatriamento que termina em Março.

A operação, que envolve o Executivo, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o governo da

Zâmbia e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, prevê o regresso de mil angolanos que viviam nos campos de refugiados de Maheba e Mayukwayukwa.

Os antigos refugiados, após a chegada a Angola são transferidos para um centro de trânsito, onde são registados e recebem alojamento, alimentação e cuidados médicos antes de serem encaminhados para as comunidades de origem. A directora da Assistência e Reinserção Social no Moxico, Quintas Pinto, assegurou ontem, no Luena, estarem criadas as condições de alojamento e de outros serviços sociais no centro de recepção dos ex-refugiados, em Sacassange.

Um grupo técnico foi criado para apoiar os ex-refugiados e facilitar a sua reintegração social por muitas dos regressados desconhecem o paradeiro de familiares.

O grupo é constituído por representantes dos Ministérios dos Transportes, Saúde e Educação, dos Serviços de Migração e Estrangeiros, Forças Armadas Angolanas e da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

O transporte dos restantes ex-refugiados ainda na Zâmbia é feito até ao final de Fevereiro em dois voos diários às terças e sextas-feiras. Na sequência do acordo de paz de 2002, mais de 400 mil angolanos puderam de 2003 a 2007 regressar ao país, no âmbito do Programa Regional de Repatriamento Voluntário, realizado em conjunto pelo Executivo, países de acolhimento, Organização Internacional para as Migrações e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Na última fase do programa, entre Junho de 2011 e Junho de 2012, foram repatriados mais 23.343 refugiados angolanos. Em Agosto havia na Zâmbia 8.044 refugiados angolanos no campo de Mayukwayukwa e 7.441 no de Maheba.

"Esta operação aérea é o resultado do compromisso de todos os parceiros em continuar a prestar assistência aos ex -refugiados angolanos na Zâmbia que pretendem regressar voluntariamente a Angola", disse o Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações Angola, Salvatore Sortido.

O Governo zambiano vai integrar localmente 10 mil antigos refugiados angolanos que permanecem em seu território, conforme recomendações de uma reunião tripartida entre a Zâmbia, Angola e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

(AC-NUR), terminada quinta-feira em Lusaka, capital zambiana.

Uma equipa técnica multisectorial angolana esteve na Zâmbia para reverificar a nacionalidade e atribuir a documentação da cidadania angolana para facilitar o processo de integração proposto pelas autoridades zambianas.

## 11.7 Migrações nas políticas da população

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2014*

O Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) tem como meta fundamental integrar na sua estratégia e na Política Nacional da População os movimentos migratórios internos e externos.

Para concretizar este pressuposto, o PND vai apoiar e incentivar a fixação e a mobilidade das populações para as zonas menos povoadas de Angola e reforçar as comunidades locais, através da promoção de relações equilibradas entre a cidade e o campo.

Outras acções a serem levadas a cabo visam assegurar, em todo o território nacional, o acesso equitativo à informação, mercados, serviços públicos e meios de comunicação social, definindo prioridades territoriais na instalação de serviços públicos e de estabelecimentos de ensino e saúde e na construção de habitações sociais, assim como incrementar um sistema especial de incentivo à mobilidade de funcionários públicos.

O PND pretende, igualmente, promover o regresso de angolanos que vivem no estrangeiro, em particular pessoal qualificado, estimulando o reagrupamento familiar, a integração dos imigrantes na estratégia e processo de desenvolvimento de Angola e promovendo a captação de recursos humanos qualificados a médio e longo prazo.

No período 2013-2017, o PND vai, entre outras tarefas, combater a imigração clandestina.

## 11.8 Milhares de angolanos regressam à terra natal

*Jornal de Angola*

*20 De Janeiro de 2014*

Mais de 26 mil refugiados angolanos que vivem há mais de 30 anos em países vizinhos tencionam regressar ao país até finais deste ano, no quadro do

repatriamento voluntário organizado pelo Executivo e seus parceiros internacionais.

O facto foi confirmado pelo representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Angola (ACNUR), Hans Lunshof, durante a chegada do primeiro grupo proveniente da Zâmbia, na sexta-feira, na cidade do Luena.

Hans Lunshof disse que esta é a última fase do repatriamento dos angolanos na Zâmbia, República Democrática do Congo, Namíbia, África do Sul e Botswana. O funcionário das Nações Unidas referiu que quem desejar ficar no país de acolhimento pode fazê-lo e vai ter o estatuto de residente, mas os que preferirem regressar a Angola chegam de forma organizada e faseada até finais deste ano.

Hans Lunshof disse que o ACNUR, em colaboração com o Executivo e os parceiros sociais, vão empenhar-se para fazer regressar muitos angolanos ao país ao longo do ano. Do contingente que vai regressar, a província do Moxico espera receber mais de mil cidadãos.

O representante da direcção da Assistência e Reinserção Social, Augusto Jamba Ozana, garantiu que estão criadas as condições logísticas, registo civil e de reintegração social, assim como matrículas para as crianças em idade escolar. No Moxico já chegaram, até à data, 96 pessoas, num processo organizado que começou no passado dia 14 de Janeiro. Dos campos de Maheba e Mayukwayukwa (Zâmbia) para o Moxico, a operação de transporte é feita duas vezes por semana, através de um avião da Força Aérea zambiana.

Os regressados são acomodados num centro de trânsito na localidade de Sacassanje (a 14 quilómetros do Luena), para depois serem transportados para as áreas de destino final.

Além dos Governos de Angola, da Zâmbia e o ACNUR participam na operação a Organização Internacional de Migrações e outros parceiros sociais.

## 11.9 Detidos suspeitos de apoio a ilegais

*Jornal de Angola*  
21 De Janeiro de 2014

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SMB) deteve quatro angolanos, residentes nos arredores da cidade de Cabinda, por darem guarida a imigrantes ilegais. Os quatro, notificados pelo Ministério Público, estão detidos a aguardar julgamento.

O director provincial do 5MB disse à Angop ser importante localizar as casas onde pernoitam os imigrantes ilegais e lamentou que haja angolanos a arrendar-lhes casas. Manuel Gomes lembrou que as penas referentes ao auxílio ou promoção da imigração ilegal variam entre os seis meses e dois anos de prisão.

Recentemente, dois indivíduos angolanos foram detidos no Chitato (Lunda-Norte), acusados de facilitar a entrada e permanência ilegal de estrangeiros na província.

O comandante municipal adjunto da Polícia Nacional do Chitato, superintendente Domingos Pedro, disse que os angolanos foram detidos quando transportavam oito indivíduos da República Democrática do Congo numa viatura Land Cruiser, no âmbito de operações de rotina, que tiveram como objectivo reduzir os índices de criminalidade no município.

A viatura foi interpelada numa das artérias do Dundo e seguia viagem para o município do Lucapa, onde tencionavam exercer a actividade de extracção ilícita de diamantes. No interior foram encontrados materiais de garimpo artesanal e 200 quilos de farinha de milho.

Domingos Pedro disse que os estrangeiros que entram de forma clandestina na Lunda-Norte contam com o auxílio de comités de recepção organizados por angolanos, que conhecem melhor as zonas diamantíferas.

## 11.10 Repatriamento voluntário

*Jornal de Angola*  
21 De Janeiro de 2013

Terminada a guerra em Angola, são muitos os angolanos que regressam à Pátria para darem a sua contribuição à reconstrução nacional. Milhares de angolanos que estavam em países vizinhos têm aproveitado as operações de repatriamento voluntário organizado pelo Executivo e por parceiros internacionais especializados.

Ao longo do conflito armado, foram milhares os angolanos que tiveram de se refugiar em países vizinhos, nomeadamente no Congo Democrático, na Zâmbia, Namíbia, África do Sul e no Botswana e que agora manifestam a sua vontade de voltar ao país para fazerem parte dos esforços virados para a construção da sociedade para todos nós vivermos em prosperidade.



As operações de repatriamento de um tão elevado número de angolanos é de um grande significado para país, que fica a ganhar com o regresso de compatriotas que trazem o seu saber e experiências adquiridos no exterior, para ajudar o país a crescer.

O envolvimento das autoridades no processo de integração dos refugiados angolanos na sociedade tem sido de uma grande valia, na medida em que a intervenção do Executivo permitiu mobilizar meios humanos e materiais para levar a cabo uma série de tarefas que uma operação de repatriamento, pela sua natureza e dimensão, implica.

O regresso a casa causa sempre grande satisfação, sobretudo a pessoas refugiadas que em muitos casos viveram situações difíceis, pretendendo agora iniciar uma nova vida na sua Pátria.

O facto de muitos refugiados terem estado muitos anos em territórios de países vizinhos requeria operações bem organizadas de repatriamento, de modo a que a sua integração na sociedade fosse feita sem grandes sobressaltos.

E preciso assinalar que o envolvimento efectivo das autoridades nas operações de repatriamento permitiu, por exemplo, que os refugiados que regressavam ao país encontrassem condições logísticas e serviços de registo civil e de matrículas escolares para as crianças, o que proporcionava a sua rápida integração na sociedade.

A última fase de repatriamento de refugiados angolanos vai ocorrer este ano, havendo disponibilidade por parte das autoridades e parceiros internacionais para organizar mais operações destinadas a repatriar muitos compatriotas nossos, de forma organizada.

Os angolanos refugiados em países vizinhos têm este ano mais uma oportunidade para regressarem ao país, estando as autoridades angolanas a incentivar esse regresso, até porque há capacidade para os receber com dignidade.

Angola em paz quer que todos os seus filhos regressem à Pátria, pois a estabilidade que hoje temos cria oportunidades para todos os angolanos se realizarem. Há potencialidades por explorar em várias regiões de Angola e ainda somos poucos para as gigantescas tarefas da reconstrução nacional.

Ficamos a saber, com satisfação, que mais de 26 mil refugiados angolanos que vivem há mais de 30 anos em países vizinhos tencionam regressar ao país até finais deste ano. Que as condições das operações de repatriamento voluntário continuem a ser óptimas, a

funde que cada vez mais compatriotas se sintam encorajados a voltar à terra.

E importante que os angolanos refugiados se sintam bem no seu regresso ao país e se integrem rapidamente para se dedicarem ao trabalho ou ao estudo. Acreditamos que muitos desses nossos compatriotas que agora regressam à Pátria vão poder ter a possibilidade de mostrar as suas capacidades nos diferentes domínios da vida nacional, no interesse de toda a sociedade.

O nosso extenso território, com terras férteis, pode oferecer oportunidades diversas no domínio da agricultura, para só citar um exemplo. A agricultura é um sector do país que vem crescendo, assistindo-se a investimentos privados, que vão gerando empregos.

Os nossos irmãos que regressam ao país vão encontrar em Angola um ambiente em que se trabalha muito para se transformar as terras em benefícios para as comunidades, por via da produção agrícola. Encontrarão ainda muitas escolas primárias, institutos médios e universidades construídas depois que alcançámos a paz em 2002 e que se encontram espalhadas por todo o país. Encontrarão um país em movimento, rumo ao progresso social.

Que venham os nossos compatriotas que vivem no exterior para juntos erguermos um país em que os seus habitantes possam viver com uma elevada qualidade de vida. O seu regresso à Pátria constitui para todos os angolanos um momento que vale a pena assinalar, porque unidos seremos sempre mais fortes para enfrentarmos os desafios.

### III.11 Embaixadora garante registo civil para ex-refugiados

*Jornal de Angola*  
24 de Janeiro de 2014

O processo de Identificação de ex-refugiados residentes na África do Sul permitiu a Identificação de quatro mil angolanos nas cidades de Cape Town, Durban e Joanesburgo. Para além do cadastramento, os angolanos beneficiaram de cédulas, bilhetes de Identidade, passaportes e salvo-condutos, disse a embaixadora de Angola acreditada naquele país, Delfina Pitra Diakité, à margem da Quinta Reunião Anual dos Embaixadores que decorreu em Talatona, Luanda, nos dias 21 e 22.

O processo, garantiu, começou com o acordo entre os governos de Angola, África do Sul e o Alto Comissariado dos Refugiados, com base na cessação do Estatuto de Refugiado em Julho de 2012. Neste



período, disse a embaixadora, por razões diversas e de interesse recíproco, o processo foi alargado até 20 13.

"Trabalhou-se exaustivamente, no período de Março a Junho de 2013, na identificação das listas daqueles que estavam em contexto legal, bem como os que deixaram de se apresentar ao Ministério do Interior da África do Sul, responsável pela revalidação do cartão de permanência dos refugiados", explicou a diplomata, referindo que com o atraso do processo foi decidida a última prorrogação para 31 de Agosto de 20 13.

Delfina Pitra Diakitê disse que muitos angolanos, face à pressão e falta de informação, resolveram adiantar-se, pressionando a Embaixada e os consulados para os apoiar, o que ocasionou o regresso de muitos. "Nessa altura registou-se algum atraso na emissão dos passaportes e o Executivo angolano voltou a pedir uma moratória até 30 de Novembro de 2013 para conclusão do processo. O pedido foi prontamente aceite e estendeu-se por mais 15 dias até a data", explicou Delfina Pitra Diakitê.

A embaixadora disse que o processo de repatriamento dos ex-refugiados ou da sua permanência na África do Sul é voluntário. "Neste momento podemos dizer que o Governo sul-africano está muito interessado no processo e pretende que decorra da melhor forma possível."

Os angolanos que decidiram ficar na África do Sul, explicou a embaixadora, obtiveram um visto transitório de dois anos, embora a exigência passe pela identificação certificada nos passaportes, o que permite tomar uma decisão quanto à opção de obter um estatuto de imigração, de facto, fora do contexto do Estatuto do Refugiado na África do sul.

Delfina Pitra Diakitê disse existirem na região de Cape Town alguns casos pendentes de cidadãos angolanos pescadores que por trabalharem no alto mar e por não estarem em terra põem em causa o seu processo de registo. "Esse caso específico está a merecer tratamento especial. Foi um processo que teve êxito, não obstante os constrangimentos", garantiu a embaixadora.

#### Cadastramento

O processo de cadastramento e registo de cidadãos nacionais contou com o apoio de uma equipa multisectorial (Ministério da Justiça, Interior e Relações Exteriores), o que permitiu fazer uma análise mais aprofundada de todos os casos. "De uma forma geral o que fazemos é registar na ausência dessa comissão. Registamos os cidadãos com base na

presença de testemunhas ou certificação dos pais ou mesmo através de agregados familiares. Em seguida, mandamos para o Ministério da Justiça, em Luanda, para ajudar a certificar o cidadão nacional", esclareceu.

A embaixadora admitiu que há cidadãos de outras nacionalidades que procuram os serviços consulares com a intenção de obter a nacionalidade angolana e muitas vezes fazem-se mesmo passar por angolanos, não tendo provas nem testemunhas. "Nestes casos, o Estado não pode ajudar, apesar de essas situações estarem em análise", referiu.

Muitos fizeram declarações alegando problemas, uma situação que merece a atenção da Justiça sul-africana, que pretende solucionar a situação com alguma celeridade.

Para emissão de documentos nacionais, Delfina Pitra Diakitê disse serem necessários documentos válidos ou autênticos. Se o cidadão estiver em posse de um bilhete de identidade, caducado mas autêntico e que comprove ser cidadão angolano, é possível proceder à emissão de documentos nacionais. "Se não exibir nenhum documento a situação é complicada", disse Delfina Pitra Diakitê.

#### Relações com a Zâmbia

A embaixadora de Angola na República da Zâmbia, Balbina da Silva, considerou "boas" as relações entre os dois países, numa altura em que trabalham para a estabilidade e segurança mútuas. Balbina da Silva disse ao Jornal de Angola que cerca de quatro mil angolanos foram reintegrados pelo Governo da Zâmbia no âmbito da solicitação que apresentaram para o efeito.

"Neste momento estes angolanos estão a tratar os seus bilhetes de identidades e passaportes para poderem permanecer na Zâmbia. E uma condição exigida pelo Governo da Zâmbia e estamos a tratar estes documentos pessoais", esclareceu Balbina da Silva.

Relativamente ao repatriamento voluntário de ex-refugiados angolanos, explicou que já regressaram 96 refugiados dos mil que se encontram nos campos de refugiados de Maheba e Mayukwayukwa.

A embaixadora garantiu que o processo decorre a bom ritmo. "Até este momento chegaram ao país 96 antigos refugiados angolanos que residiam na Zâmbia e até Março vamos concluir o processo."

A operação envolve o Executivo angolano, a Organização Internacional para as Migrações (OIM)

e o Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiados.

## 11.12 Fronteiras. Barcos de pesca no esquema de imigração ilegal

*Jornal de Angola*

*24 De Janeiro de 2014*

O comandante da Polícia de Guarda-Fronteiras confirmou, recentemente, as suspeitas que recaem sobre uma rede de embarcações de pesca que parte de Cabinda e do Soyo, na província do Zaire, em direcção aos pontos piscatórios da Lucira e de Tômbwa, no Namibe, transportando à noite estrangeiros ilegais

das Repúblicas Democrática do Congo e Brazzaville.

O comandante da Polícia de Guarda-Fronteiras, António Pedro Kandela, revelou que a situação se agrava devido ao facto de não

haver, nestas localidades de destino, meios e efectivos suficientemente especializados para lidar com o combate à imigração.

Face a isso, o mesmo manifestou a necessidade de serem instalados, nos próximos dias, dois postos de vigilância ao mesmo tempo que outros, em igual número, que serão montados a médio-prazo.

Kandela justifica que o fluxo de ilegais se deve ao bom momento que Angola atravessa em termos económicos, ao contrário dos

países donde os imigrantes são originários.

"Ninguém imigra para um país pobre. Enquanto o nosso continuar na senda do desenvolvimento, havemos de assistir, na mesma proporção, à entrada dos vizinhos que acompanham esse avanço económico", notou 'homem forte' da Guarda-Fronteiras.

Na sua visita de quatro dias às terras da Welwitschia Mirabilis, Namibe, Pedro Kandela mostrou-se satisfeito com o trabalho do ramo policial sob sua responsabilidade, mas entende que, apesar de existirem homens e meios, ainda há muito por se fazer para tomar cada vez mais seguras e invioláveis as nossas fronteiras, quer terrestres, quer marítimas.

Os postos fronteiriços de Cabinda, Luremo, (Lunda-Sul), Kuando-Kubango e do Cunene, bem como do Soyo são, na óptica do comandante, dos mais críticos, a julgar pelas inúmeras tentativas frustradas de entradas de ilegais, no decurso do passado ano. "Em

2013, as autoridades impediram a entrada de 13 mil imigrantes", fez saber o comandante.

Em contrapartida, a alta patente da Guarda-Fronteira afirmou que, "naquilo que é a estratégia, o primeiro fronteiriço é o cidadão que reside na circunscrição. Não ternos como nos dissociarmos da comunidade", reforçou.

